IICA
E14
421

IICA

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA — OEA

DIAGNÓSTICO DO SETOR AGROPECUARIO E LINEAMENTOS

DE

POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL

IICA
BIBLIOTECA VENEZUELA
DA ENR.

ESCRITÓRIO NO BRASIL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E
REFORMA AGRÁRIA
(MARA)
BRASIL

INSTITUTO INTERAMERICANO DE
COOPERAÇÃO PARA A
AGRICULTURA
(IICA)

DIAGNÓSTICO DO SETOR AGROPECUÁRIO E LINEAMENTOS

DE

POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL

PRIMEIRA VERSAO PRELIMINAR

BIBLIOTECA VENEZUELA
04 DE. 2...
RECIBIDO

Brasilia, Dezembro 1991

UNIDAD DE
DOCUMENTACION PARA
LA PREINVERSION

00004627
IICA
E14
421

DIAGNÓSTICO DO SETOR AGROPECUÁRIO E LINEAMENTOS DE POLITICA AGRÍCOLA NO BRASIL

I N D I C E página

I. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ECONÔMICOS, POLITICOS E SOCIAIS
1.1. Dados demográficos..... 1
1.2. Situação Econômica..... 1
1.3. A Situação Política e o Marco Institucional..... 2
1.4. Situação Social..... 4
Perspectivas..... 4

II. COMPORTAMENTO MACROECONÓMICO
2.1. Produção e Emprego..... 5
2.2. Preços e Salários..... 9
2.3. Finanças Públicas..... 12
2.4. Balança de Pagamentos..... 13
2.5. Moeda e Crédito..... 13
2.6. Divida Externa..... 18

III. EVOLUÇAO DA PRODUÇÃO
3.1. Características Gerais..... 18
3.2. Evolução da Produção..... 22
3.3. Exportações e Impostações..... 22

IV. A AGRICULTURA PERANTE A ABERTURA ECONÔMICA
4.1. A Integração Econômica: MERCOSUL e os Acôrdos Brasil-Argentina..... 26
- Programa de Redução de Tarifas..... 30
- Elementos condicionantes ao processo de integração..... 34
- Resultados dos Protocolos Comerciais vigentes desde 1986, entre o Brasil e a Argentina..... 39
- Mercosul - Subgrupo de Trabalho 8 de Política Agrícola. 41
- Produtos Alimentícios Sensíveis..... 42
- As perspectivas para o setor agropecuário..... 43
- Análise de Competitividade da Agricultura Brasileira... 43
- O Futuro da Integração..... 56
- Os elementos pontuais que definiram a integração setorial..... 58
- A expectativa dos setores envolvidos no processo de integração..... 61

VI POLITICA ECONOMICA RECENTE
- O Plano Cruzado (Fevereiro 1986)..... 64

- O Plano Bresser (Junho 1987)..... 64
- O Plano Verao (Janeiro 1989)..... 64
- O Plano Collor I: O Plano Brasil Novo..... 65
- O Plano Collor II..... 66

VI. POLITICA AGROPECUARIA
6.1. Politica de Preços e Comercialização..... 67
- Os subsidios da Politica de Preços e Comercialização... 73
6.2. Politica de Comércio Exterior do Setor Agropecuário.... 75
6.3. Política de Crédito..... 79
6.4. Política Tributária..... 88
6.5. Geração e Transferencia de Tecnología..... 96
6.6. Irrigação..... 101

VII. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ABASTECIMENTO E AS POLITICAS E ESTRUTURA PARA O COMERCIO EXTERIOR NO BRASIL..... 104

VIII. PROJETOS DE INVESTIMENTO DO SETOR PÚBLICO NA AGRICULTURA.113
8.1. Investimentos da Indústria de Transformação.....116

IX. RECOMENDAÇÕES.....119

BIBLIOGRAFIA.....123

ANEXOS
-TRANSPORTES.....130
-PORTOS.....137
- EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO FLORESTAL NO BRASIL.....148

APENDICES
- Apêndice Capítulo II.....156
Quadros A.1.a A.9./ A.13. a A.21.
- Apêndice Capítulo IV.....172
Quadros A.4.1.1. a A.4.1.11.
- Apêndice Capítulo VI.....184
Quadros A.6.1.1. a A.6.1.8.
Figuras A.6.1.1. a A.6.1.3.
Quadro A.6.2.1.
Quadros A.6.3.1. a A.6.3.9.
Quadro A.6.4.1.

LISTA DAS SIGLAS

BBC – Bonus do Banco Central
BCB – Banco Central do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstruçao e Desenvolvimento
CDB – Certificado de Deposito Bancario
CFP – Companhia de Financiamento da Produçao
Decex – Departamento de Comercio Exterior (MEFP)
FGV – Fundaçao Getulio Vargas
FMI – Fundo Monetario Internacional
FOB – Mercadoria Livre a Bordo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatistica
IGP–DI – Indice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IGP–OG – Indice Geral de Preços – Oferta Global
INPC – Indice Nacional de Preços ao Consumidor
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras
IPA–DI – Indice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna
Ipea – Fundaçao Instituto de Planejamento Economico e Social
IPI – Imposto sobre Produto Industrializados
LBC – Letra do Banco Central
LC – Letra de Cambio
LFT – Letra Financeria do Tesouro
LTN – Letra do Tesouro Nacional
MARA – Ministerio da Agricultura e Reforma Agraria
MEFP – Ministerio da Economia, Fazenda e Planejamento
PEA – Populaçao Economica Ativa
PGPM – Programa de Garantia de Preços Minimos
PIB – Produto Interno Bruto
Proagro – Programa de Grantia da Atividade Agropecuaria (BCB)
SFH – Sistema Financeiro de Habilitaçao
Sudam – Superintendencia do Desenvolvimento da Amazonia
Sudene – Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste
VBC – Valor Basico de Custeio

REGIÕES E ESTADOS BRASILEIROS

NORTE

.Rondonia
.Acre
.Amazonas
.Roraima
.Para
.Amapa

NORDESTE

.Maranhao
.Piaui
.Ceara
.Rio Grande do Norte
.Paraiba
.Pernambuco
.Alagoas
.Fernando de Noronha
.Sergipe
.Bahia

SUDESTE

.Minas Gerais
.Espirito Santo
.Rio de Janeiro
.Sao Paulo

SUL

.Parana
.Santa Catarina
.Rio Grande do Sul

CENTRO – OESTE

.Mato Grosso
.Mato Grosso do Sul
.Goias
.Distrito Federal
· To cantins

DIAGNÓSTICO DO SETOR AGROPECUÁRIO BRASILEIRO

I. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, ECONÔMICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS

1.1 Dados demográficos

O Brasil é um pais com extensão territorial de 8.5 milhões de Km^2. representando 47% da América do Sul. Ocupa o quinto lugar entre os paises com maior área territorial, depois da Russia, Canadá, China e Estados Unidos.

A população brasileira é estimada por volta de 153 milhões de habitantes, distribuida nas 5 regiões em que se divide o pais: 6% no Norte, 28% no Nordeste, 44% no Sudeste, 15% no Sul e 7% na região Centro-Oeste. A População Economicamente Ativa (PEA) é estimada em 61 milhões.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, estima-se que no ano 2.010, a população total do Brasil alcançará 200 milhões de habitantes. Mais de 80% desta população estará concentrada nos centros urbanos. A população rural, estimada em 38 milhões em 1990, deverá reduzir-se em 10% no ano 2010, em decorrência da falta de incentivos para a produção agropecuária.

A população analfabeta maior de 15 anos de idade, alcançou 17 milhões em 1988. Ante a ausência de um senso, não foi possivel atualizar esses dados. No entanto, pela tendência da população que encontra-se na escola, cursando o primeiro grau, o segundo grau e o terceiro grau, é provável que a porcentagem de analfabetos continue a mesma. A situação é mais séria na zona rural, onde a proporção de analfabetos chega a 56%.

1.2 Situação Econômica

A situação da super-população, soma-se a redução da atividade econômica e do crescimento acelerado da inflação a qual encontra-se o pais; como resultado de uma série de desequilibrios internos e externos, que as politicas econômicas puderam resolver apenas parcialmente.

A queda da atividade econômica e a exacerbação da inflação na década de 80, estiveram associados a fatores externos e internos. Entre os fatores de caráter externo, destacam-se (i) a subida dos preços do petróleo, no final da década de 70, encarecendo as importações brasileiras deste produto[1] (ii) a alta das taxas de juros no mercado financeiro internacional a partir de 1979, que incrementou o serviço da

1/. Em 1981, o preço de importação do petróleo cru, subiu a Us$ 34 o barril, isto quer dizer 26% acima do preço das importações anteriores.

dívida externa do país[2], exercendo uma forte pressão sobre a balança de pagamento que pelo terceiro ano consecutivo, alcançou um saldo negativo, como resultado do déficit da balança comercial e a de serviços. Entre os fatores internos encontram-se: (iii) o déficit fiscal; (iV) os subsidios as taxas de juros e (v) as exceções do Governo ao setor privado, sustentado na dívida externa e interna.

A partir de 1985, aplicaram-se programas de estabilização, com ênfase nas reformas fiscais e monetárias, para eliminar o déficit fiscal e a inflação, incluíram modificações no nível e na estrutura impositiva, reduzindo os gastos do Governo, movimentando os ativos financeiros, variações nas tarifas públicas e de comercio exterior. No entanto, a dívida externa constitui uma das restrições mais importantes enfrentada pelo Brasil em relação ao seu crescimento e que condiciona o grau de ajuste e o êxito das diferentes reformas.

O Brasil é um país com uma diversidade e potencial sumamente amplo na América Latina e no mundo, e pelo qual almeja um caminho para sair da estagnação e alcançar um crescimento sustentado com eqüidade. O programa empreendido pelo atual Governo, fixa pautas nessa direção, tendo como eixo principal, a abertura econômica e a consolidação dos seus mercados internacionais mais fortes e alguns processos de integração, como exemplo o mercado de países do Cone Sul (MERCOSUL). Porém, se requer uma estabilidade dos principais indicadores macroeconômicos como condição "sine-qua-non", que estimule os investimentos dos agentes econômicos dentro e fora do país, para dinamizar as diferentes atividades produtivas, particularmente a agricultura, porque mobiliza importantes recursos humanos e alimentícios entre os diferentes setores da economia.

É na agricultura que se encontra um caráter muito importante e que deve ser utilizado como estratégia de desenvolvimento para alcançar o êxito, ajudando a diminuir as desigualdades sócio-econômicas existentes. A política global e macroeconômica deverá prover-se de um ambiente propício para a concretização destes propósitos.

1.3 A Situação Política e o Marco Institucional

A segunda metade da década de 80, foi marcada pelo início de uma mudança política importante e de um processo de reestruturação do exercício democrático para o país, depois de um longo período de quase 30 anos de regime de Governo Militar.

Como parte deste novo processo de Governo Civil, promulgou-se a Constituição Política do país em 1988. Segundo esta Constituição, o país é uma República Federativa formada pela União indissoluvel de Estados, Municípios e o Distrito Federal. As decisões do país são resultados da interação dos três Poderes Independentes: Legislativo, Executivo e Judiciário[3]

[2]. O Serviço da dívida externa, pelo conceito das taxas de juros, incrementou-se em 38% em 1981. As taxas Libor e Primer-rate aumentaram em mais de 40% durante este período.

[3]. O federalismo caracteriza-se por uma autonomia administrativa mais que política. A organização administrativa compreende a União, os Estados , O Distrito Federal e os Municípios. À União cabe a competência sobre os assuntos de

O rumo econômico esta permanentemente influenciado pelas decisões tomadas por estes três Poderes de Estado, segundo a correlação de forças. O Poder Executivo[4] elabora os planos e programas de desenvolvimento do país para a aprovação do Poder Legislativo, e em casos excepcionais e no uso de suas atribuições, implementar políticas para serem revisadas posteriormente pelo Congresso. Por sua vez, o Poder Legislativo, composto por duas Câmaras Legislativas (a de Senadores e a de Deputados), tem como representantes, aqueles eleitos democraticamente pelos partidos políticos mais representativos[5] em todos os Estados do país,

política exterior, defesa territorial, ordem pública interna, política econômica-financeira e planejamento nacional.

A autonomia administrativa dos Estados está limitada na prática pelo manejo dos recursos orçamentários a cargo da União (representado pelo Poder Executivo).

Os Estados tem Constituição própria, sujeita às disposições constitucionais da União e Órgãos da administração eleitos pelo voto direto (Governador, Assembléia). Os Municipios tem sua própria Lei Orgânica, sujeita aos principios constitucionais da União assim como à Constituição do respectivo Estado. A eleição de Prefeitos e Câmaras Municipais também é realizada pelo voto direto.

4. Em 1991, a estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, estava composta pela Presidência da República, 7 Secretarias vinculadas a Presidência e 12 Ministérios. Em 1990, foram extintas estas Secretarias e o número de Ministérios cresceu para 13. Os Ministérios que conformam atualmente o Gabinete são: Justiça, Relações Exteriores; Economia, Fazenda e Planejamento; Agricultura e Reforma Agrária; Infra-estrutura; Educação, Saude; Marinha; Exército; Aeronáutica; Trabalho e Previdência Social e Ação Social.

5. Existem 19 partidos políticos com representação no Congresso Nacional. Os partidos na política nacional do Brasil são: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Democrático Trabalhista(PDT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O PMDB alcançou maior presença na política nas eleições de 1986, quando conseguiu eleger 22 dos 23 Governadores. Em 1990, somente elegeu a 7 Governadores e sua bancada parlamentar também ficou reduzida substancialmente. Está em oposição ao Governo do Presidente Collor.

O PFL elegeu 9 Governadores, alguns em coligação com o Partido Democrático Social (PDS). Seu líder no Senado também é o é no Governo. É um partido com muitas coincidências com o Governo atual.

O PDT é o terceiro maior partido no Congresso com 5 Senadores e 47 Deputados. Este partido, que participou nas ultimas eleições presidenciais, mostrou um serio antagonismo com o Partido de Reconstrução Nacional (PRN), união política do então candidato Collor, mantém uma aliança com o atual Governo.

buscando permanentemente a consolidação e o entendimento dos três grupos de pressão (empresários, políticos e trabalhadores) para conseguir a estabilidade e liberação da economia, assim como a distribuição dos custos e benefícios dos processos de ajuste.

1.4 Situação Social

A pobreza representa um dos principais problemas de caráter estrutural no Brasil. A distribuição das rendas são altamente desiguais e é dominada pelas diferenças regionais. Por exemplo: a renda per-capita na região Sudeste é 3 ou 4 vezes maior que a renda correspondente à região Nordeste.

As famílias que estão abaixo do limite de pobreza[6] concentram-se principalmente na região nordeste. Observando o país como um todo, nota-se que 40 a 50% da população rural são pobres e na área urbana esta proporção alcança de 10 a 20%.

As taxas de mortalidade infantil na Região Nordeste é extremamente alta em comparação com a do Sudeste, que é relativamente baixa, em decorrência da diferença na nutrição e serviços assistênciais. Comparando com o mundo, esta situação não é melhor; em 1987, o rateo de mortalidade infantil foi duas vezes maior na Coréia e três vezes maior no Chile.

No setor da educação, em média, as crianças atingem cursar no máximo até a 5ª série primária, isto significativa que temos os mais baixos níveis de escolaridade da América do Sul.

Contraditoriamente, o Brasil gasta uma renda per-capita em programas sociais muito maior que outros países em desenvolvimento, evidenciando uma má e ineficiente distribuição dos recursos destinados à área social.

Perspectivas

O atual Governo, assumiu suas funções em março de 1990, apresentou um Plano de Reconstrução Nacional para estabilizar a economia, tendo concentrado seus objetivos em: (i) eliminação da hiperinflação; (ii) implementar reformas estruturais conducentes à modernização da administração e à economia do país; (iii) desenvolver uma política social que reduzisse as desiqualdades na distribuição de renda, melhor condição de vida nas cidades, eliminar a pobreza no campo, estender os benefícios da educação formal e da profissionalização, permitindo o acesso à saúde e à proteção dos mais necessitados.

Já transcorreram mais de um ano desde que foram anunciadas estas medidas, e várias das metas propostas continuam sem solução, em particular o relacionado à eliminação da inflação, que continua deteriorando o poder aquisitivo da população.

---

5 (cont.) O PDS, antiga ARENA, mantém uma presença política significativa desde 1966, Seu líder José Sarney assumiu a Presidência da República em 1985, com a morte de Tancredo Neves. Este partido tem uma representação de 43 Deputados Federais e 3 Senadores no Congresso.

6. O limite de probreza define-se como a renda per-capita de 25% do salário mínimo real de 1980.

Ante esta situação, o Governo tem insistido no congelamento de preços de um grupo importante de produtos da cesta básica, como mecanismo para freiar a inflação, e em conseqüência, destas ações, aumentam as desconfiança dos agentes econômicos com respeito às políticas governamentais, e com estas medidas, acelera-se o processo de especulação, ampliando os setores informais da economia brasileira.

O país encontra-se em face de renegociação da dívida externa com a Comunidade Financeira Internacional, baseado num programa austero de estabilização que prevê um superávit fiscal, as custas de um crescimento zero do produto nacional. Para agravar ainda mais a situação, existe uma série de conflitos entre as políticas de curto prazo para manter uma disciplina monetária e fiscal com as políticas de médio e longo prazos conducentes a um crescimento sustentado e o uso eficiente dos recursos.

II. COMPORTAMENTO MACROECONOMICO

2.1 Produção e Emprego

O Brasil passou por um crescimento importante e apoiado na sua economia a partir da segunda metade da década de sessenta até inícios da década de oitenta. Crescimento que foi observado em poucos países do mundo[1]. Entretanto, a partir de 1981, seu PIB evoluiu com taxas de crescimento flutuantes, mostrando processos de importante recuperação econômica seguidos por alguns de recessão. Este comportamento é observado precisamente durante o período 1985-1990 (Figura II.I) e Quadros 4.1 e 4.2.

A nível de setores produtivos, a agricultura continua sendo uma das atividades mais dinâmicas depois do setor industrial; gera 10 % da produção nacional, 30% das exportações totais e absorve 25% da força de trabalho do país. Na década de cinquenta, a participação do setor agrícola no produto, na geração de divisas e na absorção dos diversos fatores de produção foi maior[8] Isto como resultado da integração crescente do setor com o processo de industrialização e o aumento do grau de especialização, e que o induzia a transferir recursos de capital e de mão de obra a outros setores, particularmente ao setor industrial.

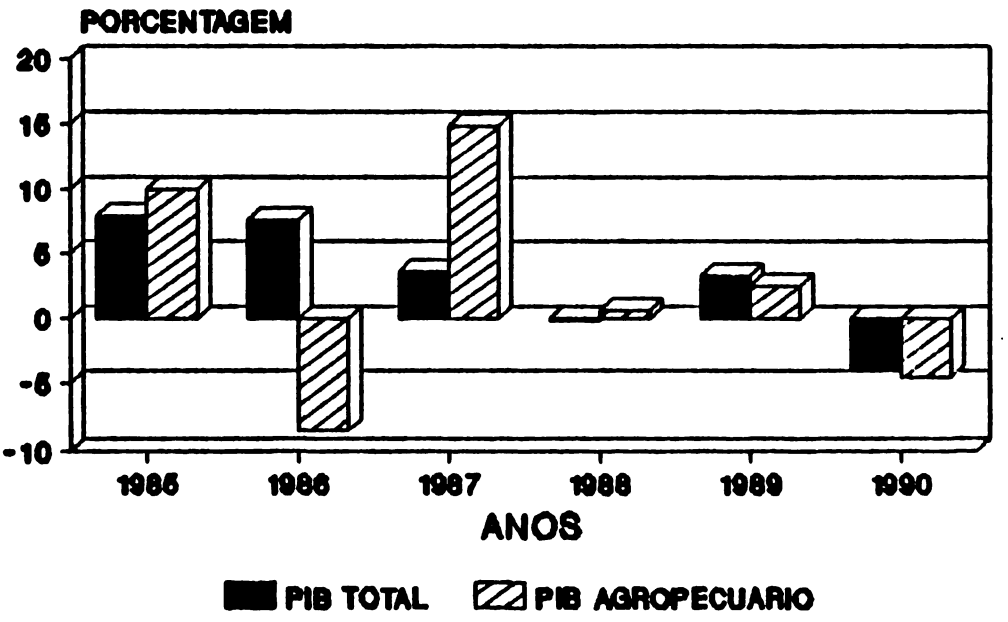
A evolução da agricultura brasileira, dentro do processo de sua integração com o setor industrial e da modernização de sua base tecnológica, ocorreu de maneira diferenciada tanto a nível de regiões do país como de produtos. As regiões Sudeste e Sul são as mais dinâmicas do país; participam com 35% e 30% do PBI agrícola respectivamente, e com 69% e 16% do PIB industrial (Quadro A.3 e Figura II.2) Quanto ao resto das regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) têm uma perfomance mais moderada nas atividades produtivas do país. A nível de produtos, a soja (grão e derivados) e a laranja mostraram um dinamismo muito importante no

[1]. O PIB cresceu significativamente a uma taxa anual de 9% durante o período 1965-1980 e 7% durante 1950-1980. The World Bank:(i) World Developments Report 1991, pp.207; (ii) Report Nº 7798-BR, 1990, pp.3.

[8]. Em 1950, a agricultura brasileira gerava a quarta parte do produto nacional, mais de 80% das exportações totais e utilizava 60% da força trabalhadora do país. (Ibid).

(nominais ?)

Figura II.1: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB TOTAL E AGROPECUARIO, 1985-90

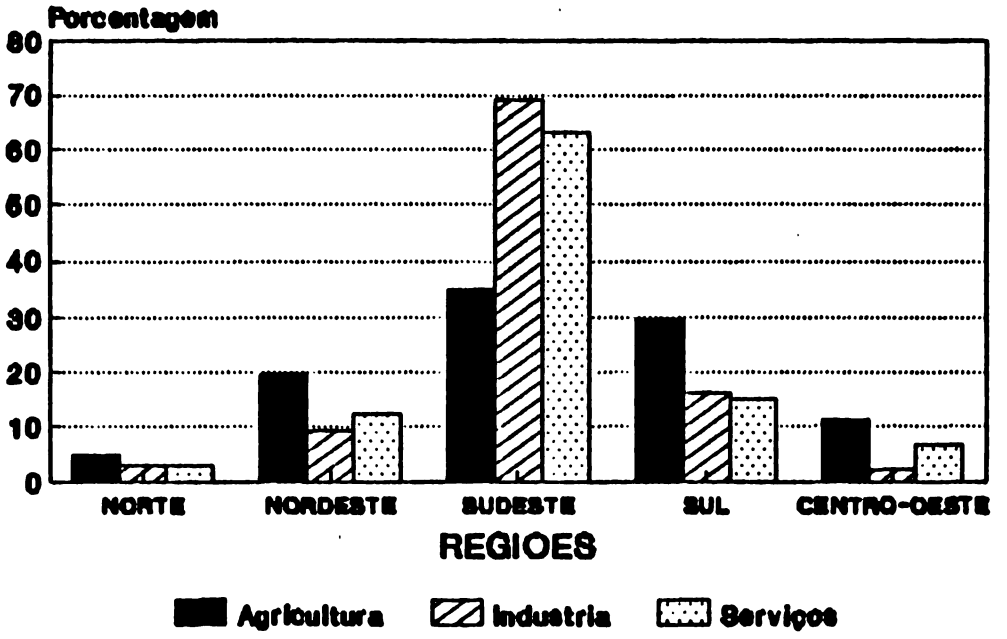


FONTE: QUADRO A.1

Os dados estão em termos nominais

II.1

Figura II.2 PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO PIB SETORIAL



FONTE: QUADRO A.3

QUADRO II.1

BRASIL. PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONOMICOS: 1985–1990

VARIAVEIS	1985	1986	1987	1988	1989	1990
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)						
~~Corrente (Cr$ Milhoes) (1)~~	~~1,258.3~~	~~3,259.1~~	~~10,383.1~~	~~77,669.4~~	~~1,154,956.1~~	~~28,280,795.7~~
Indice PIB (1980=100)	105.55	113.56	117.67	117.56	121.44 2	116.54
Variacao Anual real PIB	~~7.9~~ 8.0	~~7.6~~ 7.5	~~3.6~~ 3.6	~~-0.1~~ -0.1	~~3.3~~ 3,2	~~-4.0~~ -4,6
PIB Agropecuario (variaçao real)	10	-8.5	14.9	0.6	2.5	-4.4
POPULAÇÃO (Milhoes)	135.6	138.5	141.5	144.4	147.4	150.4
PIB per capita (Var. Anual)	5.6	5.3	1.4	-2.2	1.2	-6.5

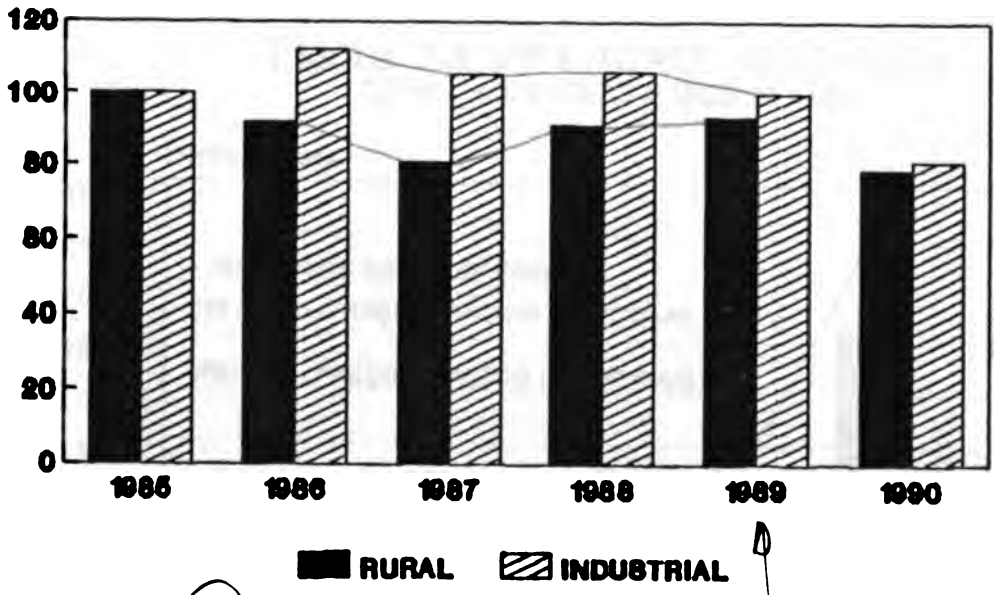
NOTAS: (1) A custo de fatores.

FONTE: Banco Central do Brasil, ~~Varios Relatorios.~~ Brasil: Programa Econômico, Julho 1991, Vol. 29

M156

Índice?

Figura II.4 :SALARIO REAL, 1985-1990



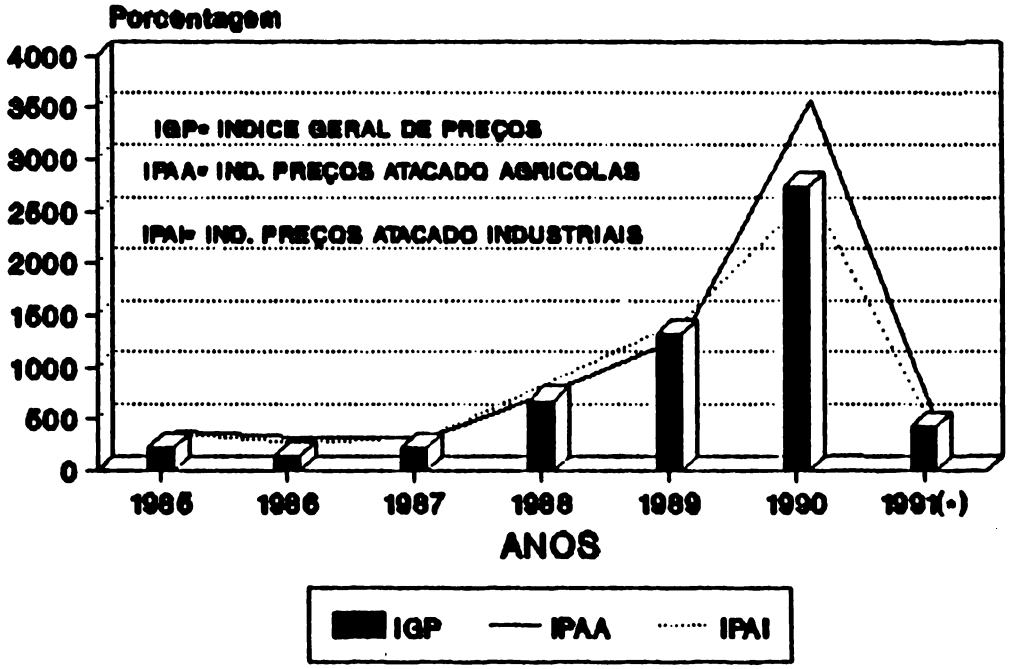
Índice (1985=100)

FONTE: QUADRO A.10

A.9?

parece q. os dados estão errados. ver q. outro A.9

Figura II.3 INFLACAO: 1985-1991
GERAL, AGRICOLAS E INDUSTRIAIS



FONTE: QUADRO A.8

A.8

processo da modernização da agricultura neste período.

Durante o período 1985-90, a produção agropecuária evoluiu com altos e baixos, sendo 1986 o ano que menos favoreceu ao desempenho do setor. Nesse ano, a produção agropecuária declinou em 8% como conseqüência de uma prolongada seca, que afetou as diversas regiões do país, principalmente as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Os cultivos mais afetados desta alteração climatológica foram: algodão, soja, feijão , café e laranja. Esta menor produção doméstica impactou negativamente sobre a oferta exportável do país. As menores exportações de café brasileiro influenciaram á subida dos preços deste produto, favorecendo alguns países produtores a incrementarem sua quota no mercado internacional durante esse período. As maiores taxas de crescimento do setor agropecuário durante este período foram consequidas em 1985(10%) e em 1987(15%) (Quadro Nº II.1).

O PIB per-capita registrou taxas de crescimento modestas e até negativas durante o período 1987-1990, como resultado da mediocre perfomance da economia brasileira e o crescimento sustentado de sua população. Quanto ao emprego, esta variável mostrou uma evolução desfavorável. A taxa de desemprego aberto[1] no país passou de 3.3% em Janeiro de 1990 a 5.7% em maio de 1991, como resultado da contração da atividade econômica, sendo Salvador, Recife e São Paulo, as cidades com os índices mais altos de desocupação (CEPAL, 1991).

A nível setorial, o setor agropecuário ocupa a quarta parte da força trabalhadora, enquanto que o setor serviços e a industria, a parte restante. (Quadros A 4 e A 5) Não obstante, esta divisão proporcional atual está abaixo do registrado na década de 50[2]. Esta tendência declinante responde ao crescente uso intensivo de maquinarias nas últimas décadas[3] A distribuição regional da mão-de-obra agrícola está concentrada em maior quantidade no Nordeste (39%)., Sul (33%) e Centro-Oeste (24%) (Quadros Nºs.A.6 e A.7.).

2.2 Preços e Salários

O comportamento do nível geral dos preços foi um dos processos mais complexos no Brasil, que evoluiu desde o nível de inflação até o de hiperinflação durante as duas últimas décadas, e com efeitos negativos sobre as distintas variáveis macroeconômicas, afetando o bem estar dos agentes econômicos do país.

Durante a década de 70, o crescimento anual dos preços foi relativamente moderado, registrando uma variação anual de 20% no período 1970-73, que aumentou a 40% anual no percurso 1974-78 como resultado da alta no preço do petróleo. Com a segunda crise do petróleo e a subida das taxas de juros no mercado mundial, a inflação voltou a duplicar a 78% em 1979.

A inflação continuou crescendo nos seguintes anos. A década de 80 incluiu um período inicial (1980-82) de relativa estabilidade ao nível de 100% anual. Acompanhado por outro de crescimento vertiginoso a nível de hiperinflação, o qual registrou uma taxa anual de mais de 1300% em 1989. (Quadros A 8 e Figura II.3) Os programas de estabilização para acabar com a inflação durante este período seguiram diversos esquemas e linhas de pensamento[4], mas com muito pouco êxito pelos desequilíbrios presentes em outras variáveis macroeconômicas importantes[5].

Em março de 1990, as distorções de preços relativos se fortaleceram, chegando a inflação nesse mes aproximadamente de 80%. Para enfrentar tal situação, o novo

Governo, colocou em marcha um programa de estabilização (Plano CollorI) para acabar com este fenômeno mediante o estrito controle da liquidez do sistema financeiro. O ajuste teve um efeito importante na desaceleração da taxa de inflação, que reduziu-se a 11% no mês de abril.

Em janeiro de 1991, com o propósito de enfrentar a constante escalada dos preços, o Governo anunciou novas medidas corretivas (Plano Collor II). Para enfrentar a inflação, foi imposto um congelamento nos preços, que depois foram liberados em maio. Em decorrência de que a inflação ainda constitui um problema latente, o Governo instaurou um novo congelamento dos preços, o qual teve efeitos adversos na eliminação deste flagelo.

Cabe assinalar que nas estimativas do nível geral de preços, os preços por atacado é o componente mais importante (60% na ponderação). A nível setorial nestas estimativas, os preços agrícolas tiveram uma evolução menos dinâmica em relação aos preços industriais durante ~~o período~~ 1982 e 1987-89.

Os salários reais seguiram a mesma tendência que a atividade econômica do país, durante o período 1985-90. A esse respeito em 1985, os salários reais no setor industrial mantiveram uma relativa estabilidade até 1989, no final deste, declinaram substancialmente, e em 1990, pela crescente inflação. Em contraste, os emolumentos reais dos trabalhadores permanentes no setor rural declinaram sistematicamente como conseqüência do crescimento do nível geral dos preços, exceto em 1989, devido à ligeira recuperação da produção agropecuária nesse ano. Ficou evidenciado neste período, que os salários rurais estiveram abaixo daqueles do setor industrial, salvo em 1989 (Figura Nº 2.4. Quadro nº A.9), ano de colheita recorde e com maior utilização de mão-de-obra.

Quanto à participação do salário no custo de produção, esta varia segundo o produto, região e grau de mecanização. Em termos gerais, o salário tem um maior peso no custo de produção nas regiões do Norte e Nordeste; em quanto que nas regiões do Sul e Centro, onde o uso da maquinaria é intensivo, este peso é menor. Por exemplo, a mão-de-obra para produzir o algodão no Nordeste representa 60% do custo de produção; enquanto que nas regiões do Centro e Sul, a proporção só é de 28%. O componente mão-de-obra do milho representa 58% do custo de produção e 8% no Centro e no Sul. O custo do fator trabalho do trigo e soja tem uma participação baixa (1% e 2%, respectivamente) nas regiões Centro e Sul.

2.3 Finanças Públicas

A inflação no Brasil esteve associada em grande parte à evolução das finanças públicas. O déficit total do setor público, em termos nominais, flutuou entre 14% do PIB em 1980 e 83% do PIB em 1989, sendo as empresas públicas e o Governo Central os subsetores que mais contribuíram a este gasto (Quadro Nº II.2).

Devido às dificuldades enfrentadas pelo país para encarar sua dívida externa, na segunda metade da década de 80, alguns países reduziram o fluxo de recursos externos, a principal fonte de financiamento do orçamento fiscal foi de origem interna. Em 1989, o déficit fiscal operacional alcançou 6.9% do PBI, que foi financiado com recursos internos que somaram o 6.6% do PIB (Figura 2.5). Esta manipulação das contas fiscais durante este período estimulou o desenvolvimento de uma política monetária expansiva e a aceleração do processo inflacionário.

2.4 Balança de Pagamentos

As contas externas da economia brasileira operaram com saldos negativos na maior parte da década de 80, como conseqüência do deterioramento contínuo dos saldos da conta corrente e da conta de capitais (Fig. II.6).

A evolução desfavorável do saldo em conta corrente, durante este período, foi devido basicamente ao efeito negativo dos saldos da balança de serviços, derivados de pressões financeiras do mercado internacional, como a subida da taxa de juros, a crise do petróleo e a dívida externa. Efeitos que teriam sido maiores se não fosse pelo saldo positivo da balança comercial. Este mostrou-se crescente durante a metade da década de 80 para flutuar fortemente na segunda parte. Dos componentes desta conta, as exportações mostraram uma tendência de constante crescimento, enquanto que as importações tiveram uma forte caída durante o período 1984-88, recuperando-se no percurso 1989-90 (ver Quadro A.13).

O setor agropecuário contribuiu de maneira importante aos saldos positivos da balança comercial, dado que participa com 30%-40% das exportações do país, enquanto que só utiliza entre 9% e 12% das necessidades de divisas para a importação.

2.5 Moeda e Crédito

Os meios de pagamento seguiram uma tendência crescente semelhante à do nível geral dos preços, durante a década de 80 (figura II.7, Quadro A-14) para satisfazer a demanda por crédito interno tanto do setor público como privado num contexto de inflação acelerada. Os maiores níveis de expansão da oferta monetária aconteceu entre 1981 (8.1% do PIB) e 1987 (6.2% do PIB) coincidentes com uma contração na atividade econômica e com a necessidade de manter a liquidez real estável.

O crédito interno do ~~sistema~~ financeiro reduziu-se substancialmente a partir de 1985 com a adoção do Plano Cruzado para combater a inflação e o déficit fiscal. Paralelamente diminuiu o crédito ao setor público, apesar de que em forma menos marcada, ~~com relação ao~~ setor privado (Quadro A-15). No Quadro A-17, observa-se que a balança pública participa em mais de 50% dos recursos creditícios provenientes do sistema financeiro, para operações e capitalização das diversas atividades produtivas do país.

Em 1988, a distribuição setorial dos empréstimos do sistema financeiro ao setor privado se concentraram nos setores indústria (26%), moradia (34%), e agricultura (13%). A distribuição do crédito ao setor público favoreceu ao setor serviços (55%) e à indústria (23%) no mesmo período (Quadro A-18).

Com o ingresso do novo Governo e a implementação do Plano ~~Novo Brasil~~, foram produzidas importantes alterações ~~no comportamento~~ da economia, alterações estas que refletiram nos agregados monetarios. Entre as medidas adotadas, ~~serão~~ destacadas as medidas monetárias que modificaram o padrão monetário e congelou a maior parte dos ativos financeiros, como forma de controlar a hiperinflação e o déficit fiscal. Os recursos afetados por estas medidas representaram os dois terços dos meios de pagamento em seu conceito mais amplo. O resultado destas medidas estimularam o crescimento dos depósitos à vista e uma redução da espiral inflacionária.

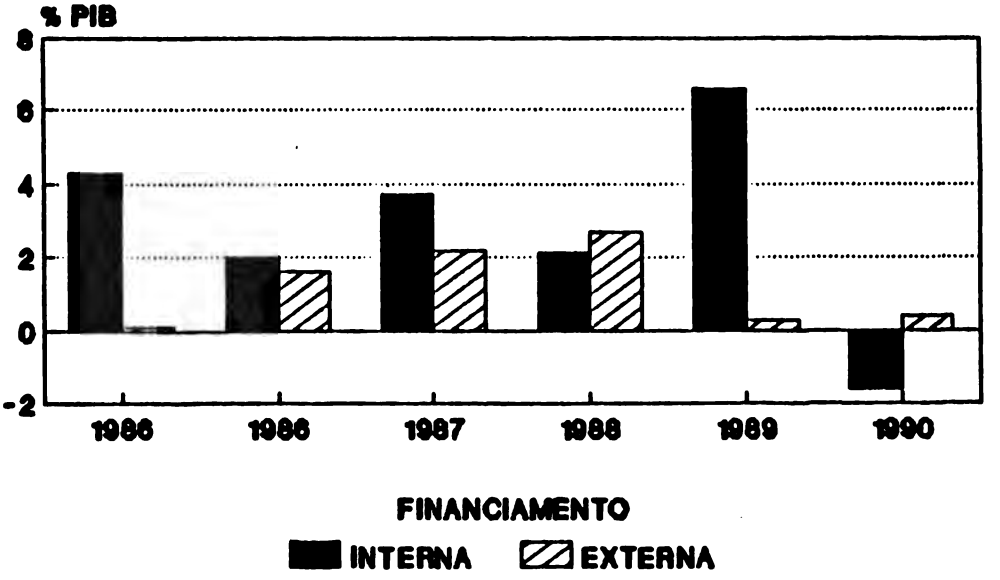
QUADRO II.2 FINANÇAS PUBLICAS, 1985–1990
% PIB

	1985	1986	1987	1988	1989	1990
RECEITAS CORRENTES	9.7	10.9	10.4	12.2	10.2	12.2
DESPESAS TOTAIS	8.8	13.8	12.1	18.0	17.2	11.8
SUPERAVIT(-DEFICIT) (1)	-28.6	-11.3	-33.6	-53.0	-83.1	-26.9
Governo Central	-10.2	-4.9	-13.6	-10.8	-16.9	-10.5
Governos Locales	-6.5	-2.7	-7.9	-13.0	-20.4	-6.0
Empresas Publicas	-11.9	-3.7	-12.1	-29.2	-45.8	-10.4
SUPERAVIT(-DEFICIT) (2)	-4.4	-3.6	-5.9	-4.8	-6.9	1.2
FINANCIAMENTO INTERNO	4.3	2.0	3.7	2.1	6.6	-1.6
FINANCIAMENTO EXTERNO	0.1	1.6	2.2	2.7	0.3	0.4

(1) Nominal
(2) Operacional= Deficit nominal–correcao monetaria.

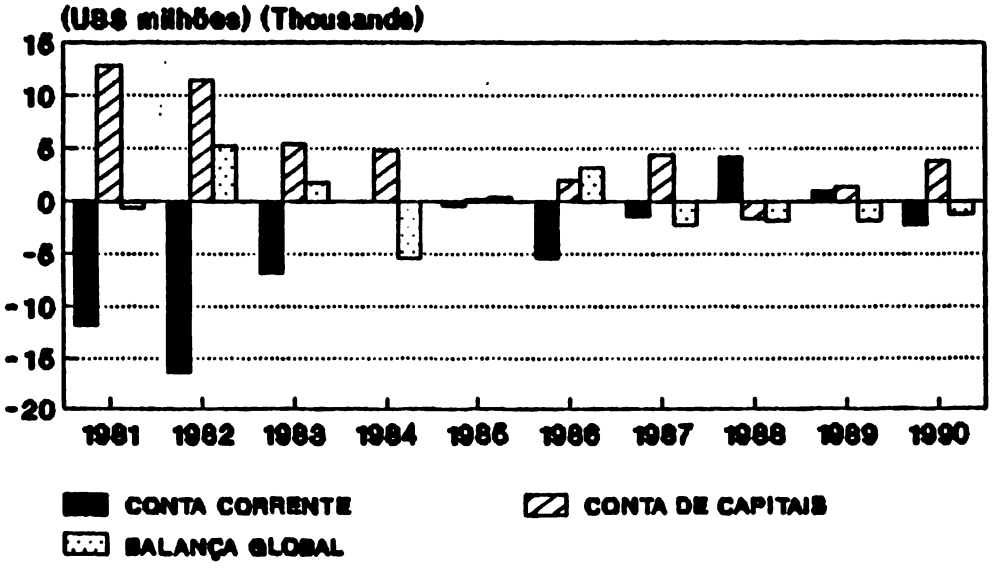
FONTE: Elaboracion propria em base a dados do Banco Central do Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento

Figura II.5 FINACIAMENTO DO DEFICIT PUBLICO, 1985-90



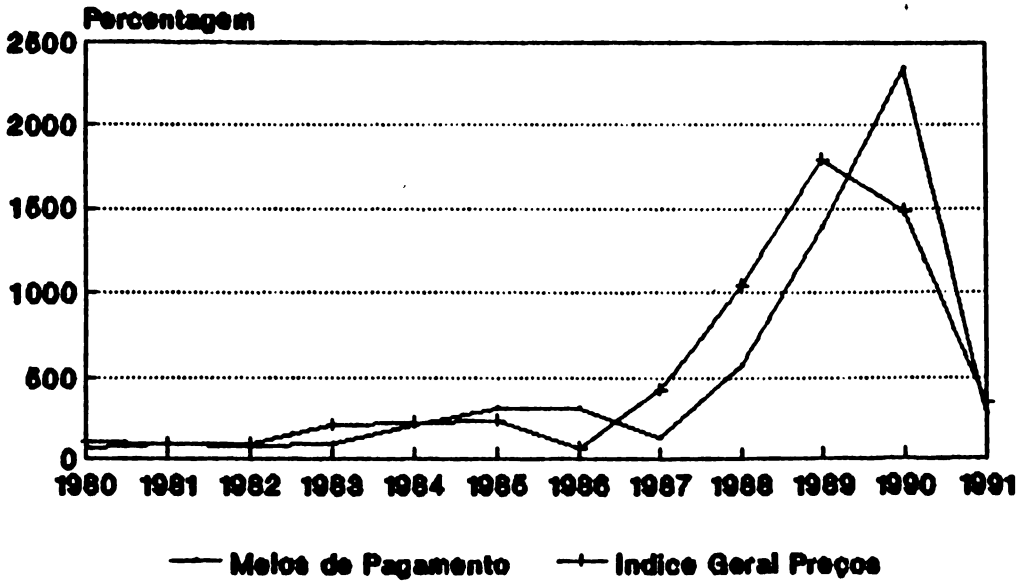
FONTE: QUADRO II.2

Figura II.6 BALANÇA DE PAGAMENTO, 1981-1990



FONTE: QUADRO A.11

Figura II.7 CRESCIMENTO DA OFERTA MONETARIA E DOS PREÇOS



FONTE: QUADRO A.12

2.6 Dívida Externa

Os desequilíbrios internos da economia brasileira estiveram fortemente associados aos desequilíbrios externos, principalmente ao crescimento do endividamento externo do país com o sistema financeiro internacional.

O agravamento da dívida externa do Brasil pela elevação do serviço da dívida, influenciou a adoção de medidas corretivas para eliminar as distorções no frente externo. Como conseqüência da subida das taxas de juros no mercado mundial a partir de 1978, o serviço da dívida, como porcentagem do PIB, cresceu ate 1982, que originou a eclosão do endividamento externo com um refluxo negativo de capitais para financiar atividades no país (Quadro A-19).

O serviço da dívida externa diminui, em termos do PIB, a partir de 1982, como resultado da declinação da taxa de juros no mundo[10], com o que se reduziu a dívida externa total em 20% a partir de 1985.

III. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO

3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

O rítmo de crescimento da superfície cultivada no Brasil sofreu uma diminuição considerável na década de 80. Assim, de um rítmo anual acumulado de 4,0% durante os anos 70, caiu para menos de 2% até 1989, acusando uma baixa perigosa em 1990 e recuperando-se parcialmente em 1991. O mesmo comportamento foi mostrado pelo rebanho de gado diminuindo de 4,2% de crescimento por ano para 1,6% nos anos 80, enquanto que na oferta de carnes houve incremento de 1,3% de rítmo anual.

Entretanto, a produção global da agricultura teve no período 80/89 um crescimento médio de 3,5%13/superando amplamente o setor industrial, revertendo o que aconteceu na década anterior. A participação da agricultura no PIB gira em torno de 10% com o passar dos anos. Desse crescimento, as lavouras destinadas aos produtos alimentícios foram as menos ativas, à execessão do trigo que expandiu fortemente sua produção até o momento do desaparecimento do conjunto de instrumentos de incentivos utilizados pelo governo.

Mesmo assim, essa queda na dinâmica produtiva foi expressiva no rítmo de incorporação de fatores de produção. A venda de tratores ao setor caiu de 12,6% ao ano na década de 70 para 3,9% nos anos 90,entretanto o rítmo de inclusão de mão-de-obra passou de 3,1% para 2,0% no mesmo período, chegando-se ao final da década com 25% da população nas zonas rurais.

A expansão verificada nas décadas passadas explica-se pela difusão da área cultivada, ao passo que atualmente, tem como motivo fundamental o crescimento da produtividade dos fatores de produção. Contudo, houve uma incorporação de 4,5 milhões de hectares, dentro das principais lavouras, das quais 4 milhões pertencem às regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Analisando-se o crescimento da agricultura, observa-se que existem processos

13/Sustentado pelo trigo, soja, milho, cana-de açucar, algodão e laranja.

perfeitamente diferenciados. O Norte e o Centro-Oeste apresentaram uma expansão de área semeada, superior à média nacional alcançando 7,3% e 10,8%, respectivamente. Dentre essas áreas, as lavouras de subsistência que em geral, predominam, foram ultrapassadas por cultivos como o café, cacau e milho. A mandioca e o arroz tiveram um desempenho inferior aos primeiros, já que no Norte sua participação conjunta caiu de 78% em 1980 para 53% em 1988, enquanto que no Centro-Oeste o arroz teve uma queda de 38% para 18%. Nesta região houve uma evidente especialização de grãos. Na região sudeste existe uma especialização de outra natureza, já que 50% de sua produção pertencem à cana-de-açúcar e café. A região Sul mostra-se mais diversificada, havendo incrementos significativos na produção de arroz, trigo e cana-de-açúcar perdendo participação o milho e a soja.

No Nordeste há significativa diminuição no algodão arbóreo e na mandioca, substituidos por produtos de maior valor como o milho, soja e algodão herbáceu, tendo esses, maiores índices de crescimento na produção.

Em geral, pode-se afirmar que verificou um desaparecimento parcial do modelo extensivo de amplicação nas áreas de cultivo, para passar a ocupar o papel preponderante na produtividade. Esta cresceu durante a década de 80 a quase um 1,5% ao ano, representando 43% de crescimento no produto real1/

Assim como já houve comentários a respeito do crescimento do parque de tratores, pode-se verificar um aumento do uso de fertilizantes entre as duas décadas analisadas, já que de 123,6Kg/ha. utilizado durante os anos 70, passou para 163,7 Kg/ha. nos anos 80, representando um incremento de 26,3%.

A produtividade da mão-de-obra foi fortemente incrementada, basicamente por efeito da mecanização nas regiões Centro-Oeste e Sul, dimunuindo no Nordeste.

Outro elemento que explica o aumento de produção e da produtividade é a pesquisa agropecuária que completou o trabalho indicado na década passada pela EMBRAPA, no desenvolvimento de novas variedades e na implantação de novos sistemas de produção.

O processo de modernização da produção agrícola está intimamente ligado à dinâmica da indústria processadora, seja como um requerente de insumos ou fornecedor dos mesmos. O complexo agroindustrial se expandiu durante os anos 80 menos que o conjunto da industria (15,5% contra 23% repectivamente) mantendo um comportamento muito mais estável, devido à natureza da produção agropecuária de maior lasticidade pela demanda de seus produtos, que sustenta os preços e a produção em periodos de recessões agudas mas não mostram abruptos períodos de desenvolvimento em épocas de expansão econômica. Assim, a atuação do Estado teve influência no passado para manter o nivel de atividade no setor agroindustrial, fundamentalmente, através da manutenção da produção dos derivados da cana-de-açúcar, que explicam quase um terço do produto bruto agroindustrial.

A industria fornecedora de insumos mostrou uma evolução mais semelhante ao setor industrial do que os demais setores da expectativa de preços dos produtos finais e portanto mostra maiores oscilações.

1/Garcia Gasquez, Jorge e Villa Verde, Carlos. "Crescimento da Agricultura e Política Agrícola nos Anos 80". SOBER. 1990.

O crescimento do complexo agroindustrial (Quadro III.1.1), já comentado anteriormente, está sustentado em quase a metade pela expansão da produção dos derivados de cana-de açúcar e suco de laranja. Esta situação demonstra que existe um efeito de impulsão por parte da agroindustria sobre a produção agrícola, uma vez que as atividades mais dinâmicas são aquelas com maior articulação com a indústria. Isto, leva a análise detalhada do comportamento das cadeias produtivas.

Na produção de cana-de açúcar houve um incremento de 76,5% durante a década de 80, enquanto que a produção de seus derivados verificam taxas bem inferiores (26,1%) basicamente devido ao incremento da participação do álcool na produção de derivados, através do tratamento direto da cana-de-açúcar em vez do processo simultâneo. A baixa dos preços do açúcar no mercado externo em 1982 fez com que o Programa Governamental PROÁLCOOL desse início a um mecanismo de controle da oferta externa de açúcar a partir desse momento. Nos últimos anos houve uma reversão da situação com o crescimento dos preços internacionais do açucar.

Durante os anos 80 as exportações do suco de laranja cresceram fortemente, dando impulso ao incremento na produção industrial. No Estado de São Paulo, cerca de 80% da produção é destinado ao suco e quase 90% dele destina-se à exportação, determinando uma forte correlação industria-exportação. A participação do suco de laranja chega até 5% de todas as exportações agroindustriais. O crescimento da produção desse produto agroindustrial acompanhou o incremento da produção de laranja, exceto em 1986, por exemplo, onde os estoques precedentes desestimularam o processamento da colheita. As boas rendas obtidas a partir dos preços externos existentes durante os dois últimos anos, foram direcionados para maiores investimentos, fundamentalmente em novas plantações e erradicação daquelas mais antigas.

A industrialização de soja durante a década de 80, manteve-se estável, após um período de crescimento instenso, devido à situação dos mercados externos, onde o Brasil matém sua presença com farinhas (exportando 80% da produção) e uma margem de azeite em conseqüência de seu importante consumo interno. A produção de grãos apresentou, sem dúvida, uma tendência ao crescimento durante o mesmo período em função das grandes possibilidades que a exportação bruta apresenta. Esta Situação afeta a relação entre produção e agroindustria de soja, dada a necessidade desta em ocupar sua capacidade instalada.

Cerca de 40% da produção de milho fica retida nos estabelecimentos, enquanto que o restante é destinado à produção de rações para gado, aves, porcos etc.

Nos anos 80 houve um grande aumento na produção de trigo devido à intervenção do Estado como intermediário entre a produção nacional deste grão e à moagem industrial. Por um lado o governo fixava Valores Básicos de Custeio (VBC), o preço de aquisição centralizava as compras e as vendas para as industrias. Por outro lado, envidaram-se esforços nas pesquisas agronômicas, o que permitiu conseguir variedades melhor adaptadas às condições agroclimáticas do Brasil. Neste contexto a produção cresceu assustadoramente até 1989, quando, abandonada a política protecionista da produção, decorreu uma significativa redução neste cultivo.

Comparando-se a evolução da moagem industrial, pode-se verificar que existiu uma leve tendência crescente derivada do crescimento do consumo interno de farinha.

Quadro III.1.1. SETORES INDUSTRIAIS VINCULADOS A AGROPECUARIA - BRASIL
INDICE DA PRODUÇÃO ACUMULADA
(BASE: IGUAL PERIODO ANO ANTERIOR = 100)

PRODUTOS INDUSTRIAIS	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1990/1981
PRODUTOS INDUSTRIAIS DERIVADOS DA AGRICULTURA (1)	109.04	100.33	100.68	109.83	94.48	106.72	94.96	102.8	96.55	117.36
Cana de Açucar	131.52	104.67	96.59	112.25	86.94	113.06	89.79	93.82	101.41	127.93
Trigo	99.71	100.28	106.52	100.06	111.9	93.18	97.76	106.18	99.61	114.89
Soja	91.92	86.73	98.99	108.23	86.73	107.27	99.57	113.4	87.89	82.53
Cafe	103.1	104.76	111.07	92.56	98.24	102.78	114.32	105.6	108.48	144.13
Cacau	100.24	112.47	99.66	130.12	95.97	93.98	99.84	100.07	108.56	143.06
Castanha de Caju	99.99	103.44	86.17	163.83	86.56	89.12	103.54	114.91	75.96	100.67
Tomate	130.7	91.42	110.25	103.71	109.91	89.01	100.17	110	67.53	128.92
Algodão	140.03	94.76	97	114.66	107.16	103.26	93.56	104.12	91.81	108.52
Mamona	86.25	91.99	156.29	135.32	86.1	70.6	77.08	103.58	54.82	40.59
Laranja	82.77	122.41	128.69	96.75	84.65	170.66	95.81	125.76	114.49	192.01
Fumo	104.24	98.28	103.29	111.72	107.46	102.1	100.97	105.11	98.85	135.81
Uva	107.54	103.38	108.45	122.44	95.45	67.37	118.22	106.23	103.17	125.33
Milho	95.3	103.61	90.66	108.61	109.82	107.5	89.83	103.19	102.64	107.19
PRODUTOS INDUSTRIAIS VINCULADOS A PECUARIA	101.29	98.94	99.4	102.56	97.29	106.78	104.9	99.24	100.22	109.52
Aves Abatidas	108.52	99.84	100.36	108.1	106.12	107.11	101.57	105.38	106.6	156.73
Carne de Bovinos	104.02	93.92	93.68	103.55	78.9	104	117.76	89.12	89.28	73
Carne de Suinos	87.48	98.21	90.84	107.02	103.81	119.8	87.71	82.85	105.05	79.91
Leite e Derivados	95.92	105.74	101.99	94.17	105.42	109.01	98.42	101.27	102.69	115.77
Miudos	102.36	95.93	96.95	102.14	80.17	106.16	120.09	83.71	107.02	89.04
Produtos de Salamaria	100.85	108.13	97.56	106.31	128.83	99.05	104.89	115.81	119.27	213.11
Rações	95.3	103.61	90.66	106.61	109.82	107.5	89.83	103.19	102.64	107.19
Vacinas e Supl. Minerais	94.15	89.19	135.04	118.96	122.85	96.97	109.3	133.23	84.99	203
PRODUTOS INDS. UTILIZADOS PELA AGRICULTURA (2)	91.56	90.63	142.55	98.6	110.56	102.27	86.56	64.33	76.3	75.31
TOTAL	104.43	98.97	105.07	106.65	97.84	106.01	94.96	98.98	98.06	109.45

NOTAS: 1) Esse total inclui outros produtos de agroindustria: Oleo de Babaçu, Farelo de Semente Oleaginosas, Erva-Mate Beneficiado, Farinha de Coco, Oleos Comestiveis Refinados - EXC: Soja, Suco Concentrado de Uva, Abacaxi e Maracuja, Doce de Banana e Goiaba em Pasta, Sisal.
2) Maquinas e Equipamentos, Insumos e Fertilizantes.

coincidiu?

3.2 Evolução da Produção

A ascenção do novo governo democrático a princípios de 1990, cuja política macroeconômica tem seu eixo principal centralizado no ajuste fiscal, a redução do gasto público, a eliminação de privilégios setorais e a desregulamentação da economia, concordou com uma quebra no processo de crescimento da agricultura Brasileira. Assim, a área de colheita, a produtividade média e conseqüentemente a produção, foram reduzidos significativamente nas duas últimas safras.

Apesar da quebra comentada, durante o período 1980-90, a produção do setor agropecuário brasileiro cresceu 36,2% (2,8% anual), sendo o setor pecuário (3.5% anual) ligeiramente mais dinâmico que o agrícola (2.3%), apesar de que estes resultados podem estar afetados pelos diferentes tempos de reposta aos condicionantes macroeconômicos externos, (este crescimento está melhor sustentado sobre a expansão da área cultivada que sobre a adoção de novas e tecnologias). Os maiores ritmos de crescimento são verificados em atividades vinculadas aos complexos agroindustriais de exportação.

Em 1991, a agricultura mostra uma de seus piores performances dos últimos anos, perdendo 15 milhões de toneladas de grãos em referência ao ano record de 1989, já que de 72 milhões de TN passaram a colher 57 milhões (Quadro III.2.1) Em tal circunstância, as importações de gastos básicos deverá incrementar-se, até alcançar os 8 milhões de TN para o corrente ano.

No quadro III.2.2 pode-se observar a evolução da área de colheita dos principais cultivos . Com exceção da cana-de-açúcar, todos mostraram significativa caídas em relação ao ano record de 1989. Não obstante, no presente ano, cultivos como milho, arroz e feijão recuperaram levemente sua atividade, os demais seguiram com a tendência declinante.

O esforço do governo para reverter a tendência declinante da produção através da reimplantação de instrumentos de política agrícola anteriormente deixados de lado, como créditos a baixa taxa de juros para produção e comercialização e renegociação da dívida, a manutenção da Política de Garantia de Preços Mínimos indexados para uma cesta de produtos, fazem prever um incremento do uso dos recursos produtivos e uma maior demanda de insumos que permitam a ampliação de 1 milhão de hectares de cultivo e a recuperação de produtividade nos cultivos tradicionais.

- Análise
- Relacionar c/ o mercado do ...

3.3 Exportações e Importações.

Durante os últimos 7 anos as exportações de origem agropecuária foram perdendo participação nas exportações totais do país, de tal maneira, que 39% do total em 1985 passaram a representar 29% em 1990 (Qaudro III.3.1). Em 1991 espera-se uma participação de não mais de 27%, influenciado pela redução na produção agrícola, e a caída nos preços internacionais dos "commodities" tradicionais do Brasil. A diminuição do volume exportado se verificou com maior intensidade do açúcar (20%), café (20%) e cacau (20%).

O complexo soja, demonstrou ser um dos setores mais dinâmicos, possui uma crescente importância dentro das exportações do setor agropecuário, já que participou com 20 e 25% a meados da década passada, chegou a 30% nos últimos anos. O café (em grão e moído) mantém um lugar de privilégio dentro das

Quadro III.2.1 PRODUCAO (t)

PERIODO / PRODUTO	1980-85	1986	1987	1988	1989	1990	1991 (3)
TRIGO	2,546,386	5,684,160	6,033,986	5,737,971	5,552,841	3,139,712	3,420,042
MILHO	20,874,165	20,530,960	26,802,767	24,748,016	26,572,592	21,297,811	23,638,183
SOJA	15,233,490	13,330,224	16,968,827	18,016,170	24,071,360	19,887,890	14,768,248
ARROZ	8,922,045	10,374,030	10,419,029	11,809,467	11,044,453	7,425,026	9,502,720
FEIJAO	2,327,788	2,209,188	2,007,230	2,808,639	2,310,546	2,239,349	2,840,190
LARANJA	60,629,927	66,872,215	73,568,815	75,565,192	89,016,188	87,440,536	95,526,985
ALG.ARBORETO	199,343	116,103	60,319	99,343	47,118	38,234	61,361
HERBAC.	1,792,417	2,198,027	1,613,073	2,435,487	1,813,399	1,773,369	1,850,394
CAFE	3,017,951	2,082,811	4,405,416	2,737,660	3,059,685	2,882,779	2,997,779
C. ACUCAR	196,129,260	239,178,319	268,741,069	258,412,865	252,642,623	263,604,425	262,057,398
PERIODO / PECUARIA (1)	1980-85	1986	1987	1988	1989	1990	1991
BOVINOS	10,592,432	9,112,001	10,590,894	12,542,075	13,463,000	13,173,000	4,590,000
SUINOS	9,366,633	9,198,384	10,927,656	10,608,758	9,698,000	10,915,000	3,583,000
AVES	732,344,514	747,580,176	832,031,033	820,060,464	844,475,000	946,946,000	325,628,000
LEITE (2)	11,570,292	12,491,809	12,996,497	13,521,882	14,094,857		

FONTE: IBGE/CEPAGRO
(1) Cabecas abatidas
(2) Mil litros
(3) Agosto/91

Quadro III.2.2 AREA (ha)

PERIODO / PRODUTO	1980-85	1986	1987	1988	1989	1990	1991 (1)
TRIGO	2,361,276	3,859,655	3,454,897	3,467,556	3,281,416	2,683,226	2,162,313
MILHO	11,685,656	12,465,836	13,503,431	13,169,003	12,931,784	11,394,653	13,217,972
SOJA	8,865,031	9,181,586	9,134,291	10,519,972	12,211,208	11,483,456	9,514,011
ARROZ	5,597,330	5,584,979	5,979,792	5,959,100	5,250,149	3,943,878	4,142,293
FEIJAO	5,049,424	5,477,688	5,201,791	5,781,248	5,181,016	4,684,994	5,545,975
LARANJA	610,003	707,822	725,560	805,692	882,632	910,540	961,954
ALG.ARBORETO	1,812,283	1,163,905	691,099	734,384	618,606	511,759	399059
HERBAC.	1,598,630	1,995,921	1,277,277	1,822,868	1,506,794	1,382,604	1425689
CAFE	2,388,688	2,591,461	2,875,641	2,975,245	3,026,535	2,909,427	2,742,051
C. ACUCAR	3,260,740	3,951,842	4,314,146	4,117,375	4,075,839	4,269,314	4,201,858

FONTE: IBGE/CEPAGRO

Quadro III.3.1 **EXPORTACOES AGROPECUARIAS.**
US$ 000.000 FOB

ANOS	1985	%	1986	%	1987	%	1988	%	1989	%	1990	%	1991	%
EXPOR. TOTAL PAIS	25,639		22,349		26,224		33,789		34,383		31,414		19,112	
EXPOR. AGROPECUARI	9,954	39	8,079	36	9,058	35	10,405	31	9,914	29	9,187	29	5,058	26
Animais Vivos e P.R.	752	3	603	3	677	3	903	3	632	2	651	2	494	3
Prod. R. Vegetal	3,469	14	2,594	12	2,902	11	3,095	9	3,033	9	2,334	7	1,311	7
Gorduras Oleos Ceras	848	3	267	1	447	2	469	1	536	2	497	2	236	1
Prod Alimenticios	3,918	15	3,840	17	4,044	15	4,982	15	4,629	13	4,902	15	2,110	11
Bebidas	102	0	84	0	25	0	49	0	43	0	59	0	38	0
Fumo e Tabaco	469	2	413	2	432	2	553	2	569	2	624	2	537	3
Algodao	386	2	278	1	539	2	394	1	470	1	421	1	332	2

Fonte: DECEX

(*) jan/jul

exportações do setor, chegando a participar com 30% do total em 1986, apesar de que nos últimos anos perdeu relevância, fundamentalmente, pela crise de preços internacionais, sendo deslocado do 2º lugar pelas exportações do complexo laranja, que alcançou em 1990 16.2% das exportações agropecuárias neste mercado, o Brasil participa com mais de 80% da oferta internacional.

O tabaco é outro setor que, via incremento dos preços internacionais, está acrescentando sua participação no comércio exterior brasileiro, já que representa 4.6% do valor das exportações setoriais em 1985, passou a 7% na atualidade . Contrariamente a esta tendência, verificou-se uma diminuição da importância relativa do complexo cacau (historicamente muito importante) que passou a representar 8% em 1985 a menos de 4% em 1990. Outras atividades que perderam importância foram as frutas tropicais tais como banana e sucos de frutas em geral.

O item carnes e os complexos de algodão e cana-de-açúcar vieram mantendo sua participação em valores próximos de 5%, (ver Quadro III.3.2).

As importações de maior transcendência que afetam a balança comercial do setor agropecuário são as pertencentes ao trigo (mais de 2 milhões de TN 1991), adubos em geral (mais de 3 milhões de TN em 1991) e fibra de algodão de alta qualidade (100.000 TN), (ver Quadros III.3.3 e III.3.4). A demanda de importação de fertilizantes mostra uma forte correlação com o nível de atividade do setor, enquanto que no caso do algodão está associado à demanda interna dos setores urbanos. O volume de trigo importado está vinculado em forma inversa aos esforços do governo, via altos preços de intervenção, na manutenção dessa atividade.

IV. A AGRICULTURA PERANTE A ABERTURA ECONÔMICA

4.1 A Integração Econômica: MERCOSUL e os Acordos Brasil-Argentina

O processo de integração formalizou-se em 29 de julho de 1986, mediante Ata para a Integração Brasil-Argentina e com a assinatura de Protocolos Comerciais por Setores (24), ainda que a iniciativa date de muitos anos atrás. A partir de uma decisão dos Governos e com o estímulo basicamente político, assume-se uma nova realidade, permitindo que os países do Cone Sul, adotem uma conduta de integração na área política-econômica, semelhante à praticada por toda a comunidade mundial.

Neste contexto, o cenário para alcançar a integração, teve como condição primordial, o funcionamento das instituições democráticas e o respaldo político dos parlamentos.

A situação dos países integrantes do MERCOSUL, quando começaram a constituir suas estratégias, não era a ideal. A dívida externa somava-se à instabilidade econômica que caracterizou e segue caracterizando em maior ou menor medida, as nações que o integram. A Integração foi adotada como mecanismo idôneo para alcançar um objetivo comum, o de acelerar os processos em desenvolvimento, a partir da ampliação dos mercados, e tem como finalidade, insistir na Iniciativa das Américas e paralelamente as negociações que incluem, além do comércio, os investimentos e dívidas, e a transferência de tecnologia necessária para competir à nível internacional na região.

Levando em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, especialmente a

QUADRO III.3.2

BRASIL. PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES AGROPECUARIAS: 1985-1991.

(%)

PRODUTOS	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
TOTAL GERAL EXPOR. AGROPECUARI	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	
AÇUCAR	4.2	5.2	3.7	3.5	3.2	5.6	
ALGODÃO	3.7	3.3	5.9	3.5	4.4	4.2	
CAFE	26.4	29.2	24.1	21.4	18.0	13.6	
CARNES	5.1	0.0	4.7	5.9	4.0	4.6	
CACAU	7.8	7.6	6.4	4.9	3.3	3.7	
FUMO	4.4	4.9	4.5	4.9	5.2	6.0	
BANANAS	0.2	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1	
SOJA	25.5	19.3	25.6	29.3	36.8	31.1	
SUCO DE FRUT.VEG.	0.5	0.4	0.7	0.5	0.2	0.1	
SUCO DE LARANJA	7.7	8.1	9.3	11.2	10.5	16.2	

Fonte: DECEX

QUADRO III.3.3

BRASIL. PRINCIPAIS IMPORTAÇöES AGROPECUARIA$ 1985-1991.

(Em t)

PRODUTOS	1985	1986	1987	1988	1989	1990
MILHO	262.0	2423.0	871.0	15.0	155.0	700.0
ARROZ	500.0	2074.0	235.0	190.0	200.0	800.0
TRIGO	4041.0	2255.0	2740.0	942.0	1308.0	1985.0
FERTILIZANTES E ADUBO	2486.0	3765.0	3815.0	3208.0	2633.0	3002.0
SOJA	424.0	499.0	509.0	117.0	83.0	30.0
ALGODÃO PLUMA	21.0	67.0	30.0	81.0	130.0	85.0
FEIJÃO TOTAL	15.0	95.0	35.0	10.0	25.0	70.0

FONTE: 1. THE WORLD BANK, "BRAZIL AGRICULTURAL SECTOR REVIEW: POLICIES AND PROSPECTS", REPORT No.7798-BR, JULY 26, 1990.

2. BANCO CENTRAL DO BRASIL, VARIOS RELATORIOS ANUAIS.

3. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, "MES AGRICOLA" AGOSTO 1991.

Quadro III.3.4

IMPORTACOES AGROPECUARIAS
US$ 000.000 FOB

ANOS	1985	%	1986	%	1987	%	1988	%	1989	%	1990	%	1991 *	%
IMPOR. TOTAL PAIS	13,153		14,044		15,051		14,605		18,263		20,661		5,950	
IMPOR. AGROPECUARIA	1,217	9.3	2,278	16.2	1,295	8.6	914	6.3	2,154	11.8	2,398	11.6	711	11.9
Animais Vivos e P.R.	116	0.9	838	6.0	431	2.9	146	1.0	863	4.7	730	3.5	159	2.7
Prod. R. Vegetal	969	7.3	1195	8.5	722	4.8	536	3.7	619	4.5	1,052	5.1	390	6.6
Gorduras Oleos Ceras	96	0.8	126	1.0	54	0.4	76	0.6	136	0.8	81	0.4	30	0.6
Prod Alimenticios	6	0.1	16	0.1	26	0.2	12	0.1	45	0.2	93	0.5	28	0.5
Bebidas	13	0.1	27	0.2	16	0.1	24	0.2	62	0.3	251	1.2	56	0.9
Fumo e Tabaco	-	-	-	-	-	-	1	0.0	5	0.0	2	0.0	9	0.2
Algodao	26	0.2	76	0.5	44	0.3	117	0.6	234	1.3	189	0.9	39	0.7

(*) abr/91

Fonte: DECEX

consolidação de grandes espaços econômicos e a necessidade de cada país, tornou-se importante fazer parte de algum conjunto ou bloque económico.

Atualmente, os países do Cone Sul defrontam-se com um processo de liberação da economia mundial. As reformas estruturais que estão sendo promovidas em todos os países, outorgam um papel preponderante as forças de mercado e à iniciativa privada.

O potencial econômico dos países que integram o MERCOSUL, é altamente significativo dentro do contexto latino-americano, dado que, possuem em conjunto um PIB total de Us$ 390.000 milhões com uma população estimada nos 190 milhões de habitantes, o que representa aproximadamente 50% do PIB e 47% da população da América Latina. Neste contexto, o Brasil representa 75% da economia do MERCOSUL, portanto suas flutuações macroeconomicas afetam direta ou indiretamente as relações economicas comerciais e financeiras comunitárias. Devendo levar em conta que o comércio bilateral com a Argentina, seu sócio majoritário, representa somente 3% das exportações brasileiras. (Quadro 4.1.1)

No dia 26 de março de 1991, os Presidentes dos países intervenientes, assinaram um Tratado para constituir um mercado comum entre as Repúblicas da Argentina, Federativa do Brasil, Paraguai e República Oriental do Uruguai.

O Tratado de Assunção tem como objetivo o estabelecimento de um Mercado Comum (MERCOSUL) para o qual implica a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; a adoção de uma política comercial comum com relação a terceiros países; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e a harmonização de suas legislações.

Durante o período de transição que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31/12/94 e à finalização da constituição do Mercado Comum, os países adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e um conjunto de Cláusulas de Salvaguarda.

Foram definidos como principais instrumentos de transição:

a. Um programa de liberação comercial, diminuindo as tarifas progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas das restrições não tarifárias, chegando à 31/12/94 com uma taxa zero, sem restrições, não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário.

Programa de Redução de Tarifas

Estas reduções aplicam-se exclusivamente no marco dos respectivos Acordos de Alcance Parcial (ver quadro Nº 4.1.2), nao beneficiando aos demais integrantes do Mercado Comum e não abrangendo os produtos incluídos nas listas de exceção.

Na assinatura do Tratado, os países participantes apresentaram as seguintes quantidades de iteus NALADI dentro das listas de exceção.

República Argentina	394
Republica Fed. Brasil	324

QUADRO IV.1.1
ESTATISTICA SOBRE OS PAISES DO MERCOSUL

DADOS	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
Exportações milhões US$ - 1989	9567	34392	670	1599
Importações milhões US$ - 1989	4200	18281	600	1203
PIB milhões US$ - 1989	53070	319150	4130	7170
Populaçao milhões de hab.	31.9	147.3	4.2	3.1
Superficie mil km/2	2767	8512	407	177
PIB per capita US$	2160	2540	1030	2620
Crescimento Promedio do PIB per capita (1965/1989)	-0.1	3.5	3	1.2
Inflaçao pro-medio anual (1980/1989)	334.8	227.8	23.2	59.2
Idade media de vida	71	66	67	73

FONTE: World Development Report do World Bank.

QUADRO IV.1.2

BRASIL E ARGENTINA

PORCENTAGEM DE ISENÇÃO SOBRE OS NIVEIS TARIFARIOS VIGENTES AO 31/03/90 EM (%)

31/III/90	30/VI/91	31/III/91	30/VI/92	31/III/92	30/VI/93	30/III/93	30/VI/94	31/III/94
Nivel	Porcentagem insençao							
00 A 40	47	54	61	68	75	82	89	100
41 A 45	52	59	66	73	80	87	94	100
46 A 50	57	64	71	78	85	92	100	
51 A 55	61	67	73	79	86	93	100	
56 A 60	67	74	81	88	95	100		
61 A 65	71	77	83	89	96	100		
66 A 70	75	80	85	90	95	100		
71 A 75	80	85	90	95	100			
76 A 80	85	90	95	100				
81 A 85	89	93	97	100				
86 A 90	95	100						
91 A 95	100							
96 A 100								

República do Paraguai	439
República Or. do Uruguai	960

Os países que integram o MERCOSUL, reconhecem haver diferenças pontuais de ritmo no processo de integração para o Paraguai e Uruguai. As listas de exceções serão reduzidas no vencimento de cada ano calendário, em razão de 20% anual, finalizando em 31/12/94 para a Argentina e Brasil, enquanto que para o restante dos países, concorda-se com um cronograma mais lento, a razão de 10% para 1991 e 20% nos demais anos e chegando ao fim em 31/12/95.

b. A coordenação de políticas macroeconômicas serão realizadas gradualmente e de forma convergente com os programas de redução de tarifas e de eliminação das restrições não tarifárias. Em matéria de Impostos, taxas e outros encargos internos, os produtos originários do território de cada país participante, gozarão em outros países participantes, do mesmo tratamento aplicado ao produto nacional.

c. Estabelecimento de uma tarifa externa comum para dar incentivo à competitividade externa dos países participantes.

d. Adoção de Acordos Setoriais como instrumento para acelerar a integração e diminuir os custos de re-investimentos , otimizar escalas de produção e aumentar a competitividade externa.

Está constituída uma Comissão Quadripartite Ad Hoc que elaborará, com base no documento emanado do Subgrupo 8 de Políticas Agrícolas, pautas de Acordos Setoriais, com a finalidade de concretizá-los no marco do Tratado de Assunção.

A administração e a execução do Tratado, durante o período de transição, está sob a responsabilidade do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum.

O Conselho e o órgão superior e encarrega-se da condução política e pela tomada de decisões, assegurando o cumprimento dos objetivos e prazos. Está constituído pelos Ministros de Relações Exteriores e pelos da Área Econômica, que podem reunir-se quantas vezes julguem necessário e pelo menos uma vez ao ano contando nessa reunião, com a presença dos Presidentes dos países participantes.

O Grupo Mercado Comum tem sob sua responsabilidade as funções executivas e está integrado por quatro membros titulares e quatro por cada país que serão substituídos regularmente, representando os Ministerios de Relações Exteriores, da Economia e seus equivalentes (Indústria, Comércio Exterior e Bancos Centrais). Este Grupo conta com uma Secretaria Administrativa, sediada em Montevidéu.

Durante o período de transição, as decisões do Conselho e do Grupo Mercado Comum serão tomadas através de votos e na presença de todos os países participantes.

O Tratado de Assunção tem duração indefinida e entrou em vigor no dia 30/10/91 em Assunção, data em que os Governos da Argentina e do Brasil, formalizaram-no, entregando as cópias do Tratado, ratificadas pelos respectivos Congressos e portanto, entrando legalmente em vigência no dia 29 de novembro, de acordo com os prazos previstos.

O Tratado prevê a forma em que os países participantes desejam vincular-se, formalizando a intenção ante o Ministério de Relações Exteriores da República do

Paraquai.

O Grupo Mercado Comum constituiu 10 subgrupos de trabalho para o cumprimento de seus objetivos e que aqui estão relacionados:

1) Assuntos Comerciais
2) Assuntos tarifários
3) Normas Técnicas
4) Política Fiscal e Monetaria, relacionada com o comércio
5) Transporte Terrestre
6) Transporte Marítimo
7) Política Industrial
8) Política Agrícola
9) Política Energética
10) Coordenação de Políticas Macroeconômicas

Elementos condicionantes ao processo de integração

1) O marco institucional;
2) a política interna dos Países participantes;
3) suas políticas internacionais;
4) política econômica interna e internacional;
5) política de Comércio Exterior.

1) O marco institucional

O êxito desta iniciativa depende:

a) A consistência económica;
b) capacidade de atrair a atenção interna e internacional;
c) os projetos alternativos existentes no mundo.

O primeiro fator apresenta algumas inconsistências, ainda que, efetivamente, pode observar-se que no exterior, a região é tomada como uma unidade estrutural, com um espaço económico mais amplo em comparação a cada um dos países, tomados separadamente e com tendências macroeconômicas uniformes, mesmo que possuam diferenças de ritmo e instrumentos em seu desenvolvimento. O segundo fator é essencial, pois no momento, fala-se de projetos "marginais" na escala da economia mundial que requerem uma dotação de recursos escassos, tempo e "managemeent" que somente os espaços económicos mais amplos podem atrair.

O terceiro aspecto é menos promissório, dado que os países, em geral, sejam os desenvolvidos ou os em desenvolvimento, estão procurando maior integração através de acordos. Por exemplo: Os Estados Unidos e Canadá fecharam um acordo; México está negociando o seu com os Estados Unidos e assim efetuando um acordo Tripartite, dado a integração da CEE em 1992., cujas negociações ja estão bastante aceleradas. Os acontecimentos ocorridos na Europa Oriental deram origem à uma área de grande magnitude; o sudoeste asiatico tambem manifesta sua intenção em fazer parte de acordos internacionais.

2) A situação política interna

Em 1986 existia, dentro dos sócios majoritários do MERCOSUL, uma situação de estabilidade política interna que não foi possível levar a diante. Os acontecimentos ocorridos em 1989, fundamentalmente , na Argentina e a transferência de Governo em 1990 no Brasil, limitaram a capacidade de continuar atendendo questões de ordem estratégica. Se não houver um fortalecimento interno entre os Governos, é possível que o marco político interno siga retardando o processo do projeto de integração.

Em referência ao exposto anteriormente, deve adicionar a virtual paralisia do GATT que faz com que todo o interesse esteja voltado, sem renunciar aos discursos multilaterais, na estratégia de competitividade e nos comportamentos comerciais das grandes vértices do comércio mundial: Estados Unidos, Japão e CEE.

3) A Política Internacional dos Sócios Majoritarios

As mudanças de rumo da política exterior da Republica Argentina, ocorrida nos dois ultimos anos, gerou algumas situações, desarmonizando a que vinha sendo praticada anteriormente, dando origem à uma participação menos homogênea nos foros internacionais.

4) Política econômica interna do Brasil e Argentina

Em 1985 e 1986, os dois Governos definiram estratégias para combater os processos inflacionários com recessão (Plano Austral e Plano Cruzado), criando um padrão econômico objetivando a recuperação da atividade econômica e a negociação da dívida externa devidamente ordenada. No final de 1987, começaram a aparecer os primeiros vestígios de descontrole das variáveis econômicas nos países mais importantes, Argentina e Brasil. As tentativas para controlar-se internamente, levaram o projeto de reativação, de crescimento e em última instância, de complementação à perder sua importância.

As defasagens no tipo de câmbio, produziram movimentos cíclicos no comércio e promoveram políticas econômicas de curto prazo. No entanto, esta decisão foi produzindo o "Know How" de um processo de integração e de conhecimento recíproco entre setores empresariais, retomando o controle, substituindo suas respectivas administrações, esforçando-se para dar continuidade à expansão de acordos comerciais. Por exemplo: Siderurgia, Alimentação e Automotriz.1/

5) Política de Comércio Exterior do Brasil e Argentina

Existem divergências estruturais nas políticas de comércio exterior.
Desde o começo deste processo de integração, a economia Argentina tem sido mais aberta que a do Brasil, situação evidente desde o final de 1987. O processo de abertura das importações Argentinas, acelerou-se nos dois ultimos anos, similar a do Brasil em 1991.

Este processo no Brasil começou muito depois que o da Argentina e a previsão é que nos próximos 4 anos tenha alcançado o propósito, mesmo assim, estaria em situação diferente.

1/Roberto Lavagna Integracion Brasil-Argentina: Origen, resultados y perspectivas. ARIADNA, Buenos Aires Marzo de 1991

Neste contexto, a razão mais importante para explicar o superávit para a Argentina em 1990, deve basear-se no atraso cambial do Brasil.

	Brasil 1994 ?	Argentina 1991
Tarifa Máxima	40%	22%
Tarifa Média	9,6%	14,2%
Tarifa mais Frequente	0%	20%

A política comercial interna da Argentina é de fato, aquela que faz com que o setor produtor venha a competir externamente, utilizando-se de um mecanismo de correta atribuição dos recursos que libere aqueles mal aplicados, os quais teoricamente, se concentrariam em setores de vantagens comparativas.

No outro extremo, o Governo do Brasil, move-se no mesmo sentido, mas procurando "a reestruturação competitiva através de mecanismos de coordenação e mobilização de instrumentos de apoio creditícios e de fortalecimento da infra-estrutura tecnológica" e "a proteção tarifária seletiva de setores industriais de tecnologia de ponta".1/

Portanto, poderia-se dizer que a Argentina adiantou-se 4 anos no processo de abertura e que mesmo assim, a convergência, tal como está descrita, não será alcançada plenamente em 1994. Tanto é assim que a situação por parte da Argentina, tende a expressar uma falta de interesse em diferenciar o projeto de integração, de uma política de abertura generalizada.

Como dado ilustrativo, pode-se analisar a nova estrutura alfandegária da Argentina: 5.200 itens sobre 11.000 do catálogo alfandegário que encontra-se com tarifa de 0%, enquanto 3.900 com tarifa de 11%, reduzindo desta forma, o efeito da margem de preferência sobre a integração.2/

Por outro lado, as flutuações nas políticas Cambiais, afetaram o fluxo de comércio entre os dois países.

Nos Quadros NOs 4.1.3 , 4.1.4, A 4.1.7 e A 4.1.8 é apresentada a evolução cambial real e sua vinculação com o comercio bilateral Brasil e Argentina. Esta referência demonstra que desde 1980 a 1988, inclusive, as relações de taxas de câmbio entre os dois países, foi favorável ao Brasil, existindo um saldo de balança comercial positivo para este países em todos os anos analisados, exceto em 1986, onde registrou-se um saldo quase nulo. Esse ano foi afetado pelo desenvolvimento do Plano Cruzado e expressado no congelamento cambial de exportação, provocando uma deterioração na balança comercial do Brasil.

O comportamento reverte-se a partir de 1989, onde se é verificado uma desvalorização da moeda argentina, devido ao caos da hiperinflação, com a generalizada desorganização ocorrida no país, afetando setores de produção e mercado e um comportamento inverso do Cruzado, que somado às necessidade de

---

1/ .Gobierno del Brasil. "Directivas Generales para la Política Industrial y de Comércio Exterior". 26 de junio de 1990.
2/. Lavagna Roberto. Op cit.

QUADRO IV.1.3

BRASIL E ARGENTINA - EVOLUÇÃO DO TIPO DE CAMBIO REAL

PERIODOS	ARGENTINA	BRASIL	DIFERENCIA PARA BRASIL	COMERCIO DE BRASIL E ARGENTINA		
				EXPOR.	IMPOR.	SALDOS
				(em milhões de US$)		
1980	-52.2	16.9	69.1	1073.0	765.0	308.0
1981	-39.0	7.8	46.8	893.0	595.0	298.0
1982	2.4	10.4	8.0	688.0	568.0	120.0
1983	11.5	42.8	31.3	667.0	358.0	308.0
1984	5.8	48.6	42.8	831.0	478.0	353.0
1985	23.6	55.8	32.2	611.0	496.0	115.0
1986	9.4	41.2	31.8	690.0	696.0	-6.0
1987	13.1	31.8	18.7	819.0	539.0	280.0
1988	1.1	16.6	15.5	971.0	607.0	364.0
1989	30.2	-6.4	-36.6	721.0	1123.0	-403.0
1990*	-10.0	-20.7	-10.7	712.0	1401.0	-689.0
1990						
Jan.	35.2	-19.5	-54.7	61.6	77.5	-15.4
Fev.	71.1	-22.2	-93.3	35.7	57.3	-21.6
Mar.	20.9	-31.6	-52.5	49.1	120.8	-71.7
Abr.	15.6	-23.0	-28.6	41.4	82.6	-41.2
Maio	5.9	-23.3	-29.2	53.7	105.4	-51.7
Jun.	0.7	-23.4	-24.1	49.8	103.2	-53.4
Jul.	-5.1	-24.0	-18.9	55.1	96.8	-41.7
Ago.	-7.6	-24.2	-16.6	55.4	172.3	-116.9
Set.	-20.8	-29.6	-8.8	58.1	187.6	-129.5
Out.	-27.0	-21.7	5.3	67.0	121.1	-54.1
Nov.	-33.0	-14.0	19.0	83.0	119.0	-36.0
Dez.	-36.8	-7.9	28.9	102.0	157.0	-55.0

FONTE: Lic. Carlos Moyano Walker

QUADRO IV.1.4
COMPOSIÇÃO EXPORTAÇÖES DE BRASIL PARA ARGENTINA
Milhoes de US$

	1989	1990
Produçao Primaria	347	160
Manufatura Origen Agropec.	259	306
Manufatura origem Indust.	117	116

COMPOSIÇÃO EXPORTAÇÖES DE BRASIL PARA ARGENTINA

	1989	1990
Bens de Capital	53	86
Partes com Produçao Local	66	81
Partes sem Produçao Local	5	7
Outras com Produc. Local	398	362
Outras sem Produc. Local	167	167

FONTE: DECEX.

importação por parte do Brasil lançou um saldo negativo, nunca antes registrado, para o Brasil.

Em 1990 ambas moedas encontravam-se valorizadas registrando uma diferença relativa a favor do Cruzeiro. Adicione a este comportamento, o saldo do ano, arrojando um incremento de saldo comercial favorável a Argentina. Uma análise mais detalhada, elaborada mensalmente, demonstra que a partir de outubro de 1990, reverte-se o processo e diminui o saldo negativo para o Brasil. (Quadros A 4.1.9 e A 4.1.10).

As projeções realizadas com base no comportamento comercial bilateral para o primeiro semestre indica que ambas moedas permanecem relativamente valorizadas, tendendo para o Austral, mais marcando uma diferença a favor do Cruzeiro e com um saldo comercial menor, porém favorável para o Brasil.

No terreno das composições de exportação e importação bilateral, produziram-se importantes mudanças ao longo da década de 1980.

Durante muito tempo, a composição das importações brasileiras, vindas da Argentina eram de 80% de produtos primários e 20% de produtos elaborados industrialmente (manufaturas de origem industrial - MOI - incluindo as de origem agropecuárias- MOA).

A partir de 1987, crescem rapidamente as importações de origem industriais, dado que, de uma participação de 38,5% (Us$ 208 milhões), no referido ano, passam a 44,4% (Us$ 517 milhões) , em 1989. Em 1990, reduziu-se a participação para 41%, mas as importações continuam incrementando-se em termos absolutos, chegando a Us$ 555 milhões. Deste total, 90% fazem parte de acordos comerciais, dado que a estrutura alfandegária vigente, durante o período, dificultava o acesso ao mercado interno, em contraste, as exportações brasileiras à Argentina, somente 50% das mesmas estão relacionadas com concessões comerciais, em função de uma maior abertura comercial por parte da Argentina e de uma política brasileira de importação mais ativa.

Nos Quadros 4.1.4 e A 4.1.11, pode-se observar que as exportações argentinas ao Brasil estão compostas em 60% por produtos primários e agroindustriais e o restante por manufaturas de origem industrial, enquanto que o Brasil exporta para aquele país, fundamentalmente, bens industriais, dentro dos quais existe um forte componente de produtos que, também possuem fabricação local, demonstrando o efeito da taxa de câmbio sobre o comércio bilateral.

Resultados dos Protocolos Comerciais vigentes de 1986, entre o Brasil e a Argentina

Protocolo 1: Bens de Capital

- O Instrumento basico tem sido a taxa oficial zero com lista de ampliação progressiva;
- Esta negociado 50,2% do total do universo e 51% do comércio efetivo de bens de capital;
- A proporção de bens negociados no comércio setorial é mais importante para a Argentina que para o Brasil;

- No intercâmbio de bens não negociáveis, o Brasil leva importantes vantagens.

Protocolo 3: Do Trigo

- Foram fixados volumes de compras por parte do Brasil, começando com 1.375 milhões de toneladas em 1987, chegando a 2.000 milhões de toneladas em 1990. Foi prorrogado com este nível até 1993.

Protocolo 4: (Geral do Comércio ou de Acordo de Alcance Parcial Nº 1 da ALADI)

- O instrumento básico é a eliminação de tarifas e preferências tarifárias;
- Até 1990 havia um total de 3877 itens sujeitos a preferência de comércio, dos quais 1,761 são concessões do Brasil;
- Existe uma cláusula gatilho, estipulando que no caso de haver um desequilíbrio de mais de 8% no comércio global, ambas as partes aumentam os impostos para 10% para o país com superávit e 5% para o país com déficit;
- A cláusula gatilho foi aplicada pela primeira vez em 1988, a favor da Argentina devido ao superávit comercial do Brasil. Igualmente sucedeu-se em 1989. Em 1990, foi o Brasil que beneficiou-se com a cláusula;
- Em 1991 os impostos obtidos por cada país sobre o total de concessões foram os seguintes:

Impostos Obtidos por cada país sobre o total de concessões

	Recebidas por	
	Argentina	Brasil
Desconto	Posições (% do total)	
26-35	2.1	13.0
36-45	2.0	19.4
46-55	3.8	10.2
56-70	15.6	25.7
71-86	32.3	15.2
87-100	44.2	16.5

Protocolo 21: Indústria Automotriz

- Deveria ter iniciado em 1989, retardou-se por falta de entendimento, chegando a acordos em janeiro de 1991;
- concede aos benefícios previstos, quando existem planos aprovados de complementação industrial entre empresas;
  o valor máximo dos programas será de Us$ 300 milhões em 1991, 500 em 1992 e livre a partir daí; complementa-se com um comércio de até 10.000 unidades terminadas.

Protocolo 22: Indústria Alimentícia

- O instrumento básico é a tarifa zero, lista comum e em certos casos, quotas;
- Existe um total de 490 produtos negociados dos quais 379 necessitam de quotas e o restante esta sujeito a este tipo de limitação.
- este Protocolo tem sido negociado basicamente por empresas privadas de ambos os países e com menos intervenções dos respectivos Governos.

Outros Protocolos

O Protocolo de transporte terrestre (Nº 14) vem sofrendo importantes avanços, regendo-se pela desregularização na contratação do frete desde 1991.

O Tema Financiamento (Nº 6), tambem vem sofrendo avanços, chegando a um acordo reciproco sobre as linhas de crédito no valor de Us$ 200 milhões, e logo ampliadas para Us$ 400 e recentemente com um adicional de Us$ 100 milhões.

Entre os protocolos que encontram-se paralisados por falta de entendimento, estão os da Siderurgia (Nº 13), o da Cooperação Aeronautica (Nº 12), o de Estudos Econômicos (Nº 10), o de Complementação Energética (Nº 8) e o da Moeda (Nº 20).

Mercosul - Subgrupo de Trabalho Nº 8 de Política Agrícola

O Subgrupo conseguiu integrar-se tecnicamente nos trabalhos, discutindo e elaborando em equipe à nível de diretoria, critérios, princípios básicos e propostas concretas, cuja específica aprovação, dar-se-á no âmbito dos respectivos Governos. Depois de um período de troca de informações quantitativas e informes a respeito de políticas agropecuárias, descrevendo a situação do setor, redefinindo o processo de trabalho com o objetivo de agilizar os resultados, enquanto à possibilidade de identificar assimetrias e complementações.

Este novo processo de informação, realizou-se atraves de reuniões de trabalho, contando com a participação do setor governamental e do setor privado.

Desde o principio, o Subgrupo de Trabalho propos realizar uma análise da perspectiva dos complexos agroalimentícios.

O Grupo Mercado Comum na III Reunião realizada em Assunção, no período de 21 a 23 de outubro de 1991, avalizou a atuação a respeito, conjugando a análise do Subsetor agroindustrial ao Subgrupo Nº 8 em coordenação com o Subgrupo Nº 7 de Políticas Industriais e com o Subgrupo Nº 3 de Normas Técnicas, quando necessário.

Na V Reunião Plenária, com a intenção de melhorar o desenvolvimento destas Reuniões, elaborou-se um documento que estabelece as pautas que deverão ser utilizadas no processo das discussões e na troca de informações entre os setores privados e governamentais, sendo definidos os seguintes objetivos: i) Promover o conhecimento entre os empresários, analisar em profundidade os complexos agroalimentícios, avaliar as vantagens comparativas à nível internacional e regional, identificando e quantificando os efeitos das políticas públicas,

realizar projeções sobre as possíveis evoluções dos complexos, identificar áreas prioritárias e estudar a necessidade ou conveniência para formalizar acordos setoriais.

A informação basica que recomenda-se discutir nas reuniões de trabalho, versará, fundamentalmente em: aspectos estruturais, preços dos produtos e de seus principais insumos e fatores, mecanismo de formação de preços dos insumos e seus produtos, politicas públicas que afetam na formação de preços, estrutura impositiva, normas técnicas em vigência e pautas de harmonização visando o Mercado Comum, restrições e estímulos ao comércio internacional e toda informação importante que surja para analisar cada complexo em especial.

Os resultados destas reuniões apresentam-se de tal forma que facilitam a visão comparativa dos aspectos mais importantes do complexo agroindustrial e das políticas aplicadas pelos Governos.

Os Governos pretendem que o Subgrupo de Trabalho obtenha, conclusões que chequem à elementos sugerindo à identificação de áreas prioritárias em matéria de coordenação de políticas, como também, na formulação de acordos setoriais e na reconversão de projetos de investimento no setor.

No transcurso dos IV e V reuniões plenárias, o Subgrupo foi adiante na análise, coincidindo na necessidade de aprofundar o estudo sobre os aspectos macroeconômicos que incidem no setor agropecuário e toda o complexo produtivo. Foi elaborada uma lista de temas a serem tratados nas próximas reuniões plenarias, os quais podemos enunciar:

. Mecanismos para evitar praticas desleais de comércio, definição do conceito de transição e dos instrumentos necessários para curto e médio prazo, tais como normas técnicas, tarifa externa comum, acordos setoriais, barreiras aduaneiras, políticas públicas e outros.

Produtos Alimentícios Sensíveis

A lista de complexos de produtos alimentícios sensíveis que geram maior interesse e preocupação aos quatro paises integrantes do MERCOSUL, e que por sua vez foram definidos no âmbito do Mercosul pelo Subgrupo NO 8 são:

- Cereais e oleaginosos: Trigo, Milho, soja, girassol, arroz, cevada, malte, centelho, aveia, linho, mandioca, feijão.

- Complexo Proteico: Carne bovina, ovina, suina, avicola, peixes, lácteos

- Frutas: Cítricas, maçã, uva, pêssego, banana, morango, tropicais, etc.

- Hortaliças: Alho, cebola, tomate, batata, pimentão, etc.

- Industriais: Algodão, café, cacau, açúcar, etc.

- Bebidas: Alcoólicas e refrescos.

Esta lista não cobre a totalidade dos produtos que devem ser analisados e que

deverão ser incluídos nas próximas listas tais como lã, cha e florestais.

A análise dos insumos surgira dos estudos das planilhas de custo e a informação adicional que sera apresentada pelos organismos governamentais e privados no transcurso das reuniões.

Se estabelece a necessidade de contar com um sistema comum de informações e para que isto ocorra é necessário o apoio técnica e creditício de organismos governamentais.

O Subgrupo Nº 8 ainda não defrontou-se com um estudo, com o qual se possa desenvolver hipóteses de impacto regional a partir da integração econômica, e da conformação do Mercado Comum.

Entende-se que trata-se de um processo interativo que poderá ser estudado a partir das definições que foram solicitadas ao Grupo Mercado Comum, através do documento elaborado e pelo qual se expressa a necessidade de formular uma estratégia apta para vigorar no período de formação do Mercado Comum.

As Perspectivas para o Setor Agropecuários

O Brasil representa 71,5% da superficie total do Mercosul (1186.3 milhões de has), possui 66,7% dos 117,8 milhões de hectares aráveis e/ou sendo cultivadas permanentemente. Da superficie dedicada apenas a criação de gado (345,4 milhões de has)), o Brasil possui 48,9%.

Ainda assim dispõe de 88,1% das 630,6 milhões de hactares de florestas.

Em 1988, o Brasil dispunha de 715.000 unidades de tratores, o que representava 73,7% do total. Esta disponibilidade representa a utilização de um trator para cada 110 hectares aráveis e/ou em áreas cultivadas permanentemente, enquanto que a Argentina possui um trator para cada 170 hectares. No Brasil, no momento, existem 44.000 unidades de colheitadeiras, equivalente a 45,8% do total existente da área. De tal maneira, o Brasil, utiliza uma colheitadeira para cada 1.511 hectares aráveis, enquanto que a Argentina, possui uma para cada 547 hectares araveis.

Segundo os dados disponiveis no SIAPA, o Setor Agropecuário do Mercosul, ocupava 15,8 milhões de pessoas em 1980 (10% do total), das quais 87,2% trabalhavam em atividades agricolas no Brasil. Isto significa que o pais empregava 1 pessoa por cada 5,7 hectares aráveis e/ou dedicadas ao cultivo permanentes (Argentina emprega 1 pessoa em cada 26,6 hectares).

O Brasil ocupa o primeiro lugar na disponibilidade de estoques de carne bovina, com 66,6% de 207,5 milhões de cabeças do Mercosul. No caso da carne suína dos 39,9 milhões de cabeças, o pais detém 83,2%, também dispõe de 76,6% das cabras, 69,6% de equinos e 87,8% das aves de abatimento. Com 27% do total de ovinos. Quadro 4.1.5.

A produção de cereais na area do Mercosul alcançou, em 1989, 64,2 milhões de hectares, com uma produção de 32 milhões de hectares plantados. Desta superficie o Brasil foi responsavel por 68,9% da produção. No caso de oleaginosas, o Brasil

QUADRO IV.1.5

MERCOSUL, PRODUÇÃO PECUARIA E DE GRANJA, 1989

Unidade: 1000 t

Pais	Carne Bovina	%	Carne Suina	%	Carne Aves	%	Leite	%	Mel	%	Ovos	%	La	%
Argentina	2600	46.	200	14.	345	13.	6725	31.	38	60.	287	19.	141	61.
Brasil	2478	44.	1000	74.	2140	84.	13609	63.	16.5	26.	1100	76.		
Paraguai	135	2.4	120	8.9	26	1	205	0.9	1.2	1.9	37	2.6		
Uruguai	362	6.5	21	1.6	24	1	1020	4.8	7.5	11.	21.8	1.5	87	38.
Total	5575	100	1341	100	2535	100	21559	100	63.2	100	1445.8	100	228	100

MERCOSUL: PRODUÇÃO DE FRUTAS, 1989

Unidade: 1000 t

Pais	Banana	%	Maça	%	Pera	%	Pessego	%	Citricos	%
Argentina	240	3.8	964	65.	217	100	250	67.	1290	6.5
Brasil	5588	89.	470	32			105	28.	17827	90.
Paraguai	425	6.8							541	2.7
Uruguai			35	2.4			15	4	130	0.7
Total	6253	100	1469	100	217	100	370	100	19788	100

MERCOSUL: AREA COLHIDA E PRODUÇÃO DE ALGUNS OBS INDUSTRIAIS, 1989

Pais	AÇUCAR				TABACO				ALGODÃO			
	Area (1000 ha	%	Produçao (1000 t)	%	Area (1000 ha	%	Produçao (1000 t)	%	Area (1000 ha	%	Produçao (1000 t)	%
Argentina	300	6.9	14000	5	52	15.	80	14.	490	15.	580	19.
Brasil	4053	92.	262792	94.	278	82.	445	82.	2162	70	1885	63.
Paraguai					6	1.8	14	2.6	438	14.	515	17.
Uruguai	10	0.2	500	0.2								
Total	4363	100	277292	100	336	100	539	100	3090	100	2980	100

Brasil é o concorrente a ser enfrentado.

participou com 69% da área total cultivada e 68,4% da produção total (38,8 milhões de toneladas).

Separando por produto, a área total referente ao cultivo do milho no Mercosul foi de 15,1 milhões de hectares, com uma produção de 32 milhões de toneladas. Destas, o Brasil produziu 82,7% e ocupou 85,4% da superfície. (Argentina representou 13,3% e 10% respectivamente).

O trigo no MERCOSUL alcançou um total de 8,8 milhões de hectares e produziu 14,1 milhões de toneladas. Destas, o Brasil foi responsavel por 38,3%, enquanto que a Argentina foi responsável por 55,2 da produção total e 57,2% da área.

Da superfície ocupada no cultivo de soja em 1989 , (17 milhões de hectares) o Brasil foi responsável por 71,7% (12,2 milhões de hectares), participando com 75,1% da produção total (32 milhões de toneladas). A Argentina destinou 3,9 milhões de hectares (22,9% do total) e produziu 6,2 milhões de toneladas, ou seja 19,5% do total (atualmente sua produção se estabilizou em torno dos 10 milhões de toneladas). Paraguai alcançou 5% da área plantada e da produção.

Em cultivos industriais, o Brasil também ocupa o lugar preponderante, já que participa com 95% da produção de cana- de-açúcar, 83% de tabaco e 64% do algodão.

Análise de Competitividade da Agricultura Brasileira

Já foram visto os elementos gerais que definem as vantagens comparativas do Brasil dentro do Mercosul, taxa de juros, impostos e tarifas, outros de carater macroeconômico e político. No entanto existem outros caráteres setoriais e específicos que devem ser analisados separadamente, como por exemplo, época da colheita, insumos e fatores de produção, custo de produção, produtividade, organização e infra-estrutura do comércio e processamento.

i) Identificação de produtos sensíveis à integração

Em conformidade com o mencionado acima, o Subgrupo de Trabalho 8 de Política Agrícola, definiu os produtos e cadeias de produtos que poderiam vir a ser afetados pela integração. Destes, para o Brasil, existem alguns sobre os quais o setor privado e o governamental temem sofrer mudanças no seu contexto do desenvolvimento, são estes: os complexos de cereais (trigo, milho, cevada); complexo oleaginosos (especialmente soja); leite, gado de corte, algodão, produtos hortícolas (basicamente alho e cebola) e frutas (cítricas, maçã, uva).

ii) Período da Colheita dos Produtos Sensíveis à Integração

No Quadro Nº 4.1.6, pode-se observar os períodos da colheita da Argentina e do Brasil dos diferentes produtos sensíveis. Foi realizada uma classificação que divide aos mesmos entre competitivos e complementários, baseada fundamentalmente em períodos de colheita e deixando de lado a capacidade de armazenagem de cada um, o que dificultaria a análise. Nele comprova-se, com exceção de produtos hortícolas como o alho, cebola, tomate e a laranja, onde existe uma certa seqüencialidade na produção, os demais produtos suportam estensos períodos de demanda. Note se que na produção de grãos e fibras, ainda que os períodos de colheita lancem no mercado um grande volume de produtos, incrementando a oferta e conseqüentemente a demanda outros fatores externos, como a capacidade de

QUADRO IV.1.6

SISTEMA MENSAL DE PLANTIO E DE COLHEITA PARA PRODUTOS SELECIONADOS, ARGENTINA E BRASIL

PRODUTOS	ARGENTINA		BRASIL		RELAÇÃO ENTRE PAISES E PRODUTOS	
	PLANTIO (mes) de ate	COLHEITA (mes) de ate	PLANTIO (mes) de ate	COLHEITA (mes) de ate	compet.	compl.
ALHO	03 05	08 12	03 05	06 09		X
ALGODÃO	08 11	/01 /05	10 11	/03 /05	X	
ARROZ	09 12	/03 /06	10 12	/03 /05	X	
CEVADA CERVAS	04 08	/03 /01	06 07	11 12	X	
CEBOLA	04 11	09 /05	02 08	11 12		X
MILHO	09 11	/02 /06	09 11	/04 /06	X	
MAÇA		/02 /05		01 03	X	
LARANJA	04 10	/04 /11	05 07	10 12	X	
BATATA SEMITEMP.	07 10	11 /02	08 11	11 /06	X	
BATATA SEMITARD.	08 12	/01 /05	08 11	11 /06	X	
BATATA TARDIA	12 /03	/03 /06	08 11	11 /06	X	
SOJA	08 12	/03 /06	10 11	/04 /05	X	
TOMATE	06 12	11 /05	01 05	05 09		X
TRIGO	03 08	11 /01	05 06	10 11	X	

FONTE: Segundo Censo Agropecuario, IBGE. Servicio Nacional de Economia e Sociologia Rural SAGYP Argentina.

NOTAS:

-Competitivos

-Complementares

OBS: / "X"; a barra significa que o mês referênciado com "x", corresponde ao ano seguinte ou imediatamente posterior.

armazenamento ou financiamento para a conservação em estoques, estendem-se por períodos naturais, até limites de troca, sendo os anos.

iii) Insumos e Fatores de Produção

O maior competidor do Brasil dentro do Mercosul, é a Argentina que possui uma fertilidade natural e grande profundidades de solos, conta com a vantagem de ter que utilizar menos quantidades de fertilizantes, e consequindo maior produtividade nos cereais e frutas que necessitam de um clima frio (por exemplo, maçã e uva). Porém necessitam de maior quantidade de herbicidas para as zonas produtoras de grãos.

O Brasil é praticamente auto-suficiente na produção de fertilizantes nitrogenados e fosforados e importa todo potássio consumido, enquanto que a Argentina se auto-abastece da metade do nitrogênio e importa todo fósforo e potassio. (Argentina necessita, quando utiliza-os, de fertilizantes nitrogenados em cereais da area centro norte, ou fosforados em solos cansados do sudeste do pampa úmido e nos cultivos continuos).
O Brasil é auto-suficiente no abastecimento de produtos agroquímicos, ainda que importe 33% dos Princípios Ativos (PP), enquanto que a Argentina necessita importar 70% de tais insumos e 40% dos PP.
A estrutura oligopolizada do setor farmacos no Brasil faz que 15 empresas sejam responsáveis por 60% do valor total das produções destes insumos, enquanto que 5 empresas produtoras de defensivos são responsáveis por 54% de o valor.

Em relação às sementes utilizadas nas lavouras, os dados disponíveis permitem confirmar uma maior utilização por parte do Brasil de sementes melhoradas, com exceção a do milho, dado que a Argentina possui a maior produtividade. Quadro A 4.1.1.

No Quadro Nº A 4.1.2, é analisado o tratamento impositivo para os insumos e bens de capital do Brasil e Argentina. Pode-se observar que a Argentina possui uma abertura maior para a importação de insumos e bens de capital, enquanto que o Brasil apenas começou a implementar a isenção dos impostos internos indiretos (ICMs) pelas ação dos Governos Estaduais.

iv) Custo de Produção

Existem grandes dificuldades em realizar uma analise comparativa dos custos de produção entre os países integrantes do MERCOSUL, devido fundamentalmente à heterogeneidade de sua formulação a respeito dos coeficientes técnicos utilizados e o grau de adesões dos fatores.

No entanto, realizou-se uma aproximação da estrutura dos custos de produção homogêneos, do Brasil e Argentina, com similar composição e nivel tecnológico, incorporando neles a mão-de-obra, fertilizantes e agroquímicos, sementes, Máquinas (combustíveis e conservação), custo de pós-colheita, custo financeiros depredação do maquinário e outros elementos. Também são incluídos os custos de comercialização em Us$/tn segundo as condições e distâncias consideradas em cada caso. Como se observa nos Quadros Nº 4.1.7 e A 4.1.3, os custos não contêm a remuneração ao fator terra, nem outros componentes dos custos fixos, assim como a retribuição ao produto.

Os resultados encontrados aclaram algumas considerações que posteriormente vamos

QUADRO IV.1.7

S O J A

ANALISES COMPARATIVO DE CUSTO(1) DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO BRASIL E ARGENTINA.

		PREÇO POR UNID. (US$)		PARTICIPAÇÃO S/CUSTO TOTAL %		COMPONETE IMPOSITIVA S/PREÇOS/UNID. %	
	UNID.	BRASIL	ARGENTINA	BRASIL	ARGENTINA	BRASIL	ARGENTINA
Mano de Obra	d/h	8.4	13.6	6.6	5.9	30.0 (2)	23.5(3)
Insumos				37.1	31.3		
. Semente	kg	0.3	0.3	9.6	9.1	2.7 (4)	14.0 (5)
.Fertilizantes	tm	158.3	270.0	16.0		2.7 (4)	14.0 (5)
.Inseticida	l	8.4	7.0	2.3	19.3	2.7 (4)	14.0 (5)
.Herbacida	l	6.4	10.0	4.2		2.7 (4)	14.0 (5)
.Outros				5.0	2.9		
Maquinas (6)				25.8	40.4	20.6 (7)	21.7 (8)
Despesas por colheita				11.9	9.0		
.Proagro				2.7			
.Secagem	tm	8.8	4.0	6.2	3.6	20.6 (7)	15.5 (9)
.Transporte curto	tm	4.3	11.1	3.0	5.4	20.6 (7)	15.5 (9)
Custo Financeiro				4.0 (10)	2.1		
Depreciacao maq.				10.8	8.0		
.Outros (11)				4.8	3.3		
Custo total da produçao	ha	297.2	259.7	100.0	100.0		
	tm	141.53 (12)	118.0 (13)				

CUSTO DE COMERCIALIZAÇÃO US$/Tm	BRASIL	ARGENTINA
Imposto	7.1	5.1
Transporte	20.4 (14)	11.1 (15)
Corregem/quebra	4.0	6.5
Acondecionamento	0.5	3.3
Total	32.0	27.0

Notas: (1) Inclui o desembolsos diretos, mais o custo financeiro oficial e privado sobre 100 % do requerimento e a depreciaçao da maquinaria.

(2) Inclui FGTS (8%) s.sociais (20%) e seguro

(3) Inclui INSSJP (13%), FONAVI (5%), O.S (4.5%), e ISARA (0.3%)

(4) Inclui PIS e FINSOCIAL

(5) Inclui IVA e Ingresos Bruto

(6) Inclui mantenimento e combustiveis e lubrificantes.

(7) Inclui ICMS (18%0 PIS (0.65%) e FINSOCIAL (2%)

(8) Inclui Impresto interno ao lubrificante e combustivel (IBL) (19.2%), e IIBB (2,5%)

(9) Inclui IVA 13% IIBB (2,5%)

(10) Inclui 70% financiamento institucional; 30% auto financiamente

(11) Inclui seguros patente,taxas ect.

(12) Produtividade Brasil: 2100 kg/ha

(13) Produtividada Argentina 2.200 kg/ha

(14) Frete sobre 400 Km. distancia media (nao inclui ICMS)

(15) Frete sobre 250 Km. distancia media (inclui IVA)

FONTE: CONAB, Secretaria de Agricultura Agraria, Peeca. de Argentina, Secretaria de Agricultura do Estado Santa Catarina. ABIOVE.

mencioná-las sobre as vantagens comparativas de cada um dos países componentes do MERCOSUL.

Em primeiro lugar, pode apreciar-se que, em geral, a participação da **mão-de-obra** no custo de produção é superior no caso da Argentina, refletindo um preço maior deste fator. No caso do milho não é expressa esta diferença, devido a que no Brasil existe maior utilização de mão de obra.

A participação dos insumos de produção no custo e muito maior no Brasil, fundamentalmente pela incidência que tem a utilização massiva de fertilizantes e adubos, e pela influência, sobre o valor, que possui a mais aberta estrutura tarifária de importação na Argentina.

O Custo da utilização de maquinarias é muito superior na Argentina, confirmando as diferenças existentes nos preços dos combustíveis entre ambos os países, fazendo com que reflitam nos custos de transporte ate o lugar onde deverá ser armazenado.

A participação dos custos financeiros e superior no Brasil, devido a uma maior utilização de capital circulante, ainda que, esta situação não reflita as condições financeiras significativamente parecidas entre ambos países, considerando o longo prazo.
Os custos totais de produção refletem diferenças de produtividade e em alguns casos, como o leite e milho e, de uso de insumos agroquímicos em outros, como o trigo e a soja, enquanto que não existem diferenças significativas em culturas, como o arroz e o algodão, que requerem de maior quantidade de mão-de-obra relativamente mais barata no Brasil.

Foi realizado uma análise dos componentes impositivos do custo de produção de soja como um exemplo do impacto dessa política nas decisões. As conclusões não são definidas, pelo comportamento dinâmico das mudanças observadas em ambos países, porém, globalmente, pode-se observar maior pressão tributária por parte do Brasil sobre o componente mão-de-obra e maior por parte da Argentina sobre os insumos. Nota-se que, no Brasil, muitos Estados, de fato os mais importantes na produção, realizaram importantes reduções de ICMs durante os ultimos meses.

No Quadro Nº 4.1.8, pode-se observar os impostos que pesam sobre os componentes dos custos de produções agrícolas nos quatro países do Mercosul. Em materia de impostos indiretos a pressão impositiva é similar no Uruguai, Argentina e Brasil e menor no Paraguai. No entanto, existem algumas considerações adicionais: Os produtos argentinos que são exportados recebem uma devolução dos impostos indiretos através de Bonos do Comércio Exterior (títulos públicos que podem ser negociados em mercados secundarios). O Brasil por sua vez, mentem a isenção do IPI e vários Estados vem estabelecendo importantes reduções das aliquotas de seus impostos (em alguns casos chegando a zero).

v) Produtividade

A produtividade média dos produtos considerados sensiveis para a integração (Quadro Nº A 4.1.4), mostra, em geral, pior situação relativamente para o Brasil com relação a seu principal socio, a Argentina. Esta menor capacidade produtiva devem somar-se a custos maiores na produção e comercialização, colocando a produção brasileira em condições inferiores na capacidade de produção. No entanto, no mesmo quadro pode-se verificar que a taxa de crescimento da

produtividade brasileira, na última década, é superior à da Argentina.

No entanto, a produtividade média encobre as diferenças ou semelhanças que existem entre áreas competitivas de cultivo e com pacotes tecnológicos comparáveis. Por tal motivo, a continuação, detalham-se os rendimentos promédios dos produtos sensíveis, entre as regiões competitivas e os promédios dos restantes países do Mercosul.

	Brasil Kg/ha		Argentina Kg/ha	Resto Kg/ha
Produto	(1)	(2)		(3)
Milho	2.350	2.600	3.256	1.862
Soja	1.900	2.000	1.953	1.829
Trigo	1.750	1.150	1.824	2.066
Algodão	1.900	1.600	1.364	1.107

(1) Sul/Sudeste
(2) Centro Oeste
(3) o maior rendimento do resto dos países.
Fonte: O Conasur em gráficos. CONAB.

vi) Organização e infra-estrutura do comércio

Para analisar este tema, são três os pontos que devemos levar em conta: 1. distribuição espacial da produção e capacidade de armazenamento; 2. fretes; 3. custos portuários.

1. A produção brasileira de grãos concentra-se nas regiões produtoras do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em conjunto representam 85% da produção conjunta de soja, trigo arroz e milho, com 62 milhões de toneladas nos anos em alta. A capacidade total de armazenagem era, em 1986, de 60 milhões de toneladas (incluindo a granel e ensacado) dos quais mais da metade pertencia ao setor Privado1/. As regiões do Sul e Centro-Oeste possuem déficit de armazenagem (1.9 e 0.9 milhões de toneladas respectivamente), os que as tornam vulneráveis no processo de integração. O Rio de Janeiro também é deficitário em 5,2 milhões de toneladas, porém é compensado com São Paulo que possui um superávit de 4,5 milhões. Os Estados mais deficitários são Santa Catarina e Paraná na região Sul, e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na região Centro-Oeste.

No caso do trigo, o Estado do Paraná apresenta o maior déficit em potencial de armazenagem, também assumindo uma elevada capacidade de moenda deste cereal, já que com uma capacidade de armazenagem de 4.4 milhões de toneladas, o Estado produz 3.2, 5.2 e 5,0 milhões de toneladas de trigo, milho e soja respectivamente. No entanto, com uma capacidade de processamento de soja de 9,0 ou 10,0 milhões de toneladas, o problema de armazenagem somente poderia ocorrer

1/. World Bank. "Sector Report, Brasil, Agricultural Storage and Makenting Review". 1989.

QUADRO IV.1.8

ESTRUTURA TARIFARIA COMPARADA

CONCEITO	BRASIL		ARGENTINA		URUGUAI		PARAGUAI	
	Tarifa de Importaçao (%)	Imposto (%)	Tarifa de Importaçao (%)	Imposto (%)	Tarifa de Importaçao (%)	Imposto (%)	Tarifa de Importaçao (%)	Imposto (%)
Fertilizantes e adubos	0 – 10	IPI –Insento ICMS 17% (1)	5 –13	IVA 16%	s/d	IVA 18%	s/d	5.25
Agroquimicos	20 – 40	IPI –Insento ICMS 17% (1)	10 – 22	IVA 16%	s/d	–	s/d	5.25
Combustiveis	0	IPI –Insento ICMS 17% (2)	0	IVA 16%	s/d	16%	s/d	5.25
Sementes	10 – 20	ICMS 17% (1)	11	IVA 16%	s/d	–	s/d	5.25
Tratores e Maquinas	25 (4)	IPI –Insento ICMS 5% (3)	22 para menor 280 hp 10 para maior 280 hp	IVA 16%	s/d	IVA 18%	s/d	s/d

(1)* A partir do 25 de outobro de 1991 na 21ª reuniao extraordianria do Conselho de Politica Fazendaria (CONFAZ) foi aprovado para todo o pais a insençao do ICMS interestadual para insumos. Alguns estados estam reduzido ICMS interno

(2) Alguns estados como Sao Paulo, propoem um aumento do imposto para 25%

(3) Execto Tratores que nao tem

(4) Tratores 40%

com grandes excedentes de produção de milho e soja que ocuparam os silos à entrada da colheita de trigo.

No caso da soja, os Estados que apresentam uma capacidade de moenda significativamente superior a sua produção, que são potenciais demandantes de grãos de outras procedências, são: Paraná (6,7 milhões de excedentes de capacidade de moenda, Rio Grande do Sul (3,1 milhões), São Paulo (4,7 milhões e Santa Catarina (1,4 milhões); e os Estados que apresentam déficit são Goiânia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

2. No Brasil, a incidência dos fretes nos custos totais de transformação são sensivelmente altos em relação com os parâmetros internacional. Isto deve-se às distâncias que percorrem o produto desde a área de produção até os centros de processamento, contando com a ineficiência dos transportes excessivamente regulados. Assim, o CNI estimou em Us$ 49 por tonelada a participação do frete na industrialização do grão de soja, no entanto, para a Argentina este valor é de Us$ 37 e uS$ 28 nos Estados Unidos1/. A continuação exibe-se uma matriz de fretes entre as regiões exportadoras e importadoras de grãos.

DESTINO	SAO PAULO	R. JANEIRO	PERNAMBUCO	CEARÁ
ORIGEM				
RS	Us$ 45	Us$ 65	Us$ 150	Us$ 173
PR	Us$ 22	Us$ 35	Us$ 126	Us$ 142
MS	Us$ 44	Us$ 62	Us$ 134	Us$ 142
B. AIRES (1)	Us$ 29	Us$ 32	s.d	s.d

(1) Frete Marítimo, mais despesas portuárias
Fonte: Elaboração própria com dados do CONAB e Diagnóstico dos produtos.

3. Os custos portuários do Brasil são analisados no capítulo correspondente.

Partindo de todos os elementos até aqui mencionados, pode-se realizar um resumo da capacidade de competência dos grãos brasileiros em relação aos importados. No Quadro Nº 4.1.4 bis, observa-se que tanto no milho como no arroz e soja a agricultura nacional possui uma adequada competitividade, no caso do trigo a situação e muito comprometedora e requer uma participação ativa do Estado e, uma intensificação do desenvolvimento tecnológico, se deseja-se manter esta atividade.

vii) **Processamento**

Atualmente a industria de transformação está funcionando com capacidade instalada ociosa de magnitudes diferentes, segundo os subsetores, que oscilam entre 13% e 25% (Quadro Nº A 4.1.5), se bem que no ano de 1991 a atividade decresceu

1/. CNI "Diagnostico da Soja". Mercosul, 1991

QUADRO IV.1.4.bis

COMPETITIVIDADE MEDIA DE GRÃOS BRASILEIROS
CUSTO EM FABRICA - GRÃO IMPORTADO - (1)
US$/TM (*)

	TRIGO	SOJA	MILHO	ARROZ
Preços CIF	122	221	113	328
Custo de Internação (a)	26.5	20.2	18.34	38.4
Imposto (b)	23.8	34.2	16.6	48.5
Frete (c)	10	10	10	10
Custo na Fabrica	182.3	285.4	157.94	424.9

CUSTO EM FABRICA - GRÃO NACIONAL - (2)

	TRIGO	SOJA	MILHO	ARROZ
Custo Produçao (d)	183	141.5	108.2	189.9
Imposto (e)	39.3	30.4	23.3	40.8
Comercialização (f)	36.3	32	29.3	33.8
Custo na Fabrica	258.6	203.9	160.8	264.5
Diferenças (1)/(2)	0.70	1.40	0.98	1.61

NOTAS: (a) Inclui AFRMM, emissão guia de importação; Despesa portuarias (TUP,ATP,DESPACHANTE,CORREÇÃO DE CAMBIO, CARTA DE CREDITO E OUTROS), quebra.Não inclui imposto de importação.
(b) Inclui, ICMS,PIS,FINSOCIAL.
(C) De Santos a fabrica 80Km.
(d) Tecnologia e Produtividade media
(e) Inclui ICMS,PIS, FINSOCIAL,FUNRURAL
(f) Frete 400 Km, mais imposto, mais correção e quebra.
* Preços de novembro 1991.

FONTE: Elaboração propria com os dados da CONAB.Diagnostico do produtor.

significativamente, existe uma certa estabilidade nos complexos alimentícios, o que indica que o crescimento dos setores mais dinâmicos compensam a queda daqueles menos dinâmicos. O baixo nível de capacidade ociosa deste subsetor que qualquer processo de expansão ou de ingressos da população que incentivou a demanda, implica na necessidade de investimentos adicionais.

A indústria da alimentação está composta de mais de 30.000 estabelecimentos, em sua maioria pequenas e medias unidades produtivas próximas às áreas de produção. Deste número, as empresas multinacionais representam uma ínfima quantidade, mas estão presentes em todas as atividades, com uma participação no capital que oscila entre 40 e 70%, segundo o subsetor. Por sua vez, ocupam 80% do milhão de pessoas afetadas no setor.

O subsetor de azeite possui uma tecnologia comparativamente mais antiga que a da Argentina, mas possui a vantagem de ter embutido sua capacidade ociosa, e nesse sentido tem maiores possibilidades de melhorar sua tecnologia. Por outra parte, possui um melhor equilíbrio de mercado, já quase todo o azeite produzido destina-se ao mercado interno, e grande parte das farinhas vão para as cadeias produtivas de carne. Em compensação, a produção argentina de azeites e farinhas de azeite tem como destino a exportação, do que depende das flutuações de preços externos e do desenvolvimento das políticas protecionistas dos países desenvolvidos, solicitantes desses produtos.

A capacidade de moenda de trigo alcança 6 milhões de toneladas, dos quais quase 2 estão localizados no principal centro consumidor: São Paulo e 1 no principal estado produtor: Paraná. Tanto Rio Grande do Sul, como Mato Grosso do Sul são exportadores bruto de grãos de trigo, já que não possuem uma estrutura industrial desenvolvida, o que os faz mais vulneráveis à competência do trigo argentino.

Uma análise do consumo de grãos, dado a capacidade de moenda instalada, coloca como importadores de grãos, aos seguintes estados: Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e os estados do Nordeste e Norte.

A indústria processadora de frangos possui um grau de concentração muito alta, já que duas empresas (SADIA e PERDIGAO) abatem 33% da produção, enquanto que outras seis completam 55% do total.

É um setor altamente competitivo e excelentemente inserido no mercado mundial, pelo que não deveria esperar-se problemas no processo de integração, ainda que atuar como centro "administrador" de demanda de grãos.

No setor leiteiro, os parques industriais são tecnologicamente comparáveis já que possuem semelhante equipamento tecnológico e um grau de concentração também parecido (na Argentina, duas empresas industrializam e comercializam 70% da produção láctea).

viii) **Normas Sanitárias e de Qualidade**

As atuais legislações e normas vigentes nos países do MERCOSUL, na prática atuam como barreiras não tarifárias, e requerem sua harmonia para melhorar o intercâmbio.

No setor vegetal os principais problemas estão centralizados nas diferentes normas sobre resíduos químicos (A Argentina se apresenta mais restritiva, a partir de sua proibição do uso de organoclorados e carbonatos), normas de quarenta anos e normas de qualidade. No primeiro caso foi decidido aceitar os limites máximos de resíduos agrotóxicos exceto no "Codex Alimentarius" internacional ou o de "Joint Meeting Pesticides Residues".

Em carnes, o principal problema passa pelo concerto dos mecanismos de habilitação de estabelecimentos de abates e processamento, a aprovação de produtos derivados, a utilização de aditivos, os exames de laboratórios, o controle de animais vivos e de materiais de multiplicação (sêmem, embriões, etc).

As prioridades foram definidas pelo Grupo de Trabalho do Anexo XII no Protocolo Nº 04 (Expansão do Comércio) do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina, em fevereiro de 1990, e contêm: a) Consolidação de cadastro de estabelecimentos e produtos habilitados a exportar; b) Preparação de uma terminologia provisória de produtos habilitados a exportar de forma a facilitar o controle e evitar discrepâncias; c) Preparação de um cadastro de firmas de técnicos habilitados a emitir certificados sanitários para a exportação; d) Preparação de normas higiênico-sanitária e tecnologias de carnes, leite, peixe e derivados; e) Preparação de terminologias e características de qualidades comuns de produtos de pesca, carnes e lácteos para consolidar as exigências para a elaboração de alimentos; f) Preparação de normas para a rotulagem, embalagem, trânsito e controle de matérias primas, produtos e subprodutos.

O FUTURO DA INTEGRAÇÃO

Em 1986 o processo geral de integração iniciado pelo Brasil e Argentina possuía a característica de mover-se dentro do conceito de "projetos integrados" que buscavam acordos de complementação comercial e industrial "dentro" de setores produtivos. Estes projetos integrados teriam suas próprias metas, seus instrumentos que não necessariamente deveriam ser generalizados e contariam com mecanismos de equilíbrio dinâmico (não necessariamente de equilíbrio quantitativo) e formas de reequilíbrio frente a desajustes. De tal forma o esquema metodológico era assim " **gradual, flexível, progressivo e profundo**"[6].

Gradual por ser oposto a uma integração massiva que tivesse sido equilibrada, ou com um universo muito grande de exceções; **Flexível** para que permitisse correções derivadas do desconhecimento prévio dos impactos sobre as estruturas econômicas e sociais; **Profundo** como alternativa à extensão dos acordos: **Progressivo** com a finalidade de ampliar paulatinamente os alcances e os setores.

Em 1990 com novos governos no poder, diminui o período de criação de um mercado comum em 1995 (4 anos menos) e estabelece-se que a "coluna vertebral deste processo de conformação do Mercado Comum estará dada por reduções tarifárias generalizadas, lineares e automáticas para chegar a 31 dezembro de 1991 à tarifa zero ..."[7] Apesar de que respeita-se os Protocolos bilaterais vigentes entre os países, a "coluna vertebral" passa a ser um sistema geral, linear e automatico.

Portanto, inverte-se o sentido que tinha o esquema integrador original, passando a condicionar fortemente ao resto do processo, a decisão de estabelecer como pré-condição, ostentando um forte conteudo político, a rebaixa generalizada de tarifas.

Esta situação é aparentemente favorável ao pais mais forte do MERCOSUL: Brasil, porém mostra, de fato, uma mudança na estratégia de comércio exterior de outro sócio atacadista: Argentina, que aceita e promove essa mudança no sentido integrador. Uma hipótese que da resposta a esta aparente contradição, pode ser o fato de que a Argentina acredita hoje menos, do que à 5 anos, no caráter estratégico de seu acordo com o Brasil. Sua prioridade hoje parece estar mais centralizada em uma abertura generalizada, que em outra negociada, diminuindo os efeitos dos aspectos bilaterais e setoriais (Protocolos).

Este enfoque é necessário quando deseja-se observar os efeitos setoriais, e mostra claramente que o **principal elemento** de um processo de integração linear e automático é o **da coordenação de políticas macroeconômicas, simultânea e não posterior** à colocação em marcha do sistema de redução automáticas de tarifas.

Esta coordenação é necessária para evitar os efeitos da desarticulação em quatro variáveis básicas: i) Deficit fiscal, ii) política cambial, iii) política de ingresso, iv) politica de comércio exterior frente ao resto do mundo. No primeiro caso o efeito comercial e de inversões dependerá da magnitude do déficit

[6]Roberto Lavagna, Op. Cit.

[7]Acta de Buenos Aires de 06 de julho de 1990.

de cada país, do grau de monetização da economia e pelo impacto inflacionário derivado do desequilíbrio fiscal. A Argentina veio registrando uma posição mais fraca desde esse ponto de vista, apesar de que nos últimos meses a situação começou a reverter-se. No segundo caso, atualmente o Brasil adotou uma política de tipo câmbio de réptil, com ajustes periódicos, como uma maneira de diminuir o processo inflacionário, enquanto que Argentina tem um tipo de câmbio fixo que acumula as sobras, ainda que lentamente pela baixa taxa inflacionária. Para o terceiro caso deve a consideração de que, em geral, um investimento ativa do Estado na política salarial leva consigo as sobras no tipo de câmbio e uma queda nos preços dos serviços públicos, com o conseqüente aumento do déficit público. Por último, a política de comércio exterior atua no sentido de "favorecer" aquele com uma estrutura mais aberta (sempre e quando não se compute com um custo no fechamento de plantas, senão um objetivo procurado para uma correta designação de recursos produtivos) já que terá custos de tecnologia e insumos importados mais baratos que lhe permitirá uma maior competitividade sobre seus "sócios comerciais".

O principal obstáculo para o processo de integração que se vislumbra para o futuro, além das dificuldades setoriais e os desajustes macroeconômicos de curto prazo sobre os quais poderia-se criar mecanismos compensatórios, está nas diferentes percepções com relação a estratégia de comércio exterior dos dois sócios atacadistas, já que a nova conduta do governo argentino parece privilegiar a integração com o resto do mundo através de uma abertura rápida e generalizada à maneira do caso chileno e mexicano. Em tal sentido existe uma dicotomia entre o pactado inicialmente e as novas propostas, sendo esta a essência do problema, provavelmente requer-se-á realizar uma profunda ~~de~~ análise dos objetivos da Integração, advertendo que quanto maior a generalização e automatização exista no programa, mais forte é a necessidade de coordenar políticas macroeconômicas. Quanto menor seja a decisão ou possibilidade de avançar nesse sentido mais deverá confiar-se em protocolos setoriais.

Dentro dos problemas internos de caráter estrutural pode-se mencionar, em caráter primordial, a intervenção excessiva do Estado na atividade agropecuária que provocou o desenvolvimento de setores com privilégios e atividades com ineficiências marcadas. Estes setores, públicos e privados, possuem uma forte política que impedem a adoção de uma transparente atitude negociadora com os países vizinhos. Existem grandes proporções das mais fortes representações gremiais do setor agropecuário que oferecem resistências "ideológicas" contra o processo integrador, dificultando a análise objetiva dos impactos derivados da criação do MERCOSUL.

No mesmo sentido, essa intervenção estatal incremento forte no gasto público, foi financiado no passado, basicamente por créditos externos ou emissão de bonos. Atualmente a necessidade de manter o modelo, ainda que seja parcialmente, obriga ao incremento de tributos que, obviamente, afeta a competitividade do setor.

O estado participou, de forma quase exclusiva, na construção e administração da infra-estrutura de comercialização que requer um volume de financiamento que hoje não dispõe, enquanto que o setor privado não assumiu a responsabilidade de participar e hoje vive um processo traumático de mudanças de papel.

Na área externa, a integração de Uruguai e Paraguai no processo de criação do MERCOSUL, não deveria diminuir o ritmo da integração Brasileira-Argentina, assumindo o custo de outorgar prorrogações ou concessões.

Outro elemento externo a considerar, é a **Iniciativa das Américas**, sobre o que deveria realizar um esforço conjunto de negociação, no sentido de favorecer uma zona de livre comércio com mecanismos explícitos para que os países da área possam desenvolver suas vantagens comparativas.

Por último, uma adequada finalização das negociações com os organismos financeiros internacionais nos temas da dívida externa, evitará a aplicação de políticas de ajuste com tendências à geração de grandes superávits comerciais e de tal forma, favorecerá a obtenção do equilíbrio no comércio bilateral e um aumento do mesmo.

Sintetiza-se as vantagens e desvantagens que tem cada um dos países componentes do MERCOSUL no uso de seus recursos produtivos. Nele podemos observar que o Brasil possui vantagens comparativas no terreno do custo energético na estrutura empresarial e gerencial e no nível tecnológico das desvantagens vinculadas à carga impositiva à instabilidade de sua políticas macroecnômicas.

A Argentina, por sua parte, possui mão-de-obra de melhor qualificação, uma similar estrutura empresarial, mas, um custo energético elevado, um custo de trabalho também elevado, assim como um sistema de transportes altamente ineficiente.

O Paraguai apresenta um marco de estabilidade superior com relação ao resto dos países do MERCOSUL, uma boa infra-estrutura viável e custo energético baixo (influência das grandes represas hidrelétricas binacionais). Não obstante, carece de um adequado nível de produtividade e de capacidade tecnológica.

O Uruguai apresenta uma boa qualificação de mão-de-obra mas um custo energético superior ao resto dos países.

O conjunto dos países apresenta problemas comuns frente a competidores extra-regionais, tais como: a) custo de fretes, b) carga impositiva, c) custo laboral, d) nível de produtividade.

Os elementos pontuais que definiram a integração setorial

Soja

Os custos de produção de grãos são superiores no Brasil entre 20 e 25% com relação a Argentina. As maiores diferenças são verificadas no uso de fertilizantes e insumos agroquímicos, na carga impositiva e no custo de transporte pela maior distância a recorrer (a expansão da área a produzir foi na região Centro-Oeste), mais distanciada dos centros de consumo e processamento. As diferenças de produtividade não são significativas.

Na última década, o rendimento físico no Brasil foi incrementado fortemente até alcançar os 2.000 Kg/ha, a partir da expansão da macro região (Brasil Central) e da aplicação de tecnologia melhoradas (sementes, fertilizantes, manejo, etc). Em compensação, na Argentina o rendimento físico estabilizou-se em torno de 2.000 Kg/ha, durante a última década, apesar da grande vantagem da fertilidade do solo. Isto significaria que a aplicação de tecnologia na produção de soja não é tão avançada como no Brasil.

Um estudo realizado pela EMBRAPA, mostra as possibilidades de aumentar a produção sem incrementar a área cultivada. Este aumento seria possível pelas aplicações de tecnologia melhorada já existente no mercado.

O aumento da produção de soja na Argentina foi o resultado da ampliação de sua área de cultivo, a custo de milho e soja, esta forma de expansão tem muito a ver com o sentimento dos custos reduzidos. Isto faz pensar que um incremento adicional da produção argentina será produzida, indubitavelmente, num contexto de incremento de custos.

O mercado de soja e seus subprodutos é mais harmônico no Brasil, pelo seu equilíbrio entre comércio exterior e consumo interno, enquanto que a Argentina está voltada totalmente para o comércio externo. Não obstante Argentina tem a vantagem, já mencionada, da proximidade das áreas de produção com os centros de processamento e embarque. Neste terreno, o Brasil apesar de que tem uma boa capacidade estática de armazenagem, o movimento da colheita torna-se um sério problema, devido a predominância do transporte rodoviário (mais de (70%). Assim mesmo os custos financeiros são superiores no Brasil.

A indústria processadora é mais moderna na Argentina, apesar de ainda não ter embutido sua capacidade ociosa.

Em matéria de política cambial, a Argentina vem desenvolvendo mecanismos de proteção à indústria de azeite, já que os grãos tributam 6% de imposto à exportação, enquanto que os azeites e farinhas não geram uma situação de desigualdade com a indústria brasileira.

Trigo

O custo de produção deste cereal é significativamente superior no Brasil, caso comparamos com a Argentina. Isto deve-se às diferenças de produtividade, o uso mais intensivo de fertilizantes e agroquímicos, e às razões estruturais comentadas mais acima, no que diz respeito a transporte. Não obstante, valem aqui as mesmas considerações referidas ao incremento de produtividade produzida durante a última década no Brasil, comparativamente à queda verificada na Argentina.

No caso de não verificar importantes reduções nos preços dos insumos mais importantes para produzir trigo (sementes, diesel, agroquímicos), os produtores não poderão recompor seu parque de maquinaria dado que atualmente os preços percebidos só cobrem os custos variáveis.

Os Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, são os mais afetados por esta situação, mas possuem possibilidades capacidade de melhor mobilizar a colheita por meio do potencial sistema hidroviário e/ou a redução dos custos portuários, que permitem uma exportação mais barata que o sistema rodoviário.

Leite

No Brasil o setor produtivo primário da economia leiteira é muito fraqil, devido aos baixos níveis de produtividade e qualidade de sua produção. Os custos de produção são de duas ou três vezes superiores que na Argentina, naturais e com

menos razão, aos custos de transporte significativamente menores. Além do mais, na Argentina, os preços do leite estão beneficiados pela qualidade, volume, etc, coisa que não acontece no Brasil.

Outra diferença significativa está no tamanho dos estabelecimentos leiteiros: Na Argentina aproximadamente 60% da produção é proveniente de propriedades que entregam mais de 600 litros por dia às usinas processadoras (27,6% dos produtores), enquanto que no Brasil, os estabelecimentos que entregam essa quantidade só representam entre 7 e 10% da produção.

A atualização tecnológica das usinas é parecida no Brasil e na Argentina.

A participação dos impostos no preço dos produtos lácteos com alto valor agregado (queijos por exemplo) é, segundo alguns estudos[8], superior a 36%, enquanto que a Argentina realiza uma pressão impositiva menor.

O gado bovino

A região produtora de gado bovino do Sul e Centro-Oeste apresenta um grave risco de não poder enfrentar a competência direta e aberta dos países vizinhos a partir de 1995.

Um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do gado bovino reside na baixa taxa de natalidade do rebanho. A média da região é de 50% (33% inferior á Argentina) devido à baixa qualidade genética, à inferior qualidade de pastos e condições climáticas, e a baixa precocidade das raças criadas[9] (No inverno os animais chegam a perder até 30% de seu peso).

Os preços da terra de qualidade semelhante na Argentina, são substancialmente menores (50%) o que faz pensar que haverá um fluxo de capitais no sentido Brasil-Argentina e uma redução correspondente no lado Brasileiro.

Maçã

O custo de produção do Brasil é de 20% superior ao da Argentina para uma mesma produtividade por hectare. Por outra parte, manifesta a maior carga tributária que exerce o Brasil sobre este tipo de produção e o custo de transporte rodoviário que deve competir transporte marítimo Argentino. Neste ponto devemos considerar que as exportações desse país que saem pelos portos do sul (zona produtora) possuem um tratamento cambial especial que os incrementa à competitividade.

[8]Magalhães Dias Patrícia marta, " O Setor lácteo e o MERCOSUL". Mara, julho 1991.

[9]Os bezerros demandam 3,5 anos para alcançar o desenvolvimento que os faz aptos para o abate. Na Argentina consegue-se o mesmo desenvolvimento com 2 anos.

Vinicultura

A diferença nos custos de produção de vinho (incluindo os custos de produção de uvas) entre a Argentina e o Brasil, será de 25% para 1995[10]. A eficiência necessária para enfrentar essa diferença requer de vinhedos com tamanho superior às 3,8 has. Ou seja que ficaram fora de competência quase 50% dos viticultores e 25% da área cultivada.

A expectativa dos setores envolvidos no processo de integração.

Um estudo realizado recentemente sobre expectativas de competitividade dos empresários dos países que integram o MERCOSUL permite realizar considerações importantes: a) os empresários estimam que o MERCOSUL será um acordo que crescerá por ondas sucessivas a partir de um acordo político que se converte, posteriormente, em econômico e que desde os quatro países iniciais abarcarão, finalmente, toda a América Latina; b) definem como ponto frágil para a implementação, o baixo nível de competitividade derivada das economias fechadas existentes, até pouco tempo, em cada um dos países que intervêm; c) como ponto forte um grau de complementação de vantagens e desvantagens competitivas entre os países e os diferentes setores da atividade econômica; d) os empresários não se sentem ainda, participantes do MERCOSUL; entendem que não estão fixadas as regras do jogo que permitam eliminar as diferenças macroeconômicas; e) sobre as diferenças de competitividade, apesar de que nenhum se considera em ótimas condições, os empresários brasileiros se sentem em melhores condições para enfrentar este desafio econômico; f) os pequenos empresários têm mais preocupação pela perda que pela ampliação de mercados, enquanto que os representantes de empresas multinacionais são os que , em maior medida, apóiam o processo; g) esperam que o setor da alimentação seja o mais dinâmico e de mais rápida integração; h) supõe-se que os beneficiários de primeira ordem serão as empresas de capital multinacional dentro do MERCOSUL, em segundo lugar, as empresas medianas de capital nacional e, por último, as empresas multinacionais de outros países que não pertencem á região.

O setor privado argentino mostra cautela e respeito ao estabelecimento de uma divisão "a priori" de atividades, onde o Brasil assumiria o papel de fornecedor de manufaturas e a Argentina o de bens primários. A aspiração deste setor é a de propiciar o incremento do comércio intraindustrial e a consolidação de esquemas de integração intra-empresa que aproveitem as vantagens da Argentina além de suas condições ecológicas como são o nível de educação, mão de obra capacitada, fontes de energia, etc.

O setor da produção primária desenvolveu as maiores críticas e resistência ao processo de integração, o complexo agroindustrial brasileiro pode resultar ser mais vulnerável que outros setores da economia, principalmente, não vinculado à exportação de mercadorias. Este comentario tem diferenças segundo regiões, empresas, ou segmentos do complexo. Por tal motivo, deveria adotar-se o objetivo de dar o acesso a terceiros mercados desde o MERCOSUL para satisfazer demandas seletivas que escapem às barreiras protecionistas para-tarifárias desenvolvidas pelos países de alto consumo. Neste sentido, o Brasil possui um alto potencial exportador derivado de suas vantagens comparativas na produção de frutas

[10] União Brasileira de vinicultura, "Diagnóstico do Sector Vitivinicola". Agosto de 1991.

tropicais, frutas secas e hortaliças. Não obstante, na atualidade 60% do complexo agroindustrial brasileiro compõe-se de soja, laranja, café e seus subprodutos.

Assim mesmo, deve-se analisar as implicações que, para os mercados de bens de capital, máquinas e ferramentas tem o atraso tecnológico relativo derivado do alto nível de proteção do mercado interno, comparado com a Argentina.

Em outro estudo, Roberto Lavagna realiza a seguinte síntese sobre as atitudes perante o acordo Brasil-Argentina:

Atitude de setores ou responsáveis	Brasileiro	Argentino
Apoio	-Min.Rel.Exteriores -Partidos políticos populares -Intelectuais e centro	- Empresários - Partidos políticos populares
Apoio condicionado a limitar a automatização e buscar simetrias	- Empresários setores primários e agroindustria	-Empresários setores básicos e com altas assimetrias - Sindicatos - Intelectuais partidos majoritários (Centro)
Tentativa de "diluir" o projeto		-Min.Relações Externa e Min.de Economia -Forças políticas de Centro-direita -Intelectuais de direita
Indiferença ou Atitude passiva	- Empresários - Min. de Economia - Partidos políticos de centro-direita - Sindicatos - Intelectuais de direita	

A etapa até aqui desenvolvida, no âmbito do MERCOSUL torna difícil fazer uma previsão sobre o que poderá acontecer nos próximos anos.

No entanto, é indispensável priorizar os aspectos de estabilidade económica que auxilie numa relação de taxa cambial estavel, dado que a ausência de tarifas a partir de 1995, impedira utilizá-los como ferramenta de correção cambial.

Ao analisar a balança comercial bilateral Brasil-Argentina, destaca-se em primeiro lugar nas exportações argentinas e, de bens industriais por parte do Brasil. Uma amostra mais detalhada dos bens intercambiados evidenciando um comércio bilateral harmônico e com bom nível de integração. No Quadro Nº pode ser observado que as exportações argentinas para o Brasil estão compostas de 60% de produtos primários e agroindustriais e o restante por produtos manufaturados de origem industrial, enquanto que, o Brasil exporta para aquele país, fundamentalmente, bens industriais dentro dos quais existe um forte componente de produtos de fabricação local , refletindo o que é o efeito da taxa cambial sobre o comércio bilateral.

O Setor privado Argentino demonstra cautela quanto ao estabelecimento de uma divisão "a priori" de atividades produtivas, onde o Brasil assumiria um caráter de provedor de manufaturas e a Argentina o de bens primários. A inspiração do setor em referência, é a de propiciar o incremento do comércio intra-industrial e a consolidação de esquemas de integração intra-empresas, aproveitando as vantagens comparativas da Argentina, muito além de suas condições ecológicas, como o nível de educação, mão-de-obra capacitada, fontes de energia.

É no setor de produção primária que se desenvolve as maiores críticas e resistências quanto ao processo de integração, o complexo agro-industrial brasileiro demonstra ser mais vulnerável que outros setores da economia. Observa-se diferenças quando considera-se regiões, empresas ou segmentos do complexo agro-industrial, por tal motivo, deveria-se adotar a abertura para terceiros mercados a partir do MERCOSUL, para que possam ser atendidas as demandas seletivas decorrentes das barreiras protecionistas alfandegárias desenvolvidas pelos países com alto consumo.. Neste sentido, o Brasil conta com um alto potencial de exportação devido as vantagens comparativas na produção de frutas tropicais, secas e hortaliças. No entanto, atualmente 60% do complexo agro-industrial brasileiro compõe-se de soja, laranja, café e seus subprodutos.

Desta forma, devem ser analisadas as implicações que os mercados de bens de capital, máquinas e ferramentas vem enfrentando com o atraso tecnológico, devido ao alto nível de proteção do mercado interno por parte da Argentina.

Um estudo realizado recentemente sobre as expectativas de competitividade dos empresários dos países que integram o MERCOSUL, permitem algumas considerações importantes:

a) os empresários consideram que o MERCOSUL será um acordo que crescerá por ondas sucessivas a partir de um acordo político que acabará convertendo-se, posteriormente em econômico e abrangerá não apenas os quatro países integrantes, mas toda a América Latina;

b) definem como ponto frágil para a implementação, o baixo nível de competitividade, devido às economias fechadas, praticadas até pouco tempo, pelos países intervenientes;

c) como ponto forte, um grau de complementação de vantagens e desvantagens competitivas entre os países e os diferentes setores de atividade econômica;

d) os empresários, todavia, não sentem-se participantes do MERCOSUL, entendem que ainda não foram fixadas as regras que permitam eliminar as diferenças macroeconômicas;

e) A respeito das diferenças de competitividade, nenhum país, sente-se que está em ótimas condições, mais os empresários brasileiros acreditam estarem em melhores condições para enfrentarem este desafio;

f) os pequenos empresários tem medo do prejuízo e não se arriscam na ampliação do mercado, enquanto que os representantes das multinacionais, são os que apóiam o processo;

g) esperam qué o setor alimenticio seja o mais dinâmico e de mais rápida integração;

h) consideram que os primeiros a serem beneficiados , serão as empresas multinacionais dentro do MERCOSUL, em segundo lugar as empresas nacionais de médio porte e, por último, as empresas multinacionais de países que não pertencem a região.

V. POLÍTICA ECONÒMICA RECENTE

O Plano Cruzado (Fevereiro 1986).

Caracterizou-se pelo congelamento de preços e a taxa de câmbio. O congelamento dos preços foi realizado por um periodo de nove meses, a taxa de câmbio manteve-se fixa durante os primeiros oito meses. Elevaram-se os salários em 8% acima do nível médio do semestre anterior, e foram sujeitos a ajustes periódicos quando a inflação acumulada alcançava 20%. Eliminou-se a OTN como instrumento para indexar as atividades financeiras. Fixou-se a taxa de juros overnight a 1.5% por mês, quer dizer a menos de 20% por ano, na tentativa de reduzir a inflação. Para manter os preços do setor publico a níveis baixos procurou-se uma política expansiva de contas fiscais, o qual contribuiu para incrementar o déficit do Governo.

O Plano Bresser (Junho 1987).

Também adotou o congelamento de preços por 3 meses, com períodos de liberação com posteridade. Modificou-se a regra de indexação de salários de 20% a ajustes mensais de acordo com a evolução de preços dos últimos 3 meses. Os salários nominais foram congelados durante o período que durou o congelamento de preços. A diferença do plano anterior, deu-se a introdução de processos de desvalorizações periódicas da taxa de câmbio.

Manteve-se a OTN como instrumento de indexação de ativos financeiros de curto prazo. A diferença é que no Plano Cruzado elevou-se a taxa real de juros. Entretanto, este programa não pode diminuir significativamente o déficit fiscal.

O Plano Verão (Janeiro 1989).

Também utilizou-se o congelamento dos preços como instrumento básico do programa. Elevaram-se os salarios reais em 26.5%. O ativo financeiro de curto prazo OTN foi eliminado, mas manteve-se a taxa de juros sobre a Letra Financeira do Tesouro (LFT) o suficientemente elevada para conseguir uma taxa de juros real positiva. Inicialmente, alinharam-se os preços do setor público, e em seguida foram

mantidos congelados durante o período de congelamento geral dos preços, o qual contribuiu a um incremento no déficit orçamentário. Os gastos do governo não foram reduzidos, em termos reais, ainda quando eliminados cinco ministérios. Por outro lado, a tentativa de reduzir pessoal do setor público (60.000) teve um impacto não significativo na redução do déficit fiscal.

O Plano Collor I: O Plano Brasil Novo (Março de 1990).

Este programa foi desenvolvido no início do Governo atual. O país enfrentava um processo hiperinflacionário, com índices de preços que superavam 80% mensal, obrigando a uma mudança no padrão monetário.[1]

O ponto crucial do programa econômico foi a reforma monetária que imobilizou os ativos financeiros do país. Mais de dois terços da liquidez do sistema financeiro[2] foram declarados não disponíveis e colocados em uma conta especial à ordem do Banco Central a mais de 6% de juros anual. Estes recursos só poderiam ser utilizados em partes iguais cada mês depois de 18 meses, exceto em casos especiais de rescisões de contrato de trabalhadores, Folha de Pagamentos, Sociedades de Benificência.

Na área fiscal, dispôs-se da venda de imóveis e veículos do setor público, a privatização de algumas empresas estatais e a implementação de uma reforma administrativa, com o objetivo de reduzir os gastos e conseguir um superávit fiscal ao redor de 2% do PIB, no final do ano.

Também estendeu-se o Imposto às Operações Financeiras (IOF) a todas as aplicações retidas no plano de estabilização por apenas uma vez. Ampliaram-se algumas porcentagens de outros impostos, tais como o do Imposto ao Patrimônio e Produtos Industrializados (IPI) e também criou-se um Imposto à Renda sobre atividades agrícolas.

Criaram-se os Certificados de privatização (CP), meio de aquisição obrigatória pelos Bancos de Investimento, Sociedades Distribuidoras e Fundos de Pensão, como instrumento para viabilizar mais rapidamente a privatização das empresas.

A política de ingressos foi acompanhada de um congelamento temporal e posterior à fixação dos preços, até que os salários recuperassem seu poder aquisitivo, mediante um fator de ajuste determinado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor (INPC).

Adotou-se um ajuste importante sobre os preços dos serviços publicos. No caso dos preços no setor privado, foi limitado o ajuste dos custos das empresas a um nível de referência estabelecido pelo Governo.

Em quanto a sua posição externa, implantou-se uma política de taxa de câmbio flutuante, em substituição às mini- desvalorizações. Isso, com o propósito de determinar uma taxa de câmbio de equilíbrio a partir dos sinais do mercado. Não

---

[1] O cruzeiro substituiu o Cruzado Novo. A equivalência foi 1 Cruzeiro igual a 1000 Cruzados Novos

[2] Oferta monetária-definição M4 (Equivalente a NCZ$ 4.2 trilhões ou US$ 120 bilhões).

obstante, o Banco Central continuou exercendo um papel preponderante nas operações cambiais.

Com o propósito de consequir uma economia de livre concorrência, reduzindo as distorções ocasionadas pelos oligopólios, eliminaram-se os reqimes especiais de isenções e medidas fiscais aos produtos importados. A idéia central foi a de estimular a competitividade e a produtividade dos setores mais dinâmicos da economia, considerando as restrições macroeconômicas e os desequilíbrios internos.

No final de 1990, ó programa alcançou seu esgotamento. Os indicadores macroeconômicos refletiam uma situação recessiva associada à inflação crescente na economia. Os investimentos, que durante a década estiveram na ordem de 16.5% do PIB, diminuíram a 15.1% do PIB. O desemprego elevou-se a 6.7% em 1989 a 9.4% na região da Grande São Paulo, enquanto que os salários reais declinaram em mais de 23%.

O Plano Collor II (Janeiro 1991)

Em janeiro de 1991, adotaram-se novas medidas que conduziam a retomar o controle monetário, acompanhados por um congelamento de preços e dos salários de tal forma de neutralizar temporariamente a pressão sobre a inflação.
O programa reconheceu que a política monetária aplicada anteriormente, ainda que restritiva, náo havia sido suficiente para abater a inflação. Ao mesmo tempo, encontrou-se a necessidade de aplicar uma reforma fiscal para recuperar o financiamento do Estado.

O congelamento de preços foi precedido de um ajuste inicial dos preços privados e das tarifas públicas. Os salários foram reajustados pela média dos vencimentos dos últimos doze meses e logo mantiveram-se congelados.

Eliminou-se a indexação formal da economia em base aos Bonos do Tesouro Nacional (BTN). Na sua substituição, criou-se a taxa Referencial de Juros (TR), calculada a partir de uma mostra de títulos privados pré-fixados [3]. A TR passou a ser um indicador flutuante da expectativa da inflação futura.

Com o propósito de desestimular a demanda por crédito do sistema, o Banco Central limitou o acesso das instituições financeiras às linhas de desconto e restringiu o tipo de operações . Isto originou uma diminuição importante da liquidez no sistema. As operações "overnight" ficaram limitadas aos intercâmbios de reservas monetárias , com o qual desapareceram as aplicações financeiras em títulos públicos e privados. Em substituição às operações "overnight" criou-se os Fundos de Aplicação Financeira (FAF), também com liquidez imediata e tributação decrescente em função do prazo de aplicação, e com operações de retiradas até 22 dias úteis.

A reforma financeira, com uma crescente intervenção da autoridade monetária na intermediação dos recursos e a desindexação da economia constituíram o eixo

[3] A utilização da TR como índice de correção monetaria foi somente utilizada para operações (empréstimos) com prazos superiores aos noventa dias. Assim as Cardenetas de Poupança passaram a ser corrigidas pela Taxa Referencial diariamente.

central do Plano Collor II. Buscou-se o aprofundamento das formas de controle monetário estimulando o alargamento do prazo das aplicações financeiras e as restrições impostas às instituições financeiras com os mecanismos de redução da liquidez.

As conseqüências importantes das novas medidas foram a limitação imposta ao crescimento das dívidas públicas estaduais, com a eliminação das operações "overnight" para as pessoas jurídicas não financeiras, e o aumento do custo do desconto . O adiantamento da dívida dos Estados foi negociada diretamente com o Governo Federal, na tentativa de possibilitar um controle mais efetivo dos gastos públicos dos agentes qué não tinham sido afetados pelas medidas de estabilização do Plano Collor I.

VI. POLÍTICA AGROPECUÁRIA

6.1. Política de Preços e Comercialização

Política de Preços

O instrumento utilizado pelo Governo para reduzir o risco e dar garantia à atividade agrícola, tem sido a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)[4]; que por sua vez conta com dois instrumentos básicos, o AGF e EGF, e outros que o complementam e viabilizam a política agrícola, tais como o Valor Básico de Custeio (VBC), Preço Mínimo (PM), Preço de Intervenção e recentemente, Preço de Liberação de Estoque.

Os objetivos básicos do PGPM é o de assegurar os ingressos mínimos dos produtores e o de estabilizar os preços de mercado através de preços de sustentação dentro e fora do período da colheita, assim como incentivos para o armazenamento.

O programa é administrado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em conformidade com a Companhia de Financiamento à Produção (CFP), Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Abrangendo a maior parte dos grãos (cereais e oleaginosos) de consumo interno como também, os de exportação até 1990, incluindo o gado de corte, aves, algodão, frutas e hortaliças; em menor grau outros produtos tais como a seda, o pó cerífero (carnaúba). Em 1991, o número de produtos incluídos neste regime de preços alcançou aproximadamente uma dúzia, que inclui basicamente os grãos e o algodão.

Aquisição do Governo Federal (AGF). São as compras diretas do Governo para garantir a aquisição de qualquer volume de produção a um preço "mínimo" de

[4]. PGPM foi implementando a 48 anos. Nas décadas de 60 e 70 o instrumento primordial foi o EFG. A partir do início da década de 80, com os preços mínimos unificados em todo o país e com os cortes de recursos creditícios oficiais, o aumento das taxas de juros, as aquisições AGF cresceram aceleradamente.

referência[5]. a AGF pode ser direta ou indireta. É direta quando o produto é vendido ao Governo sem antes haver sido financiado sua armazenação via EGF. É indireta, quando o produtor que realizou uma EGF e não obteve um preço que remunere seus custos, entrega o produto ao Governo, transformando o empréstimo em AGF, com o qual transfere ao Governo parte dos custo de juros e armazenação.

Empréstimo do Governo Federal (EGF). É uma linha de crédito de comercialização para dar liquidez ao produtor, cooperativas, beneficiadores, exportadores e industriais, permitindo postergar o momento da venda de seus produtos dentro do ano da safra, até no máximo de 180 dias. Na pratica, esta linha de crédito tem funcionando como uma forma de cobrir as dívidas por crédito de produção. A garantia exigida ao produtor é o penhor da mercadoria que pode ser feita com o sem a intervenção do Governo.

A evolução dos preços mínimos estabelecidos através do AGF entre 1986 e 1990, estão sempre abaixo dos preços de mercado, exceto no caso do trigo, que é tratado de maneira especial, em decorrência de estar em outro tipo de programa de financiamento (ver figuras 6.1.1 a 6.1.6 e quadro A 6.1.1). Este resultado não indica necessariamente que a efetividade desta política para estimular o crescimento da produção é nula, dado que a fixação de preços ocorre antes ~~de~~ a tomada de decisão de produzir, com efeitos diferentes, dependendo da elasticidade de cada produto[6]. Sendo a agricultura uma atividade altamente aleatória e insegura, esta política estimulou aos agricultores a dar continuidade na decisão de produzir, porém, ao mesmo tempo, introduziu produtores com tecnologias modernas e em novas áreas de fronteira agrícola, e também abrangendo aos produtores ineficientes[7]. Com a alta da inflação, é maior o risco de que os preços mínimos sofram uma defasagem em relação aos custos de produção, reduzindo a efetividade desta política como instrumento para estimular o crescimento do produto agrícola. Para evitar este risco, foi indexado o preço de garantia, sendo corrigido o preço base até o momento da colheita.

Por outro lado, a relação de preços mínimos e custos operacionais, tem sido fator expressivo na agricultura, numa situação de preços reais decrescentes como a observada. Pode-se apreciar no Quadro Nº A 6.1.2, que os preços mínimos superam na maior parte do observado, os ~~preços~~ custos operacionais, apresentando uma margem de lucro mais alta durante a primeira parte da década. A esta situação, adicionou-se

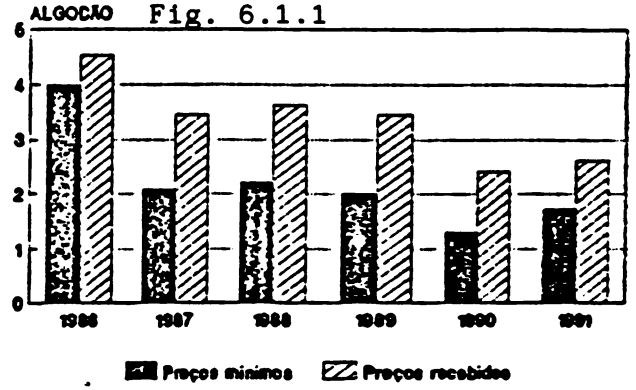
[5]. É o preço estabelecido com a finalidade de executar o PGPM, para as operações de AGF e EGF. Sua função principal é a de servir como uma espécie de "Garantia" de preço. Estabeleceu-se uma Preço para Empréstimo, servindo de base aos empréstimos do Governo Federal quando as normas de operação de PGPM não está prevista na realização da AGF.

[6]. A fixação dos preços mínimos, abaixo dos preços de mercado, é eficaz no caso dos produtos com demanda elástica. E quando existe um maior consenso sobre a não elasticidade da produção agrícola global, existem alguns resultados empíricos que demonstram a existência de alguns subsetores agrícolas elásticos.

[7]. A partir dos anos 80 unificaram-se os preços mínimos em todo o país. Em 1991, foi restituído o sistema de preços mínimos por região.

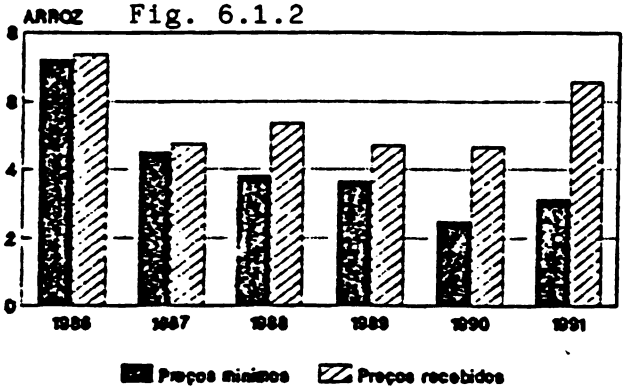
RELAÇÃO DE PREÇOS
MINIMO E RECEBIDO PELO PRODUTOR

ALGODÃO Fig. 6.1.1

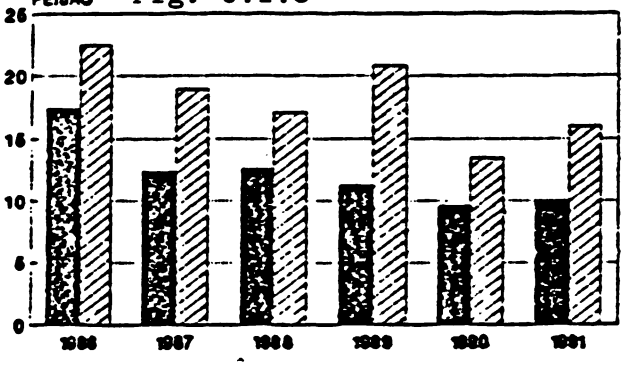


RELAÇÃO DE PREÇOS
MINIMO E RECEBIDO PELO PRODUTOR

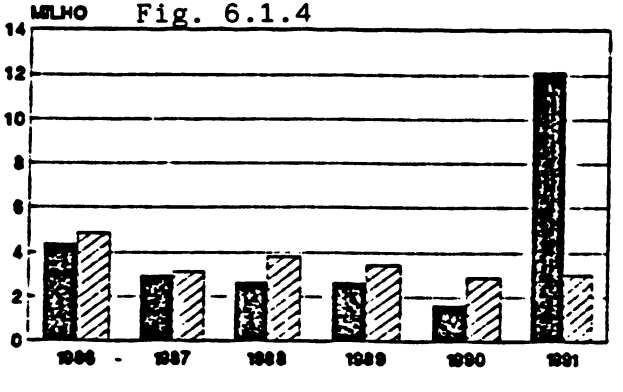
ARROZ Fig. 6.1.2



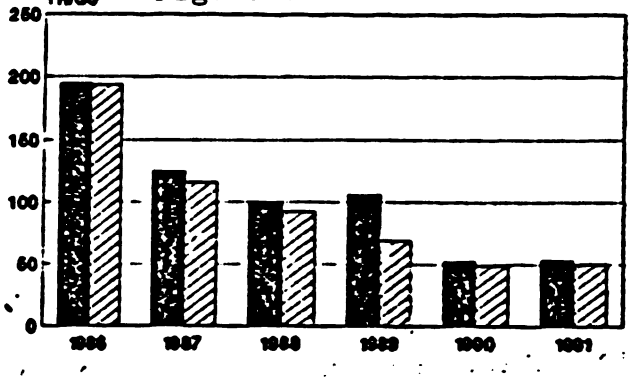
FEIJÃO Fig. 6.1.3



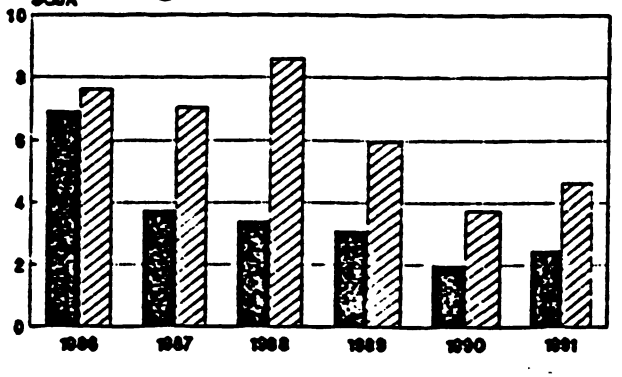
MILHO Fig. 6.1.4



TRIGO Fig. 6.1.5



SOJA Fig. 6.1.6



a baixa dos preços dos insumos (Quadro Nº A 6.1.3), para determinar conjuntamente com a oferta inflacionária a tendência declinante dos preços mínimos ao longo do tempo, como indica o Quadro Nº A 6.1.4.

O aumento da produção na segunda metade da década de 80, ocorreu devido à compra que o Estado realizou nas zonas mais afastadas através de sua política de Preços Mínimos. A impossibilidade de financiar plenamente esta política obrigou o Governo a retomar a política de regionalização de preços mínimos, diminuindo a custo dos fretes necessários para a retirada da produção nessas regiões. Os produtos mais afetados foram o arroz, milho, sorgo e soja, responsáveis por 93% da produção de grãos déssas zonas.

O índice das relações de intercâmbio por regiões, elaborado a pouco tempo pela CONAB, mostra que nos últimos quatro anos e meio os ingressos liquido dos produtores encontraram-se abaixo dos custos totais de produção, exceto em algumas regiões (ver Quadro 6.1.1, A 6.1.5, A 6.1.6 e A 6.1.7).

A baixa da produção na safra 90/91 e a falta de estímulo dos produtores para o replantio, conduziram o Governo a restituir a política de unificação dos preços mínimos a fim de evitar maior descapitalização dos agricultores e alcançar a auto-suficiência de alimentos.

O valor Básico do Custeio (VBC) é o valor calculado pelos produtores nas atividades de custeio, abrangendo a fase de plantio até a colheita. Este valor serve para o acesso ao crédito de produção oficial que é analisado posteriormente[8].

Preços de intervenção É um preço máximo que, uma vez alcançado, aciona as vendas dos estoques iniciais; calcula-se a partir da media dos preços observados durante os últimos 5 anos corrigidos pela variação da margem de preços, conforme as especificidades dos produtos (Voto Conselho Monetário Nacional Nº 437-87). Este preço foi substituído pelo Preço de Liberação dos Estoques Públicos em julho de 1991, calculado pela média móvel de preços reais com um mínimo de 48 meses e máximo 60 meses, além de uma margem de 15%, para contemplar o custo de estoque, podendo os Ministérios da Economia, Fazenda e Planejamento em conjunto com o MARA, fixar critérios alternativos (Portaria Interministerial Nº 657).

Este preço de intervenção atua afetando a formação dos preços ao consumidor, agindo ao mesmo tempo, para atenuar as flutuações estacionais dos mesmos.

Até 1987, não existia regras definidas por parte do Governo para manejar os estoques no mercado de grãos. Esta indefinição na política permitiu que os estoques oficiais fossem utilizados para controlar a inflação[9]. Em outras

[8].O VBC foi introduzido para: (i) induzir o uso de uma determinada tecnologia; (ii) regular o limite de crédito rural; (iii) garantir maior e melhor distribuição do crédito aos produtores.

[9]. Fernando Maida Dall Acqua, "Impacto Macroeconômico do Programa de Ajuste sobre o Setor Agrícola no Brasil: 1979-1984", 1988.

QUADRO 6.1.1

INDICE DE RELACAO DE TROCA

ESPECIFICACAO	PERIODO							
	1987	1988	1989	1990	1991			
					JAN	FEV	MAR	ABR
NORDESTE.....	1.54	1.80	1.66	1.71	1.57	1.55	1.70	1.80
SUDESTE.....	1.68	1.86	1.97	2.20	2.10	2.29	2.27	2.44
SUL.....	0.80	1.01	0.98	1.02	1.06	1.14	1.22	1.27
CENTRO OESTE.....	0.91	1.02	0.93	0.98	0.90	0.96	1.04	1.09
BRASIL.....	1.60	1.83	1.78	1.92	1.88	1.79	1.90	2.02

FONTE: Revista Conjuntura Economica. Julho 91

Arq:inretro1.wk1

0

palavras, os estoques oficiais foram geralmente vendidos a um preço inferior à soma dos custos de aquisição, armazenamento, custo financeiro e transporte.

Em 1987, por exemplo, o déficit orçamentário associado aos programas de estoques oficiais, contribuíram a aproximadamente 10% do déficit global do setor público, que foi de 5.9% do PIB. Isto faz com que o PGPM esteja fortemente ligado aos objetivos da política fiscal. Quando as autoridades econômicas decidem praticar uma política fiscal rígida, este instrumento e um dos programas mais afetados pelos cortes.

A medição do custo de intervenção através da política de preços é muito complexa e requer a elaboração de estudos adicionais que avaliem as vantagens e desvantagens na aplicação deste instrumento a nível de produto e região. No entanto, uma avaliação parcial e de caráter preliminar indica que: (i) No caso do Milho, os preços mínimos tem mantido, nos dois últimos anos, abaixo dos preços de liberação de estoques e dos preços internacionais, como indica o Quadro Nº 6.1.2; (ii) no caso do arroz, o preço mínimo de sustentação continua substancialmente alto em relação ao preço mundial, causando pressões sobre o orçamento fiscal[10].

Quadro No. 6.1.2.

MILHO Região Sao Paulo

	1989(1)	1991(2)
	(US$/TM (3)	
Preços		
. MINIMO	92.6	104.0
. DESESTOQUE	153.4	180.4
. INTERNACIONAL(4)	175.5	162.9
Custo:		
. ARMAZENAGEM +		
. CUSTO FINANCEIRO(5)	18.6	20.0
. TRANSPORTE(6)	24.0	22.9
. PERDIDA/LUCRO	18.2	33.5

(1) Setembro
(2) Junho
(3) Calculado a partir de conversão de preços em Cr$/60 Kg e taxa de câmbio (1989: 3.25 Cr$ x US$; 1991: 291.42 Cr$ x US$).
(4) CIF + Custo de importação
(5) Custo armazenagem (9 meses)= US $ 7.5/TM
Custo financeiro= 12% por 9 meses.
(6) 400 Km.

Fonte: Elaboração propria em base a dados da CONAB.

[10]. BIRD, Report NO 77-38 BR, Dez. 1989, pp.44-45.

Política de Comercialização

No Brasil a formação dos preços nos mercados agrícolas recebem forte influência da política de comercialização do Estado, vinculada ao desenvolvimento industrial e o crescimento acelerado das populações urbanas.

As políticas comerciais do Governo são guiadas pelo modelo de exportação de excedentes.

As políticas comerciais do governo vem sendo guiadas pelo modelo de exportação de excedentes e não pela economia dirigida à exportação, derivado da necessidade de manter taxas de inflação reduzidas acompanhadas do poder de compra constante dos salários industriais.

O anterior corrobora-se com a magnitude das compras do Governo aos produtores mediante o mecanismo AGF (Quadros Nº 6.1.3 e A 6.1.8).

A partir de 1986, com o Voto do Conselho Monetário Nacional (CMN) Nº 45, iniciou-se a liberação da comercialização dos produtos, diminuindo desta forma, a intervenção governamental nos mercados. Em 1987, o CMN criou quatro linhas de ações para melhorar o desempenho dos mercados: (i) redução ao mínimo a intervenção do Governo na compra e venda dos produtos agrícolas; (ii) compatibilização das vendas do Governo com os custos de importação e custos de armazenamento, custo financeiro e de administração; (iii) incremento da importância do setor privado nas importações de produtos básicos, utilizando tarifas alfandegárias flutuantes e; (iv) liberação das importações agrícolas aos controles quantitativos, utilizando tarifas alfandegarias flutuantes.

Em 1990, mediante a Portaria MARA Nº 057, o Governo manteve os critérios utilizados anteriormente. Apesar da tendência esboçada a favor da economia de mercado, seguem vigentes os lineamentos de proteção dos produtos, dado que a administração de preços possui como parâmetro a relação custo-benefício, e onde as importações dos mesmos produtos representam o ponto de equilíbrio, ao serem colocadas no setor interno com custos que permitam a proteção do setor doméstico. Em realidade, as regras vinculadas ao PGPM vem funcionando mais como um instrumento de proteção para o setor para contrastar com as imperfeições do mercado, do que para reduzir os riscos da atividade. Alguns exemplos dos efeitos desta política de preços de desestoque sobre os preços de atacado, podem ser observadas na figura Nº A 6.1.1 a A 6.1.3.

Os Subsídios da Política de Preços e de Comercialização

Os diferentes instrumentos utilizados pelo Governo para estimular a produção, originou uma série de desalinhamentos nos preços dos mercados agrícolas, o que resultou em subsídios para diversos produtos envolvidos nos diferentes programas implementados. Como pode-se observar no Quadro Nº 6.1.4, para estimular os subsídios, levou-se em conta as subvenções dos preços de venda, como é o caso do subsídio ao trigo e à política de preços mínimos (AGF). Para o caso do subsídio do Programa (EGF)[11] e ao crédito rural foi empregado a subvenção à correção monetária e à taxa de juros. O subsídio implícito ao crédito rural, também é

[11] Está incluído um prêmio de liquidação no cálculo do subsídio

QUADRO 6.1.3

EVOLUÇÃO DAS POLITICAS DA EGF E AGF. 1980/1991.

	EGF			AGF		
ANOS	PESO TONELADAS mil	VALORES REAIS (1) Cr$ mil	EVOLUÇÃO (%)	PESO TONELADAS mil	VALORES REAIS (1) Cr$ mil	EVOLUÇÃO (%)
1969	1,008	102,430,657		23	2,243,007	
1970	1,374	124,272,952	21.32	549	55,406,329	2370.10
1971	1,200	126,270,084	1.61	50	4,676,670	-91.56
1972	1,787	216,033,399	71.09	35	5,085,740	8.75
1973	1,346	168,783,515	-21.87	37	3,849,111	-24.32
1974	3,210	392,343,095	132.45	223	18,269,411	374.64
1975	5,938	923,864,648	135.47	409	139,855,365	665.52
1976	7,565	954,643,972	3.33	996	154,148,606	10.22
1977	7,901	1,015,429,049	6.37	2,850	254,293,193	64.97
1978	5,680	768,046,631	-24.36	634	68,348,104	-73.12
1979	6,841	806,637,755	5.02	432	72,867,965	6.61
1980	11,041	1,116,986,918	38.47	258	46,633,459	-36.00
1981	13,080	1,376,151,446	23.2	1,070	171,396,275	267.54
1982	14,919	1,449,770,287	5.35	5,727	639,879,340	273.33
1983	13,504	873,729,954	-39.73	2,143	162,514,256	-74.60
1984	7,606	383,022,401	-56.16	1,286	147,100,010	-9.48
1985	7,754	822,936,089	114.85	8,767	1,170,782,484	695.91
1986	10,381	1,214,424,687	47.57	7,682	798,261,810	-31.82
1987 (2)	10,335	740,515,387	-39.02	12,870	632,982,847	-20.70
1988	12,549	706,796,342	-4.55	4,183	201,575,598	-68.15
1989 (3)	7,181	282,467,447	-60.04	1,918	54,033,460	-73.19
1990 (3)	3,448	207,714,562	-26.46	548	14,564,898	-73.04
1991 (4)	2,154	111,293,519	-46.42	9	2,657,950	-81.75

FONTE: CONAB (1991).

Observaçoes: (1) Valores reais em agosto de 1991, utilizou-e a media anual do IGP-DI de 1969/91;

(2) Os dados em volume (t) para o ano de 1987 a 1989 sao dos cinco principais produtos (algodao,arroz,feijao,milho e soja);

(3) Dados somente do Banco do Brasil;

(4) Dados somente do Banco do Brasil ate o dia 31.08.91.

Arq:Precoacf

discutido na seção 6.3. No cálculo do subsídio do açúcar e do álcool, considerou-se a igualdade dos preços para os produtores das regiões Centro-oeste e Nordeste. No caso do PROAGRO, todo gasto foi considerado como um subsídio, toda vez que os desperdícios foram destinados exclusivamente para a cobertura desta conta.

Quadro No. 6.1 4.

DISCRIMINACAO	SUBSÍDIOS EM US$ MILHÕES (1)	
	1988	1989
Conta trigo	74.4	87.9
Estoques reguladores	1.0	18.0
Aquis.do Gov.Fed.(AGF)	113.4	64.9
Emp.do Gov.FED (EGF)	16.5	99.6
Conta Açúcar(*)	1022.0	219.2
Outros (**)	565.5	562.0
TOTAL	1792.8	1051.6

*) Inclui Aquisição para Exportação e Beneficiamento e Política de Preço Nacional Equalizado do Açúcar e Álcool.
(**) Crédito Rural: Custeio e Investimento e PROAGRO.
(1) Constantes deflacionada pelo Producer Prices Index dos USA, Base 1985=100.
Fonte: Carlos M. Villa Verde e José Garcia Gasques (1990).

6.2 Política de Comércio Exterior do setor Agropecuário

A política de comércio exterior adotada pelo Brasil durante muitos anos, e formalmente decidida pelo Conselho Monetário Nacional, seguiu o modelo de substituição de importações, propiciando o surgimento de um setor industrial dinâmico e praticamente auto-suficiente. Esta política utilizava medidas protecionistas que possuíam como contra-efeito sua tendência a restringir o processo de adoção de tecnologia que tornasse mais competitivo o setor produtor.

A segunda metade da década de oitenta, foi caracterizada de maneira geral, pela manutenção dos incentivos à exportação e ao controle das importações, em função da escassez de divisas que caracterizou o período. Os instrumentos utilizados pelo Governo para sua intervenção, podem ser divididos em três: a) Monopólios Estatais (IAA) para açúcar e CTRIN para trigo); b) Controle sobre commodities pela CACEX (soja, algodão, milho, arroz e carne); e c) a administração da CACEX sobre commodities com exportações essencialmente livres (cacau, suco de laranja, frutas e hortaliças). O Instituto Brasileiro do café regulava e administrava o mercado do cafe.

Existiram três sub-períodos nesse lapso, o primeiro, desde 1985 a 1987, esteve marcado pela utilização de mecanismos de promoção de exportações, tais como o aumento de 10% para 15% no nível de equalização da taxa de juros em operações de financiamento à exportação, a concessão de benefícios de "draw back" na importação de matérias primas e produtos intermediários, criação de depósito de moeda estrangeira vinculado a contratos de exportação e isenção do imposto de importação e do IPI, na compra de bens em valor não superior a 10% do incremento das exportações de produtos manufaturados.

No lado das importações, foram utilizados controles, tanto a partir dos prazos de pagamento de vários dos produtos alimentícios, como através da confecção, por parte da CACEX, de listas de produtos com importação suspensa. O número de produtos envolvidos variava segundo a evolução do saldo da balança comercial. Adicionalmente utilizaram-se outros instrumentos, como aumento ou diminuição das exigências de prazos mínimos para o pagamento ao exterior ou a redução das alíquotas de IOF aplicável sobre compras externas.

A partir de 1988, com o agravamento das finanças públicas começou a impor uma maior pressão fiscal sobre as exportações. Foram incrementadas as alíquotas para o pagamento do imposto de renda (IR), passando de 3% em 1989 a 6% em 1990, sobre o lucro das exportações incentivadas. No ano seguinte, essa alíquota foi para 18% nas operações do exercício financeiro de 1990, ao mesmo tempo que foram limitados outros incentivos fiscais. Ainda assim, a meados de 1988, a reformulação da política industrial reduziu a alíquota do IPI, favorecendo a competitividade externa dos produtos nacionais anteriormente controlados, como soja e seus derivados, fibra de algodão, arroz e milho. Sob essa nova política, a exportação desses quatro produtos estiveram livres de restrições quantitativas, mas continuaram sujeitas à obtenção de licenças pela CACEX. nesse mesmo ano, desta forma, autorizou-se a CACEX a liberar qualquer restrição quantitativa às importações de fertilizantes e adubos.

A partir de 1988, a necessidade de modernizar o parque industrial orientou a política de liberação das importações, através, basicamente das tarifas de importação. De um nível mínimo de tarifas de 51.3% em 1988, passou-se a outro 41% depois da primeira Reforma Tributária e chegou a 35.5% na segunda. A amplitude das tarifas que se estendia de 0 a 105% antes da reforma foi reduzida a 0 - 85%, permanecendo alguns poucos com tarifas superior a 50%[1]. Em 1990 a tarifa média foi de 32.2% e a mais frequente se localizou em 40%, enquanto que para 1994, espera-se alcançar uma média de 14.2% e uma moda de 20% (os objetivos desta política que serão descrito mais adiante).

Outra das medidas de liberação do comércio externo agropecuário, foi a eliminação das restrições quantitativas às exportações e importações de carne bovina em 1989, estabelecendo-se que as operações de importação desse produto fossem realizadas pelo setor privado, enquanto que as exportações ficaram sujeitas ao sistema de registro prévio de venda a fim de viabilizar vendas para embarques futuros, controlar preços e dar previsão às exportações.

Em março de 1990, com a chegada do novo governo, adotou-se medidas de grande transcendência: foi eliminada a lista de produtos cuja importação encontrava-se suspensa, e a disposição que obrigava às empresas importadoras de realizarem um

[1] banco central do Brasil, Varios Relatórios Anuais

programa de importação, caso os montantes das transações superassem determinados valores. Desta forma, foi eliminado o requisito de aceitação prévia, por parte dos organismos de administração federal. Para a importação de produtos em geral, exceto aqueles de caráter estratégicos ou vinculados à saúde humana, Esta medida deixou em evidência a decisão de eliminar os controles não tarifários para a importação.

Em abril desse ano, revogou-se a isenção e redução aplicáveis aos impostos de importação e IPI de diversos produtos, mantendo a competência da Comissão de Política Alfandegária (depois passou para a Coordenação Técnica de tarifas do MEF,) para a alteração das alíquotas dos impostos à importação. Também foi reduzido pela metade (de 50% a 25%) o custo dos fretes para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

A nova política para as importações tem na tarifa alfandegária e nas barreiras não tarifárias, seus mais importantes instrumentos. A segunda delas foi eliminada, como foi comentado nos parágrafos anteriores, em março de 1990, e a partir dali foi pretendido dar um marco estável e transparente para a progressiva redução, até 1994, das tarifas alfandegárias buscando o estímulo à eficiência através da competência externa. Este marco, prometidamente imóvel, permitirá uma progressiva adequação das empresas produtivas às condições dos mercados externos, apesar de que é acentuadamente menos profundo, em sua abertura, que um de seus sócios do MERCOSUL, como se viu no capítulo correspondente. A estrutura tarifária prévia em 1990 era na realidade muito pouco utilizada, já que inumeráveis importações tiveram tarifa zero, ou controles quantitativos, que se pretendem eliminar com a nova estrutura. (Ver Quadros Nºs. 6.2.1 e 4.1.2.).

Os critérios básicos para o desenho da estrutura tarifária para 1994 são: i) alíquota 0% para produtos com claras vantagens comparativas (suco de laranja, celulose, etc), para produtos com proteção natural pelo elevado custo de transporte internacional (animais vivos, etc) e produtos não produzidos no país; ii) Alíquotas de 5% para produtos que já possuíam esta alíquota em 1990, como farinha de trigo, de arroz, etc; iii) alíquotas de 10 a 155 para produtos que através da cadeia produtiva utilizam um insumo básico com alíquotas de 0%, como papel, tecidos de algodão; iv) alíquota de 20% para a maioria dos produtos manufaturados é a tarifa habitual); V) alíquotas de 25 a 30% para produtos escolhidos da química fina, trigo descascado, produtos de moinho, eletrodomésticos, etc; vi) alíquotas de 35% para tratores e caminhões e de 40% para informática.

A reforma administrativa implementada pelo novo governo determinou a eliminação de alguns organismos como o CONCEX e a transferência das funções e competências de outros como a CACEX. Também, o novo governo adotou a decisão de eliminar dois instrumentos de regulagem da atividade exportadora agroindustrial: o primeiro é o Instituto Brasileiro do café, e vinculado a ele, eliminou as contribuições incidentes sobre as exportações de café, os direitos de Registro de Declarações de Venda (DRDV), a liberação dos preços de café no mercado interno e a abertura do registro de venda por doze meses. O segundo instrumento eliminado foi o Instituto do Açucar e do Álcool (IAA), até então responsável pela comercialização dos derivados da cana-de-açúcar. A extinção deste Instituto pôs fim à intermediação nas vendas externas de açúcar, que agora poderão ser realizadas diretamente pelos produtores. Outras atribuições do IAA, como plano de safra, fixação de quotas de produção e exportação, fixação dos preços ao produtor e

QUADRO 6.2.1

EVOLUÇÃO, TARIFAS DE IMPORTAÇÃO PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUARIOS

PRODUTO	ALIQUOTA (%)			PRODUTO	ALIQUOTA (%)		
	1988	1989	1991		1988	1989	1991
CEREAIS	44	22		CAFE	64	41	
Arroz			15	Nao torrado em Grao			10
Milho e Trigo Mourisco			10	Demais			15
Trigo			25				
Sorgo			15	AÇUCAR	79	34	20
Outros			15				
				CACAU			
FEIJÃO			0	Em Bruto			10
				Semi-beneficiado			15
FARINHAS	63	34		Beneficiado			45
De Trigo			5				
De Milho			5	FUMO E DERIVADOS	93	81	
De Soja			10	Para capa de Charutos			15
Outras			5	Demais			75
OLEOS	54	25		FRUTAS	104	53	
Soja, em Bruto			20	Maças			30
Soja, Outros			20	Pessegos			40
Oliveira, Virgens			10	Uvas			20
Oliveira, Outros			20	Laranjas			10
Demais (exc. Girassol)			10				
				HORTALIÇAS E LEGUMES FRESC	104	53	
FIBRAS	s/d	s/d		Cebolas e Alho			20
Naturais			0	Demais			10
Fios			20				
Tecidos			40	MEL			20
CARNES	37	30		PEIXES	105	59	
Bovinos			15	Bacalhau			0
Demais carnes			15	Demais			15
Industrializadas			35				
				SUCOS (EXC. SUCO DE LARANJA	83	56	35
OVOS	61	39	25				
				VINHOS	100	77	
LEITE E LATICINIOS	61	39		Licorosos			75
Leite,Iogurtes e Manteiga			25	Em Geral			75
Requeijao e Queijos			35				

FONTE: Tarifa Aduaneira do Brasil - Remessa 27

Arq:Evotaagr.wk1

outras foram transferidas para a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República.

A política cambial, durante o período considerado, esteve centrada em mini-desvalorizações periódicas que, em geral não conseguiram igualar a taxa de inflação interna (exceto no último trimestre do ano 1990 e o primeiro de 1991), como um efeito da política anti-inflacionaria desenvolvida pelo governo. Esta situação criou um marco de menor competitividade no comércio externo.

Nesse contexto, as exportações totais Brasileiras cresceram em 279% desde 1977 até 1989 onde alcançáram um nível record de US$ 34.383 milhões. O setor agropecuário, primário e processado, participou em 34,8%. Até esse mesmo ano, e durante o mesmo período, as importações totais haviam sido mantidas constantes, com flutuações para acima, no ano de 1979 e 1980 (15% mais que o ano base) e para baixo no período e 1983-1985 (27% menos, uma média que o ano base). É assim que, com importações no valor de US$ 18.263, alcançou-se um superávit comercial de US$ 16.120 em 1989. (ver Quadro nº. A.6.2.1)

Em 1990, a queda na demanda externa, com a conseqüente diminuição dos preços das principais commodities e a falta de abundante financiamento para as safras e seu processamento, determinaram uma caída nos excedentes exportáveis, em correspondência com o menor volume da produção agrícola. De tal maneira, as exportações caíram para US$ 34.414 e as importações subiram, como conseqüência do começo da liberação do comércio exterior, a US$ 20.362, reduzindo o saldo da balança comercial a US$ 11.052. Neste ano, a participação da agricultura alcançou 38%.

6.3 Política de Crédito

Características

Semelhante á política de preços, o crédito rural constitui-se de dois principais instrumentos de intervenção direta por parte do Governo, sobre o mercado financeiro rural e de impactos importantes sobre a agricultura e sobre a economia em conjunto.

A politica creditícia rural[2] no Brasil ocorrida na última década, caracterizou-se

[2].Administrada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Criado pela Lei Nº 4829, de 05.11.65 y regulamentada pelo Decreto Nº 58.380 de 10.05.66. O SNCR este composto pelo: Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A., Banco do Nordeste do Brasil e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. Também configuravam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco Estaduais e Privados, Caixa Econômica, Cooperativa de Crédito Rural e Sociedades de Crédito, Financiamento e de Investimento.

financiamento ?

em termos gerais, pela provisão de recursos oficiais (entre 80% e 90%) destinados ao funcionamento de atividades agropecuárias, taxas de juros subsidiadas e de marcada concentração de empréstimos para poucos produtos, em certas áreas geográficas e em operações a curto prazo. Devido a alta participação percentual do Tesouro Nacional como fonte de recursos para o crédito rural, os empréstimos foram sustentados pelas variações da oferta monetária, chocando-se com o financiamento interno e externo do déficit fiscal, portanto, com a inflação. Devido aos limitados recursos do Tesouro e, objetivando diminuir a pressão sobre as contas fiscais, o Governo criou novas linhas de crédito e incentivos para incrementar a base dos recursos destinados ao setor agrário.

Disponibilidade e Distribuição de Crédito

OK Como pode ser observado no Quadro 6.3.1, durante o período de 1985-1990, aproximadamente 3/4 dos recursos creditícios aplicados na agricultura foram utilizados fundamentalmente em atividades produtivas e o restante foi utilizado em linhas de credito para investimento e comercialização. (Quadros A 6.3.1 a A 6.3.3)

OK A distribuição regional do credito rural, concentrou-se nas regiões do Sudeste e Sul, com 27% e 39%, respectivamente.

Estas regiões foram descritas no Capítulo 1, como as mais dinâmicas do país. Seguindo esta ordem, e de maneira decrescente as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, com 19%, 12% 2,2% respectivamente.

OK Durante o período de 1987-89, os grandes e médios produtores, tiveram uma participação de 68% do total do crédito rural. Enquanto que os pequenos produtores e as cooperativas, participaram com 19% e 13% respectivamente. Esta estrutura modificou-se em 1990, quando o Governo decidiu estimular a produção dos pequenos produtores e das cooperativas com maior participação no crédito.

OK No que se refere à distribuição de crédito por produto, os cereais receberam 39% do crédito, os produtos cultivados para exportação ficaram com 38% e o restante com 23% do crédito rural (Quadros A 6.3.4 e A 6.3.5).

Fontes de Recursos

C Por décadas o Tesouro Nacional constituiu-se na principal fonte de recursos oficiais para a agricultura por intermédio financeiro do Banco do Brasil S.A., como conseqüência da diminuição dos fundos destinados ao crédito e da rigorosidade da política fiscal monetaria, o Governo criou outras linhas alternativas de recurso para atender a demanda de crédito do setor agrário, tais como, as aplicações com recursos obrigatórios, Caderneta de Poupança Rural, Caderneta de Poupança do Sistema Financeiro da Habitação, depósitos especiais remunerados, depósitos vinculados, fundos captados no exterior e outras linhas de credito.

QUADRO 6.3.1

BRASIL, CREDITO RURAL POR FINALIDADE (*)

	1985		1987		1988		1989		1990		1991	
	(Milhoes Cr$)	(%)	(Milhoes Cr$)	(%)	(Milhoes Cr$)	(%)	(Milhoes Cr$)	(%)	(Milhoes Cr$)	(%)	(Milhoes Cr$)	(%)
Custeio	36.8	71.2	335.5	70.1	1,806	68.2	27,462	80.0	417,028	74.9	1,308,587	69.2
Investimento	6.7	13.0	81.8	17.1	421	15.9	3,610	10.5	61,054	11.0	165,779	8.8
Comercializaçao	8.2	15.9	61	12.8	421	15.9	3,263	9.5	79,007	14.2	416,423	22.0
TOTAL PAIS	51.7	100.0	478.3	100.0	2,648	100.0	34,335	100.0	557,089	100.0	1,890,789	100.0

(*) De 1985 ate 1990: recursos contratados
Em 1991 Recursos Liberados, Janeiro até Setembro.
FONTE: Banco Central do Brasil. Varios Relatorios

Arq:credinst.wk1

O Tesouro Nacional

A proporção de crédito rural através desta fonte diminuiu com o passar do tempo, refletido nos problemas orçamentários do Governo em sustentar esta política. Durante a decada de 70, a participação do Tesouro girava em torno de 80%, decaindo na década de 80, para 50% no período de 1986-87, e a 25% no período de 1990-91. No entanto, isso não significa que o Estado deixara de intervir nos mercados rurais.

Existem duas formas de financiamento realizadas pelo Tesouro: Programas Oficiais de Crédito e Programação Orçamentária. A maior parte dos recursos destinados aos Programas Oficiais de Crédito proveem de Orgamismos Internacionais. Os limites dos recursos liberados aos agentes financeiros do Departamento do Tesouro Nacional são fixados pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sobre a proposta apresentada pela Comissão de Limites de Crédito, integrada também pelo Banco Central do Brasil. O uso destes recursos estão vinculados à programas específicos de desenvolvimento setorial, em particular, por investimentos nas áreas agrícolas e agroindustriais[3]

As fontes de financiamento do Crédito Rural, subsidiado pelas contas do Governo, mudou substancialmente. Ate 1985, a principal fonte era a conta corrente ("Conta de Movimento") do Banco do Brasil com o Banco Central. O financiamento dessa conta descontrolou-se, complicando a administração monetária e agravando a inflação[4]. Em 1986, a "Conta de Movimento", foi eliminada como parte das reformas fiscais e monetárias promovidas pelo Governo.

Aplicações com Recursos Obrigatórios

As aplicações obrigatórias dos depósitos bancários (colocações) se constituíram na fonte de financiamento mais instável, contudo, importante para o crédito rural. Mediante este instrumento, o Governo obrigou aos Bancos a reterem uma porcentagem dos depósito realizados, para o crédito agrícola, a taxas de juros pré-fixadas pelas autoridades monetárias.

Atualmente, os bancos comerciais e bancos em geral, estão obrigados a destinar 25% dos depósitos realizados, para financiamento de atividades agrícolas sob o seguinte esquema:

a. 60% destes recursos devem cobrar uma taxa anual não superior a 9% acima das taxas de juros da TRD para financiar os pequenos e médios produtores; enquanto que 40% destes recursos devem cobrar acima da TRD uma taxa de juros não superior a 12,5% para financiar os grandes produtores.

[3] Com excessão dos Programas PROFIR-OECF, PROVARZEA/KFW, PNDR, PNDA e PRODECER II, o resto dos programas encontram-se em fase final, não existindo, portanto, disponibilidade de recursos para serem liberados aos agentes financeiros.

[4] Isto ocorreu em particular durante a decada de 70, quando o volume de crédito rural assim como os subsidios a este crédito expandiram-se rapidamente.

b. 80% destes recursos devem ser aplicados em produtos considerados prioritários pelo Governo.

Durante a década de 70, a proporção do crédito rural financiado com as aplicações obrigatórias, variaram entre 10% a 19%. No período de 1986-88, o rateo subiu a 32%, declinando a 16% em 1989 e, incrementando-se novamente a 25% no período de 1990-91. (Quadro A 6.3.6, A 6.3.7, A 6.3.8).

Caderneta de Poupança Rural

Com o propósito de ampliar a base de financiamento do crédito rural, em 1987 o Governo autorizou o Banco do Brasil a abrir uma Caderneta para depósitos de poupança rural (Caderneta de Poupança Rural)[5]. Foi orientada a princípio para financiar operações de investimento. No entanto, pela escassez de recursos do Tesouro Nacional, foi utilizada na maioria das vezes, para a concessão de créditos de produção nas safras agrícolas.

Atualmente, 65% dos recursos captados para este fim, são utilizados em operações de crédito rural. Suas taxas de aplicações variam de acordo com a disponibilidade de recursos, girando atualmente em torno de 12,5% ao ano acima da taxa Referencial Diária (TRD)[6]

A participação da caderneta de poupança rural no total do crédito agrícola esteve entre 9% e 14% durante o período de 1987-88, caiu para 3% em 1989 e alcançou 20% em 1990 e 34% em 1991. (Quadros Nº A 6.3.6 , A 6.3.7 e A 6.3.8).

Caderneta de Poupança do Sistema Financeiro da Habitação -SFH

Em agosto de 1990, o Governo determinou que as sociedades de crédito imobiliários e aos bancos com carteira de crédito imobiliário, destinassem um mínimo de 10% dos depósitos de poupança para a habitação, nas mesmas condições das operações de crédito rural (Resolução Nº 1745 - Art. 2 de 30.08.90). Esta porcentagem foi modificada em novembro desse ano a 20% (Circular Nº 2077 de 07.11.90). As taxas de juros aplicadas a esta linha de crédito foram as mesmas do mercado financeiro.

Fundos Constitucionais de Financiamento

Esta fonte de recursos originou-se em decorrência do disposto na Constituição Federal (Art. 159, Inc. I linha c), citando que 3% da arrecadação do imposto de renda será utilizado ao crédito rural. Estes fundos se constitucionalizaram nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e foram administrados pelo Banco da Amazônia S.A, Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A. com taxas de juros preferenciais.

[5]. Esta medida foi estendida a outros Bancos oficiais: Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia.

[6]A taxa Referencial Diária é 1/30 da inflação projetada ao mês e utilizada como fator de indexação ou correção monetária.

Custo do Crédito

A política de crédito rural no Brasil caracterizou-se pela concessão de financiamento a taxas de juros controladas que foram fixadas a níveis inferiores à inflação, gerando subsídios contrários sobre a distribuição dos recursos na agricultura brasileira e no resto da economia, qaudros 6.3.2 e 6.3.3.

Pode-se observar quatro períodos na evolução das taxas de juros aplicadas ao crédito rural, ~~objetivando a produção, investimento e comercialização~~. Durante o primeiro período, 1965-73) as taxas de juros reais foram moderadamente negativas, entre -0,6% a -2,3% anual.

O Segundo período (1973-83) destacou-se pela existência de taxas reais de juros altamente negativas, chegando até -39% em 1980, em decorrência do incremento acelerado da inflação e manutenção do controle das taxas de juros. Com o propósito de corrigir as distorções presentes no mercado financeiros rural, o Governo implementou no final de 1979, um Sistema de Indexação do custo do crédito baseado em expectativas inflacionárias.
As taxas de juros eram ajustadas levando-se em conta as porcentagens do preço das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN)[1], que variavam segundo a finalidade do crédito, tamanho do produtor e região do país. Aplicavam-se taxas preferenciais às regiões do Norte e Nordeste (Resolução Nº 590 de 07.12.90). Como estas expectativas vinham substimando a inflação real, as taxas de juros reais sobre estas aplicações rurais continuaram altamente negativas até 1983.

No começo do ~~terceiro~~ período, (1984-88), elevaram-se os coeficientes de ajuste com base nas ORTN (a 100%) para o crédito aos médios e grandes produtores, mantendo invariável o custo do crédito no caso dos pequenos produtores (Resolução Nº 876 de 20.12.83). Isto permitiu reduzir as pressões fiscais e inflacionárias das operações, e com isto o subsídio no subsetor mais abastado dos agricultores. Durante as safras agrícolas 84/85 e 85/86, as taxas reais de juros foram positivas, quadros 6.3.2 e 6.3.3.

Esta disciplina monetária não conseguiu manter-se, e novamente as taxas de juros reais tornaram-se negativas nas campanhas subseqüentes 86/87 e 87/88. Durante estes anos a ORTN foi substituída pela (LBC) letra do Banco Central e (IPR) Índice de Preços Recebidos, como mecanismo de cálculo para taxas de juros.
~~O último período e o mais recente, iniciou-se~~ A partir da introdução do Plano Verão em janeiro de 1988 ~~com o "Plano Verão" incluído os Programas Collor I e II~~, caracterizou-se pela aproximação das taxas de juros aplicadas ao crédito rural com as do mercado, em decorrência das reformas fiscais e monetárias levadas a cabo, as quais reduziram as bases de a política seguida

[1]. A taxa de juros era determinada do seguinte modo: Juros+ (%) ORTN+ (%base). O coeficiente das ORTN variavam segundo o produto e a região. Por exemplo, em 1983, a taxa de juros foi:

a. Pequenos produtores região Norte e Nordeste (SUDAM-SUDENE):
Juros+70% ORTN+ 3% adicional ao ano.

b. Grandes e Médios Produtores nas restantes regiões:
Juros+18% ORTN 13% adicional ao ano.

QUADRO 6.3.2

BRASIL, EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JUROS, 1984-1991 *

(%)

SISTEMA FINANCEIRO				CREDITO RURAL		
Periodo	Titulos Federais	Certificados de Depositos Bancarios CDB	Inflaçao INPC	CUSTEIO	INVESTIMENTO	REGIAO NE e N.
1984/1985	187.5	196.4	140.1	167.2 (1)	164.9 (1)	115.4 (2)
1985/1986	105.6	116.0	117.3	118.0	118.0	41.3 (a) (4) 76.7 (b)
1986/1987	142.0	181.2	157.9	51.6 (a) (5) 54.2 (b) (5)	144.1 (6)	91.0 (a) (7) 97.9 (b) (8)
1987/1988	231.5	257.3	254.3	216.2 (a) (9) 220.7 (b)	216.2 (10)	247.1 (11)
1988/1989	499.8	482.0	457.0	517.3 (12)	517.3 (12)	517.3 (12)
1989/1990	2,192.8	1,590.5	2,687.8	2847.8 (13)	2847.8 (13)	2847.8 (13)
1990/1991(*)	235.9	404.8	231.6	223.0 (14)	223.0 (14)	223.0 (14)

FONTE: 1. Elaboraçao propria com dados do BACEN,CONAB,FGV.

(*) Periodo considerado = Set/Maio.

aa= ao ano

(a) 7% Pequenos Produtores

(b) 9% Medios e Grandes Produtores

(1) Obrigaçoes Reajustaveis do Tesouro Nacional (ORTN) + 3% aa

(2) 70% ORTN +3% aa pequenos produtores

(3) ORTN + 3% a ano ate 15//05/86, depois 10 % aa ate final

(4) 35% de ORTN +3% aa; 65% de ORTN +3% os demais produtores

(5) Indice de Preços Recibidos (IPR) mais 10% aa ate 30/05/87.

(6) Caderneta de Poupança rural (12.5% aa) +3% aa, de Março ate maio 87.

(7) IPR +3% aa

(8) IPR +8% aa

(9) (a) pequenos prod. OTN +7% aa; (b) os demais prod. OTN +7% aa

(10) Idem

(11) IPR +3% aa

(12) IPR +3% aa ate 29/01/89, depois IPC +12% aa ate 26/04/90.

(13) IPC +12% aa ate 16/08/90, depois BTNF +12% aa.

(14) BTN +9% (Estimativa).

Arq:juros2.wk1

QUADRO 6.3.3

BRASIL, TAXAS DE JUROS REAIS, 1984-1991 *

(%)

SISTEMA FINANCEIRO			CREDITO RURAL		
Periodo	Titulos Federais	Certificados de Depositos Bancarios CDB	CUSTEIO	INVESTIMENTO	REGIAO NE e N.
1984/1985	19.7	23.4	11.3	10.0	-10.3
1985/1986	-5.4	-0.6	0.3	0.3	-35.0 (a) -18.7 (b)
1986/1987	-6.2	9.0	-41.2 (a) -40.2 (b)	-5.4	-25.9 (a) -23.3 (b)
1987/1988	-6.4	0.8	-10.8 (a) -9.5 (b)	-10.8	-2.0
1988/1989	7.7	4.5	10.8	10.8	10.8
1989/1990	-17.8	-39.4	5.7	5.7	5.7
1990/1991	1.3	52.2	-2.6	-2.6	-2.6

(*) Set/Maio.

(a) Pequenos Produtores
(b) Medios e Grandes Produtores

FONTE: Quadro 6.3.2

Arq:Juroreal.wk1

fundos para investimento e induziram a elevação das taxas de juros para equilibrar a demanda de crédito rural. As safras agrícolas 88/89 e 89/90 foram financiadas a taxas reais de juros positivos. Estas altas taxas de juros não corresponderam aos preços adequados, gerando com isto, um encarecimento dos custos financeiros dos produtores e uma diminuição na produção agropecuária. Por tal motivo, o Governo determinou uma ligeira redução nas taxas de juros, respeitando a inflação durante a safra 90/91.

Efeitos Produzidos

O impacto da política de crédito rural sobre a agricultura e o resto da economia é avaliada aqui, levando em conta os seguintes efeitos sobre (i) produção e produtividade; (ii) ingressos rurais; (ii) subsídios; (iii) a oferta monetária e a inflação.

Produção e Produtividade

Analisando a evolução do crédito rural e a produção agropecuária real a influência não é tão evidente no crédito rural como instrumento propulsor do crescimento do produto no setor. Enquanto o crédito diminuiu durante o período de 1985-90, com excessão do período de 1986-87, o produto cresceu de maneira sustentada neste lapso de tempo, exceto em 1986. É provável que a propria dinâmica de cada produto , assim como seu grau de reação ante os sinais das políticas globais e setoriais, oculte este efeito. Se analisarmos a política creditícia por produto, a estudo demonstra alguns resultados interessantes.

A soja foi a cultura que recebeu maior porcentagem de crédito, o que permitiu o incremento de sua produção e área cultivada; no entanto, sua produtividade foi moderada. No caso do arroz, que alcançou aumentar sua produção porém, não sua área, consequiu aumentar substancialmente sua produtividade. O impacto do crédito sobre o milho foi importante, alcançando incrementar sua produção e respectivamente sua produtividade notavelmente.

O financiamento da cana-de-açúcar pôde influenciar o aumento de sua produção e superfície cultivada; sua produtividade manteve-se estagnada. O crédito sobre o café não obteve êxito, já que este produto teve muitos altos e baixos na produção e produtividade. A análise do efeito do crédito sobre o trigo é difícil, por tratar-se de um produto com alto grau de aproximação com a agroindústria, a qual contou com algumas concessões do Governo; este produto incrementou sua produção e produtividade de maneira sustentada.

Em conclusão, o credito foi um instrumento importante no desenvolvimento de um grupo muito reduzido de culturas entre os quais destacam-se a soja, o arroz e o milho.

Subsidios Financeiros implícitos

A fixação das taxas de juros à níveis abaixo da inflação, geraram subsídios financeiros implícitos, que por seu caráter generalizado originaram uma ineficiente distribuição de recursos entre os distintos subsetores da agricultura desfavorecendo o setor para o qual estava direcionada a política de proteção.

Achados empíricos de estudos realizados anteriormente[8] confirmam a existência de subsídios financeiros implícitos desde o final da década de 60, como conseqüência da aplicação da cobrança financeira.

Os subsídios durante a segunda metade da década de 80, como conseqüência do subsídio da taxa de juros, esteve por volta de Us$ 3.526 milhões no período de 1985-87, representando aproximadamente um gasto anual entre 0.7% e 1% do PIB total[9].(Quadros 6.3.5 e A 6.3.9).

Sendo que, a principal fonte de recursos para o financiamento das atividades produtivas na agricultura era o Tesouro Nacional, estes subsídios criaram pressões sobre o financiamento interno do déficit fiscal.

6.4 Política Tributária

Os Impostos Indiretos

A diferença da maior parte dos países industrializados, que adotam o Imposto ao Valor Agregado (IVA), como um imposto circulatório por excelência, o Brasil possui sete destas características: duas no âmbito federal, **Imposto aos produtos Industrializados (IPI)**, **Imposto às Operações Financeiras (IOF)**; duas no âmbito estadual, **Imposto à Herança (ITCMD)**, e o **Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**; e três no âmbito municipal, **Impostos sobre Serviços (ISS)**, **Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)**, e o **Imposto sobre as vendas a varejo de combustíveis**, exceto oleo diesel ((ivv)).

Aumentam a carga tributária, as chamadas contribuições sociais, **FINSOCIAL**, **Programa de Integração Social (PIS)**, e **FUNRURAL**, que não são as que atuam sobre o faturamento das empresas. tanto FINSOCIAL como IOF são impostos com efeito acumulativo que não funcionam incidindo sobre o valor agregado.

Os impostos sobre o trabalho são dois, o **Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS)** calculado sobre o salário bruto recebido pelo trabalhador e pago pelo empregador; o outro é a **Contribuição Previdenciária** , imposto que é pago tanto pelo empregado (8-10%) como pelo empregador (20%)

Impostos as importações: Incide sobre os insumos (fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos). Para analisar o nivel de impacto ver Quadro Nº

Outro imposto indireto que afeta a produção agropecuária é o **Imposto sobre a propriedade de veículos Automotores (IPVA)**, cuja aliquota varia entre 2 a 6% do valor do veiculo segundo o tipo (alcool, gasolina ou diesel), ano de fabricação e procedência.

[8]. Fagundes, Maria Helena, "Comentários sobre o Crédito Rural no Brasil e sua Evolução Recente", Ministério de Agricultura, Companhia de Financiamento da Produção-CFP- Superintendência de Estudos Econômicos e Pesquisa-SUPEC, Vol 21, set. 1987.

[9]. Retirado do cálculo obtido por Fagundes (1987) que assinala que o subsídio entre 0.6% e 12.3% do PIB agropecuário durante este período e considerando que o PIB agropecuário é de 10% do PIB total.

QUADRO 6.3.5

BRASIL, SUBSIDIOS FINANCEIROS AO CREDITO RURAL, 1984–1991 (1). (US$ MILHÖES) (2)

	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91
Custeio	(718.6)	(27.4)	2,046.7	292.6	(320.4)	(157.0)	78.2
Investimento	(116.1)	(5.0)	65.4	68.2	(42.0)	(23.1)	9.9
Regiao N e NE	240.1	1,165.3	280.8	8.3	(45.7)	(22.0)	11.9
Total	(594.6)	1,132.9	2,392.9	369.0	(408.1)	(202.0)	100.0

NOTAS:

(1) Setembro – Maio

(2) Cr$ a preços de 1990 x Taxa de cambio oficial (promedio anual do periodo).

(3) Subsidio = interes real x Montante

(4) Montantes em ( ) representam ganhos financeiros.

FONTE: Elaboraçao propria em base a quadro nº

Arq:Subsidio.wk1

O total de impostos indiretos desta natureza é 58, segundo algumas fontes.[10]

Os Impostos Diretos.

Estes são: **Imposto Territorial Rural:** incide sobre a propriedade rural. Seu cálculo é determinado sobre o valor da terra auto-valorizada, não impugnada pelo órgão de cadastro, segundo o numero de módulos fiscais, que é designado a cada prédio de acordo com seu tamanho, capacidade de produção e localização, aos quais é atribuído uma alíquota que vai de 0.2% a 3.5% no caso dos imóveis mais valorizados, mostrando uma progressão aguda.

Imposto sobre a Renda Rural: É um imposto que incide sobre a renda proveniente da atividade rural. Afeta tanto as pessoas físicas como jurídicas. Neste último caso, aplica-se sobre o balanço anual, uma alíquota de 25%. Para as pessoas físicas utiliza-se dois procedimentos: a) 20% sobre a renda bruta, e b) através de um livro de entrada e saída com as deduções estipuladas pela Receita Federal, sobre a qual aplica-se um 25% sobre o cálculo do resultado. Estão isentos os pequenos produtores abaixo de certo nível de ingressos.

O fato de que o Governo Federal deve repassar 47% do IPI (mais 10% das exportações) e do IR - Imposto sobre a Renda aos Estados e Municípios até 1993, atua reduzindo o juros da União nestas arrecadações, e aumenta-o sobre outros de repasse não obrigatorio (FINSOCIAL, PIS e IOF).

Este sistema de três cabeças (Governo Federal, Estados e Municípios) gera freqüentes choques entre os poderes tributantes, com fortes interferências da União que tem a capacidade de fixar os níveis de indexação sobre os três níveis.

O Impacto sobre a oferta agropecuária

ICMS

Alguma estimativas sustentam que o ICMS representa 21.75% do preço dos alimentos[11], apesar de que importantes Estados que tem uma alta produção de alimentos reduziram fortemente as alíquotas para insumos (em alguns casos até a níveis nulos) e a CONFAZ na sua reunião do dia 24 de outubro decidiu eliminar transitoriamente o imposto nas compras/vendas Interestaduais.

Segundo um trabalho realizado pela Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB) a incidência do tributo sobre as diversas culturas varia segundo a quantidade de insumos e maquinárias utilizadas. De tal maneira, o impacto sobre custos se localiza entre 30% e 38%, representando custos adicionais por ha. entre US$ 156 e US$ 468 no caso do café. (Ver Quadros nº 6.4.1. e A.6.4.1).

O impacto total, entretanto, pode ser ainda maior, toda vez que em períodos inflacionarios como os atuais e em atividades de lenta evolução como a

[10] Ives Gandra da Silva Martins. "O Sistema Tributário Brasileiro Avaliação e Propostas" IEX. São Paulo, 1991.

[11] Fernando Rezende. " O Peso dos Impostos No Custo Da Alimentação: Análise do Problema e propostas de Redução". 1991.

QUADRO 6.4.1

TRIBUTAÇÃO NA AGRICULTURA IINCIDENCIA DE ICMS SOBRE OS CUSTO DE PRODUÇÃC
(CIF FAZENDA)

ITENS	SOJA %	ARROZ SEQUEIRO %	MILHO %	ALGODÃO %	TRIGO %	CAFE %
1.Custo de Produçao descontado ICMS em-butido em insumos e maquinas	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
2.ICMS embutido-maqs.	2.63	2.58	2.40	1.30	1.94	5.59
3.ICMS embutido-insumos	6.70	5.79	5.93	5.37	10.82	5.96
4.ICMS embutido-(2+3)	9.33	8.37	8.33	6.67	12.76	11.55
5.Custo de Produçao com ICMS embutido em insu-mos e maquinas	109.23	108.37	108.33	106.67	112.75	111.55
6.ICMS embutido-comer-cializaçao	23.98	23.79	23.78	23.42	24.75	24.49
7.Custo de Produçao com ICMS embutido em in-sumos, maqs e comer-cializaçao	133.21	132.15	132.11	130.09	137.50	136.03
8.ICMS embutido-(2+3+6)	33.31	32.16	32.11	30.09	37.51	36.04

OBS: (1) Nao foi considerado utilizaçao de credito fiscal nos insumos.
(2) Soja, Arroz, Milho, Algodao - custos avaliados a preços de junho de 1990, extraidos da Serie Cadernos Economicos nº 60, Custo de Produçao, Safra 90/91, Sul/Sudeste, elaborado pela OCB.
(3) Trigo - Custo avalidados a preços de dezembro de 1990, ex-traidos da Serie Cadernos Economicos nº 68, Custo de Produçao, Safra 90/91, elaborado OCB.
(4) Café - Custos avaliados a preços de agosto de 1990, extraidos da Serie Cadernos Economicos nº61, Custo de Produçao, Sarfra 90/91, elaborado OCB.
(5) aliquota ICMS = 18%

Elaboraçao: OCB/DETEC

Arq:Tributo.wk1

agricultura ou o gado, a desvalorização dos creditos fiscais obtidos na compra de insumos ou na utilização de serviços, na pratica, elimina o critério da não acumulação deste imposto.

O impacto das contribuições sociais

As contribuições vinculadas a Segurança Social apresentam uma carga total de 4.15% do faturamento dos produtos não industrializados (2% corresponde a FINSOCIAL, 0.65% a PIS e 2.5% ao FUNRURAL). A rigor, o impacto e muito maior, dado que estes impostos, exceto o FUNRURAL que incide somente na primeira venda, incidem de forma acumulativa sobre cada transação até chegar ao preço final do produto processado, dificultando a análise do impacto, toda vez que a operação de compra e venda de mercadorias e serviços sofrem a incidência deste imposto é aplicado a alíquota estipulada sobre o valor total da transação efetuada no momento, que ja tem incorporado as outras cargas tributárias. Por esse motivo, alíquotas nominais aparentemente pequenas podem encobrir alíquotas efetivas muito elevadas. Isto vai depender de i) numero de etapas envolvidas, ii) Valor adicionado em cada etapa, iii) alíquota do imposto iv) taxa de inflação.

A maior fragmentação existente na atividade agropecuária com respeito à industrial[12] e uma causa importante da elevação das cargas tributarias totais, que somada à falta de certeza da agricultura, a imobilização de capital de giro realizada sobre o componente impositivo dos insumos, aumenta o risco de não ser recuperada.

O Impacto Total por componentes do custo de produção:

1. Mão-de-Obra: Urbano: 32.37% (INSS:24.7%, FGTS:8%)
   Rural: 8% (FGTS: 8%)
2. Insumos e Combustíveis:

ICMS:	12%	
PIS :	0.65%	(Atualmente isento)
FIS :	2%	
IR :	3.5%	
Total :	18.15%	

3. Maquinas e materiais:

ICMS:	17%	
PIS :	0.65%	(Atualmente isento)
FIS :	2%	
IPI :	10%	(Atualmente isento)
IR :	3.5%	
Total :	33.15%	

[12]Aquisição de sementes, fertilizantes e defensivos, equipamentos, beneficiamento de produtos, embalagem, transporte, venda por atacado e varejo.

4. Embalagens :

ICMS: 17%
PIS : 0.65% (Atualmente isento)
FIS : 2%
IPI : 3% (Atualmente isento)
IR : 3.5%

Total : 26.15%

5. Gastos Administrativos:

ICMS: 17%
PIS : 0.65% (Atualmete isento)
FIS : 2%
IR : 3.5%

Total : 23.15%

6. Energia Elétrica:

ICMS: 25%
PIS : 0.65% (Atualmente isento)
FIS : 2%

Total : 27.65%

7. Tributos sobre vendas:

ICMS: 12 %
FUNRURAL : 2.5%
FIS : 2 %
PIS : 0.65% (Atualmente isento)

Total : 17.15%

8. Tributação sobre lucro:

IR : 25% (sobre lucro real)
Contribuição Social: 9.0909% (sobre lucro líquido)
IR : 8% (sobre lucro líquido)

O Impacto sobre a demanda de produtos alimentícios

Fernando Rezende em seu trabalho "O Peso Dos Impostos No Custo da Alimentação" realizou um quadro síntese do impacto dos impostos indiretos sobre os preços finais de produtos alimentícios da cesta básica do trabalhador. Nele pode-se observar que o adicional de preço para estes tipos de produtos localiza-se entre 9% (leite, frutas e verduras estão isentos de ICMS) e 30% ficando em evidência, além da importância do ICMS, o caráter regressivo das contribuições sociais, que afetam, comparativamente mais aos produtos consumidos "in natura" que aos produtos industrializados, devido ao fato de que os primeiros concentram uma parcela maior de valor adicionado na primeira etapa do ciclo de produção e comercialização de alimentos.

INCIDENCIA DE IMPOSTOS INDIRETOS SOBRE PRODUTOS ALIMENTARES
(Em % do valor adicionado)

PRODUTOS	ICMS(1)	CONTRIBUIÇOES SOCIAIS (2)	TOTAL
Carnes(3)(5)	13.64	8.8	22.14
Arroz e Feijão(3)	13.64	8.8	22.14
Leite,Frutas e h.(3)	0.00	8.8	8.80
Pão e Sal (4)	13.64	7.5	21.14
Açúcar, Café Moído			
Oleo e Macarrão	21.75	7.5	29.25

(1) Alíquotas do Estado de São Paulo, supondo que haja utilização integral do crédito desse imposto.
(2) Inclui FINSOCIAL, PIS e FUNRURAL.
(3) Foi adotada a hipotese de três etapas para o ciclo/produção comercialização e alto grau de concentração de valor adicionado no inicio do ciclo.
(4) Foi adotada a hipótese de três etapas com um grau médio de concentração de valor adicionado no início do ciclo.
(5) Carnes em geral, comercializada "in natura", inclusive aves e suínos.
(6) Inclui, frutas, legumes, batata, cebola, ovos, etc.

Composição da Arrecadação de Impostos e Incentivos Fiscais

No Quadro Nº 6.4.2. pode-se observar a evolução da composição da arrecadação de impostos como porcentagem do PIB. Dele, que surge nos ultimos 20 anos a Receita total dos impostos comentados anteriormente decresceu seis pontos do PIB (de 26% a 19.9%), sendo os indiretos os mais afetados (de 16.8% a 10.2%).

A declinação da arrecadação de impostos indiretos foi devido em grande parte à evasão fiscal sobre o ICMS , de tal maneira que na necessidade de incrementar a arrecadação impositiva[13] , a União se viu obrigada a incrementar as alíquotas. A existência de índices elevados de evasão corresponde a produtos de consumo massivo, tais como feijão com estimativas de até 100% de evasão ou carne com 70/80%, o que representa uma alíquota efetiva de aproximadamente 4%.

A declinação da arrecadação de impostos diretos foi muito pequena e esteve influenciada pelos numerosos programas de incentivos fiscais implementados. Tais incentivos, definidos como a diferença entre a imposição teórica e a realmente efetuada para alcançar objetivos econômicos e sociais, foram aplicados em todos os setores da economia e em todas as regiões geograficas de maneira diferenciada. No Brasil os incentivos fiscais tomaram a forma de redução de alíquotas, custo de créditos, e dedução total ou exclusão da imposição básica.

[13] A Federação Nacional do Fisco Estadal - FENAFISCO - estima que a evasão do ICMS equivale a 43% da arrecadação total desse imposto no País. Abril de 1991.

QUADRO 6.4.2

BRASIL. EVOLUCAO DA COMPOSICAO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS
(% PIB)

IMPOSTOS	1970	1975	1980	1984	1988
INDIRETOS (1)	16.8	13.9	13.5	10.2	10.2
Federais					
IPI	4.4	3.5	2.1	1.7	1.8
Impostos Especificos	1.7	1.2	0.7	0.4	0.6
IOF	-	0.4	0.9	0.5	0.3
Impostos ao Comercio	0.7	1.0	1.2	0.6	0.4
Estaduais					
ICM	6.9	5.5	5.0	5.0	4.6
Municipais					
ISS	0.2	0.3	0.3	0.3	0.3
Contribuicoes Sociais					
FINSOCIAL	-	-	-	0.6	0.7
Contribuicoes Sociais (*)	5.7	7.8	7.3	6.3	5.1
PIS/PASEP	-	1.1	1.0	0.8	0.6
DIRETOS (2)	9.2	11.3	11.2	11.8	9.7
RECEITA TOTAL (1 + 2)	26.0	26.2	24.7	21.4	19.9

Notas.
IPI = Impostos sobre Produtos Industriais
IOF = Imposto sobre Operacoes Financeiras
ICM = Imposto sobre Circulacao de Mercadorias
ISS = Imposto sobre Servicos
FINSOCIAL = Fundo de Investimento Social
PIS/PASEP = Programa de Integracao Social/

FONTE. World Bank. "Brazil. An Agenda for Tax Reform", Report No. 8147-BR, February 1990.

(*) Esta linha inclui todas as contribucoes sociais, incluindo aquelas consideradas como impostos diretos desde que nao ha disponibilidade de informacoes desagregadas. Isto explica porque o somatorio dos componentes pode ser maior do que o total.

Arq:Imposto.wk1

Inicialmente os programas de incentivos fiscais estiveram destinados ao desenvolvimento de setores e regiões especificas como o Norte e Nordeste e possuíam a característica de ter um horizonte temporal perfeitamente estabelecido. Posteriormente surgiram incentivos que apesar de manterem os objetivos anteriores, começaram a responder, como fonte de renda, a interesses particulares de grupos de pressão.

A quantificação dos efeitos dos incentivos fiscais, sobre o nível de imposição total do setor e extremamente complexo, devido a que se cruzam aqueles de caráter regional com os de caráter setorial e outros sobre importação de bens ou sobre a ocupação de mão de obrá. O numero de programas de incentivos existentes em 1989 era de 109 dos quais, 19 eram regionais e 38 setoriais, enquanto que 66 atuavam sobre os impostos à renda e 31 sobre os mecanismos de importação de bens.

Nas regiões Norte e Nordeste estão vigentes incentivos para o desenvolvimento de empresas agropecuárias com incorporação de tecnologia, o desenvolvimento do oeste Amazônico, Espírito Santo e Grande Carajas, alem da criação da zona industrial de Manaus. Em geral os incentivos estão relacionados com a diminuição dos impostos à renda (6% em vez da taxa normal) e com o adiantamento dos pagamentos, no caso de atividades de lento amadurecimento, até em cinco anos. Agricultores individuais podem deduzir até 80% de seus ingressos pela atividade), além de que os projetos aprovados pela SUDENE e SUDAM são elegíveis para Créditos de Investimento com taxas preferenciais. Os projetos iniciados antes de 31 de dezembro de 1988, têm garantidos a exceção dos impostos à renda por 10 anos. Os capitais importados sob determinadas condições estao parcialmente isentos do pagamento de IPI.

A aplicação de tais incentivos fiscais (sobre impostos à renda e comércio exterior) representou 14.2% do orçamento de arrecadação da União de 1989.[14]. Como porcentagem do PIB o efeito alcançou 1.56%. Assim mesmo mais de 90% dos incentivos não têm especificada duração. Muitos projetos beneficiados com a redução de impostos por 10 ou 15 anos, enquanto que outros não possuem definição alguma sobre isto, tal é o caso da redução ao imposto à renda garantido nos investimentos em agricultura e industria na SUDAM feitas antes de 1989.

6.5 Geração e Transferência de Tecnologia

O aparecimento da EMBRAPA no contexto da produção agropecuaria brasileira compreende todo um conjunto de medidas e politicas do Governo Federal, visando modificar o processo produtivo[15].

O período final da década de 50, caracterizou-se, no nivel econômico, pela substituição das importações e pelo avanço da industrialização o que, por sua vez, passou a requerer respostas mais rápidas e adequadas da agricultura.

Foram colocadas as necessidades de modernizar o processo produtivo no campo, visando satisfazer as exigências crescentes da economia e da propria sociedade como um todo. Assim, a modernização do setor primario significava buscar: (1)

[14] World bank, "Brazil, An Agenda for Tax Reform". 1990.

[15] Baseado em: Organização de Pesquisa Agropecuária Brasileira: O Caso EMBRAPA, Souza, I.S.F de Santoro Trigueiro, M.G.

aumentar a oferta de alimentos na áreas urbanas, para reduzir o custo da mão-de-obra: (2) ampliar o mercado interno de insumos, máquinas e equipamentos, atendendo a segmentos representativos dos novos interesses na economia; (3) habilitar a agricultura a produzir mais e melhor e com menos custo; (4) aumentar a produção de grãos exportáveis visando elevar os saldos na balança de pagamentos.

Dois vetores tinham que ser acionado para alcançar os objetivos propostos: a) Crédito e B) pesquisa agropecuária sem a qual a modernização seria mera retórica.

Quanto ao crédito, é inquestionável o papel desempenhado pelo Governo Federal, a partir da década de 60, na ampliação desse crédito e do capital financeiro, seja através dos empréstimos subsidiados e a fundo perdido, financiados pelas agências governamentais, seja mediante a atuação dos serviços de assistência técnica e extensão rural localizadas nos Estados.

A EMBRAPA, foi criada em 1972, substituindo o antigo Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA), para coordenação e execução da pesquisa agropecuária do país.

A EMBRAPA, ao lado de outros organismos de políticas agrícolas do Governo Federal, passou a ter influência decisiva na transformação da antiga estrutura agrária.

No período de sua criação, em 1972, a EMBRAPA, contava com 9 institutos, dois (2) centros e setenta (70) estações experimentais. O pessoal, estava composto por 946 técnicos de nível superior e 5.751 funcionários administrativos.

Já em 1980, eram 1.553 pesquisadores, 3.314 pessoas de apoio e 1.902 de administração.

Os benefícios gerados até 1981, mostravam acréscimos na produtividade de sementes; de 70% para o trigo e milho, 33% para o arroz, 50% para frutas e hortaliças etc.

Os benefícios totais, medidos naquele ano, indicavam valor de Cr$ 33,4 bilhões derivados do ganho da produtividade. Desse total, mais de Cr$ 11,0 Bilhões derivaram do esforço de trabalho da EMBRAPA.

O mencionado esforço, continuou a ser desenvolvido ao longo dos anos, chegando atualmente a uma nova situação e desafio, derivados do crescimento populacional, e da necessidade de elevar a produção agrícola com menor disponibilidade de mão-de-obra.

Dessa forma, o recente desafio que foi imposto ao setor agrícola, é o de atingir uma meta de produção de 100 milhões de toneladas de grãos, num horizonte de cinco anos. Os estudos da EMBRAPA, demonstram que é viável atingir esta meta de produção de grãos (arroz, feijão, milho, trigo e soja), partindo-se das áreas tradicionais de produção, através do uso de tecnologias potenciais e economicamente viáveis.

A identificação dos municípios mais importantes e, responsáveis por 78% da área de produção total de grãos do Brasil, levou a super-posição com mapa-agroecológico elaborado em 1988 pelo Serviço Nacional de Levantamentos e

Conservação de solos (SNLCS) da EMBRAPA, buscando-se analisar o potencial de utilização, bem como uniformizar as características de solo e clima, relevo, textura, drenagem e fertilidade dos solos.

Assim, foi possível identificar-se 39 zonas responsáveis pela maior parte da produção de grãos do país, o que permitirá e propiciará a adoção de sistemas de produção.

As análises, indicam que após a caracterização dos diversos sistemas de produção, (sistemas atual, melhorado e potencial), as tecnologias potenciais (em desenvolvimento na EMBRAPA), para todos os sistemas mostravam-se economicamente viáveis.

Dessa forma, os resultados indicaram que, com uma área equivalente à plantada com grãos em 1986, (25,5 milhões de hectares), poderão obter-se 111,7 milhões de toneladas de grãos, utilizando-se as tecnologias potenciais, quadro 6.5.1.

Obviamente, o acréscimo pretendido na produção de grãos requerem especial atenção, desde a fase de produção até a distribuição dos produtos. A tecnologia, embora desempenhe um papel fundamental no processo produtivo, e apenas um dos insumos utilizados.

Ao lado da tecnologia, deverá ser posto em prática uma adequada política para o setor agrícola, que leve em conta outros investimentos, tais como: crédito, assitência técnica, transporte, armazenamento etc.

A EMBRAPA, entende que os ajustamentos necessários para viabilizar os acréscimos de produção desejados, serão viáveis no espaço de cinco anos se a empresa contar com o necessário aporte de recursos humanos e financeiros. A evolução da aplicação de recursos pela EMBRAPA, indica um montante máximo de Us$ 369,7 milhões em 1982, ano a partir do qual, observou-se reduções e oscilações entre Us$ 225 e 264 milhões entre 1983 e 1990. Quadro 1. Já para 1991, parece delinear-se numa recuperação relativa nos volumes de recursos, passando de Us$ 260 milhões em 1990, para Us$ 352 em 1991, quadro 6.5.2.

Na medida em que se observam reduções nos recursos destinados para a instituição, a participação relativa das despesas com pessoal foi obviamente ascendendo, todavia, a política de redução da remuneração dos trabalhadores, montada a partir de 1990, fez com que a participação relativa do item caisse de 76,7% para 44,7% do orçamento.

Finalmente, cabe ressaltar, que a pesquisa não é um compartimento isolado dentro do setor agropecuário, mais sim interligado, influenciando e sendo influenciada pela iniciativa privada, pelos produtores rurais e pela assitência técnica.

A integração com a iniciativa privada tem a vantagem de racionalizar o uso de recursos escassos e obter ou validar resultados sujeitos à várias condições ecológicas, no menor espaço de tempo.

Quadro 6.5.1

POTENCIALIDADE DA PRODUÇÃO DE GRÃOS NO PAIS

PRODUTO	AREA DA AMOSTRA (1000 ha)	RENDIMENTO			TOTAL DA AMOSTRA			TOTAL (milhões de t)		
		Atual	Melhorado	Potencial	Atual	Melhorado	Potencial	Atual	Melhorado	Potencial
SOJA										
1.Tradicional	5589	1,700	2,040	2,750	9.5	11.4	15.4	10.6	12.8	17.2
2.Expansao	3059	2,000	2,400	2,750	6.1	7.3	8.4	6.9	8.2	9.4
Total	8648				15.6	18.7	23.8	17.5	21.0	26.6
TRIGO										
1.Sul-Brasileiro	1994	1,600	1,800	3,500	3.2	3.6	7.0	3.6	4.0	7.8
2.Centro-Sul	1401	1,758	1,980	3,500	2.4	2.8	4.9	2.8	3.1	5.5
3.Brasil/Central	271	1,770	2,800	3,500	0.5	0.7	0.9	0.5	0.8	1.1
Total	3666				6.1	7.1	12.8	6.9	7.9	14.4
MILHO										
1.Zona 38/54	1229	3,000	4,500	6,000	3.7	5.6	7.4	5.0	7.5	10.0
2.Zona 11/23/24	1014	0.600	1,500	3,000	0.6	1.5	3.0	0.8	2.1	4.1
3.Zona 45	524	3,000	6,000	8,000	1.6	3.1	4.2	2.1	4.3	5.7
4.Zona 55	581	3,000	5,000	7,000	1.7	2.9	4.1	2.4	4.0	5.6
5.Zona 52	762	1,800	3,500	5,000	1.4	2.7	3.8	1.9	3.6	5.2
6.Zona 41	2011	2,000	4,000	6,000	4.0	8.0	12.1	5.5	11.0	16.4
7.Zona 42	421		6,000	7,000	0.0	2.5	2.9	0.0	3.4	4.0
Total	6542				13.0	26.3	37.5	17.7	35.9	51.0
ARROZ										
1.Sequeiro	2907	1,200	1,600	3,000	3.5	4.7	8.7	3.9	5.2	9.8
2.Irrigado	841	4,500	5,000	6,000	3.8	4.2	5.0	4.2	4.7	5.6
Total	3748				7.3	8.9	13.7	8.1	9.9	15.4
FEIJAO										
1.Cons. Simultaneo	1142	0.450	0.600	0.700	0.5	0.7	0.8	0.6	0.8	0.9
2.Solteiro Sequeiro	1530	0.700	1,200	1,500	1.0	1.8	2.3	1.2	2.0	2.6
3.Irrigado	238	2,000	2,200	3,000	0.5	0.5	0.7	0.5	0.6	0.8
Total	2910				2.0	3.0	3.8	2.3	3.4	4.3
TOTAL GERAL	25514				44.0	64.0	91.6	52.5	78.1	111.7

FONTE: Embrapa, 1986.

Quadro 6.5.2

RECURSOS APLICADOS PELA EMBRAPA (EM DOLARES DE DEZ/89)*

PERIODO: 1973/1991

ANOS	PESSOAL		D. CUSTEIOS		IMOVEIS		D. INVESTIMENTOS		TRANSFERENCIAS		TOTAL GERAL	
	Cr$ 1.00	%	US$ 1.00	%	US$ 1.00	%	US$ 1.00	%	US$ 1.00	%	US$ 1.00	%
1973		0.0	5165525	100.0		0.0		0.0		0.0	5165525	100.0
1974		0.0	59791792	95.0		0.0		0.0	3151083	5.0	62942875	100.0
1975	51321007	41.1	58491792	46.8		0.0		0.0	15192720	12.2	125005697	100.0
1976	75724856	43.2	70298884	40.1		0.0	8117253	4.6	21074473	12.0	175215465	100.0
1977	97689187	50.3	54101275	27.9	5332645	2.7	5347837	2.8	31585664	16.3	194056608	100.0
1978	111995404	50.4	44874908	20.2	8211900	3.7	8442140	3.8	48865738	22.0	222390090	100.0
1979	132001282	46.4	86221233	30.3	13561287	4.8	10463603	3.7	42261252	14.9	284508657	100.0
1980	140174434	49.2	57727253	20.3	37168811	13.1	10883881	3.8	38698245	13.6	284652625	100.0
1981	139388139	48.0	79921302	27.5	25204722	8.7	15137013	5.2	30823496	10.6	290474671	100.0
1982	171753696	46.5	89421816	24.2	30327201	8.2	42264880	11.4	35937112	9.7	369704704	100.0
1983	146061827	57.1	60793913	23.8	15180467	5.9	11842480	4.6	21904471	8.6	255783158	100.0
1984	106675529	46.8	85266404	37.4	10131873	4.4	10405190	4.6	15269595	6.7	227748591	100.0
1985	138636283	55.9	72713415	29.3	11627495	4.7	12209836	4.9	12865978	5.2	248053007	100.0
1986	134595342	52.9	73490416	28.9	15395167	6.1	12722845	5.0	18032489	7.1	254236259	100.0
1987	154291470	58.3	64260015	24.3	17807778	6.7	12235784	4.6	16228618	6.1	264823665	100.0
1988	125196135	53.7	50758753	21.8	21251244	9.1	23340144	10.0	12643669	5.4	233189945	100.0
1989	176528352	76.9	34264629	14.9	4322014	1.9	12379338	5.4	2189153	1.0	229683486	100.0
1990	198946096	76.3	34847711	13.4	689182	0.3	8444878	3.2	17677470	6.8	260605338	100.0
1991	157545668	44.7	85115505	24.2	17788803	5.1	22471376	6.4	69330138	19.7	352251489	100.0

* Os valores em cruzeiros foram corrigido pelo IGP/FGV (coluna 2), Dez/89 = 100 (para 1991 foi utilizado a media de Jan/Set). Para conversão dolar foi utilizado a media ponderada de Dez/89, US$ 1,00 = Cr$ 9.403.

Fonte: - EMBRAPA/DOF
- FGV - Conjuntura Economica.

Entre as área mais comuns de integração entre a EMBRAPA e a iniciativa privada, destacam-se:

a) pesquisa de produtos específicos e trabalhos conjuntos visando atender as necessidades industriais a respeito das características da produção agrícola.

b) divulgar os resultados das pesquisas de recursos genéticos e florestais, testes de experiência de insumos e máquinas agrícolas, intercâmbio de cientistas e troca de materiais genéticos e,

c) cooperação técnica em diversas áreas, incluindo o apoio tecnológico e pecuário e a redução de planos e projetos agroindustriais.

6.6 IRRIGAÇÃO

O potencial de irrigação no Brasil, estima-se em aproximadamente 29,0 milhões de hectares. Tal estimativa, exclui da região norte basicamente Amazonas e Tocantins, onde a potencial para mais de 20 milhões de hectares tecnicamente existente, porém, não se crê ser atrativos para desenvolver a irrigação, haja vista o elevado nível periométrico e as limitações para o acesso. Nas áreas de cerrado da região Centro-oeste, o potencial de irrigação expandiu-se substancialmente nos ultimos anos, face aos recentes avanços em manejo de solos e técnicas de irrigação aplicadas nesta região.

Tabela: 6.6.1 - **Área Irrigada em 1986/87 e Área Potencial**

Unidade: 1.000 hectares

REGIÃO	ÁREA IRRIGADA	ÁREA POTENCIAL
SUL	977	5.000
SUDESTE	592	7.000
CENTRO-OESTE	263	11.000
NORDESTE	400	6.000
NORTE	18	-0-
BRASIL	2.250	29.000

Fonte: Brazil. Irrigation Subsector Review-Report Nº7797BR - September 1990. World Bank.

Teoricamente, o país tem larga disponibilidade de recursos de area em seis das oito maiores bacias hidrográficas, para prover aos requerimentos de irrigação a longo prazo. Não somente no nordeste e no leste o desenvolvimento da irrigação pode ser constrangido ou limitado por faltas temporárias de disponibilidade de água.

A partir de 1975, o desenvolvimento da energia hidrelétrica, e a expansão das linhas de força, iniciaram a redução de custos e elevação da oferta de energia o que trouxe como resultados a expansão da área utilizada para os sistemas de

ampliação.

Em 1978, foi produzido no Brasil, o primeiro sistema de irrigação de pivô-central, baseado no modelo norte-americano. Em 1982,, foi criado, o PROFIL, Programa para financiamento de equipamentos de irrigação, com o intuito de estimular a irrigação, através de crédito de investimento subsidiado. Contudo, houve a incidência de outros fatores, notadamente a crise econômica de 1983 e 1984, reduzindo a taxa de crescimento da irrigação, permanecendo em baixos níveis até o final de 1985.

Após 1985, alguns fatofes contribuíram para incrementar o desenvolvimento da irrigação, dentre os quais: a) Governo manteve os custos da energia para uso de água em níveis extremamente baixos; b) boa qualidade dos equipamentos de irrigação; c) real disponibilidade de assistência técnica para os produtores; d) monitaração e correção de problemas de solos nas vastas áreas da região do cerrado; e) deslocamento de agricultores das atividades de criação animal para agricultura como parte da tendência de intensificação do uso dos investimentos agrícolas; f) maior disponibilidade de variedades melhoradas de excelente resposta à irrigação.; etc.

Em 1986/87, o total da área irrigada foi de 2,3 milhões de hectares, o que corresponde a apenas 5% da área cultivada de 52,0 milhões de hectares e a 8% da área brasileira potencialmente possível de ser aproveitada com irrigação.

Mais de 94% das areas irrigadas foram desenvolvidas pelo setor privado sendo o restante construída pelo Governo, principalmente na região nordeste. Fora do nordeste, o papel do Governo limitou-se a dar suporte ao desenvolvimento da irrigação, através de crédito e de construção de infra-estrutura.

A irrigação desenvolveu-se no setor privado. O setor público entretanto, principalmente aos projetos de assentamento no nordeste não teve o mesmo sucesso.

Quanto às limitações para o desenvolvimento da irrigação no setor privado, elas derivam principalmente da falta de sinais macroeconômicos claros e da percepção de incertezas e mudanças contínuas de rumos.

Considerando que o Brasil possui vantagem comparativa em muitas localizações, para fins de produção irrigada, baseada na paridade de preços, as perdas econômicas para a economia serão consideráveis.

A irrigação contribui com um volume estimado de 16% da produção total e aproximadamente 25% do valor da produção total a nível de fazenda, face à maior utilização de preços de produtos originários de lavouras irrigadas.

Os níveis de produtividade variam longamente dentro do país para um mesmo cultivo, em função da utilização da irrigação, conforme verifica-se na tabela a seguir:

Tabela: **6.6.2 - Produtividade de lavouras**

PRODUTO	REGIÃO	PRODUÇÃO IRRIGADA (TN/HA)	REGIÃO -	PRODUÇÃO NACIONAL (TN/HA)
Trigo	Nordeste	2,2 a 3,0	Sul	1,7
	C.Oeste	3,0		
Milho	Nordesté	4,0 a 4,2	Nordeste	3,1
	C.Oeste	3,2 a 5,5		
Feijão	Nordeste	1,0 a 1,6	Nordeste	0,5
	C.Oeste	1,2 a 1,6	C.Oeste	0,9
Arroz	Nordeste	2,6 a 3,4	Terras altas de arroz na Amazônia	1,1 a 1,7
	C.Oeste	3,4 a 5,0		

Fonte: Brazil. Irrigation Subsector Review-Report Nº7797BR - September 1990. World Ban

As **tecnologias tradicionais** são usadas onde há larga disponibilidade de água, com bom preparo do solo e algumas medidas de mecanização, que garantem bons retornos.

Contrastando, a **moderna tecnologia** de irrigação é utilizada por grandes fazendeiros nos cerrados, e por produtores de frutas e vegetais próximos as áreas metropolitanas. Tal tecnologia é mais eficiente no uso da água e uso para remover níveis de trabalho.

Os primeiros projetos de irrigação, especialmente de assentamento de pequenos produtores, tem sido de custos elevados. Os custos totais de investimentos nas fazendas (preparo do solo, drenagem e equipamentos de irrigação), alcançaram valores oscilando entre Us$ 4.500 a Us$ 7.500 por hectares, sem incluir serviços de suporte e subsidios operacionais.

Os custos de investimento da irrigação privada são consideravelmente mais baixos, oscilando entre Us$ 650/ha para sistema tradicionais de irrigação por gravidade, até Us$ 3.500/ha para irrigação por gotejamento, no nordeste os custos para outras tecnologias vão de Us$ 2.000/ha a Us$ 2.500/ha.

O Código que define as disponibilidades para usos e controle dos recursos hídricos é derivado do Código de Águas, promulgado em 1934.

A responsabilidade pela administração e controle dos recursos hídricos do país, é dividido entre diversos órgãos governamentais e não existe mecanismo formal para coordenar efetivamente as suas políticas e atividades.

Os resultados ou impactos acumulados sobre o meio ambiente, derivado do desenvolvimento da irrigação, não tem sido avaliados até o presente momento. Contudo, considera-se que a maioria das áreas de irrigação tem ocorrido no esquema dos pequenos produtores, é possível assegurar-se que tais impactos não são substanciais.

VII. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ABASTECIMENTO E AS POLÍTICAS E ESTRUTURA PARA O COMÉRCIO EXTERIOR NO BRASIL

A partir de 1974, assistiu-se a uma redefinição da administração pública. Considerava-se excessiva a concentração do poder na mão do Ministro da Fazenda, através do Conselho Monetario Nacional e daí, ter-se limitado as funções política monetaria e fiscal, eliminando as demais.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) substituiu o CMN na definição da política econômica, sendo presidido pelo Presidente da República.

A Agricultura passou a desenvolver importante papel no questionamento econômico requerido, o que veio refletir-se na questão de abastecimento, cuja coordenação coube ao Ministério da Agricultura.

Assim, em 1974 verificou-se a criação do Conselho Nacional de Abastecimento (CONAB), cuja atribuição era de coordenar a política de abastecimento, proteger o mercado interno dos produtos alimentícios, intervindo na produção e comercialização dos produtos considerados essenciais.

O ajustamento entre as políticas de preços e a de abastecimento passam a ser ação coordenada das equipes economicas dos Ministérios da Agricultura e Fazenda. O CONAB passando a exercer funções executivas, torna a SUNAB uma instituição de consulta e planejamento.

No seio do Ministério da Agricultura, ampliaram-se as atribuições da EMBRAPA, EMBRATER, CIBRAZEM e do IBDF sendo criada em 1978, a Secretaria Nacional de Abastecimento (SNAB).

No periodo do Governo Figueiredo houve nova reorganização na administração econômica. Extingue-se o CONAB e se reintroduz o Ministério da Agricultura no Conselho Monetário Nacional, o Ministério da Fazenda assegura novamente a coordenação da política econômica, ficando o poder de decisão concentrado na Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

Cria-se a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) na SEPLAN, coordenando a ação do Conselho Interministerial de Preços (CIP) e da SUNAB. A reorganização institucional reforça novamente a ação do CMN.

Com o advenimento da Nova Republica, a estrutura organizacional do abastecimento foi pouco alterada. Tanto SUNAB quanto SEAP, passaram para o Mnistério da Fazenda.

— Quais são os problemas do sistema institucional
— se limita a aspectos de abastecimento, preços
— descritivo

Ao longo do Plano Cruzado I, a partir de fevereiro de 1986, houve modificações substanciais na estrutura do setor. O Ministro da Fazenda controlava as principais instituições que geriam o abastecimento. Presidia o CMN eo CIP; a SEAP e a SUNAB lhe eram subordinadas fungindo apenas do seu controle, as instituiçõ es ligadas ao Ministério da Agricultura.

Justamente com a Comissão de Financimento da Produção (CFP) é que eclodiram os grandes conflitos. A SEAP tentava controlar aquisições e empréstimos do Governo Federal e as respectivas desovas dos estoques reguladores em função dos objetivos da política anti-inflacionária de curto-prazo, em contraste com a política de preços mínimos que deviá garantir a renda dos agricultores no longo prazo.

Nesse contexto, os graves problemas de coordenação da política de abastecimento levaram ã criação do Conselho Interministerial de Abastecimento (CINAB) sob a presidência do Ministro da Fazenda. Esse Conselho, deveria compatibilizar os objetivos e atribuições dos 48 órgãos vinculados ao abastecimento do mercado de alimentos.

Dos mencionados órgãos, distribuídos por diversos ministérios, observavam-se 20 no Ministério da Agricultura, 11 na Fazenda, 5 no Ministério dos Transportes, 5 no Ministério do Interior, 3 no da Indústria e Comércio, 2 no da Justiça, 1 na SEPLAN e 1 no Ministério das Minas e Energia.

Baseado em análise institucional á época, foi possível relacionar os principais órgãos vinculados ao abastecimento de alimentos, considerando as seguintes áreas de atuação:

01 - Formulação da política
02 - Coordenação, execução de política de abastecimento
03 - Informações técnicas
04 - Fiscalização e acompanhamento
05 - Financiamento
06 - Transporte
07 - Armazenagem
08 - Estoques
09 - Normatização
10 - Importação e exportação
11 - Cooperativismo
12 - Interação/articulação
13 - Preços

Dessa forma, pode chegar-se ao quadro 1. O mencionado quadro, sugere as dificuldades na coordenação da política de abastecimento. Tais dificuldades decorriam da complexidade das relações inter-setoriais ineventes ao sistema e da profusão de organismos que geriram o setor.

A existência de conflitos de objetivos das políticas setoriais, agrícola, controle da inflação e comércio exterior, reduzem a eficiência no abastecimento do mercado.

Em 15 de março de 1990, foi criado o Departamento Nacional de Abastecimento e Preços (DAP) e a Secretaria Nacional do Direito Econômico. Com a criação do DAP, extinguiram-se a SEAP e o CIP.

O DAP passou a ditar a política de preços e providenciar a desapropriação de estoques capazes de gerar crise no mercado ou colapso no abastecimento.

QUADRO 7.1 - ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS VINCULADOS AO ABASTECIMENTO

Orgao/Atribuicoes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
SFNACOOP											X		
CIMAG			X										
Doenca e praga/DFA				X									
Serv. Def. Sanit. Veg.				X									
SIPAVE				X									
SNAB	X	X		X					X				
Div. Econ. Agric/CAB	X												X
SESAC/SNAB			X						X				X
COMLEI	X											X	
CIBRAZEM	X	X					X	X					
CFP	X	X						X					X
COBAL		X						X					
DETRIN/SUNAB		X			X								
Dep. Cred. Rural/BACEN					X				X				
SUNAB		X		X					X				
Coord. e Planej./SUNAB													
Div. Alim./SUNAB	X												
Div. Aplic. Tec./SUNAB	X												
CIP													X
CENEA							X						
SII/CINGRA									X			X	
SEPOC/SNAB		X							X			X	
SEMPA/SNAB	X												
EMBRATER	X	X											
SEAPAB/DFA				X									
BNCC					X								
EMBRAPA			X										
BB					X								
CACEX		X							X	X			
SEAP	X	X											X
SEAB			X										
IPLAN			X										
INTERBRAS						X	X			X			
SUNAMAN		X	X			X							
REFSA		X				X	X			X			
GEIPOT	X												
DNER	X					X							
PORTOBRAS		X				X							
CNDC	X			X									
CADE				X									X
Div. Agrop. Abast./SUDAN	X	X											
Bco do Nordeste													X
SUDENE		X											
Div. Abast./SUDENE		X											
Dep. de Agric./SUDECO		X											
CES		X											
INMETRO													

Fonte: Estrutura Organizacional do Abastecimento no Brasil, Maimon, Dalia, SOBER. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1991, Agricultura e Sociedade.

A secretaria Nacional do Direito Econômico, vinculada ao Ministério da Justiça, incorporou as tarefas do extinto CADE, de combate aos cartéis e oligopólios, assumindo a tarefa de cuidar da defesa do consumidor e do controle da qualidade do produto.

Por sua vez, dispõe-se sobre a fusão das CIP/CIBRAZEM/COBAL, que passaram a formar a Companhia Nacional de Abastecimento. O Ministério da Agricultura ficou absolutamente isolado da política nacional de abastecimento. Contudo, já no segundo semestre de 1991, a Companhia Nacional de Abastecimento fica sob égide do Ministério da Agricultura.

Política para o Comércio Internacional

Durante o início do período de pós-guerra, o comércio internacional ou mais especificamente as exportações, tiveram um papel relativamente pouco importante no processo de crescimento da industria contrastando com a sua importância para o setor agrícola.

O grosso das exportações brasileiras durante o período mencionado pode contabilizar-se para o setor agrícola. De fato, a maior parte do crescimento que ocorreu no setor agrícola, relacionou-se com a performance das exportações, inicialmente café, seguido por soja e produtos cítricos.

Contudo, no início dos anos 70, as exportações brasileiras totais e as exportações agrícolas, tornaram-se de forma gradual e crescente mais diversificadas. As exportações industriais, incluindo produtos agrícolas processados, cresceram em importância relativa, ainda que a porção correspondente à agricultura diminuisse.

Isso, foi acompanhado por um incremento real na importância relativa das exportações na produção interna total. Dessa forma, ao crescer a economia brasileira e a sua composição setorial, a dinâmica do comércio internacional passou a ter mais influência, o qual se tornou particularmente evidente nos anos 80.

No início da década dos anos 80, a redução do ritmo da economia foi causada, em parte, pelo declínio dos preços internacionais dos produtos primarios e a substancial redução dos mercados externos e importadores de manufaturas, face à recessão mundial. A partir do momento em que essa recessão começou a ser superada, as exportações brasileiras de manufaturados, incluindo produtos agrícolas processados, levaram à recuperação parcial da economia a partir de 1986.

Os mercados de produtos agrícolas no Brasil foram caracterizados por uma mistura de arranjos institucionais e políticas de preços, criando uma gama que incluia desde monopólios governamentais e preços administrados até mercados de livre operação. Basicamente, as commodities podiam dividir-se em quatro grandes grupos, por tipos de mercado e política de preços:

01 - **Commodities Controladas** - Isto incluia **açúcar** para o qual os preços eram administrados, definidas quotas de produção e ainda, o governo detinha o monopólio da exportação; **trigo** para o qual os preços eram fixados e o governo mantinha um monopólio no mercado doméstico e de importações e **café** para o qual os mercados doméstico e externo eram regulados.

02 - **Commodities sujeitos a intervenção governamental** (milho, arroz, feijão, carne, soja e algodão) - Tais mercadorias são na sua maioria itens de alimentação doméstica e matérias-primas industriais bem como de exportação. As políticas governamentais ajudam a assegurar as ofertas domésticas, controle de comércio e estabilizam os preços a níveis de produtores e consumidores.

O comércio do setor privado predomina porém, a intervenção governamental (através de preços mínimos, crédito de comercialização, estoques estratégicos oficiais, política de comercialização e controle de preços ao consumidor) é uma determinante importante da estrutura de preços e de mercado.

03 -**Commodities Reguladas** - Principalmente o cafe, cujo mercado externo era regulado pelo governo.

04 - **Commodities livremente comercializadas** - É o caso do suco de laranja, frutas e vegetais, cacau e grãos de menor importancia e mercados essencialmente desregulamentados, sem preços de suporte e de livre comercialização.

Apesar da larga cobertura dos programas do governo e da sua intervenção, deve enfatizar-se que a maior parte das commodities agrícola no Brasil são - - -

A natureza e extensão das intevenções governamentais tem afetado os mercados e, em particular, tem tido impacto sobre a formação dos preços e no risco dosprodutores.

As políticas de comércio de produtos agrícolas e não agrícolas, tiveram efeitos perversos consideraveis sobre a performance do setor primário, face aos impactos das distorções que tais políticas tiveram sobre produtos agrícolas e preços de insumos.

Análises de taxas nominais e de proteção efetiva, revelaram claramente as distorções de preços existentes. Iais análises, revelaram também que as políticas de comércio de produtos não agrícolas taxavam implicitamente as regiões menos industrializadass que são meras consumidoras, mais do que as regiões industrializadas que são produtoras da maioria dos bens. A política de comércio no passado, foi nao apenas economicamente ineficiente e regressiva como também penalizadora das regiões menos evoluidas do pais.

Os planos recentes de privatização do comércio de exportação de açúcar e os passos dados no sentido de melhorar a administração do comercio do café, indicam a correta direção do governo. Iambem a remoção de restrições quantitativas sobre algumas comodities agrícolas como produtos de soja algodao, milho, arroz e a introdução de tarifas variáveis sobre milho e arroz, representam um significativo avanço na reforma do comercio agrícola.

Apesar disso, ainda existem controles de licenciamento. As exportações agrícolas têm permanecido sempre sob controles intermitentes, no intuito de assegurar que a demanda doméstica seria totalmente satisfeita com a produção doméstica. Essa política, tem sido fortemente motivada pelo interesse de manter os preços baixos e a inflação sob controle

O ressurgimento de Iais controles, seja de forma direta ou administrativa, devera ser muito oneroso para o Brasil. Para o comércio não agrícola, quanto mais

rapidamente o governo liberalizar, tanto melhor para a economia em geral e o setor agrícola em particular. Tais reformas, deverão contribuir para minimizar os efeitos regressivos e perversos da má distribuição inter-regional.

Com relação a ações específicas, não haveria mais justificativas para a continuidade de tarifas elevadas, visando proteger produtos industriais, como produtos químicos para agricultura, fertilizantes e maquinárias para o setor. Essas indústrias desde há tempos não podem mais ser consideradas na categoria de indústrias nascentes.

Quanto mais rapidamenté se reduzirem as barreiras, tanto mais rapidamente aparecerão os benefícios e vantagens do comércio internacional.

A nova estrutura para o Comércio Exterior

A estrutura regimental aprovada para o Ministerio da Economia, Fazenda e Planejamento permite verificar que para as políticas de abastecimento e comércio exterior, a definição de responsabilidades recaiu principalmente sobre a Secretaria Nacional de Economia, de quem dependem os Departamentos de Comércio Exterior (DECEX), de Indústria e Comércio (DIC) e de Abastecimento e Preços (DAP). Dentre as atribuições basicas do Departamento de Comércio Exterior, podem ressaltar-se a) emissão de guias de importação e exportação; b) exercer a fiscalização de preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, ressalvada a competência da administração aduaneira, tanto nas exportações quanto nas importações; c) estabelecer critérios para o financiamento da exportação e da produção industrial para exportação bem como, para aquisição ou financiamento por ordem e conta do Tesouro Nacional de estoques de outros produtos exportáveis; d) colaborar na aplicação do regime de similaridade e do mecanismo do "draw-back"; e) elaborar estatísticas de comércio exterior; f) traçar diretrizes da política do comércio exterior; g) pronunciar-se sobre a conveniência de participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais e traçar orientação a ser seguida nas negociações relacionadas com o comércio exterior; h) baixar normas necessarias à implantação da política de comércio exterior e orientar e coordenar a sua execução; i) modificar, suspender ou suprimir exigências administrativas com a finalidade de facilitar e estimular a exportação; j) decidir sobre normas, critérios e sistemas de classificação comercial, estabelecer normas para fiscalização de embarques visando reduzir

Como se observa, o DECEX tornou-se um órgão com poderes extremamente abrangentes. Por outro lado, produtos de importância na balança comercial e que tinham suas particularidades na política de comércio exterior, como no caso do café, observaram algumas mudanças. Dentre elas, a extinção do Instituto Brasileiro do Café, da cota de contribuição incidente sobre as exportações de cafe' e dos Direitos de Registro de Declaração de Venda (DRDV), e substituição do preço de garantia para financiamentos; a liberação dos preços do cafe' no mercado interno e a abertura de registro de venda por doze meses.

No setor canavieiro observou a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) ate' então responsável pela produção e comercialização dos derivados de cana-de-açúcar.

BRASIL - TRATAMENTO ADMINISTRATIVO DAS EXPORTAÇÕES
ALGUNS EXEMPLOS DE PRODUTOS SUJEITOS A PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

		PROCEDIMENTOS						
CAPITULO	PRODUTOS	EXPORT. PROIBIDA (parcial)	IMPOSTO EXPORT.	SUJEITO A PADRONIZ.	SUJEITO A REG.PREVIO VENDA -RPV	EXPORT. SUSPENSA	ANUENCIA PREVIA	
							Div. Prod SNVS/MS e P.FEDERAL	SD/ PR
1.Animais vivos	Animais silvestres	X						
3.Peixes e crustaceos	.Lagostas congeladas	X						
	.Cauda de lagosta			X				
	.Lagosta nao congelada	X						
4.Leite, laticineos	Ovos de animais silvestres	X						
	.Mel de abelha	X						
5.Outros prod. de origem animal	Peles e outras partes de aves silvestres	X						
7.Prod. horticolas, plantas...	Batatas frescas, cebolas, feijoes, raspa de mandioca			X				
8.Frut. cascas citricas e de meloes	.Castanha de caju com casca					X		
	.Castanha de caju sem casca			X				
	.Laranjas frescas, limoes frescos,			X				
	.Tangerinas frescas, limas,			X				
	.			X				
9.Cafe, cha mate e especiarias	.Cafe verde em grao				X			
	.Pimenta nao triturada nem em po			X				

10.Cereais	.Mistura de trigo com centeio			X			
	.Milho em grao c/ casca e outros milhos		X	X			
	.Arroz		X	X			
	.Trigo de grao		X				
11.Produtos da indust. de moagem	.Farinha de mandioca, de raspa de mandioca, fecula de mandioca		X				
12.Sementes e frutos oleginosos	.Soja mesmo triturada		X	X			
	.Amendoim c/ casca, descascado		X				
13.Gomas, resinas e outros....	.Gomas e extratos vegetais de opio					X	
15.Gorduras e oleos	.Oleo de soja em fruto, outros oleos de soja		X	X			
	.Cera de carnauba		X				
17.Acucares e produtos de confeitaria	.Acucar de cana						X
	.Acucar cristal			X			
	.Acucar			X			
	.Acucar de						X
	.Acucar refinado			X			X
18.Cacau e suas preparacoes	.Cacau inteiro ou partido, cascas, pastas, manteiga, oleo, po	X		X			
	.Cacau inteiro ou partido em fruto ou torrado		X				

Apesar do processo liberalizante no entanto, e' possivel verificar que no comércio exterior se observam, ainda que de forma procedente, procedimentos especiais no tratamento administrativo das exportações e importações brasileiras.

Dentre outros procedimentos, podem verificar-se as proibições parciais de exportação, suspensão de exportação, sujeição a Registros prévios de venda, sujeição a padronização, pagamento de impostos de exportação/importação, anuência prévia de órgaos federais etc., conforme se observa nos exemplos citados no quadro anexo.

Apesar disso pode realmente constatar-se um processo de liberalização das exportações e importações, em níveis sem precedentes no Brasil e que, naturalmente, permitirao ao país evoluir positivamente no caminho da abertura econômica para a comunidade mundial.

VIII - PROJETOS DE INVESTIMENTO DO SETOR PÚBLICO NA AGRICULTURA

Partindo-se do sumário da situação verificada para os emprestimos concedidos pelo Banco Mundial para o setor agrícola
do Brasil desde o ano de 1985, pode ter-se uma noção bastante clara das areas que mereceram maior atenção por parte das autoridades brasileiras e pelo Banco Mundial, nestes ultimos anos.

Em 1985, o total de emprestimos concedidos ao Brasil foi de US$ 222,7 milhões, distribuidos entre Desenvolvimento Rural, 55,1%, e Posse da Terra,44,9 %. Já em 1986, o volume de recursos alocados foi de US$ 352 milhões, distribuidos entre Agricultura (44 1%), Desenvolvimento Rural (26,1%), Equipamentos de Irrigação (13,6%) e Irrigação (16,2%).

Em 1987, pelo terceiro ano consecutivo a area de Desenvolvimento Rural continuou a mostrar o interesse das autoridades pelo assunto. Isso porque dos US$ 663 milhões aplicados naquele ano apenas 7,7% foram destinados para controle de doenças animais enquanto que os 92,3 % do total, equivalentes a US$ 612 milhões foram para a mencionada area de desenvolvimento rural.

Ja em 1988, o interesse pareceu deslocar-se com ênfase maior para o Credito agrícola, face ao volume de US$ 33 milhões recebidos, o que significou 44,4 % do total de recursos de US$ 675,5 milhões aplicados naquele ano. As demais áreas prioritarias, foram respectivamente Subsetor de Irrigação (28,9%), Recuperação de Canais e irrigação (19,6%) e Desenvolvimento Florestal (7,2%).

Para o ano de 1989, a maior entase continuou a verificar-se para Irrigação e para Administração da Terra, areas estas que absorveram respectivamente, 53 e 47 % dos US$ 134 milhões aplicados. Em 1990, o interesse pela Irrigação continuou em evidencia, haja vista que essa area absorveu 41,4 % dos US$ 507 milhões dispendidos, as demais areas que verificaram aplicações foram em ordem decrescente, Meio Ambiente (23,1%), Pesquisa Agricola (9,3%) e Administração da Terra (6,5%)

A situação do Brasil com relação aos emprestimos concedidos pelos Banco Mundial desde 1982, mostra um total de recursos aprovados pelo Banco, da ordem dos US$

PROPOSITO	1991 AP[illegible] No.	[illegible]LOR	FALTA DESEMBOLSAR	TOTAL No.PR	VALOR	A DESEMBOLSAR
AGRICULTURA					155.0	99.2
DESENVOLVIM.	2				826.7	547
POSSE DA TER	1				100.0	58.8
EQUIPAMENTOS. IN[illegible]					48.0	21.0
IRRIGACAO					338 0	273.
RECUPERACAO E IN[illegible]					232.0	112.
DESENVOLVIMENTO					48 5	29.9
IRRIGACAO SUBSET[illegible]					195 0	159
CREDITO AGRICOLA					300.0	25.1
MANEJO DA TERRA					96 0	79.7
MEIO [illegible]					117 0	105.
CONTROLE DOENCAS					51.0	41.9
PESQUISA AGRICOL[illegible]					47.0	42.4
(A) TOTAL					2399.2	1496
PIB (US$ MILHOES)					2E+06	
(A)/(B)*100					0.15	

17,752 bilhões , dos quais foram efetivamente aplicados US$ 12,6 bilhões. Do total aplicado, 6,1 bilhões aproximadamente já foram pagos pelo Brasil, ficando uma dívida remanescente de US$ 11,66 bilhões com relação ao total de recursos aprovados. Todavia, deve ressaltar-se que o Banco deverá aplicar ainda US$ 5,1 bilhões de recursos que foram aprovados e ainda não desembolsados.

Em 1991, varifica-se a existência de dois projetos para empréstimos sob preparo, sendo um deles para o Estado de Rondonia e o outro para o Estado do Mato Grosso. Ambos, estão relacionados com o gerenciamento de recursos naturais, basicamente dirigidos para preservação dos recursos, dotação de infraestrutura, assistencia técnica e proteção de areas indigenas. Os projetos prevem 4 anos de duração 15 anos para amortização, 3 anos de carencia e taxas de juros entre 7 e 8 % ao ano. Tais taxas, podem ser revistas a cada ano.

No caso de Rondonia, o projeto preve recursos da ordem dos US$ 167 milhões entanto que para o caso do Mato Grosso, os recursos seriam de US$ 100 milhões.

Desde 1990, a área de meio ambiente vem crescendo em ordem de importância. O empréstimo de US$ 117 milhões concedido naquele ano, foi destinado básicamente a:

1) preservação das areas mais importantes de conservação, e cujos ecossistemas encontram-se seriamente ameaçados; a maior ênfase foi dada á diminuição de perdas economicas e ambientais, associadas com a desvastação florestal descontrolada, erosão do solo, e poluição do ar e das aguas no Pantanal, Amazônia Legal, Floresta Atlantica e costa brasileira;

2) fortalecer as instituições do setor do meio ambiente, com ênfase especial no fortalecimento do IBAMA e as instituições estaduais da Amazãia legal e do Pantanal e,

3) contribuir para definições de regulamentação do setor do meio ambiente.

O projeto preve dar suporte nos tres primeiros anos do Programa Nacional do Meio Ambiente, financiando:

a) o fortalecimento do sistema nacional de unidades de conservação, atraves do fornecimento de proteção das areas existentes de conservação e estabelecer areas adicionais, representativas de importantes ecossistemas;

b) Proteção de ecossistemas, providenciando gerenciamento ambiental e proteção para areas desvastadas do Pantanal, floresta atlantica e da costa brasileira e,

c) Desenvolvimento Institucional atraves do fortalecimento do IBAMA e das instituições estaduais, provendo treinamento de tecnicos, equipamentos, informação técnica necessaria, programas de assistência técnica e legal, fornecimento de guias tecnicas e de regulamentação e , educação ambiental.

O projetó em questão possui como agência executora principal o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renovaveis (IBAMA), com

período de amortização de 15 anos, incluindo 5 anos de carência e a taxa de juros variável, a nível do mercado internacional.

8.1 INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

De acordo com a sondagem conjuntural feita em julho de 1991, a industria de transformação informou ter realizado investimentos da ordem de Us$ 26,8 bilhões em 1989, Us$ 8,6 bilhões em 1990 e prove inversoes de Us$ 3,8 bilhões para 1991, sem incluir-se os investimentos da Petrobrás

A decada finda, caracterizou-se por um quadro constante de instabilidade econômica e virtual impossibilidade de se manterem taxas sustentadas de crescimento dos principais agregados macroeconomicos. A reforma monetaria de março de 1990, fez agravar o quadro recessivo que já vinha sendo estabelecido desde o fim de 1989.

A relativa estagnação dos movimentos de formação de capital relacionou-se a precária perspectiva de crescimento econômico verificado através de variaveis diversas, como a redução do PIB de 1990 em 4%, e queda de 8,7% do produto da industria de transformação, o recuo de 3,7% da produção agropecuaria, as reduções de 15,3% e 8,3% respectivamente nos produtos de bens capitais e de industria de construção, etc.

Pesquisa realizada pelo Centro de Estatistica em Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, revelou que quase metade das empresas pesquisadas apresentaram progresso em 1990, contra 12% em 1989. O grau de endividamento elevou-se abruptamente, não para realizar investimentos, mas sim porque as finanças empresariais se deterioraram diante da conjuntura muito destavorável.

As importações de bens de capital foram as unicas a revelar comportamento positivo o ano passado, crescendo 6% com relação a 1989.

Na forma de investimentos diretos, entraram no Brasil, em todo o ano de 1990, US$ 688 milhões o que foi aproximadamente o dobro do verificado em 1989 sendo o mais alto valor desde 1982.

Quanto a aplicação de recursos, a industria brasileira de transformação destinou a maior parte dos recursos de formação de capital a aquisição de equipamentos nacionais (32%), bem como na ampliação das instalações industriais (22%).

Problemática?

Quadro 8.1.1

Investimentos Físicos de alguns Setores dentro da indústria Brasileira de Transformação - Participação Percentual

DISCRIMIN.	1989 %	1990 %	1991 (Prev.) %
Mecânica	5,7	4,3	5,6
Madeira	5,4	0,7	0,3
Celulose, Papel e Papelão	4,0	8,5	8,9
Borracha	4,7	1,8	1,3
Couros e Peles	0,2	0,1	0,1
Produtos Farmacêuticos e Veterinarios	0,4	0,3	0,6
Têxtil	3,4	2,9	3,2
Produtos Alimentares	6,2	8,4	8,9
Bebidas	1,9	2,7	3,3
Fumo	0,3	0,6	1,8
Indust. de Transform %	100.0	100.0	100.0
Cr$ Correntes, bilhões	53,654	566,206	1.606,983

Fonte: Conjuntiva Economica - Setembro 1991 Conjuntiva Setorial -Economia Brasileira - Investimentos Fisicos - JANAWITZER, R.G.

Quadro 8.1.2

Brasil: Origem de Recursos Investidos em 1990 em alguns Setores (em %)

DISCR.	Rec. Proprio	S.de Novas Ações	Emprest. no Pais	Rec. Exter.	Incent. Fiscal	Não Especificado
Mecânica	39	7	26	24		4
Madeira	57	1	37		2	3
Celulose, Papel e Papelão	60	30	4		2	4
Borracha	99					1
Couros e Peles	91	3	3		1	2
Produtos Farmacêuticos e Veterinarios	59		30			11
Textil	46	8	35	8		3
Produtos Alimentares	48	18	21		1	12
Bebidas	71	5	12		1	11
Fumo	56		27	16		1

Fonte: Conjuntiva Economica - Setembro 1991 Conjuntiva Setorial -Economia Brasileira - Investimentos Fisicos JANAWIIZER, R.G.

Estabelecer uma relação c/ a 1ª parte (diagnóstico).

IX. RECOMENDAÇÕES

O Brasil teve, durante as ultimas décadas, um desenvolvimento agropecuario apoiado, fundamentalmente, pela intervenção do Estado sobre as variáveis economicas que o afetam. Três foram os pilares que sustentaram este acionar: i) a política de crédito, ii) as politicas de preços e comercial, e iii) os incentivos fiscais. As duas primeiras estiveram muito vinculadas, ja que interatuam fortemente e em muitas ocasioes, uma nao tem sentido sem a outra.

Os objetivos declarados destas políticas foram freqüentemente paradóxicos, sempre e quando que os instrumentos postos em pratica tentaram harmonizar a estabilização dos preços internos, fundamentalmente ao setor assalariado urbano, com uma adequada remuneração aos produtores, que lhes garantiam uma capitalização de seus estabelecimentos compativel com o processo de crescimento desejado. O mesmo acontece com os incentivos fiscais, ja que para manter em execução este tipo de instrumento, alem de algumas vezes incrementou-se simetricamente a carga tributária dos beneficiados.

mas também?

Os Resultados devem ser lidos dos seguintes ângulos diferentes: o primeiro desde o ponto de vista do desenvolvimento da nova fronteira agricola. Neste sentido, existem suficientes evidências de que as novas areas de cultivo e exploração pecuária do Centro Oeste, hoje definidas como as de maior produtividade, foram conseqüencia, não só do desenvolvimento biotecnológico, das politicas de preços (via preços mínimos não regionalizados), da política oficial de comércio e armazenagem, e da existência de creditos oficiais, com carteira ajustada à demanda e a taxa de juros negativa

O segundo ponto de vista é o macroeconomico. O efeito das políticas de preços e crédito agricolas sobre indicadores tais como Base Monetaria e Déficit Fiscal, foi de tal magnitude, que explica em grande parte o processo inflacionário do Brasil na ultima decada, processo que operou deteriorando fortemente os ingressos daqueles aos que se pretendia favorecer: assalariados e produtores.

As conseqüências, emergentes do processo de ajuste à que está submetida a economia, verifica-se na diminuição do gasto publico nestas políticas e instrumentos de uma progressiva politica de desregularização que permita ao setor privado substituir a ação do Estado e manter o ritmo de desenvolvimento e a integração territorial.

A reformulação da política setorial, sob um esquema de redução substancial de subsídios e abertura à competencia externa, requer a articulação profunda dos aspectos macroeconomicos com os setoriais que operam no sentido de gerar eficiência e redução dos custos de produção processamento e comercialização.

Nesse sentido, cinco são as areas identificadas sobre as que se podem executar ações que permitam dotar de maior competitividade a agricultura brasileira:

- A politica impositiva.
- A politica crediticia
- A politica de preços e comercialização
- A geração e transferencia de tecnologia
- A gestão publica

não apresenta as sugestões

A política impositiva

Três fatos marcaram a possível modificação da política tributária: a) a alta tributação teórica do setor agropecuário (com elevada evasão), b) A superposição de tributos nos três âmbitos oficiais (Federal, Estadual, Municipal), e c) a necessidade de manter o nível de arrecadação no presente contexto de crise fiscal.

Os impostos indiretos agem livres, enquanto que o ICMS e o IPI que deveriam atuar como um imposto ao valor agregado o fazem quase da mesma maneira, já que praticamente a compra de insumos não fornece créditos fiscais aos produtores, por estar isentos; ou pelo tempo que existe entre a compra e uso dos insumos, e a colheita onde se usa. Assim mesmo, o uso de ICMS sobre bens de capital atua no sentido de diminuir o investimento.

Existe a necessidade de reduzir o número de impostos para melhorar a eficiência da arrecadação e facilitar a administração das empresas. Os impostos de caráter imprescindíveis são: Imposto sobre a renda, Imposto sobre a terra, um autêntico Imposto ao Valor Agregado, Imposto ao Comércio Exterior, e Imposto à Segurança Social.

As recentes modificações do Imposto à renda que o fazem mais progressivo, beneficia à parcela da população com menos recursos, mas incrementa o "prêmio fiscal" pela sua evasão, aos de maiores ingressos.

O imposto imobiliário deveria recair exclusivamente sobre o valor da terra livre de melhoras, como um mecanismo de promoção ao investimento em bens em capital. Para isto é imprescindível um avançado sistema de cadastro e o melhoramento dos serviços de registro da propriedade.

O Imposto ao Valor Agregado deveria ser uniforme para toda a cadeia de produção, incluindo os serviços, para poder exercer com transparência a capacidade de gerar créditos e débitos. Assim mesmo deveria encontrar-se um sistema de arrecadação periódico ou ajuste por inflação, que evitasse a liquidez dos créditos fiscais.

Os atuais impostos à Segurança Social têm sido aumentados pela sua facilidade de arrecadação, mas incrementam em forma aguda a pressão tributaria . Uma queda associada a uma melhor arrecadação seria conveniente. Assim mesmo dada a incidência desses impostos sobre os preços dos produtos da cesta básica de alimentos, deveria analisar-se a possibilidade de reduzir suas alíquotas, para estimular sua arrecadação e incrementar o consumo.

A pressão fiscal corresponde a arrecadação. Um dos problemas mais agudos no manejo da tributação no Brasil é o da arrecadação. É necessário atenuar as dificuldades emergentes de um modelo com três sistemas diferentes de arrecadação,que o faz muito ineficiente e complexo. Em tal sentido, existem propostas de ordem interna de unificação do sistema, através da " sessão" por parte dos Estados e Municípios do poder de legislar sobre os impostos ao Congresso Nacional, não perdendo suas faculdades de arrecadação, onde a União arrecadaria o Imposto a Renda, Comercio Exterior, e Segurança Social, os Estados o Imposto ao Valor Agregado, e os Municípios o Imposto ao Patrimônio Imobiliário.

Com relação aos incentivos fiscais, os mesmos mostraram resultados insatisfatórios, devido a: inexistência de estratégia de desenvolvimento regional

ou setorial; projetos muito grande e ineficientes de pequeno impacto sobre a transformação da estrutura econômica especulação de caráter financeiro por parte de empresários extra setoriais, escassa fiscalização e ausência de regulamentos punitivos. Como os Fundos Constitucionais têm propositos semelhantes aos incentivos fiscais, pode inserir-se a mesma tendência. Portanto deveria-se reformular os objetivos destes incentivos, concentrando-se naqueles que geram um maior impacto sobre as variáveis sociais em áreas deprimidas, fundamentalmente nas vinculadas à ocupação de mao de obra no Nordeste, onde seja mais transparente a fiscalização.

A Política Creditícia

A política seguida pelo Governo, no sentido de eliminar os subsídios financeiros aos creditos agrícolas, deve ser sustentada e fortalecida. Ainda hoje, as diferenças existentes entre as taxas de juros real do setor financeiro comparado com as aplicadas no setor agrícola sao muito agudas, e deveriam ser salvas caso pretende se uma correta designação dos recursos financeiros, e uma menor utilização destas operações especulativas. Esta decisão, somada a uma desejável diminuição da demanda de credito por parte das empresas publicas, reduziria as taxas reais de juros do setor financeiro.

A atual indexação de saldos de credito pelos preços de produtos agrícolas, se bem compreensíveis desde o ponto de vista de garantir esse pagamento, desloca o risco da atividade do sistema bancario, basicamente oficial aumentando seus custos e diminuindo a transparência da política oficial de transferência de ingressos entre setores. Fica entendido que o governo busca garantir ao setor produtor um adequado nivel de rentabilidade e não incrementar seu endividamento, principalmente naqueles mais vulneraveis e com escassas e nulas possibilidades de aceder a fontes de créditos alternativos. Nao obstante, esta decisão é obstaculizada pela generalização do instrumento e pela escassez das fontes de financiamento, hoje aplicadas a complementar objetivos macroeconômicos. Em tal sentido, poderia-se analisar a possibilidade de utilizar instrumentos de intervenção direta, como planos de troca de insumo por produto, dirigidos a produtores, atividades ou regiões que o governo deseje apoiar através de organizações de segundo escalao (Cooperativas, Empresas comercializadoras: CONAB, por exemplo). Estes mecanismos têm demonstrado ser, onde foram aplicados, de menor custo operacional, dado que o financiamento oficial não torna-se automatizado em muitas contas, porém em poucas empresas tomadoras do credito, que é utilizado para a compra de insumos, basicamente sementes fertilizantes e agroquímicos para serem repassados a seus associados ou clientes através de coeficientes de troca que refletem os preços relativos de produtos e insumo. Esses coeficientes poderiam ser flutuantes para evitar a quebra das empresas.

Um sistema como o comentado permitiria: i) assegurar o destino das colocações financeiras, dado que evitam a especulação, ii) garantir a direção para os setores e regiões eleitas, iii) reduzir os custos de intermediação iv) melhorar a capacidade de negociação entre empresas fornecedoras de insumos e produtores v) melhorar o desempenho das empresas comercializadoras oficiais e sustentar planos especiais de abastecimento, vi) fortalecer as empresas intermediárias assim como as cooperativas.

A interação dos quatro pares do Cone Sul foi redefinida como de caráter geral e automático, e esta situação obriga a aprofundar o trabalho de harmonia de políticas como primeira prioridade. O que se quer evitar sao desajustes de graves

conseqüências. Por tal motivo, é imprescindível a análise e a discussão das políticas monetárias fiscais, impositivas e cambiais, buscando homogenizar critérios, definições e instrumentos entre os países do Cone Sul. Esta discussão deve dar-se, em primeiro lugar, entre os diferentes organismos nacionais, compatibilizando posições entre os Ministérios da Agricultura e Reforma Agrária, de Economia, Fazenda e de Relações Exteriores, dando-lhes participação ao setor privado.

Os aspectos setoriais de maior transcendência a considerar são:

A política impositiva, com a análise de pressão impositiva sobre o setor produtor, discriminando entre os de caráter direto, de aqueles indiretos, e entre os de carater federal, estadual ou municipal. Assim mesmo, seria aconselhável aprofundar os estudos sobre o impacto dos impostos indiretos sobre a demanda dos alimentos da cesta básica.

Os custos de transporte, são um problema objetivo para o Brasil, dada a distância das áreas de produção aos centros de consumo e processamento, e o excessivo controle fretes rodoviarios. Neste caso faz falta uma revisão dos instrumentos normativos vigentes. O fortalecimento de outras formas de transporte (como o fluvial e ferroviário), deveriam ser considerados.

Os custos portuários devido a excessiva segmentação dos serviços e ao monopolio exercido pelo Estado podem ser considerados os mais altos entre os países do MERCOSUL, pelo que deixam competitividade as exportações brasileiras. A privatização da questão portuaria, poderia aportar melhoras substanciais.

Uma rápida adequação do Brasil às **normas mundiais sanitárias e de resíduos de pragas**, operasse no sentido de agilizar o comércio e a competitividade externa.

O incremento da produção devera surgir pelo aumento da **produtividade** e não pela expansão da fronteira agropecuária tal como ocorreu durante o periodo de pós-querra, isto leva a pensar no abandono da politica de subsidios e de incentivos de carater fiscal. Isto faz imprescindível o fortalecimento das atividades de **pesquisa e extensão**, maior intervençao Governo nos sistemas de risco e controles e o manejo racional do meio ambiente.

O trabalho rural continua sendo de grandes dimensoes e requer privilégios de maior produtividade, e permitir-lhe sua transferencia para outros setores através da **capacitação** e a eliminaçao das travas que restringem a mobilidade geográfica.

As áreas mais pobres do país requerem um investimento maior em educação rural e treinamento para o trabalho nao rural, intervenções diretas em pesquisa, extensão, infra-estrutura em áreas com possibilidades de crescimento.

BIBLIOGRAFIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Dieversos Relatorios Anuales.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. 1991. Panorama Econômico da América Latina. 1991, ISSN-0259-2401.

CONJUNTURA ECONOMICA, Vários Exemplares.

GONZALEZ, GUILLERMO A. 1991. Brasil. Informe de Coyuntura 1991. Embajada de Colombia, Brasilia.

LAVAGNA, Roberto. Integracion Argentina - Brasil: Origen, Resultados y Perspectivas. ARIADNA, 1991.

MINISTERIO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA. 1991(a). Plano Nacional Agrícola. Medidas Complementares.

MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO. 1991. A Politica Tarifaria no Periodo 1991-94, Secretaria Nacional de Economia, Departamento de Comercio Exterior.

NAKANO, YOSHIAKI. 1991. O Impacto do Ajustamento Macroeconômico sobre a Pobreza Rural no Brasil. Mimeograph.

SAWAYA JANK, Marcos. A Inserção do Brasil e do Setor Cooperativo no Mercado Mundial de Produtos Agroindustrializados. OCB, USP. 1991.

SAWAYA JANK, Marcos. Avances en la Reforma Institucional, Politicas y Organizacion del Sector Privado para participar en el Proceso de Apertura en America Latina y el Caribe.IICA, 1991.

THE WORLD BANK. 1991. Brazil. Economic Stabilization with Structural Reforms, Report No. 8371-BR.

_____. 1990. Brazil. Agricultural Sector Review: Policies and Prospects, Report No.7798-BR.

_____. 1990. Brazil. An Agenda for Tax Reform, Vol. I,II, III, Report No. 8147-BR.

VILLA VERDE, CARLOS y GARCIA GASQUES, JOSE. 1990. Nota sobre os Gastos Publicos na Agricultura, em Agricultura e Agroindustria-Perspectivas para os anos90, Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Econômia e Sociologia Rural, Sociedade Brasileira de Econômia e Sociologia Rural.

DIAGNÓSTICO DO SETOR AGROCPECUÁRIO

DOCUMENTOS DE APOIO

1. DIAGNÓSTICO

Perspectiva da Agricultura Brasileira.
Rodriguez, Roberto (Mimeo), 1991. Também em SOBER, 1991

Crescimento da Agricultura e Política Agrícola nos Anos 80.
Gasquez, José. G., Villa Verde, Carlos;
IPEA (Boletim Rosa), Novembro de 1990.

Análise das Transformações no Uso de Insumos Modernos na Agricultura Brasileira.
Oliveira, Ismael C.; IPEA (Boletim Rosa), Agosto de 1990.

Diagnóstico Sectorial.
Banco Mundial, Julho de 1990

Mudanças no Padrão de Crescimento e Dinâmica de Ajuste Externo do Setor Agroindustrial.
Jank, Marcos S. Livro SOBER, 1990 (Trabalhos de Pesquisa) p.297.

2. MACROECONÔMIA

Crescimento da Agricultura Brasileira e Política Agrícola nos Anos 80.
Gasquez, José G. e Villa Verde, Carlos. Livro SOBER (Trabalho de Pesquisa), 1990. p.185.

A Evolução da Distribuição de Renda entre 1983 e 1988.
Bonelli, Regis e Sedlacek, Guilherme; IPEA (Boletim Rosa), outubro de 1990.

Determinação das Taxas de Câmbio: Testes empíricos para o Brasil.
Rossi, José W.; IPEA (Boletim Rosa), dezembro de 1990.

Desigualdades de Rendas e Crescimento Econômico no Brasil.
Ramos, Lauro; IPEA (Boletim Rosa), abril de 1990.

Inflação e Papel da Agricultura.
Sayd, João; Livro SOBER (Agricultura e Agroindustria), 1990, p. 277.

PROGRAMAS ECONÔMICOS DE AJUSTE

Do Cruzado ao Collor: Os Planos de Estabilização da Agricultura.
Rezende, Jervásio C.; IPEA (Boletim Rosa), setembro de 1990.

Impacto dos Programas de Ajuste na Pobreza Rural.
Nakano, Yoshiaki; IICA, Brasília, julho de 1991.

Plano Brasil Novo (1990).
Vários autores, Conjuntura Econômica (FGV), maio de 1990.

Brasil: Programa Econômico de Junho de 1991.

Banco Central do Brasil, julho de 1991.

3. POLÍTICAS DE PREÇO E ABASTECIMENTO

Transmissão de Preços e Margens de Comercialização de Produtos Agrícolas.
Santana, Geraldo C.B.; e Filho Martinez, João G. (..)

Uma Política de Intervenção nos Mercados Agrícolas.
Carvalho, Maria A. e Leite da Silva, Cesar; Livro SOBER (A Agricultura e Agroindustria), 1990, p.322

Reflexão para uma Política Nacional de Abastecimento.
Barriquelli, José Claúdio. SOBER, 1991, p.31 (Temas de Atualidade).

Diagnóstico do Setor de Armazenamento e Mercado.
Banco Mundial, julho de 1990.

Arrendamento e Preços de Venda de Terras. Remuneração da Mão-de-Obra. Preços de Serviços.
Revista Conjuntura Econômica (FGV), dezembro de 1990.

Mercados e Alternativas de Comercialização de Produtos Agrícolas.
Feldens, A.M. e Outros, SOBER 1991, p.72 (Trabalhos de Pesquisa).

Efeitos da Política de Preços Mínimos na Produção de Algodão e Arroz no Nordeste.
Santana, Antonio, SOBER 1991, p.83 (Trabalhos de Pesquisa).

Assimetria na Transmissão de Preços Agrícola. No Caso do Mercado de Soja e Derivados.
Dias, Rolim Danilo e Outros, SOBER 1991, p.107 (Trabalhos de Pesquisa).

Preços de Insumos: Tendência à Estabilização dos Preços Reais dos Insumos Agrícolas.
Melo, Homem Fernando, SOBER (Trabalhos de Pesquisa), 1991, p. 279.

4. CRÉDITO

Comentários sobre o Crédito Rural no Brasil.
Ministério da Agricultura, CFP (Companhia de Financiamento da Produção), SUPEC (Superintendência de Estatística, Econômia e pesquisa), setembro de 1987.

Taxa de Inflação e Financiamento Rural.
Fritz, Barros; SOBER, 1991, p. 292 (Trabalhos de pesquisa).

Notas sobre a Política de Crédito Rural.
Guedes Pinto, C., Campinas, Dep./UNICAMP (mimeo).

Capital Financeiro e a Agricultura no Brasil.
Delgado, Guilherme; Edição ICONE e UNICAMP, 1985.

5. POLÍTICA FISCAL E INCENTIVOS FISCAIS

O Peso dos Impostos e Custos da Alimentação: Análise do Problema e Propostas de Redução.

Rezende, Fernando; Revista FOME (mimeo), julho de 1991.

Evolução dos Incentivos Fiscais da Amazônia.
Gasquez, José G., Yokomizo, Cláudio; Livro IPEA, Agricultura e Política Pública, 1990, p.279.

Sistemas de Incentivos Fiscais para o Setor Rural.
SENDEC, SEPLAN, IPEA (mimeo), 1987.

6. EMPREGO RURAL

A Estimativa do Emprego Agrícola a partir dos Coeficientes Técnicos por Produto.
Instituto de Economia da UNICAMP, 1987. (mimeo).

Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura.
Kagayema, Angela; Campinas, UNICAMP, 1986.

7. PRODUÇÃO

Trigo: Qual é o Futuro da Produção Nacional.
Melo, Fernando Homem; Conjuntura Econômica (FGV), janeiro de 1991.

Soja: La Crise no Brasil Central.
Melo, Fernando Homem; Conjuntura Econômica (FGV), outubro de 1990.

Competitividade da Soja Brasileira no Mercado Internacional.
Fontes, Rosa M.O e Outros. Livro SOBER (Trabalhos de Pesquisa), 1990, p.149.

Café: A Decadência do Rei.
Alimando, Regis; Conjuntura Econômica (FGV), outubro de 1990.

Citricultura Brasileira: Conjuntura Econômica (FGV), março de 1990.

Leite: Política Pública e Evolução Recente da Pecuária Leiteira no Brasil.
Farina, Q. Elizabeth M.M., Livro IPEA (Agricultura e Política Pública), 1990, p.433.

Grãos: A Agricultura de Grãos no Centro-Oeste: Evolução Recente, Vantagens Comparativas Regionais e o Papel da Política de Preços Mínimos.
Rezende, Gervásio C.; IPEA (Boletim Rosa), outubro de 1990.

Gado: Produção Pecuária dos Setores Industriais Vinculados a esta nos Anos 80: Novas Evidências Estatísticas.
Ferreira, Myrian Thereza e Outros. SOBER, 1991, p. 410.

Caracterização da Estrutura da Produção Agropecuária do Paraná.
ESALQ/USP, Piracicaba, 1984. (Dissertação de Mestrado).

8. AGROINDÚSTRIA

O novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. (Insumos, processadores, Créditos, Maquinária, Complexos Agroindustriais, exportações).
Kagayema, Angela; Livro IPEA (Agricultura e Políticas Públicas), 1990.

Complexos Agroindustriais.
Silva, Lorenço V.; Livro SOBER (A Agricultura e a Agroindústria), 1990, p. 191.

Relação Agricultura/Indústria, Complexos Agroindustriais e a Dinâmica Concorrencional.
Filho Sales, Sergio e Silveira, José M.; Livro SOBER, 1991, p. 90.

Agricultura, Relações Intersetoriais e Encadeamento Produtivos.
Leite, Sérgio; Livro SOBER (Trabalhos de Pesquisa), 1990, p. 61

Os Complexos Agroindustriais e a Pesquisa Agropecuária: Uma Visão Prospectiva.
Sarmento, Eduardo P.M. e Araújo, José Diniz; Livro SOBER (A Agricultura e a Agroindustria), p. 196.

Reflexões sobre o Complexo Agroindustrial.
Araújo, Ney Bittencourt; Livro SOBER (op.cit), 1990, p.236.

A Industria Brasileira de Maquinária Agrícola.
Santos, C.V.S e Mialhe L.G.; São Paulo (mimeo), 1987.

Produção Agrícola Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Estatísticas.
Feijó, Carmen A.D. e Outros; Livro SOBER, 1990 (Trabalhos de Pesquisa), p. 343.

A Integração da Agricultura a partir da Matriz de Insumo/Produto do Nordeste.
Goldin, Silvana Neiva e Castro, Jeorge Luis; Livro SOBER, 1991 (Trabalhos de Pesquisa) p.429.

9. MERCADO INTERNACIONAL

O Brasil da Economia Mundial: Desafio e Oportunidades.
Pieres, Nielsen P.; Livro SOBER, (A Agricultura e a Agroindustria), 1990, p. 119.

Indices de Exportações para o Brasil: 1974/88.
Pinheiro, Armando Castelar, Motta, Reinaldo Ceroa; IPEA (Boletim Rosa), dezembro de 1990.

Políticas Agrícolas e Liberação do Mercado Mundial. O Que se Pode esperar do GATT.
Duran, Túlio; Fonseca, Reinaldo; Livro SOBER, (Temas da Atualidade), p. 47.

Política Brasileira de Comércio Exterior.
SENDEC, SEPLAN, IPEA (mimeo), 1987.

Novos Ensaios sobre o Setor Externo da Economia Brasileira.
Junior Batista, Paulo Nogueira; Estudos Especiais do IBE (Fundação Getúlio Vargas, 1988.

Evolução do Comércio Bilateral Brasil Argentina e Algumas Perspectivas.
Pla, Algorta Juan; Livro SOBER (A Agricultura e a Agroindustria), 1990, p. 131

Transformações Internacionais, Integração Latino-americana e a Agricultura Brasileira.
Torres, Hugo; Livro SOBER (A Agricultura e a Agroindustria), 1990, p. 141.

A Integração das Américas. Por que? Para quem? Quando? Como?.
Albuquerque, Roberto C.; IPEA (Boletim Rosa), outubro de 1990.

10. POBREZA RURAL

Distribuição de Renda e Pobreza na Agricultura Brasileira.
Hoffmam, Rodolfo; Livro IPEA (Agricultura e Política Públicas), 1990, p.3

Distribuição de Renda e Pobreza entre as Famílias no Brasil de 1980 a 1983.
Revista de Economia Política, 1985b.

11. MEDIDAS INSTITUCIONAIS

Novos Rumos no Governo. As Medidas Econômicas. Organismos que Desapreceram.
Conjuntura Econômcia (FGV), março, 1990.

Gastos Públicos na Agricultura, Distribuição de Recursos e Formas de Financiamento.
SENDEC, SEPLAN, IPEA, dezembro de 1987.

Gastos Públicos na Agricultura: Algumas Questões.
Gasquez, José G.; Villa Verde, Carlos; Livro SOBER (Trabalhos de Pesquisa), 1991, p. 236.

12. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA AGRICULTURA

Grupos Sociais e Organizações Representativas.
Monteiro, José de Anchieta. Livro SOBER, 1991 (Temas de Atualidades), p. 249

As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna.
Silva, José Graciano; Livro SOBER (Temas de Atualidade), 1991, p. 261.

13. GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Cenários para a Pesquisa Agropecuária: Aspectos Teóricos e Aplicação à EMBRAPA.
Paez, Dal apice Maria e Aires, Carlos Henrique Simões; Livro SOBER (A Agricultura e a Agroindustria), 1990, p. 258.

Contribuição da Educação, Pesquisa e Assistência Técnica para a Elevação da Produção Agrícola na década de 80.
Vicente, José R. e Outros; Livro SOBER (Trabalhos de Pesquisa), 1990, p. 163

ANEXOS

Anexo

TRANSPORTE

Os serviços de transporte vem mostrando uma participação estável de 3,7% no PIB brasileiro. O setor rodoviário por si só, tem sido o responsável por 2,5% do PIB. Contrastando com os sistemas ferroviários e marítimos para os quais é possivel encontrar dados adequados, o setor rodoviário não apresenta informações sistematizadas, principalmente, para os serviços fornecidos por proprietários de caminhões independentes e por empresas não enganjadas em transporte comercial.

Uma das informações mais relevantes e reveladoras das características do setor e de importância relativa do setor rodoviário, pode ser construída a partir das notas fiscais pagas pelo serviço de transporte comercial e a partir de investimentos e gastos operacionais de interessados públicos e privados.

O total de pagamentos feitos alcançará 22% do PIB, dividido em 10,8% e 11,5% para os serviços de carga e de passageiros respectivamente. O setor rodoviário é responsável por 86% do total geral, o que significa Us$ 20 bilhões gastos com transporte de carga e Us$ 25 bilhões com passageiros.

Nos anos 60, os investimentos do Governo e companhias públicas em transporte, foram responsáveis por mais de 40% do total da formação de capital público. Em valores absolutos, o cume foi atingido em 1975, quando os gastos de capital foram de 3,3% do PIB. Desde então, os investimentos declinaram de forma drástica, tanto em termos absolutos quanto relativos, ficando abaixo de 1% do PIB depois de 1981.

Até 1975, o setor rodoviário recebeu maiores parcelas de investimento publico em transporte.. A construção de rodovias, reparos e manutenção alcançaram o pique em 1974 quando foram gastos Us$ 2,3 bilhões pelos Governo Federal, Estadual e Municipal. O rápido declinio ocorrido desde então, pode verificar-se com os gastos de Us$ 267 milhões em 1985 a nivel federal, contrastando com o quantia de Us$ 1,2 bilhões investidos em 1974.

Em meados dos anos 70, os investimentos em ferrovias e transporte maritimo cresceram rapidamente. As ferrovias foram responsáveis pela marca de Us$ 1 bilhão entre 1975 e 1977. Tal marca permanecer acima dos investimentos federais em rodovias até 1985.

O crescimento na indústria de transportes sistematicamente excedera o crescimento de outras indústrias e do próprio PIB.

De 1970 a 1988, o PIB e as produções industriais e agricola tiveram crescimento de 5,7; 4,0 e 5,6% ao ano respectivamente. No mesmo periodo, o produto do transporte de carga, medido em Ton/km, cresceu a taxa anual de 8,2%, ainda que o valor adicionado em transporte se expandisse à taxa de 7,6% ao ano.

Tabela 1.1 **Evolução de Agregados Nacionais e de Transporte**

Ano	PIB Índice	Produto Bruto Agricul.	Indust.	Transp.	Consumo Diesel	Ton/Km
1970	100	100	100	100	100	100
1971	111	110	112	115	110	109
1972	125	114	126	124	126	116
1973	142	115	149	149	149	133
1974	154	116	162	170	165	159
1975	162	124	169	187	184	174
1976	178	124	189	212	212	189
1977	187	142	195	224	227	208
1978	196	136	208	243	248	226
1979	209	144	222	267	270	247
1980	229	159	243	287	290	269
1981	219	171	221	282	281	259
1982	220	171	221	287	287	267
1983	213	169	208	281	283	268
1984	223	173	221	293	292	296
1985	242	192	241	313	304	327
1986	260	176	269	347	342	355
1987	270	203	272	363	362	
1988	270	205	265	378	375	
Taxa	5,7	4,1	5,6	7,7	7,6	8,2

Fonte: "The Rood Transportation Industry in Brazil: Norket Structure, Performance and Govermment Regulation". Newton de Castro, IPEA, Texto para discussão Nº 195, Setembro 1990.

Frota: Composição e Evolução

O ano de 1985 é o último ano para o qual há dados disponíveis sobre a composição da frota brasileira de transportes rodoviários de carga e de passageiros. Os dados eram apresentados pelo Serviço de Processamento de Dados (SERPRO)/Ministério da Fazenda, derivado do sistema de unificado de taxas para uso rodoviário (Taxa Rodoviária Única) que vigorou até 1985. Após este ano, a arrecadação das taxas rodoviárias foram delegadas aos Estados.

Os dados indicam que comparativamente ao crescimento total do PIB no período 1981-85, (10,5%), a frota brasileira cresceu mais acentuadamente em tos os tipo de veículos.

As dos veículos ligados diretamente às atividades urbanas, contudo, mostraram-se com taxas de crescimento mais elevadas, por exemplo: caminhões médios e pesados cresceram como frota, menos do que o PIB, enquanto que os caminhões super-pesados cresceram de forma compensatória e bem acima da evolução do PIB.

As formas comerciais de transportes somam de 11 a 15 mil em número. Em 1982, 10.971 empresas responderam ao questionário enviado pela Fundação IBGE. Naquele ano, as empresas empregavam 220 mil funcionários e as receitas operacionais chegavam a Us$ 6 bilhões, transportando 277 milhões de toneladas.

O tamanho das construções de embarque e carga e, a qualidade dos serviços demandados, determinaram o volume de investimentos que devem ser alocados entre veículos e melhoria fixas, assim como a localização dos mesmos. Os investimentos em veículos varia de 40 a 90% do total de seus produtos, dependendo se a empresa opera a granel ou com carga em

A densidade do mercado e tambem a maior determinante da estrutura do mercado. Empresas grandes trabalham concentrando seus serviços em linhas de maior densidade enquanto as pequenas em áreas de menor densidade ou em serviços mais especificados.

O Papel do Governo

Até 1983, o mercado de transporte não tinha regulamentação. O Governo provia e mantinha a infra-estrutura e influenciava as operações somente de forma indireta através dos preços e taxações de insumos, licenças outorgadas e financiamento e pela introdução de barreiras à entrada de firmas estrangeiras desde 1980.

Em 1983, surgiu a regulamentação de transportes com duas novas importantes restrições. Primeira, que as empresas de transporte não comerciais foram proibidas de vender serviços de transporte à terceiros e segunda, o Ministério dos Transportes fora investido com poderes para impor medidas restritivas à entrada de novas empresas transportadoras. Em 1987, restrições adicionais foram impostas pelo Ministério do Transporte o qual surpriendentemente, estendeu o alcance da legislação, estabelecendo níveis minimos de

capacidade para empresas de transporte comerciais e limites geográficos para operação fim, como também sobre o tipo de mercadoria transportada. Na prática houveram dificuldades para a implementação dessa medida, sejam de ordem política ou operacional, o que fez com que as restrições não tivessem impacto.

Investimentos, Frota e Adequação da Capacidade

Os ciclos e incertezas dos anos oitenta, interromperam o crescimento das venda. De forma grosseira, o nível de investimentos nos anos recentes, excluindo 1986, é similar àquele verificado em meados dos anos 70, mesmo com um nível de atividade em torno de 50% mais elevado.

Os resultados indicam que as taxas de substituições, isto é, renovação da frota tem seu declínio durante os anos 80 e assim, causando elevação na idade média da frota. Este processo de estender o uso do capital existente, contudo, tem limites e pode eventualmente alcançar um ciclo de redução da capacidade de carga e elevação das taxas de fretes o que, por sua vez, pode atrair investimentos na indústria de transporte rodoviário.

Consumo de Energia e Conservação

Os transportes são responsáveis por aproximadamente 25% do consumo total de energia no Brasil. Em termos de produtos derivados do petróleo, a parcela de consumo aos transportes alcança 50% a despeito do incremento do uso do álcool em automóveis.

Seguindo a tendência encontrada em muitos outros países, a porção de diesel e querosene no total de produtos consumidos, cresceram de 40 a 55% na última década. No caso do Brasil, esta tendência foi reforçada por: a) o preço diferenciado da gasolina para o diesel, o que acelerou a "dieselização" de caminhões e frotas de pick-ups desde 1970; b) a substituição de gasolina por álcool e, c) a substituição de fultoit por eletricidade e carvão em indústrias processadoras.

O consumo de energia unitária por diferentes modos e submodos mostram uma larga complexidade de valores. Em ferrovias brasileiras, encontram-se valores que oscilam de 4 litros de diesel para 1.000 ton/km, na estrada de ferro Vitória-Minas até 27 litros/1.000ton/Km, em certas divisões da RFFSA.

Empresas de transporte carregando mercadorias líquidas ou sólidas em longas distâncias, por outro lado, são comparáveis com o limite superior do transporte ferroviário, mostrando consumos de 20 a 25 litros/1.000ton/Km. Em transporte de pouca distância e na distribuição de produtos perecíveis, cifras de 100 a 300 litros/1.000ton/Km não são incomuns.

Custos Operacionais e Taxas de Fretes

A estrutura de custo do transporte, estimado a partir da amostra de 1.500 empresas, demonstra consistentes economias de densidade, o qual varia com a quantidade e tipo de carga transportada.

A curto prazo, a estrutura de custo para transporte revela uma parcela importante de custos fixos; os custos marginais a curto prazo e conseqüentemente as tarifas, podem ser de até 40% superiores aos custos marginais de longo prazo. A razão das despesas operacionais com relação às receitas, varia de 50 a 70%, limite superior encontrado em empresas que operam com carga a granel. O gasto total, representa em torno de 91% das receitas.

Análise de impacto da estrutura do tamanho do mercado sobre os bens das empresas de transportes comerciais, demonstra que a maior concentração do mercado e maior parcela detida pela empresa, os lucros são maiores. Por outro lado, não encontrou-se correlação entre tamanho da empresa e lucros.

Estimativas de taxas de fretes rodoviários revelaram uma posição de competitividade com relação às ferrovias. As taxas cobradas por empresas de transporte interestadual foram similares à média das taxas cobradas pela RFFSA, em torno de 2,8 cents/ton/Km. Isto entretanto, verificou-se em transportes de longas distâncias, enquanto que, à média distância no Brasil é menor.

Também o que favoreceu as taxas de transportes rodoviários foram a prática longamente verificada do não cumprimento da regulamentação de peso por eixo e peso total dos caminhões.

Os custos de transporte mostram forte evidências de economias de densidade. Os transportes tem baixos custos para a entrada ou saída em muitos segmentos o que os torna num mercado altamente questionável. Não apenas os investimentos necessários para operar tão baixos quando comparado a outras indústrias, como também possuem grande mobilidade.

TRANSPORTE NA AGRICULTURA

A infra-estrutura de transporte no Brasil, está concentrada pesadamente nos estados litorâneos, particularmente no sul e sudeste do país. A concentração da infraestrutura, reflete a densidade tradicional de população e das atividades produtivas nessas regiões, assim como das regiões recentemente abertas e incorporadas , principalmente Centro-Oeste e região amazônica.

A maior parte da safra brasileira de grãos, é transportada por caminhão. Os grãos tem utilizado uma porção muito limitada do total ocupado por bens transportados através de ferrovia: aproximadamente 6 milhões de mt em 1984, ou 6% do trafego ferroviário total. Não somente em torno de 15 % das safras de grãos, são movimentadas por ferrovia, mesmo quando de fato,a infraestrutura ferroviária se concentra dentro das regiões de produção primária de grãos, com exceção do Centro-Oeste.

As linhas de transporte fluvial e marítimo, não foram desenvolvidas como linhas de transporte de baixos custos, em parte, devido a problemas de ordem geográfica e física.

Os assuntos relacionados com transporte no Brasil, centram-se basicamente na necessidade de desenvolver facilidades adequadas de transporte para mercadorias de baixo-valor, como é o caso dos grãos e cereais.Os custos de transporte no Brasil são significativamente mais elevados do que nos demais paises produtores de grãos, devido a à combinação de infraestrutura limitada, falta de alternativas de baixo-custo para o transporte de caminhão, baixa eficiência e longas distâncias.

Estudo da United States Development Agency (USDA), comparando custos de produção de soja entre Brasil e Estados Unidos, concluiu que os produtores brasileiros se defrontam com valores, em mais de 90% superiores aos custos enfrentados pelos produtores americanos
em termos de transporte, armazenamento e manipulação. Os custos de transporte são também importantes a nivel das decisões quanto a vender ou estocar grãos.

O problema critico para o Brasil, é a falta de infraestrutura adequada para transporte nas áreas de fronteira agrícola.Para fins de continuar a competir nos mercados internacionais, o Brasil deverá ter que procurar esforçadamente nessas áreas, desenvolver sistemas adequados de transporte. No caso de excedentes de produção, como ocorreu em 1987, as compras do governo aproximaram-se da quase totalidade do milho e soja em diversos estados do Centro-Oeste. Isso, porque os custos de transporte inviabilizariam quaisquer vantagens de venda para outros compradores.

Embora o Centro-Oeste seja servido por diversos corredores ferroviários, o grosso da produção de grãos daquelas áreas, é transportada por caminhões aos centros de agro-industrialização próximos a São Paulo e Ponta Grossa e para os portos para embarque a outras regiões do Brasil ou próximas. As distâncias normalmente são superiores a 1.000 Km. e a falta de infraestrutura contribui para a elevação dos custos de transporte.

Um dos maiores problemas tem sido a falta de adequação das rodovias para operar serviços competitivos nos corredores de transporte do Sudeste com as linhas da região do Centro-Oeste, onde se verifica o processamento, o consumo e

os centros de exportação. O maior problema inclui: a) péssimas condições das máquinas locomotivas e dos proprios vagões; b) gerenciamento inadequado das operações de transporte ferroviário; c) falta de efetividade para as ferrovias acessarem e acharem limitações com relação às atuais necessidades de transporte e, d) pobres serviços de transporte e armazenagem providos por empresas para-estatais.

À falta de adequação das ferrovias, deve adicionar-se ainda a falta de adequação dos serviços de transporte por caminhão A diferença entre oferta e demanda de caminhões para o setor agrícola, é estimada em 150 mil veículos. Isso parece decorrer da falta de crédito em épocas passadas e, após o Plano Cruzado em 1986, pela falta de habilidade dos industriais em conseguir manter uma oferta adequada frente a uma demanda por novos investimentos no setor. Também, as baixas remunerações verificadas durante o mencionado plano, desencorajaram algumas empresas de transporte para realizar serviços de mercadorias de baixo-custo, como é o caso dos grãos e cereais. Adicionalmente, o transporte de caminhão enfrenta uma elevada demanda estacional no Brasil, e os motoristas de caminhões particulares movimentam-se ao longo do país, fornecendo serviços de transporte, quando os retornos são mais elevados.

Os custos de transporte, também possuem grande impacto na localização dos armazens. Pesquisa realizada alguns anos atrás pelo Ministério dos Transportes, mostrou que a localização de uma série de armazens, proxima aos produtores, na maiora dos casos pode ser mais eficiente do que as economias de escala que podem ser alcançadas nos custos de construção de grandes armazens a nível intermediário. Através de melhor localização de armazens intermediários e de trânsito, podem ser alcançadas sensíveis melhoras em termos de eficiência de transportes e armazenagem.

Anexo

PORTOS

O sistema portuário brasileiro se apresentava bastante centralizado, sendo a Portobrás a empresa holding de varias outras companhias gerenciadoras de portos. A Portobrás não se preocupava com o andamento diário dos portos porém, dominava substancialmente o setor de investimentos e os problemas operacionais importantes, como congestionamentos, questoes de mao-de-obra, de filosofia operacional e de eficiência.

A iniciativa privada, já operava nos portos brasileiros, principalmente nos setores de praticarem, reboque e estiva. Esta última, normalmente é contratada por um embarcador que se encarrega principalmente da coordenação das operações portuárias. A presença das entidades estivadoras faz-se sentir no embarque dos produtos siderurgicos quando o exportador, não querendo tratar diretamente com os sindicatos de mão-de-obra, solicita às mesmas encarregar-se das operações.

Ao contrário dos portos europeus e/ou americanos, o Brasil apresenta uma estrutura muito mais centralizada e uma situação basicamente monopolista nos portos, com taxas tarifárias rigidamente fixadas.Embora possa ter-se verificado uma certa competição entre portos, como o do Rio de Janeiro e Paranaguá, tentando atrair cargas do porto de Santos, numa atmosfera de pouca flexibilidade comercial e nenhuma influência sobre os custos dos sindicatos de mão-de-obra avulsa, os portos brasileiros pouco podem fazer em termos de competição real.

É necessário salientar que os modelos europeu e americano, não podem ser considerados ideais num pais como o Brasil, onde os capitais são extremamente escassos e de alto custo e onde os investimentos devem seguir uma linha de maior resultado. Um modelo para a liberação da atividade portuária e para a introdução eficiente da iniciativa privada deveria possuir características específicas para o Brasil, haja vista as dificuldades existentes.

A política de comercio exterior adotada pelo país ao longo das duas últimas décadas, pode ser caracterizada em duas vertentes. Do lado da importação prevalecia a visão do controle quantitativo como forma de ajustamento externo aplicado aos insumos de produção e produtos manufaturados, enquanto, no setor agrícola, as aquisições de alimentos no mercado internacional se constituíam num braço da politica anti-inflacionária. Na exportação, partindo-se da premissa de que a indústria era competitiva, os instrumentos de política adotados privilegiavam os fatores de ajustamento de preços - câmbio, politica fiscal e financiamento - renegando-se ao segundo plano a eficiência na produção e nas atividades-meio, dentre as quais as operaçoes portuarias.

Com a implementação de uma nova política de comércio exterior, no quadro da atual administração federal, foi definido o objetivo de compatibilizar a inserção internacional da economia brasileira com o quadro das necessidades internas, que podem ser identificadas em três linhas:

a) aumento da oferta de bens e serviços;
b) modernização do parque produtivo de forma a viabilizar uma proteção à produção nacional a partir do conceito de eficiência,

contrariamente à política de adoção de controles administrativos e elevadas alíquotas de importação;

c) promoção da eficiência na área dos serviços inerentes ao comércio exterior (atividades-meio) que se encontra calcada em modelos e procedimentos obsoletos e descompromissada da matriz de preços internacionais.

Na medida em que se consiga resultados positivos na política traçada, as expectativas serão: a) de que haverá benefícios para o consumidor, face à elevação da oferta e melhoria da qualidade; b) atenda ao trabalhador ao fomentar-se a oferta de empregos; c) alivie a pressão sobre os recursos públicos e amplie o volume do comercio exterior do País, estimulando todos os serviços conexos à atividade exportadora e importadora.

I. Caracterização das Operações Portuárias

A operação de carga e descarga de navios, é executada pelo agente do navio e pela administração portuária. As atividades desenvolvidas na área portuaria - capatazia - são de responsabilidade da administração do porto utilizando para tanto funcionários parios e, eventualmente, trabalhadores avulsos pertencentes aos sindicatos. A cargo do navio, se desenvolvem as operações de estiva, conferencia de carga, vigilância e consertos utilizando para tanto os serviços de trabalhadores sindicalizados.

O regime de trabalho vigente nos portos brasileiros é derivado da primeira fase do desenvolvimento portuário, onde predominava a manipulação de carga geral e os navios eram carregados e descarregados sem atracar, o que exigia a intermediação de embarcações portuárias. Na medida em que se verificou a progressiva modernização da atividade portuaria em direção a terminais especializados - granéis liquidos e solidos, containers, "roll-on roll-off" - sem a correspondente atualização da legislação básica que disciplina o uso dos serviços e regime de trabalho no porto, passou a verificar-se o deslocamento entre o trabalho efetivamente prestado e trabalho remunerado. Se de um lado a modernização das atividades portuárias tendia a aumentar a produtividade física das operações portuarias, por outro lado, a não adaptação do marco legal à nova realidade, passou a atuar como um freio à tendência da modernização portuária.

Do ponto de vista clássico, o regime de trabalho portuario - a nível de navio - é constituído por:

a) Estivadores: manipulam a carga a bordo do navio;
b) Conferentes: controlam a entrada e saída da carga;
c) Consertadores: reparam as embalagens avariadas;
d) Vigias: zelam pela segurança do navio.

A mencionada modernização dos portos, sem a correspondente modificação da estrutura jurídica, passou a gerar situações indevidas, como a utilização obrigatoria de consertadores mesmo tratando-se de carga de granéis a qual não exige a aplicação de embalagens especificas, etc.

A remuneração dos serviços prestados à navegação e carga, e feita através da fixação de tarifas pelas administrações portuarias, os quais podem ser resumidos nos itens seguintes:

- Praticarem: é o serviço relacionado com a entrada e saída de navios dos portos até a atracação ou desatracação no berço;

- Reboque: as operações de entrada e atracação bem como de saída, são auxiliadas por rebocadores a fim de garantir a segurança da navegação;

- Utilização das facilidades portuárias: os portos cobram uma taxa referente ao direito do navio se utilizar das instalações portuárias;

- Operação de atracação e desatracação de navios, inclui o direito de uso do berço e, por via de conseqüência, o direito de movimentar cargas;

- Movimentação de cargas: inclui o manuseio da carga do porão do navio até sua borda, da borda ao ponto de repouso no cais e entrega da carga para veículos terrestres ou vice-versa;

- Armazenagem: serviço de guarda da mercadoria;

- Serviços complementares de apoio logístico: inclui fornecimento de água, retirada de lixo, aluguel de equipamento e transporte interno.

II. Despesas Portuárias e Agricultura

No ano de 1990, as exportações totais do Brasil atingiram a US$ 33,06 bilhões. Deste total, US$ 9,5 bilhões, correspondentes a 28,8%, foram de produtos agropecuários.

As importações somaram US$ 20,36 bilhões. Deste total, US$ 4,3 bilhões ou 21%, foram destinadaos ao setor agrícola.

De forma geral, as despesas portuarias em alguns portos brasileiros são consideradas como as mais elevadas do mundo. Em conseqüência, a redução das margens de lucratividade e competitividade é inevitavel.

Nos Estados Unidos, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE), derivados da soja (farelo e grão) possuem despesas portuárias de US$ 3,50/ton, enquanto que no Brasil estas despesas ascendem a US$ 10,14/ton. Outros países exportadores de produtos agrícolas como a Argentina, situam-se entre os dois extremos. No exemplo específico, o Brasil que exportou 12,4 milhões de toneladas de farelo e soja em 1990, perdeu mais de 82 milhões de dólares/ano, em relação com os Estados Unidos.

Raciocínio análogo pode ser aplicado para o total das exportações do complexo agro-industrial. Tomando se por base uma despesa portuaria média de US$ 20,44/ton [1]

[1] Média das despesas relativas as tabelas A, B, C, I, J, M da Companhia das Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), relativa aos produtos soja-grão, frango congelado, suco de laranja e carne bovina.

e, levando-se em conta um volume de 21,2 milhões de toneladas exportadas em 1990, o setor exportador teria despendido aproximadamente US$ 434 milhões, ou seja, 4,5 % do total da receita de exportação do setor. Este volume de recursos representa 30 % de todos os créditos concedidos à área rural em 1990, sejam eles de custeio, de comercialização ou de investimento. As despesas relativas a capatazia e estiva concorrem, respectivamente, com 62% e 20% das despesas portuárias citadas.

Pelo lado das importações e, considerando-se apenas o trigo, fertilizantes e carne bovina, a despesa portuaria media atinge a US$ 18,75/ton. Em 1990, o setor importador terá despendido US$ 96 milhões, ou seja, 2,2% dos gastos de importação destinados à agricultura. Este volume de recursos, proporcionaria a aquisição de 3.600 tratores de porte medio ou 21% do total de recursos da rubrica de Estoques Reguladores para o ano de 1991.

Em relação as importações de produtos especificos, por exemplo carne bovina, a situação é ainda mais drástica. As despesas portuarias em relação as mesmas tabelas citadas acima, são bastante maiores. Caso o País importasse 100 mil toneladas da CEE, gastaria US$ 1,35 milhões somente para fazer face as despesas portuarias que, no agregado, significam pequena parcela no total dos custos de importação [2].

Obviamente, a agricultura brasileira defronta-se com dificuldades serias para produzir de forma competitiva, tanto a nivel interno quanto externo. Isso, decorre do encarecimento dos insumos importados e dos produtos a serem exportados, colocando o setor produtivo em posição de absoluta impotência frente ao sistema portuário brasileiro.De fato, a agricultura a despeito de ser importante usuario dos serviços portuários, acaba submetendo-se a ter que aceitar contratos de adesão, na medida em que a atual regulamentação portuária impede, virtualmente, a salutar prática da negociação

Se de um lado é cobrado eficiência na cadeia produtiva do complexo agro-industrial, como forma inevitável de evitar-se o "sucateamento" da agricultura no Brasil,do outro , o mínimo que deveria exigir-se é que insumos e serviços prestados ao setor produtivo nacional sejam acessiveis em termos de concorrencia internacional.

Esse nível de exigência, será absolutamente natural, na medida em que a agricultura se encontra, historicamente, em posição desvantajosa nos termos de troca: nas horas de importar,vinha-se concedendo sistematicamente isenção dos impostos de importação a despeito dos expressivos subsídios nas origens. No outro lado, na hora das exportações, alem de ser obrigada a superar os obstáculos do sistema portuario nacional, a agricultura deve enfrentar a concorrência predatoria imposta pelo protecionismo vigente no mercado internacional.

Na medida em que se discutem alternativas para a racionalização dos fluxos de importação e exportação, com ganhos de produtividade e redução dos custos de

[2] Ha de se incluir custos de frete, seguro, estiva, frigorificação, etc

produção, movimentação e transporte das mercadorias, torna-se fundamental que seja reconhecida a preponderância dos custos portuários na composição dos custos totais das viagens dos navios de carga geral. A causa dessa situação é, essencialmente, a falta de operação racional e modernização nos portos brasileiros.

Na atualidade, as operações portuárias no Brasil compreendem uma série de "tabelas", que dependem para a sua aplicação, dos serviços a serem realizados e da definição de responsabilidade pelos mesmos, conforme se observa a seguir:

LEGENDA

	SERVIÇOS	RESPONSABILIDADE
TABELA "A"	Utilização do Porto	Armador
TABELA "B"	Atracação	Armador
TABELA "C"	Capatazia	Dono da Mercadoria
TABELA "D"	Armazenagem Interna	Dono da Mercadoria
TABELA "E"	Armazenagem Externa	Dono da Mercadoria
TABELA "F"e"G"	Armazenagem	Dono da Mercadoria
TABELA "G-2"	Armazenagem Especial Locação de Áreas em Armazens ou Pátios Externos	Dono da Mercadoria
TABELA "G-5"	Armazenagem em Silos	Dono da Mercadoria
TABELA "G-3"	Armazenagem Especial Armazenagem de Volumes Pesados	Dono da Mercadoria
TABELA "H"	Transporte	Dono da Mercadoria
TABELA "J"	Suprimento de Aparelho Portuário	Taxa devida pelo requisitante
TABELA "K"	Rebocador	Taxa devida pelo requisitante
TABELA "L"	Suprimento Agua as Embarcações	Taxa devida pelo requisitante
TABELA "M"	Serviços Acessórios em (Transporte e Armazenagem)	Taxa devida pelo requisitante
TABELA "N"	Movimento das Mercadorias nos Portos Organizados Fora do Cais e Pontes de Acostagem	Contribuição devida pelo requisitante

Grupo de trabalho constituído por iniciativa da Portobrás, fez análise comparativa entre portos brasileiros e de países diversos como Alemanha, Holanda, bélgica, Inglaterra, Itália, França, Israel e Estados Unidos.Apos as análises efetuadas, as principais conclusoes foram:

- Em relação a estrutura da tarifa portuária do Brasil, concluiu-se que ela não é mais ou menos complexa do que as estrangeiras. Contudo, a sua utilização é feita com bastante rigidez face à sua não adaptação racional frente ao aparecimento dos conteiners e a sua não evolução para um sistema de valores abrangentes, incluindo prestações de serviços, equipamentos, paralisações e mão-de-obra extra. Isso não parece ser um problema estrutural tarifário porém, o reflexo de uma concepção histórica das operações portuárias que se

prolonga até o presente, devido à divisão entre a estiva e a capatazia. Mesmo em países como Alemanha, onde em certos lugares ainda prevalece a divisão entre estiva e capatazia, o problema de comando integrado não existe.A operação de conteineres e de granéis, é definitivamente, na atualidade, uma operação integrada.

Em outros termos, a Tarifa Portuária brasileira é ainda o reflexo de situação histórica que deixa o Brasil operacionalmente atrasado com relação aos países mais desenvolvidos.Mudar a tarifa, sem alterar os conceitos institucionais e operacionais terá pouco efeito.

- Com a instituição do Adicional de Tarifa Portuária (AIP), o sistema do Brasil saiu do processo de subsídio pelo Estado, podendo viver independentemente. Entretanto,todas as taxas e adicionais aplicados, passaram a significar aumentos reais de 50 a 60% sobre os valores tarifários, o que vem sendo sentido fortemente pelos usuários. Isso, acabou colocando os portos brasileiros na faixa mais elevada dos custos portuários, se comparados com os verificados na maioria dos demais portos.

Por outro lado, o Sistema Portuário Brasileira se posiciona como sendo caro com relação aos demais portos, em decorrência dos subsídios diretos ou indiretos outorgados pelo Estado, nos diversos países.

- Se em geral os portos brasileiros se qualificam muitas vezes como caros, é necessário salientar que os portos mais baratos da Europa e dos Estados Unidos, são justamente aqueles que sofrem a maior concorrência.Portanto, mesmo dentro do sistema tarifário atual, seria interessante que o sistema portuário brasileiro estudasse a instituição de um processo competitivo, o que permitiria, sem dúvidas, baratear os serviços e torná-los mais eficientes.

- No Brasil, os Portos do Rio de Janeiro e Santos, posicionam-se na faixa de portos caros. Já em 1987, o porto de Santos era extremamente caro e hoje, essa situação piorou ainda mais.Tratando-se dos dois principais portos do país, onde os volumes movimentados deveriam trazer economias de escala importantes, é óbvio que algo deverá ser feito, para normalizar esta situação e trazer estes preços a níveis mais próximos do mercado internacional.

- A qualidade dos serviços portuários apresentados no Brasil, é pior do que aquela oferecida na maior parte dos portos que serviram como base comparativa. Essa qualidade, verificou-se tanto em relação à produtividade da operação quanto em relação ao tratamento aos clientes.Em todos os países comparados, existem departamentos de marketing para a promoção do porto e para oferecer apoio aos clientes.

- Tal vez uma solução aceitável para o longo curso, seja a dolarização da tarifa, como ocorre nos portos israelenses que cobram em moeda local, o equivalente a um valor fixado em dólares. Dessa forma, os usuários podem verificar o cálculo de fretes e custos, sem quaisquer surpresas por custos eventualmente flutuantes.

- Com relação a conteiners, são poucos ainda os portos brasileiros que apresentam uma taxa de capatazia consolidada por conteiner, independente do seu peso e da mercadoria. Em todos os portos comparados, a estiva, que inclui capatazia, é fixada por valor global, por unidade movimentada, muitas vezes apresentando o mesmo preço para conteiners diferentes e preços muito semelhantes para unidades vazias ou cheias.Além de permitir melhor previsão de custos por parte do usuário, essa sistemática e mais lógica e diretamente relacionada aos custos incorridos.

- Face à grande diferenciação entre conteiners vazios e cheios na maioria dos portos brasileiros, o custo médio ponderado da movimentaçao do conteiner pode baixar para a navegação mas não para o dono da carga que so movimenta conteineres cheios.

- Os portos do Rio e Santos, são não apenas os mais caros do Brasil como também da Europa e dos Estados Unidos.

- Para o caso de produtos siderurgicos, o problema central dos portos brasileiros está na qualidade dos serviços, inferior tanto em relação a produtividade quanto a disponibilidade de facilidades como armazenagem especializada.O custo da movimentação de aço no Brasil, é encarecido sobre-maneira pela estiva, que apresenta uma participação entre 50 e 70% do custo total.

- Para os casos de soja, farelos e pellets, os portos de Paranaguá e Rio Grande apresentam preços competitivos com relação ao quadro europeu. Os de Santos e Vitorias no entanto, apresentam-se extremamente caros.

- Embora as análises do grupo de trabalho não possam considerar-se completas, nem de alta precisão e abrangência, elas permitem, todavia, afirmar que o Brasil deve revisar seus processos operacionais e o decorrente sistema tarifário. O país, vive neste final de século a mesma situação operacional que no inicio dele. Devido à filosofia monopolista do sistema e à falta de concorrência, os preços dos serviços podem apresentar-se muitas vezes demasiadamente elevados com relação aos verificados na Europa ou mesmo nos Estados Unidos, e ainda apresentar uma qualidade de serviços notadamente inferior.

CUSTO TOTAIS PORTUARIOS RELACIONADOS A CONTEINERES
(US$/CONT)

	20		40	
PORTO	CHEIO	VAZIO	CHEIO	VAZIO
VITORIA	160 - 200	47	260 - 270	59
RIO DE JANEIRO	340 - 390	155	410 - 440	166
SANTOS	350 - 590	86	590 - 790	117
PARANAGUA	170 - 230	50	270 - 310	62
RIO GRANDE C/PACECO*	250 - 270	115	320	125
HAMBURGO	206	140	262	146
BREMEN	207	132	263	138
ROTERDAM	120	111	120	111
ANTUERPIA	137	135	137	135
GENOVA	283	204	293	204
MARSEILLES	231	188	231	198
LE HAVRE	124 - 135	110	124 - 135	110
LONDRES	176	153	176	153
NOVA YORK	246	211	436	211
PHILADELPHIA	315	259	365	259
NOVA ORLEANS	165	91	249	91
LOS ANGELES/L.BEACH	218	152	281	152
JACKSONVILLE	233	177	294	177
HOUSTON	156	90	221	90

* -Foi considerado o custo com o uso do Guindastre PACECO para homogeneizar os sistemas operacionais em relaçao aos paises estrangeiros.

QUADRO COMPARATIVO DOS CUSTOS PORTUARIO TOTAIS

FIAXA DE CUSTO	CONTEINER CHEIO		CONTEINER VAZIO	
US$/CONT	20	40	20	40
0 - 50			VITORIA PARANAGUA	
51 - 100			NOVA ORLEANS HOUSTON SANTOS	VITORIA PARANAGUA NOVA ORLEANS HOUSTON
101 - 150	ROTERDAM LE HAVRE ANTUERPIA	ROTERDAM LE HAVRE ANTUERPIA	RIO GRANDE HAMBUGO BREMEN ROTERDAM ANTUERPIA LE HAVRE	SANTOS RIO GRANDE HAMBUGO BREMEN ROTERDAM ANTUERPIA LE HAVRE
151 - 200	VITORIA PARANAGUA LONDRES NOVA ORLEANS HOUSTON	LONDRES	R. DE JANEIRO MARSEILLES LONDRES L.ANG./L.BEACH JACKSONVILLE	R. DE JANEIRO MARSEILLES LONDRES L.ANG./L.BEACH JACKSONVILLE
201 - 250	PARANAGUA HAMBUGO BREMEN MARSEILLES L.ANG./L.BEACH JACKSONVILLE	MARSEILLES NOVA ORLEANS HOUSTON	GENOVA NOVA YORK	GENOVA NOVA YORK
251 - 300	R. DE JANEIRO GENOVA	VITORIA PARANAGUA HAMBUGO BREMEN GENOVA L.ANG./L.BEACH JACKSONVILLE	PHILADELFIA	PHILADELFIA
301 - 350	R. DE JANEIRO NOVA YORK PHILADELFIA	PARANAGUA RIO GRANDE		
351 - 400	R. DE JANEIRO SANTOS	PHILADELFIA		
401 - 450	SANTOS	R. DE JANEIRO NOVA YORK		
451 - 600	SANTOS	SANTOS		
601 - 800		SANTOS		

CUSTO PORTUARIOS PARA O PORTO DO RIO DE JANEIRO
VALORES EM DOLARES -

OPERAÇÃO DIRETA AO COSTADO (C/VEICULOS RODOVIARIOS DE TERCEIROS)							
	EXPORTAÇÃO - LONGO CURSO				IMPORTAÇÃO - LONGO CURSO		
TABELA INCIDENDES	SOJA GRÃOS (SCS)	FRANGO CONGEL. ATE 100t	SUCO LARANJA (101/1000)	CARNE BOVINA (101/1000)	CARNE BOVINA (101/1000)	TRIGO (GRANEL)	FERTILI-ZANTES (GRANEL)
A (c/50% RSD)	1.84	1.84	1.84	1.84	3.22	3.22	3.22
B	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07	0.07
C	9.48	9.48	9.27	9.27	10.30	3.34	3.62
I	3.18	10.26	0.00	10.26	0.00	0.00	7.11
J	0.60	0.60	0.60	0.60	0.60	0.00	0.60
M	0.10	0.10	0.10	0.10	0.10	0.10	0.10
TOTAL P/TON.	15.27	22.35	11.88	22.14	14.29	6.73	14.72

CUSTO PORTUARIOS PARA O PORTO DO RIO DE JANEIRO
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

OPERAÇÃO DIRETA AO COSTADO (C/VEICULOS RODOVIARIOS DE TERCEIROS)							
	EXPORTAÇÃO - LONGO CURSO				IMPORTAÇÃO - LONGO CURSO		
TABELA INCIDENDES	SOJA GRÃOS (SCS)	FRANGO CONGEL. ATE 100t	SUCO LARANJA (101/1000)	CARNE BOVINA (101/1000)	CARNE BOVINA (101/1000)	TRIGO (GRANEL)	FERTILI-ZANTES (GRANEL)
A (c/50% RSD)	12.05	8.23	15.49	8.31	22.53	47.85	21.88
B	0.46	0.31	0.59	0.32	0.49	1.04	0.48
C	62.08	42.42	78.03	41.87	72.08	49.63	24.59
I	20.83	45.91	0.00	46.34	0.00	0.00	48.30
J	3.93	2.68	5.05	2.71	4.20	0.00	4.08
M	0.65	0.45	0.84	0.45	0.70	1.49	0.68
TOTAL P/TON.	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Anexo

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO FLORESTAL NO BRASIL

A nível mundial, os principais produtores florestais são Estados Unidos, União Soviética, China, Índia, Brasil, Canadá e Indonésia. Esses sete países, em conjunto, são responsáveis por 60% da produção mundial de madeira em toras e por 53% do consumo mundial de madeira para fins energéticos.

O Brasil se classifica em 5o lugar e sua atuação como produtor florestal mostrou um desenvolvimento acelerado a partir da década dos anos 40, face a' expansão agrícola e industrial do país.

A partir da década de 60, devido a' exploração intensiva das florestas dos estados do sul e sudeste e da crescente demanda de madeira tornou-se evidente a necessidade de realizar reflorestamentos com espécies produtivas de rápido crescimento como o eucalipto e o pinus.

Em 1966 o governo federal deu início a uma política de Incentivos Fiscais ao reflorestamento a qual vigorou entre 1967 e 1987 e foi responsável pelo plantio de 6,3 milhões de hectares de florestas, sendo 52% de eucalipto, 30% de pinus e 18% de outras espécies.

Em quadro de oferta e demanda de madeira no Brasil para 1988, e que segundo estudiosos não teria se modificado substancialmente para os dias atuais, mostra que a utilização de lenha representava 53% da demanda total, enquanto os demais usos significavam, como carvão vegetal 26%, como madeira serrada 13%, celulose/papel 6% e chapas e painéis de madeira 2%, tabela 1.

TABELA 1 - OFERTA E DEMANDA DE MADEIRA NO BRASIL - 1987/88

(1.000 m)

ITEM	EQUIVALENTE EM MADEIRA SÓLIDA	%
A) Demanda de Madeira Industrial		
Celulose (10 t)	14.740	6
Carvão Vegetal	68.700	26
Madeira Serrada	33.500	13
Painéis de Madeira	7.550	2
- Compensados	4.800	
- Chapas de fibra	750	
- Chapas de particulas	700	
Subtotal	124.490	47
B) Demanda de Lenha	**139.000**	**53**
Total	**263.490**	**100**
C) Oferta de Madeira de Reflorestamento		
Eucalipto	64.300	
Pinus	18.000	
Subtotal	82.300	31
D) Oferta de Madeira Nativa		
(diferença)	181.190	69

Fonte: Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS). A Sociedade Brasileira e seu Patrimônio Florestal - 1990.

Na oferta de madeira, os números são preocupantes pois apenas 82,3 milhões de metros cúbicos ou 31,3% da demanda total de 263,5 milhões de metros cúbicos foram madeiras provenientes de reflorestamentos. O restante, praticamente 70% da oferta, foi madeira de matas nativas.

A madeira nativa, no Brasil, é utilizada como lenha e para obtenção de carvão vegetal, dois segmentos que, em conjunto, representam 79% da demanda nacional de madeira.

Os consumidores de **lenha** são, geralmente, pequenas e médias empresas e moradias do interior do País, basicamente da zona rural. No caso do **carvão vegetal**, os consumidores são empresas industriais de maior porte: Aço, ferro-gusa, ferro-ligas, cimento e metais primários. Em 1988, 22% da madeira consumida por essas empresas foi proveniente de reflorestamentos enlanto que os 78% restantes derivaram de formações nativas.

O faturamento total do setor siderúrgico a carvão vegetal foi da ordem de US$ 3,4 bilhões, dos quais US$ 964 milhões provieram das exportações. O setor gerou 256 mil empregos, sendo 57 mil nas atividades de reflorestamento, 131 mil na produção

de carvão nas florestas e 68 mil nas atividades industriais, Tabela 2.

Por Decreto do governo federal de 1989, todos os segmentos industriais estão obrigados a aumentar a participação de madeira de reflorestamento no total de madeira consumida para, dessa forma, poderem atingir a autosuficiência em 1995 após prazo de 6 anos.

No caso da Indústria de **compensados**, conforme a Tabela 2, a produção alcança volume próximo de 1,4 milhões de metros cúbicos por ano, utilizando 2/3 de madeira de reflorestamento. Em 1988, a exportação de compensados gerou divisas de US$ 71 milhões.

A produção de **chapas de fibras** exclusivamente de eucalipto e' da ordem de 750 mil metros cúbicos, sendo 40% destinados ao mercado externo. Quanto às chapas de partículas de pinus e eucalipto, a produção e' de 660 mil metros cúbicos e consumida integralmente no mercado nacional.

No caso de **madeiras serradas**, a produção, em 1987, foi da ordem de 17 milhões de metros cúbicos. As exportações de madeiras tropicais foram nesse mesmo ano, de US$ 117 milhões.

Em 1989, o faturamento global de madeira processada foi de US$ 2,72 bilhões, com um consumo de madeira em toras de 27,8 milhões de metros cúbicos.

A produção de **lâminas de madeira** e' de 500 mil metros cúbicos por ano, dos quais 10% são exportados. Em 1989, o faturamento global deste setor foi de US$ 1,1 bilhão e o consumo de madeira em torno de 4,9 milhões de metros cúbicos.

TABELA 2 - DADOS DISPONÍVEIS DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS CONSUMIDORES DE MADEIRA NO BRASIL

SETOR	PAINEIS MAD. COMP.			PAINEIS FIBRA/PART.			CARVAO VEGETAL			MAD. SERRADA			LAMINADOS. MAD.			LENHA		
INDICADORES	ANO	UNID.	VALOR	ANO	UNID.	VALOR	ANO	UNID.	VALOR	ANO	UNID.	VALOR	ANO	UNID.	VALOR	ANO	UNID.	VALOR
Producao Anual	1990	milhoes m	1,35	1989	mil m chapas fibras	750				1987	milhoes m	17	1989	mil m	500	1987	milhoes m	167
Consumo Interno				1989	idem	450	1990	milhoes m	36,90				1989	idem	50			
Exportacoes	1988	milhoes m	2,36	1989	idem	300							1989	idem	450			
Producao Anual				1989	mil m chapas partic.	660												
Consumo Interno				1989	idem	660				1989	milhoes m /toras	27,8	1989	milhoes m madeira	4,9			
Exportacoes																		
Receita Exportacoes	1988	US$ milhoes	71				1990	US$ milhoes	964	1987	US$ milhoes	117						
Faturamento Setor							1990	US$ bilhoes	3,42	1989	US$ bilhoes	2,72	1989	US$ bilhoes	1,1			
Ocupacao Mao-de-Obra							1990	1000 empregos	255,93									
- Producao Florestal							1990	idem	57,44									
- Producao Industrial							1990	idem	67,77									
- Producao Carvao Florest.							1990	idem	130,72									

Fonte: Adaptado de: "A participação da Produção Florestal na Economia Brasileira".
Manuel de Freitas, Champion Papel e Celulose Ltda. Trabalho apresentado no 1991.

Além dos setores mencionados, a participação da **lenha** no consumo de energia primária e' importante. A quantidade de lenha oriunda de espécies florestais nativas e plantadas no Brasil em 1987, alcançou o volume de 167 milhões de metros cúbicos.

Esse número e' impressionante, quando se observa que naquele ano de 1987 esse volume representou 62% do total de madeira consumida no país para todos os fins.

Após um crescimento absoluto na produção energética primária da ordem de 36,4% entre os anos de 1971 a 1986, a lenha atingiu uma produção de 30,94 mil toneladas equivalente de petróleo e representou 21,6% da energia primária no Brasil.

O setor de **celulose e papel**, responsável por 6% da demanda nacional de madeira, utiliza pinus e eucalipto, provenientes de reflorestamentos próprios ou independentes.

Atualmente, o setor e' composto por 191 empresas que operam 236 unidades industriais, localizadas em 17 estados da federação e mantêm 1,3 milhão de hectares de reflorestamentos próprios. Em conjunto, essas empresas proporcionam quase 140 mil empregos diretos, sendo 53,3 mil na produção florestal e 86,2 mil nas atividades industriais, tabela 3.

A produção brasileira de papel em 1990, foi de 4,78 milhões de toneladas das quais 3,71 milhões foram vendidas no mercado interno e 1,070 milhão de toneladas exportadas.

A produção de celulose alcançou 3,96 milhões de toneladas das quais 1,08 milhão foram exportadas. A receita com exportação foi aproximadamente de US$ 1,3 bilhão.

TABELA 3 - PRINCIPAIS INDICADORES DO SETOR DE CELULOSE E PAPEL NO BRASIL

SETOR / INDICADORES	ANO	UNIDADES	VALORES REFERÊNCIA
Produção Anual Papel	1990	1.000t	4.780
- Vendas Mercado Interno	1990	1.000t	3.710
- Exportações	1990	1.000t	1.070
Produção Anual Celulose	1990	1.000t	3.960
- Vendas Mercado Interno	1990	1.000t	2.860
- Exportações	1990	1.000t	1.080
Receita Exportações	1990	US$ bilhões	1,3
Faturamento do Setor	1990	US$ bilhões	6,2
Participação PIB	1990	%	1,3
Impostos Diretos Gerados	1990	US$ bilhões	1,2
Reflorestamento			
- Ano 1989	1989	1.000 ha	120,0
- Período 1970/89		1.000 ha	1.300,0
Investimentos			
- Período 1989/96 - Previsão		US$ bilhões	9,70
- Construção Instalações Industriais			8,0
- Reflorestamento			0,8
- Sistemas Proteção Ambiental			0,9
Ocupação Mão-de-Obra	1989	1.000 empregos	139,53
- Produção Florestal	1989	1.000 empregos	53,28
- Produção Industrial	1989	1.000 empregos	86,25

Fonte: Adaptado de: Manuel de Freitas, Champion Papel e Celulose Ltda. **"A participação da Produção Florestal na Economia Brasileira"**. Trabalho apresentado no ano de 1991.

O faturamento do setor em 1990 foi de US$ 6,1 bilhões o que representou 1,3% do Produto Interno Bruto-PIB e gerou impostos diretos da ordem de US$ 1,2 bilhão.

Nos últimos anos, a taxa de crescimento médio anual da produção brasileira de celulose foi de 5% e a de papel, 4,9%.

O Brasil e' o oitavo colocado entre os maiores produtores mundiais de celulose enquanto ocupa o décimo lugar entre os maiores produtores de papel.

Quanto ao consumo de papel, o Brasil se classifica em 11o.lugar. Em 1989, o mercado interno absorveu 73% da produção nacional de celulose e 83% da produção de papel, deixando cerca de 20% para exportação. A evolução do consumo interno de papel, registrou nos últimos anos uma média anual de crescimento de 2,8%.

As exportações brasileiras de celulose e papel em 1989 atingiram a significativa cifra de US$ 1,7 bilhão. A participação do Brasil no mercado mundial de celulose de fibras curtas branqueadas foi de 37%, existindo estimativas de que em 1993 o país sera' responsável por 50% do fornecimento mundial desse produto.

Existem previsões de que a demanda por papel e celulose devera' crescer de 2 a 3% nos próximos 5 anos, com possibilidades de um ciclo de aquecimento do consumo a partir de 1992. No mercado interno no mesmo período, esta' previsto crescimento médio anual de 5%.

Para atender o mercado interno e expandir as exportações, o setor nacional de papel e celulose iniciou em 1987 a implementação de um segundo programa com o objetivo de duplicar a capacidade de produção da indústria nacional até 1996.

O total de investimentos previstos no período 1989/1996 e' de US$ 9,7 bilhões. Desse total, US$ 8 bilhões deverão ser investidos em instalações industriais, US$ 800 milhões na expansão da base florestal, plantando-se 420 mil hectares de novas florestas e remodelando 565 mil hectares de florestas existentes, e US$ 900 milhões em sistemas de proteção ambiental.

O aumento previsto na capacidade mundial de produção de papel entre 1986/96, de 47 milhões de toneladas, devera' ser inferior ao crescimento da demanda no mesmo período, previsto em 56 milhões de toneladas. Haveria então, um deficit de oferta estimado em 9 milhões de toneladas a partir de 1992.

Essas previsões, apontam boas oportunidades para os exportadores nacionais de celulose e papel, ja' que os novos projetos deveriam entrar em operação em fins de 1991 e meados de 1992.

Embora possam mencionar-se aspectos positivos para o desenvolvimento dos diversos setores consumidores de madeira no Brasil, não podem ignorar-se algumas barreiras que devem ser vencidas. Dentre elas, observa-se a imposição de uma política oficial de preços que se caracterizou pela inconstancia de critérios, a extinção dos incentivos fiscais para o reflorestamento, e aplicação do ICMS sobre as exportações de celulose.

Em termos gerais, as empresas vem tendo preocupações sérias com a continuidade de investimentos nos seus diversos setores, principalmente pelo processo recessivo a que foi submetida a economia.

Outrossim, deve relembrar se que o consumo de lenha demanda mais de 50% da oferta global de madeira no País e não ha' qualquer garantia maior de reposição das áreas devastadas, face aos tipos de consumidores. O Brasil devera' iniciar um processo mais incisivo e agressivo de reflorestamento para ter possibilidades de continuar a desenvolver os seus setores consumidores de madeira. Caso isso não ocorra, o futuro dessas atividades poderá ficar seriamente comprometido.

APÊNDICE
CAPÍTULO II

QUADRO A.1

BRASIL. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) POR ATIVIDADE ECONOMICA, 1985-1990
(Cr$ Milhoes)

ATIVIDADE	1985	1986	1987	1988	1989	1990
AGROPECUARIA	145.2	363.6	1,039.3	7,914.1	98,798.7	2,888,297.4
INDUSTRIA	570.2	1,471.8	4,763.8	34,146.6	494,883.4	10,928,445.1
Transformacao	424.6	1,074.5	3,318.1	24,217.6	342,464.6	7,430,356.9
SERVICIOS	702.4	1,671.0	6,164.4	47,973.6	841,131.8	18,065,332.6
PIB TOTAL a custo de fatores	1,258.3	3,259.1	10,383.1	77,869.4	1,154,356.1	28,280,785.7

FONTE: The World Bank, Report No. 7798-BR, 1990.

QUADRO A.2

BRASIL. PARTICIPACION SETORIAL NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), 1985-1990
(%)

ATIVIDADE	1985	1986	1987	1988	1989	1990
AGROPECUARIA	11.5	11.2	10.0	10.2	8.6	10.2
INDUSTRIA	45.3	45.2	45.9	43.9	42.9	38.6
Transformacao	33.7	33.0	32.0	31.1	29.7	26.3
SERVICIOS	55.8	51.3	59.4	61.6	72.9	63.9
PIB TOTAL a custo de fatores	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: The World Bank, Report No. 7798-BR, 1990.

NT está correto. Dados até 1986 no doc.

QUADRO A.3
BRASIL. PARTICIPACÃO REGIONAL NO PIB SETORIAL *
(%)

	AGRICULTURA	INDUSTRIA	SERVIÇOS
NORTE	4.9	3.0	2.8
NORDESTE	19.5	9.5	12.4
SUDESTE	34.7	69.0	62.9
SUL	29.5	16.2	15.1
CENTRO-OESTE	11.4	2.3	6.8
TOTAL PAIS	100.0	100.0	100.0

*1980
FONTE: The World Bank, Report No. 7798-BR, 1990.

QUADRO A.4

BRASIL, EMPREGO POR SETOR: 1950-1987

SETOR	1950	1960	1970	1980	1985	1987
AGRICULTURA	10,252,839	12,276,908	13,087,521	12,661,017	15,190,393	14,116,155
INDUSTRIA	2,427,364	2,939,842	5,295,427	10,772,462	11,783,978	13,674,775
Manufaturados	1,608,309	1,954,187	3,241,861	6,939,421	7,847,317	9,005,076
Construcao	584,644	781,247	1,719,714	3,171,046	3,097,386	3,813,384
Industria	234,411	204,408	333,852	661,995	839,275	856,315
SERVIOS	4,487,159	7,532,878	11,174,276	19,802,232	26,262,565	29,618,855
T O T A L	17,167,362	22,749,628	29,557,224	43,235,711	53,236,936	57,409,785

FONTE: THE WORLD BANK, "BRAZIL, AGRICULTURAL SECTOR REVIEW: POLICIES AND PROSPECTS", REPORT No.7798- BR, JULY 26, 1990.

QUADRO A.5

BRASIL, EMPREGO POR SETOR: 1950-1987

(%)

SETOR	1950	1960	1970	1980	1985	1987
AGRICULTURA	59.9	54.0	44.3	29.3	28.5	24.6
INDUSTRIA	14.2	12.9	17.9	24.9	22.1	23.8
Manufaturados	9.4	8.6	11.0	16.1	14.7	15.7
Construcao	3.4	3.4	5.8	7.3	5.8	6.6
Industria	1.4	0.9	1.1	1.5	1.6	1.5
SERVIOS	26.1					51.6
T O T A L	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: QUADRO A.5

QUADRO A.6
BRASIL. EMPREGO POR SETOR E POR REGIÃO * 1987
(000 pessoas)

	AGRICULTURA	INDUSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
NORTE	135	385	1,134	1,654
NORDESTE	5,973	2,693	6,549	15,215
SUDESTE	3,719	7,739	15,026	26,484
SUL	3,334	2,208	4,545	10,087
CENTRO-OESTE	955	649	2,365	3,969
TOTAL PAIS	14,116	13,674	29,619	57,409

* 1987
Fonte. The World Bank, Report No. 7798-BR, 1990, pp.108-109.

QUADRO A.7
BRASIL. EMPREGO POR SETOR E POR REGIÃO * 1987
(%)

	AGRICULTURA	INDUSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
NORTE	8.2	23.3	68.6	100.0
NORDESTE	39.3	17.7	43.0	100.0
SUDESTE	14.0	29.2	56.7	100.0
SUL	33.1	21.9	45.1	100.0
CENTRO-OESTE	24.1	16.4	59.6	100.0
TOTAL PAIS	24.6	23.8	51.6	100.0

* 1987
FONTE: QUADRO A.6

média anual

QUADRO A.8

BRASIL, INFLACAO: 1980-1991

PERIODO	INDICE GERAL DE PRECOS (IGP) (1)		INDICE DE PRECOS POR ATACADO (2)			
			AGRICOLAS (IPAA)		INDUSTRIAIS (IPAI)	
	Indice	Variacao (%)	Indice	Variacao (%)	Indice	Variacao (%)
1980	0.0003	100.2	0.0003		0.0003	
1981	0.0006	109.9	0.0007	133.3	0.0006	100.0
1982	0.0012	95.4	0.0011	57.1	0.0013	116.7
1983	0.0031	154.5	0.0038	245.5	0.0032	146.2
1984	0.0116	220.6	0.0137	260.5	0.0103	221.9
1985	0.0326	225.5	0.0461	236.5	0.0334	224.3
1986	0.0791	142.3	0.1285	178.7	0.0748	124.0
1987	0.26	224.8	0.36	180.2	0.23	207.5
1988	2.02	676.9	2.7	650.0	1.93	739.1
1989	28.62	1,316.8	33.54	1,142.2	27.48	1,323.8
1990	812.73	2,739.7	1,178.34	3,413.2	722.21	2,528.1
1991(*)	4,226.20	420.0	4,559.15	286.9	2,033.16	181.5

Notas:

(1) Disponibilidade Interna. Calculado pela Fundacao Getúlio Vargas, formado pela mdia ponderada dos Indices:
Indice de Precos por Atacado (60%),
Indice do Custo de Vida (30%) e
Indice de Custo da Construcao Civil na Cidade do Rio de Janeiro (10%).

(2) Oferta Global

(*) Estimada IPAA e IPAI:jan-jun.

Fonte. "Cojuntura Economica", Vol.45, No.7, jul.1991, Fundacao Getulio Vargas.

QUADRO A.9

BRASIL, SALARIOS REAIS INDUSTRIAL E RURAL *

	1985	1986	1987	1988	1989	1990
RURAL (1)						
PERMANENTE:	100.0	91.8	80.5	91.0	115.4	78.8
EVENTUAL:	100.0	115.4	95.8	83.3	109.6	
INDUSTRIAL:	100.0	112.5	105.4	106.3	100.0	81.2
RURAL/INDUSTRIAL	100.0	81.6	76.4	85.6	115.4	97.0

* INDICE:

(1) Indice normais corregido pelo indice geral de precos com base dez. 1989=100, com mudança de base posterior 1985=100.

FONTE: Anuario Estatistico do Brasil, IBGE.

QUADRO A.13

BALANÇO DE PAGAMENTOS, 1981-1990
(Milhões US$)

BALANÇO DE PAGAMENTOS	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990*
SALDO EM CONTA CORRENTE	-11761.0	-16312.0	-6837.0	42.0	-273.0	-5304.0	-1450.0	4159.0	1025.0	-2097.0
Balança Comercial	1166.0	778.0	6469.0	13066.0	12486.0	6304.0	11159.0	19168.0	16112.0	11027.0
Exportações de Mercadorias (FOB)	23276.0	20173.0	21899.0	27002.0	25634.0	22348.0	26210.0	33773.0	34375.0	31360.0
Importações de Mercadorias (FOB)	22091.0	19395.0	15429.0	13916.0	13198.0	14044.0	15052.0	14605.0	18263.0	20363.0
Balança de Serviços	-13135.0	-17082.0	-13414.0	-13215.0	-12894.0	-13865.0	-12878.0	-15103.0	-15331.0	-14063.0
Transferencia sem Contrapartida	198.0	-8.0	108.0	171.0	155.0	87.0	70.0	94.0	244.0	929.0
SALDO DA CONTA DE CAPITAIS	12791.0	11486.0	5532.0	4028.0	292.0	2006.0	4417.0	-1821.0	1495.0	3824.0
VARIAÇÕES DAS RESERVAS (-AUMENTO)	-622.0	5201.0	1891.0	-5369.0	511.0	3232.0	-2165.0	-1711.0	-1745.0	-1135.0
ERROS E OMISSÕES	-418.0	-375.0	-586.0	399.0	-530.0	66.0	-802.0	-627.0	-775.0	-802.0

FONTE: Progresso Socio-Economico na America Latina, Relatorio 1991 do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

QUADRO A.14
BRASIL, CRESCIMENTO DA OFERTA MONETARIA

PERIODO	MEIOS DE PAGAMENTO (M1) VARIAÇÃO (%) EM 12 MESES	INDICE GERAL PREÇOS (IGP)
1980 DEZ	70.2	110.2
1981 DEZ	87.2	95.2
1982 DEZ	81.7	99.7
1983 DEZ	97.4	211
1984 DEZ	201.9	223.8
1985 DEZ	304.3	235.1
1986 DEZ	306.7	65
1987 DEZ	127.5	415.8
1988 DEZ	570.3	1037.6
1989 DEZ	1,384.2	1782.9
1990 DEZ	2,335.7	1476.6
1991 JUN	264.6	341.2

FONTE: Conjuntura Economica/agosto de 1991.

QUADRO A.15

MOEDA E CREDITO, 1981-1990
(Como Percentagem do PIB)

MOEDA E CREDITO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990*
Credito Interno		40.2	39.7	34.2	31.7	31.5	30.2	27.4	24.3	21.1
Setor Publico		9.1	10.2	9.7	9.5	8.3	7.9	8.0	6.8	5.8
Setor privado	33.1	31.1	29.4	24.5	22.2	23.2	22.3	19.4	17.7	15.3
Oferta Monetaria (M1)	8.1	7.1	5.5	4.1	4.0	6.2	6.2	3.1	2.1	2.6

FONTE: Progresso Socio-Economico na America Latina, Relatorio 1991 do Banco Interamericano do Desenvolvimento.

QUADRO A.16

PREÇOS E SALARIOS, 1981-1990
(Taxas Media Anuais do Crescimento)

PREÇOS E SALARIOS	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990*
Preços ao Consumidor	105.6	98.0	142.0	196.6	226.9	145.2	229.7	682.3	1287.0	2968.0
Salario Real-4	-14.3	0.0	-10.0	-7.6	3.4	1.6	-25.1	0.1	7.0	-30.9

FONTE: Progresso Socio-Economico na America Latina, Relatorio 1991 do Banco Interamericano do Desenvolvimento.

QUADRO A.17

CREDITO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SALDOS EM (NCZ$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	PART. %	1988/87 %
TOTAL	55,838	255,642	329,718	100.0	29.0
Banco do Brasil	27,663	80,020	156,408	47.4	95.5
Operaçoes com Recursos de Fundos e programas de Financiamento	24,936	52,092	0.0	0.0	100.0
Outras Operaçoes	2,727	27,928	156,408	47.4	460.0
Bancos Comerciais	22,363	148,769	100,747	30.6	32.3
Emprestimos de Liquidez	424				
Operaçoes com Recursos de Fundos e programas de Financiamento	9,813	105,023	80,995	24.6	22.9
Outras Operaçoes	12,126	43,746	19,752	6.0	54.8
Bancos de Desenvolvimento	1,946	7,786	4,345	1.3	44.2
Operaçoes com Recursos de Fundos e programas de Financiamento	1,492	6,885	604	0.2	91.2
Outras Operaçoes	454	901	3,741	1.1	315.2
Banco de Investimento	1,639	4,325	2,465	0.7	43.0
Operaçoes com Recursos de Fundos e programas de Financiamento	1,400	3,425	2,117	0.6	38.2
Outras Operaçoes	239	900	348	0.1	61.3
Sociedades de Credito, Financiamento e Investimento	92	1,610	3,633	1.1	125.7
Operaçoes com Recursos de Fundos e programas de Financiamento	62	695	1,311	0.4	88.6
Outras Operaçoes	30	915	2,322	0.7	153.8
Outras Instituiçoes financeiras 1/	2,135	13,132	62,120	18.8	373.0
Operaçoes com Recursos de Fundos e programas de Financiamento	217	8,450	7,373	2.2	12.7
Outras Operaçoes	1,918	4,682	54,747	16.6	1069.3

1/Caixas economicas, sociedades corretoras, distribuidoras e cooperativas de credito.

QUADRO A.18

EMPRESTIMO DO SISTEMA FINANCEIRO DISTRIBUIÇÃO SETORIAL (%)

DISCRIMINAÇÃO	AO SETOR PRIVADO			AO SETOR PUBLICO			TOTAL POR ATIVIDADE SETOR PRIVADO+PUBLICO		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988	1986	1987	1988
1. INDUSTRIA	21.5	25.9	26.1	31.2	31.9	22.8	23.7	27.6	25.0
2. COMERCIO	12.5	7.6	6.2	0.1	0.1	0.1	9.6	5.5	4.2
3. SERVIÇO	1.4	1.1	0.9	42.6	43.2	54.8	11.1	13.1	18.3
4. ATIVIDADES RURAIS	13.8	1.2	13.4	1.8	2.7	4.0	10.9	9.3	10.4
5. PESSOAS FISICAS	6.9	4.7	3.7	0.0	0.0	0.0	5.3	3.4	2.5
6. HABITACIONAIS	28.0	34.1	33.5	1.9	1.0	0.6	21.9	24.6	22.9
7. OUTRAS ATIVIDADES	12.9	11.4	13.4	22.6	21.1	17.7	15.2	14.1	14.8
8. NÃO IDENTIFICADOS	3.0	3.2	2.7	0.0	0.0	0.0	2.3	2.3	1.9
9. TOTAL DO ANO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: DAICEN.

ANO ?

QUADRO A.19

DIVIDA EXTERNA REGISTRADA POR TAXAS DE JUROS E CREDORES

DISCRIMINAÇÃO	BANCOS COMERCIAIS		AGENCIAS GOVERNAMENTAIS		ORGANISMOS 1/		INSTITUIÇÕES NÃO FINAMCEIRAS 2/		TOTAL	
	US$ milhoes	part. perc.	US$ milhoes	part. perc.	US$ milhoes	part. perc.	US$ milhoes	part. perc.	US$ milhoes	part. perc.
TOTAL	58903	100	13586	100	14158	100	11084	100	97731	100
Taxas Flutuantes	54150	91.9	4817	35.5	6899	48.7	6577	59.3	72443	74.1
Libor	48358	82.1	1451	10.7	505	3.6	5421	48.9	55735	57
Prime NY	678	1.1	0	0	0	0	44	0.4	722	0.7
Prime, outras	976	1.7	339	2.5	0	0	767	6.9	2082	2.1
Certif. de Dep. NY	2114	3.6	0	0	0	0	194	1.7	2308	2.4
Outras	2024	3.4	3027	22.3	6394	45.1	151	1.4	11596	11.9
Taxas Fixas	4753	8.1	8769	64.5	7259	51.3	4507	40.7	25288	25.9

1/ Inclui FMI.

2/ Creditos intercompanhias, suppliers' credits, bonus e outros.

QUADRO A.20

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO
(US$ milhoes)

DISCRIMINAÇÃO	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Divida Registrada (A)	43511	49904	53847	61411	70197	81319	91091
Divida nao Registrada (D)	8676	5899	10397	12552	15106	12237	10948
Divida Liquida (C)=(A-B)	31616	40215	46934	53904	66203	76756	79096
Divida Total (E)=(A+D)	52187	55803	64244	73963	85303	93556	102039
Serviço da Divida	8616	11685	14115	17800	20630	12615	13070
Amortizaçao 1/	5272	6337	6658	7495	8079	2612	2135
Juros Brutos	3344	5348	7457	10305	12551	10003	10935
Reservas Internacionais (B)	11695	9689	6913	7507	3994	4563	11995
Serviço da Divida/PIB (%)	8	9	9	10	11	7	7
PIB 2/	109756	130466	161702	170509	181996	181434	199456
Divida Total/PIB (%)	48	43	40	43	47	52	51

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO
(US$ milhoes)

DISCRIMINAÇÃO	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Divida Registrada (A)	95857	101759	107514	102555	99285	97469 5/
Divida nao Registrada (D)	9268	9286	13660	10914	15811	24483
Divida Liquida (C)=(A-B)	84249	94999	100056	93415	89606	87496
Divida Total (E)=(A+D)	105125	111045	121174	113469	115096	121952
Serviço da Divida	12793	13762	9762	19377	12819	8284
Amortizaçao 1/	2275	3700	4219	5541 4/	5582 3/	4465 3/
Juros Brutos	10518	10062	5543 3/	13836	7237 3/	3819 3/
Reservas Internacionais (B)	11608	6760	7458	9140	9679	9973
Serviço da Divida/PIB (%)	6	6	4	7	4	3
PIB 2/	223167	244463	262381	272865	295114	296742
Divida Total/PIB (%)	47	45	46	42	39	41

1/ Exclui pagamentos em moeda nacional. Nao estao consideradas as amortizaçoes refinanciadas, a partir de 1983.
2/ PIB no ano base 1985=100, convertido pela taxa media de cambio. Consideram-se as taxas de crescimento real do PIB e a inflaçao nos Estados Unidos.
3/ Exclui pagamentos em atraso.
4/ Nao inclui pagamento de bridge loan no valor de US$ 955 milhoes
5/ Estimativa.
FONTE: Relatorio Anual do Banco Central do Brasil de 1990.

QUADRO A.21
MOVIMENTOS DE CAPITAIS
(US$ milhoes)

ITENS	1989			1990		
	Ingresso	Saida	Saldo	Ingresso	Saida	Saldo
TOTAL	35515	39694	-4179	8342	13032	-4690
Investimentos	1412	1287	125	1036	968	68
Brasileiros	3	556	-553	1	670	-669
Estrangeiros	1409	731	678	1035	298	737
Emprestimos e Financiamentos a Medio e a Longo Prazo	31677	34386	-2709	4579	7780	-3201
Brasileiros	253	401	-148	365	237	148
Estrangeiros	31424	33985	-2561	4194	7543	-3349
Organismos Internacionais	1183	1348	-165	1172	1569	-397
Agencia Governamentais 1/	1491	1369	122	732	2662	-1930
Creditos de Fornecedores e Compradores 1/	1114	2081	-967	1431	1966	-535
Bonus		334	-334		178	-178
Emprestimos em Moeda 1/	27636	28842	-1206	859	1161	-302
Demais		11	-11		7	-7
Capitais a Curto Prazo	1045	2709	-1664	1980	3801	-1821
Outros Capitais	1381	1312	69	747	483	264

1/Inclui refinanciamentos.

APÊNDICE

CAPÍTULO IV

QUADRO A.4.1.1

AREA SEMBRADA (ha) PRODIÇÃO DE SEMILLAS (t) UTILIZAÇÃO (t)
AREA SEMBRADA SEMILLAS SEM ORIGEM CERTO

	AREA SEMBRADA	AREA SEMB. COM SEMENTE SEM ORIGEM CERTO	PROD.SEMENTE 88/89	UTIL. SEMENTE 89/90	KG/SEM x ha UTILIZADO	% AREA UTIL. COM SEMEN
TRIGO	3186000	110800	642000	672700	210	96
MILHO	9361800	2919000	172000	121000	19	69
SOJA	11471000	3415000	1190000	787000	98	71
ALGOÃO	1245000	176000	44862	30867	28	86
ARROZ	2636000	1216000	220000	127000	89	54

FONTE: Anuario Abrasem 1991 com eleboraçao propria;
Abrasem (Asociaçao Brasileira de Semente)
e ajuda de 10 asociçõee de 10 estados
(sul, sudeste, centro sul e oeste)

UTILIZAÇÃO DE SEMENTE NA ARGENTINA

	ORIGINAL	FISCALIZADA	CERTIFICADA	PROPRIA PRODUÇÃO	SEM IDENTIFICAR
TRIGO	3	20	23	54 (2)	
MILHO	85 (1)			10	5
SOJA	10	10	40	40	
ALGOÃO	2	15	30	53 (3)	
ARROZ	95			5	

NOTAS: (1) Hibridos
(2) Todas semente de propria produçao
(3) Dietintas formas de entrega de semente na parte de desmotadoras.

FONTE: Fidel Brasera 1991.

QUADRO A.4.1.2

BRASIL. TARIFAS DE IMPORTACAO DE PRINCIPAIS INSUMOS DO SETOR AGROPECUARIO

ESPECIFICACAO	ALIQUOTA (%)					
	1981	1988	1991	1992	1993	1994
FERTILIZANTES	30	20				
Materias-primas						
Amonia			0	0	0	0
Rocha Fosfática			5	5	5	5
Acido Fosfórico			10	10	10	10
Acido Sulfúrico			0	0	0	0
Enxodre			0	0	0	0
Produtos intermediários			0, 10 e 15			0-10
Produto Formulado			15	15	15	15
DEFENSIVOS	37	50				
Produto técnico (ingrediente ativo)			0, 20, 35 e 60			0-20
Produto Formulado						
Inseticida	37	50	20	20	15	10
Fungicida	37	37	20	20	15	10
Herbicida	37	50	20	20	15	10
MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	45	45				
Tratores			40	35	30	20
Colheitadeiras			25	20	15	10
Implementos			25			

Fonte. 1. Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, Ministerio da Agricultura e Reforma Agrária.
2. Tarifa Aduaneira Brasileira.

QUADRO A.4.1.3

ANALISES COMPARATIVO DE CUSTO (1) DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO BRASIL E ARGENTINA

ITENS DE CUSTO		MILHO PARTICIPAÇÃO S/CUSTO TOTAL			TRIGO PARTICIPAÇÃO S/CUSTO TOTAL		ARROZ PARTICIPAÇÃO S/CUSTO TOTAL		ALGODÃO PARTICIPAÇÃO S/CUSTO TOTAL		LEITE PARTICIPAÇÃO S/CUSTO TOTAL	
	UNID.	URUGUAI	BRASIL (4)	ARGENTINA (5)	BRASIL (6)	ARGENTINA (7)	BRASIL (8)	ARGENTINA (9)	BRASIL (10)	ARGENTINA (11)	BRASIL (12)	ARGENTINA (13)
MÃO DE OBRA	d/h	11 2	11 7	4 0	2 7	4 2	4 8	18 4	32 9	40 8	31 0	31 5 (17)
INSUMOS									41 0	24 4	45 4	37 5
Semente	kg	13 5	8 1	22 0	8 5	13 8	10 3	9 5				
Fertilizantes	tm	15 3	22 9	1 8	29 4		8 2	2 9				
Inseticida	l	8 8			19 1	12 7	11 2					
Herbacida	l	8 9										
Energia	kw/L										1 1 *	2 4 **
Outros												
MAQUINAS (2)		44 6	23 5	35 3	17 9	31 4	34 8	46 8	16 1	8 5	8 4	5 6
DESPESAS POR COLHEITA		20 2										
Proagro		29 2	2 5		4 2		1 9					
Secagem	tm		8 8	8 0	2 3	7 0	8 0	5 1				
Transporte curto	tm	2 1	3 9	4 5	2 0		2 6					
CUSTO FINANCEIRO		2 6	2 7	1 9	4 6	1 7	2 8	1 9	3 6	14 8	0 1	1 9
DEPRECIAÇÃO MAQ.		8 2	7 9	7 3	6 2	7 6	10 1	12 4	6 4	11 4	13 2	13 6
OUTROS (3)		4 2	8 6	17 4	8 1	21 4	5 4	3 1			2 0	7 5
		100 0	100 0	100 0	100 0	100 0	100 0	100 0	100 0	100 0	100 0	100 0
CUSTO TOTAL DA PRODUÇÃO (US$)	tm	74 1	108 2	86 1	183 0	84 8	188 9	188 6	486 4	474 2	/LI 0 2925	/LI 0 0939

CUSTO DE COMERCIALIZAÇÃO US$/Tm	MILHO BRASIL	MILHO ARGENTINA	TRIGO BRASIL	TRIGO ARGENTINA	ARROZ BRASIL	ARROZ ARGENTINA	ALGODÃO BRASIL	ALGODÃO ARGENTINA
Imposto	3 5	7 8 (18)	3 5	7 0	3 5	1 7	3 5	3 1
Transporte	20 4 (14)	11 1 (15)	20 9 (14)	11 4 (15)	20 4 (14)	11 1 (15)	20 4 (14)	20 3 (15)
Corregem e								
Pesquisa	3 2	2 0	5 5	2 3	5 7	5 0	14 6	14 2
Acondecionamento	2 2	12 0	6 9	6 0	4 2	6 0		
TOTAL	29 3	32 9	36 3	28 7	33 8	23 8	38 5	37 6

NOTAS: (1) Inclui o desembolsos diretos, mais o custo financeiro oficial e privado sobre 100% do requerimento e a depreciação de maquinaria

(2) Inclui manutenção,combustiveis e lubrificantes.

(3) Inclui seguros patente,taxas,ect

(4) Produtividade Brasil 2 420 kg/ha

(5) Produtividade Argentina 4 000 kg/ha

(6) Produtividade Brasil 1 980 kg/ha

(7) Produtividade Argentina 2 000 kg/ha

(8) Produtividade Brasil 4 700 kg/ha Regiao Centro-Sul, Irrigado sistema Diesel

(9) Produtividade Argentina 3 000 kg/ha. obs

(10) Produtividade Brasil 2 175 kg/ha

(11) Produtividade Argentina 1 200 kg/ha

(12) Produtividade Brasil 900 l/ha

(13) Produtividade Argentina 2 873 l/ha

(14) Frete sobre 400 km Distancia media (nao inclui ICMS)

(15) Frete sobre 250 km Distancia media (inclui IVA)

(18) 7,5 % sobre preço vagao dorsena do porto

(17) 20 % do Peso Maneiro mais salario tratorista

* Energia Eletrica

** Diesel - Grupo Eletrogeno

FONTE: CONAB, Secretaria de Agricultura Agraria, Peoca de Argentina Secretaria de Agricultu do Estado Santa Catarina ARROVE

Arq:Analicom.wk1

QUADRO A.4.1.4

MERCOSUL: PRODUTIVIDADE PARA ALGUNS PRODUTOS SELECIONADOS, TRIENOS 1987/89 E TAXAS DE CRESCIMENTO ENTRE MEDIA DOS TRIENOS 1987/89 E 1980/82.

PAISES	MILHO		TRIGO		SOJA	
	PRODUTIVIDADE kg/ha 1989	TAXA CRESCIMENTO 1987/89 (%) 1980/82	PRODUTIVIDADE kg/ha 1989	TAXA CRESCIMENTO 1987/89 (%) 1980/82	PRODUTIVIDADE kg/ha 1989	TAXA CRESCIMENTO 1987/89 (%) 1980/82
Argentina	3256	3.93	1824	9.48	1953	0.67
Brasil	1975	10.89	1663	87.49	1848	9.61
Paraguai	1862	19.82	1780	59.21	1829	20.33
Uruguai	1335	24.53	2066	48.21	1782	32.59

PAISES	AÇUCAR		TABACO		ALGOÃO	
	PRODUTIVIDADE kg/ha 1989	TAXA CRESCIMENTO 1987/89 (%) 1980/82	PRODUTIVIDADE kg/ha 1989	TAXA CRESCIMENTO 1987/89 (%) 1980/82	PRODUTIVIDADE kg/ha 1989	TAXA CRESCIMENTO 1987/89 (%) 1980/82
Argentina	48571	-3.74	1402	21.81	1364	32.68
Brasil	62349	9.87	1485	16.2	901	82.76
Paraguai			1801	22.52	1107	-0.54
Uruguai	51885	12.73				

Arq:Mertacre.wk1

QUADRO A.4.1.5

INDUSTRIA DOS TRANSFORMAÇÃO: CAPACIDADE INSTALADA OCUPADA

DISCRIMINAÇÃO	1988	1989	1990	1991
Industria de transformaçao	79	81	74	73
Bens de consumo	76	78	74	75
Bens de capital	72	76	66	65
Material de construçao	75	74	68	66
Bens de consumo intermediario	86	86	80	79
Produtos de minerais nao-metalicos	80	76	68	67
Metalurgica	85	86	76	75
Mecanica	74	76	68	63
Material eletrico e de comunicaçao	75	74	70	69
Material de transporte	75	77	68	75
Madeira	78	83	76	73
Mobiliario	71	74	62	68
Celulose,papel e papelao	88	89	85	86
Borracha	88	84	79	80
Couros e peles	76	74	70	73
Quimica	86	87	82	81
Produtos farmaceuticos e veterinarios	82	81	79	76
Perfum,sabões,deterg.,glicerina e velas	80	77	75	72
Produtos de materias plasticas	70	77	72	63
Textil	87	89	85	77
Vestuario,calçados e artef. de tecidos	83	85	74	71
Calçados	86	88	74	70
Produtos alimentares	71	73	74	76
Bebidas	81	86	75	84
Fumo	93	77	86	90
Editorial e grafica	73	81	74	80
diversas	81	86	71	64

FONTE: Sondagem Conjuntural - CET/IBRE/FGV.

Arq:Indtrans.wk1

QUADRO A.4.1.6

MERCOSUL
TAXAS DE CAMBIO NOMINAIS

MES/ANO	ARGENTINA austral A/US$	BRASIL cruzeiro Cr$/US$	PARAGUAI guarani G/US$	URUGUAI novo peso NUr$/US$
1988 - Dez.	13.40	0.67	550.00	444.95
1989 - Dez.	1,035.07	9.21	1,211.40	787.10
1990 - Jan.	1,678.45	14.31	1,262.20	833.33
Fev.	3,364.92	23.54	1,263.30	881.33
Mar.	4,829.80	37.01	1,220.60	935.14
Abr.	4,937.23	47.30	1,232.50	1,013.87
Maio	4,991.81	51.94	1,247.40	1,086.84
Jun.	5,280.47	56.99	1,224.30	1,148.40
Jul.	5,316.08	66.13	1,190.55	1,202.74
Ago.	6,051.83	71.58	1,194.70	1,250.20
Set.	5,838.83	75.12	1,206.98	1,303.40
Out.	5,574.54	94.42	1,196.70	1,357.33
Nov.	5,252.64	122.46	1,213.28	1,454.14
Dez.	5,132.87	153.97	1,258.58	1,541.02
1991 - Jan.	6,544.60	192.42	1,315.85	1,622.15
Fev.	9,337.74	221.02	1,329.38	1,622.15
Mar.	9,472.26	229.60	1,305.14	1,753.39
Abr.	9,750.70	251.74	1,321.97	1,832.65
Maio	9,839.81	272.61	1,321.92	1,885.18
Jun.	9,921.38	297.49	1,317.60	1,948.39
Jul.	9,921.09	328.58	1,314.18	2,022.03

FONTE: Conjutiva Economica, Set 1991.

Arq:Tacamer.wk1

QUADRO A.4.1.7

MERCOSUL
TAXAS DE CAMBIO REAIS

MES/ANO	ARGENTINA austral A/US$	BRASIL cruzeiro Cr$/US$	PARAGUAI guarani G/US$	URUGUAI novo peso NUr$/US$
1988 - Dez.	84.27	201.70	68.84	117.72
1989 - Dez.	123.81	135.44	112.75	105.19
1990 - Jan.	110.89	123.83	112.32	104.87
Fev.	136.89	116.48	107.56	103.24
Mar.	100.00	100.00	100.00	100.00
Abr.	91.57	111.25	97.25	101.12
Maio	81.34	113.61	95.73	102.45
Jun.	75.17	111.09	90.41	98.28
Jul.	68.04	114.01	85.33	97.08
Ago.	66.57	108.48	81.96	91.75
Set.	55.07	99.42	79.28	82.81
Out.	48.57	108.48	74.57	80.49
Nov.	43.62	119.97	74.65	81.65
Dez.	40.63	126.23	76.31	81.81
1991 - Jan.	47.91	129.91	78.60	79.99
Fev.	53.72	123.89	77.82	80.74
Mar.	48.84	115.24	75.09	79.48
Abr.	47.51	119.97	75.08	80.02
Maio	46.50	121.41	74.11	75.50
Jun.	45.38	120.76	73.57	74.67
Jul.	44.14	119.38	73.23	73.66

NOTAS:
Deflacionado pelos indices de preços
ao consumidor de cada pais - Brasil (INPC).
FONTE: Conjutiva Economica, Set 1991.

Arq:Tacamer.wk1

QUADRO A.4.1.8

MERCOSUL
INDICES DE TAXA CAMBIO REAL - MARÇO 90=100

MES/ANO	Cr$/A	Cr$/G	Cr$/NUr$	A/G	A/NUr$	G/NUr$
1988 - Dez.	239.32	293.03	171.33	122.42	71.59	58.48
1989 - Dez.	109.4	120.14	128.76	109.81	117.71	107.19
1990 - Jan.	111.66	110.25	118.07	98.73	105.74	107.1
Fev.	85.09	108.3	112.82	127.27	132.59	104.18
Mar.	100	100	100	100	100	100
Abr.	121.48	114.39	110.01	94.16	90.56	96.17
Maio	139.66	118.67	110.89	84.97	79.4	93.44
Jun.	147.78	122.87	113.04	83.14	76.49	92
Jul.	167.59	133.61	117.44	79.73	70.08	87.9
Ago.	163.79	132.95	118.76	81.22	72.55	89.33
Set.	180.52	125.4	120.05	69.47	66.5	95.73
Out.	223.33	145.47	134.77	65.14	60.35	92.64
Nov.	275	160.76	146.94	58.43	53.43	91.44
Dez.	310.66	165.42	154.3	53.25	49.67	93.28
1991 - Jan.	271.13	165.28	162.41	60.96	59.9	98.27
Fev.	230.62	159.2	153.45	69.03	66.54	96.38
Mar.	235.98	153.48	145	65.04	61.45	94.47
Abr.	252.52	159.79	149.92	63.28	59.37	93.82
Maio	261.12	163.83	160.81	62.74	61.58	98.16
Jun.	267.94	164.14	161.72	61.68	60.77	98.52
Jul.	272.32	163.01	162.08	60.28	59.93	99.43

FONTE: Conjutiva Economica, Set 1991.

Arq:Tacamer.wk1

QUADRO A.4.1.9

COMERCIO DO BRASIL COM OS PAISES DO MERCOSUL - 1988-1991
(EM US$ milhões)

ANO meses	EXPORTAÇÃO	PART. ARG. %	IMPORTAÇÃO	PART. ARG. %	SALDO
1980	1801.60	61.00	1142.20	65.00	639.40
1981	1703.00	52.00	1032.00	52.00	671.00
1982	1112.10	58.00	919.60	60.00	192.50
1983	999.40	66.00	548.60	60.00	450.80
1984	1602.40	53.00	704.40	74.00	898.00
1985	990.30	55.00	711.10	61.00	279.20
1986	1177.10	58.00	1234.30	65.00	(-57.2)
1987	1167.50	64.00	928.00	68.00	239.50
1988	1637.10	60.00	1138.39	76.00	498.71
1989	1364.98	53.00	2193.87	69.00	(828.89)
1990	1312.77	54.00	2326.74	63.00	(1013.98)
1991	925.00	54.00	900.00	66.00	25.00

FONTE: Banco Central do Brasil - Depec/Dibap e Decex-Ctic.

Arq:Comerco1.wk1

QUADRO A.4.1.10

COMERCIO DO BRASIL COM OS PAISES DO MERCOSUL - 1988-1991
(EM US$ milhões)

ANO meses	EXPORTAÇÃO Mensal (miles c u$s)	IMPORTAÇÃO	SALDO
1988	1637.10	1138.39	498.71
1989	1364.98	2193.87	-828.89
1990	1312.77	2326.74	-1013.98
Jan.	90.34	160.45	-70.11
Fev.	64.61	96.27	-31.66
Mar.	97.96	202.77	-104.81
Abr.	93.04	131.08	-38.05
Maio	108.74	178.16	-69.43
Jun.	97.43	201.87	-104.45
Jul.	96.82	229.02	-132.20
Ago.	116.11	231.01	-114.91
Set.	107.70	259.75	-152.05
Out.	138.17	268.79	-130.62
Nov.	137.28	128.76	8.52
Dez.	164.59	238.80	-74.22
1991	925.00	900.00	25.00
Jan.	180.40	88.60	91.80
Fev.	115.00	124.51	-9.51
Mar.	117.40	149.74	-32.34
Abr.	176.19	189.22	-13.03
Maio	121.97	167.93	-45.96
Jun.	214.05	180.00	34.05

FONTE: Banco Central do Brasil - Depec/Dibap e Decex-Ctic.

Arq:Comerco.wk1

QUADRO A.4.1.11

BRASIL E ARGENTINA
INTERCAMBIO COMERCIAL PRIMEIROS DEZ SETORES PRODUTIVOS
Primeiro semestre de 1991

EXPORTAÇÖES ARGENTINAS	Milhões de dolares
1) Moagens (esenc. trigo)	118.0
2) Cereais	60.6
3) Legumes e hortaliza	58.5
4) Maquinas e apararelhos mecanicos	57.4
5) Frutas comestiveis	54.7
6) Peles e couros	45.8
7) Veiculos, autos e autopartes	29.8
8) Pescados, crustaços e moluscos	29.5
9) Produtos quimicos organicos	26.1
10) Produtos lanteos	24.7
EXPORTAÇÖES BRASILEIRAS	
1) Veiculos, autos e autopartes	65.9
2) Maquinas e aparelhos mecanicos	65.6
3) Fundiçao de ferro e aço	49.5
4) Minerais metalurgicos	48.7
5) Produtos quimicos organicos	40.5
6) Materias plastico e resinas	33.1
7) Papel, cartões, e suas manufaturas	30.8
8) Maquinas e aparelhos eletricos	28.1
9) Borracha natural e manufaturas	15.5
10) Cacau	15.0

FONTE: DGEI(SIC) com base em INDEC

Arq:Merco2.wk1

APÊNDICE
CAPÍTULO VI

QUADRO A.6.1.1

RELACAO PRECO MINIMO / PRECOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

PRODUTOS - ESTADOS - UNID.	1.986			1.987			1.988		
	PRECO MINIMO	PRECOS RECEBIDOS P/PRODUTORES	PM/PRP VAR.(%)	PRECO MINIMO	PRECOS RECEBIDOS P/PRODUTORES	PM/PRP VAR.(%)	PRECO MINIMO	PRECOS RECEBIDOS P/PRODUTORES	PM/PRP VAR.(%)
.ARROZ IRRIGADO RS - 50KG	7,190.42	7,366.03	(2.38)	4,499.41	4,761.25	(5.50)	3,828.91	5,357.20	(28.53)
.ALGODAO CAROCO PR - 15KG	3,976.79	4,532.01	(12.25)	2,087.73	3,460.03	(39.66)	2,211.29	3,619.96	(38.91)
.FEIJAO CORES SP - 60KG	17,351.62	22,536.01	(23.00)	12,256.54	18,984.86	(35.44)	12,503.96	17,019.21	(26.53)
.MILHO PR - 60KG	4,379.31	4,869.64	(10.07)	2,910.52	3,100.00	(6.11)	2,611.99	3,818.53	(31.60)
.SOJA GRAO RS - 60KG	6,927.02	7,635.64	(9.28)	3,729.38	7,040.24	(47.03)	3,395.98	8,578.16	(60.41)
.TRIGO RS - T	194,816.92	193,872.27	0.49	124,108.61	115,489.09	7.46	99,435.20	92,604.35	7.38

PRODUTOS - ESTADOS - UNID.	1.989			1.990			1.991		
	PRECO MINIMO	PRECOS RECEBIDOS P/PRODUTORES	PM/PRP VAR.(%)	PRECO MINIMO	PRECOS RECEBIDOS P/PRODUTORES	PM/PRP VAR.(%)	PRECO MINIMO	PRECOS RECEBIDOS P/PRODUTORES	PM/PRP VAR.(%)
.ARROZ IRRIGADO RS - 50KG	3,663.90	4,691.16	(21.90)	2,485.58	4,656.75	(46.62)	3,117.42	6,570.09	(52.55)
.ALGODAO CAROCO PR - 15KG	2,010.45	3,451.70	(41.75)	1,314.10	2,395.42	(45.14)	1,731.77	2,619.24	(33.88)
.FEIJAO CORES SP - 60KG	11,264.78	20,810.97	(45.87)	9,587.14	13,401.91	(28.46)	10,038.54	15,934.76	(37.00)
.MILHO PR - 60KG	2,619.22	3,444.16	(23.95)	1,624.40	2,856.29	(43.13)	2,068.48	2,991.01	(30.84)
.SOJA GRAO RS - 60KG	3,061.33	5,941.55	(48.48)	1,945.19	3,750.53	(48.14)	2,464.03	4,616.74	(46.63)
.TRIGO RS - T	105,841.95	69,296.19	52.74	52,546.56	49,519.07	6.11	53,290.63	50,220.71	6.11

(*) Valores Constantes a preco de setembro/91 (indice IGP-DI)
Fonte: CONAB

Arquivo: SUBSIDIO2.WK1

QUADRO A.6.1.2

MARGEM DE RENUMERAÇÃO DOS PREÇOS MINIMOS EM RELAÇÃO AOS CUSTOS OPERACIONAIS, PRINCIPAIS LAVOURAS, BRASIL, 1979/80 A 1987/88

EM %

PRODUTOS	MARGEM DE RENUMERAÇÃO					
	1979/80	1980/81	1982/83	1985/86	1986/87	1987/88
Algodao	10.5	41.4	49.4	50.6	16.6	50.0
Soja	128.7	79.3	27.8	81.3	34.4	20.0
Milho	17.5	55.2	43.0	81.6	67.5	30.8
Arroz Sequeiro	62.2	28.6	39.6	7.9	19.7	12.7
Mamona	-1.7	5.0	14.5			
Mandioca	8.9	85.6	219.8			75.4
Sorgo	-21.0	23.3	29.8			
Feijao Aguas	5.0	52.7	34.8	41.7	30.7	12.4
Amendoim Aguas	0.6	-1.3	-1.6	21.2	-2.4	-15.4

FONTE: Instituto de Economia Agricola (IEA) - Prognosticos 1980/81, 1982/83, 1985/86, 1986/87, 1987/88 e Prognosticos Agricola 1988/89.

Arq:Renumer.wk1

QUADRO A.6.1.3

EVOLUÇÃO DOS INDICES DE PREÇOS REAIS DE INSUMOS AGRICOLAS NO BRASIL, 1977/90 (1977 = 100)

ANOS	MAQUINAS AGRICOLAS	FERTILIZANTES	DEFENSIVOS	COMBUSTIVEIS
1977	100	100	100	100
1978	103	94	101	96
1979	94	99	98	104
1980	83	121	116	135
1981	107	115	108	142
1982	117	112	103	134
1983	104	105	108	148
1984	96	111	114	148
1985	93	109	110	129
1986	83	82	97	111
1987	93	64	54	121
1988	125	60	43	101
1989	134	54	62	84
1990	144	56	53	83

FONTE: FGV - Conjuntura Economica e IEA Instituto de Economia Agricola, deflator, IGV-DI.

Arq:Evoinre.wk1

QUADRO A.6.1.4

EVOLUÇÃO PRECO MINIMO REAL
Cr$/Kg de 1989

PERIODO / PRODUTO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Feijão Preto Centro/Sul	5.33	6.71	6.57	5.58	5.79	6.72	6.11	4.32	4.4	3.97	3.38	3.54
Milho Sul e São Paulo	0.98	1.21	1.36	1.11	1.04	1.48	1.56	1.04	0.93	0.93	0.58	0.74
Soja Grão Centro/Sul	2.3	1.74	1.76	1.43	1.23	2.27	2.47	1.33	1.21	1.09	0.69	0.86
Trigo Brasil	3.42	3.83	3.65	3.56	3.77	4.36	4.12	2.62	2.1	1.6	1.11	1.13
Arroz Casca - Irrigado Brasil	2.77	2.49	2.67	2.16	2.26	2.94	3.07	1.92	1.64	1.58	1.06	1.33
Alg. Pluma - Produtor Centro/Sul	13.72	14.52	16.43	13.6	15.43	17.6	16.74	10.65	10.76	9.35	6.34	8.48

(1) SET 91
TRIGO AGO 91
Deflactador pm IGP Dez 89 = 100

FONTE: CFP

QUADRO A.6.1.5

PRECOS PAGOS PELOS AGRICULTORES (IPP)
****

ESPECIFICACAO	PERIODO									
	JUN 1986	1987	1988	1989	1990	1991				
						JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
NORDESTE	100	271	1607	22871	677846	1698649	2050032	2325277	2532852	2749981
Maranhao	294	294	1939	26556	937799	2457879	2886417	3370876	3544372	3736690
Piaui	259	259	1634	22556	722406	1849581	2198426	2472012	2634106	2752088
Ceara	259	259	1512	20352	625241	1622565	1995013	2218240	2372421	2548241
Rio Grande do Norte	271	271	1488	21344	551183	1399975	1620123	1903349	2181552	2428504
Paraiba	268	268	1351	19922	585009	1391327	1785481	2045628	2295135	2610303
Pernambuco	263	263	1545	22554	626901	1512359	1851788	2095356	2334659	2566140
Bahia	285	285	1778	26816	696380	1656858	2012978	2171476	2367720	2607902
SUDESTE	100	313	2233	28852	779389	1816109	2214044	2417329	2514945	2759114
Minas Gerais	312	312	2311	30134	787931	1756565	2249020	2464585	2615158	2816917
Sao Paulo	314	314	2154	27570	770846	1875652	2179067	2370072	2414731	2701311
SUL	100	300	2114	27176	755558	1791744	2138460	2267796	2427715	2702083
Parana	286	286	2058	25624	693001	1672237	1969465	2063335	2189511	2420100
Santa Catarina	301	301	2042	27818	833319	1934056	2302806	2426488	2658162	2956567
Rio Grande do Sul	314	314	2243	28087	740355	1768939	2143108	2313564	2435473	2729581
CENTRO OESTE	100	294	2053	26934	724820	1763555	2134036	2291813	2392802	2574350
Mato Grosso	301	301	2240	28415	754095	1922729	2270413	2428257	2642053	2787498
Mato Grosso do Sul	295	295	1975	26328	705608	1685488	2083453	2247766	2252125	2458262
Goias	287	287	1944	26059	714757	1682449	2048241	2199415	2284227	2477290
BRASIL	100	295	2002	26458	734403	1767514	2134143	2325553	2467078	2696382

FONTE: Revista Conjuntiva Economica, Julho 91.

QUADRO A.6.1.6

PRECOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES (IPR)

ESPECIFICACAO	PERIODO										
	JUN					1991					
	1986	1987	1988	1989	1990	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
NORDESTE	100	324	1402	18850	1011623	2338220	2773552	3066038	3553123	3787771	4007842
Maranhao	245	245	1786	12651	961518	2229529	2696423	3241651	3384796	3447392	3520580
Piaui	293	293	1722	23840	948194	2282883	2521072	2654240	2771958	2938730	3138505
Ceara	329	329	2029	31860	1051588	2379993	2781059	2078346	3396053	3730768	3995839
Rio Grande do Norte	369	369	2419	34613	1136340	2414379	2889673	3674873	4255436	4536572	4591238
Paraiba	359	359	2384	35033	1145088	2505845	3190943	3805573	4090915	4420602	4712715
Pernambuco	327	327	2277	31651	1035158	2485103	3240104	3672382	4007355	4224037	4477986
Alagoas	344	344	2340	28795		2386425	2386425	2454856	2618668	2811656	2813371
Sergipe	338	338	3032	40173	1041508	2509723	3098827	3559174	4710915	5011559	5553258
Bahia	315	315	2264	27855	773590	1850103	2157442	2453245	2742007	2968623	3267088
SUDESTE	100	263	2072	28377	856822	1910489	2536123	2833640	3074211	3242953	3445774
Minas Gerais	267	267	2248	29907	902980	1896525	2603645	2805190	3069930	3292552	3589507
Espirito Santo	180	180	1262	17021	452285	928205	1250962	1477549	1588645	1667993	1760567
Rio de Janeiro	324	324	2382	36017	1105572	2400143	3147094	3683088	3850867	4066138	4305430
Sao Paulo	280	280	2396	30564	966449	2417082	3142791	3368733	3787402	3945129	4127591
SUL	100	240	2130	26618	772722	1908155	2438535	2763063	3087290	3387030	3584083
Parana	231	231	1871	22272	616239	1342743	1787543	2092055	2306614	2623858	2741564
Santa Catarina	228	228	2135	29326	884658	2361621	2992488	3286441	3728273	4018839	4199245
Rio Grande do Sul	260	260	2383	28255	817268	2020101	2535574	2910694	3226982	3518392	3811439
CENTRO OESTE	100	269	2092	24949	712208	1599895	2039441	2393345	2617118	2805106	3027299
Mato Grosso	294	294	2403	28257	756386	1709151	2133919	2519648	2720240	2832051	3135250
Mato Grosso do Sul	246	246	1852	21013	616118	1448656	1858561	2207887	2453310	2681857	2846550
Goias	266	266	2020	25577	764121	1641878	2125843	2452500	2677804	2901409	3100097
BRASIL	100	274	1924	24698	838344	1939190	2446913	2764022	3082935	3305715	3516249

FONTE: Revista Conjuntura Economica. Julho 91

Arq:Inretroc.wk1

Quadro A 6.1.7

BRASIL. INDICES DE RELACOES DE TROCA RURAIS POR REGIAO, 1987-91
IPR/IPP

ESPECIFICACAO	PERIODO								
	1987	1988	1989	1990	1991				
					JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
NORDESTE.....	1.20	0.87	0.82	1.49	1.37	0.94	0.91	0.96	1.00
Maranhao.....	0.83	0.92	0.48	1.03	0.91	0.93	0.96	0.95	0.92
Piaui.....	1.13	1.05	1.06	1.31	1.23	1.15	1.07	1.05	1.07
Ceara.....	1.27	1.34	1.57	1.68	1.47	1.39	0.94	1.43	1.46
Rio Grande do Norte.....	1.36	1.63	1.62	2.06	1.72	1.78	1.93	1.95	1.87
Paraiba.....	1.34	1.76	1.76	1.96	1.80	1.79	1.86	1.78	1.69
Pernambuco.....	1.24	1.47	1.40	1.65	1.64	1.75	1.75	1.72	1.65
Bahia.....	1.11	1.27	1.04	1.11	1.12	1.07	1.13	1.16	1.14
SUDESTE.....	0.84	0.93	0.98	1.10	1.05	1.15	1.17	1.22	1.18
Minas Gerais.....	0.86	0.97	0.99	1.15	1.08	1.16	1.14	1.17	1.17
Sao Paulo.....	0.89	1.11	1.11	1.25	1.29	1.44	1.42	1.57	1.46
SUL.....	0.80	1.01	0.98	1.02	1.06	1.14	1.22	1.27	1.25
Parana.....	0.81	0.91	0.87	0.89	0.80	0.91	1.01	1.05	1.08
Santa Catarina.....	0.76	1.05	1.05	1.06	1.22	1.30	1.35	1.40	1.36
Rio Grande do Sul.....	0.83	1.06	1.01	1.10	1.14	1.18	1.26	1.32	1.29
CENTRO OESTE.....	0.91	1.02	0.93	0.98	0.91	0.96	1.04	1.09	1.09
Mato Grosso.....	0.98	1.07	0.99	1.00	0.89	0.94	1.04	1.03	1.02
Mato Grosso do Sul.....	0.83	0.94	0.80	0.87	0.86	0.89	0.98	1.09	1.09
Goias.....	0.93	1.04	0.98	1.07	0.98	1.04	1.12	1.17	1.17
BRASIL.....	0.91	0.91	0.91	1.12	1.11	1.04	1.09	1.15	1.12

(1) Jun 1986 = 100
IPR = Indice de Precos Recebidos
IPP = Indice de Precos Pagos
FONTE: Revista Conjuntura Economica. Julho 91

QUADRO A.6.1.8

AQUISICOES DO GOVERNO FEDERAL

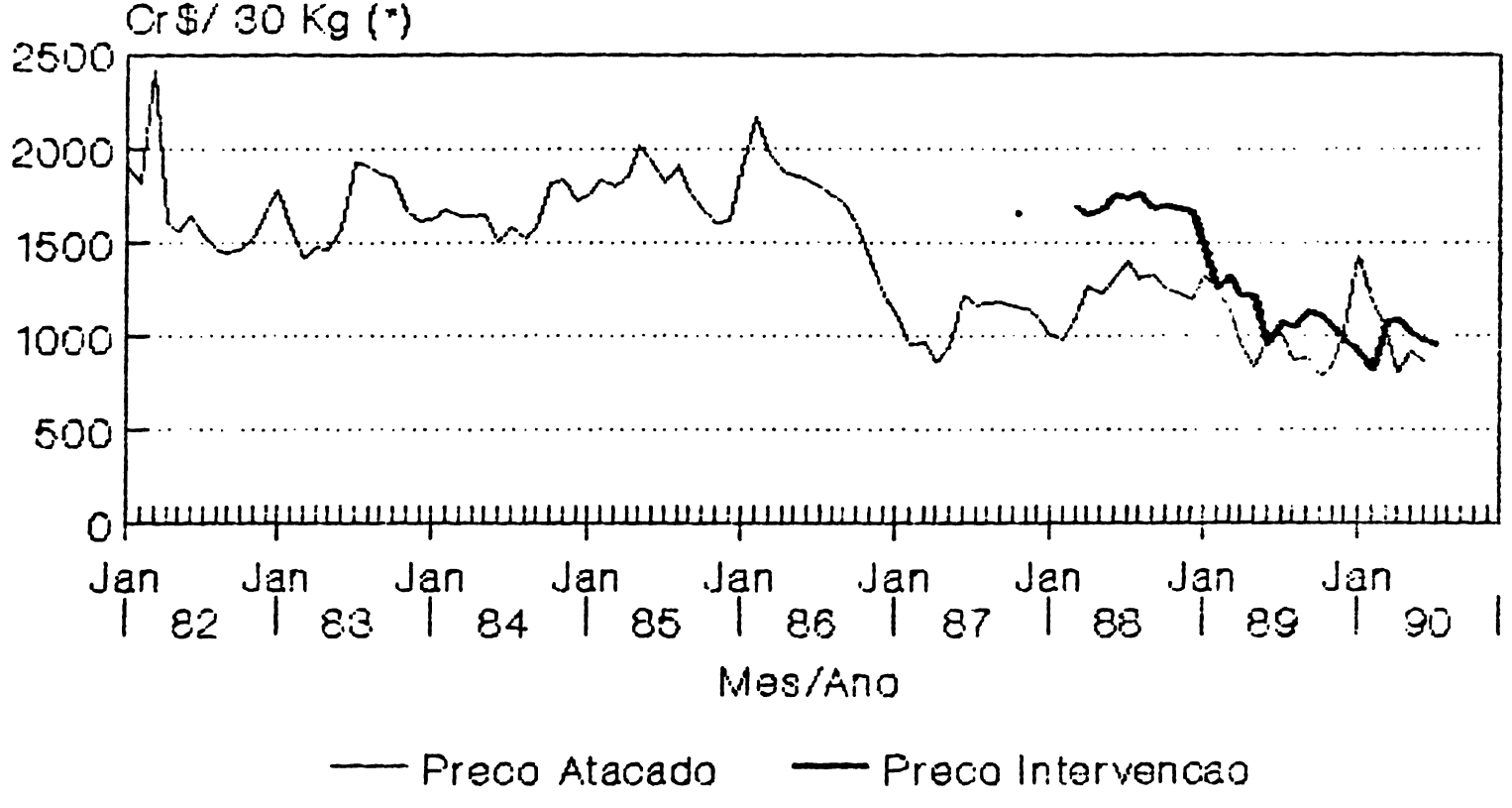
	SOJA				MILHO			
	EGF		AGF		EGF		AGF	
	t (000)	%	t (000)	%	t (000)	%	t (000)	%
1985	3,032.3	16.6	2,093.5	11.5	1,626.3	7.4	3,226.8	14.7
1986	2,885.3	21.6	1,125.8	8.4	1,674.9	8.2	4,271.7	20.8
1987	4,273.4	25.2	852.4	5.0	1,839.7	6.9	7,884.9	29.4
1988	2,115.9	11.7	0.4	0.0	3,871.2	15.6	1,659.3	6.7
1989	1,040.3	4.3	1.6	0.0	3,689.6	13.9	1,000.7	3.8
1990	783.3	22.7	0.0	0.0	483.6	14.0	0.0	0.0
1991	174.2	1.2	0.0	0.0	859.3	3.6	0.1	0.0

	FEIJAO				ARROZ			
	EGF		AGF		EGF		AGF	
	t (000)	%	t (000)	%	t (000)	%	t (000)	%
1985	128.6	5.5	579.4	24.9	1,859.9	20.5	1,513.8	16.8
1986	135.6	6.1	77.1	3.5	3,568.3	34.4	1,774.6	17.1
1987	110.9	5.5	56.8	2.8	3,138.6	30.1	2,972.9	28.5
1988	169.7	6.0	131.6	4.7	3,595.6	30.4	2,215.2	18.8
1989	48.5	2.1	0.1	0.0	1,911.5	17.3	875.8	7.9
1990	67.3	1.9	0.1	0.0	354.0	10.3	0.0	0.0
1991	41.8	1.5	8.8	0.3	328.1	3.5	8.4	0.1

	ALGODAO				TOTAL			
	EGF		AGF		EGF		AGF	
	t (000)	%	t (000)	%	t (000)	US$ (000.000)	t (000)	US$ (000.000)
1985	370.8	13.0	815.0	28.5	7,753.9	1,063.8	8766.6	1513.6
1986	871.9	39.7	0.1	0.0	10,381.2	1,712.4	7681.6	1125.6
1987	769.6	47.7	0.0	0.0	10,334.8	1,188.4	12870.3	1015.9
1988	936.2	38.4	0.0	0.0	12,548.8	1,628.8	4183.3	464.5
1989	308.8	17.0	0.0	0.0	7,181.2	1,044.6	1918.4	199.8
1990	81.6	2.4	0.0	0.0	3,248.0	207.7	547.9	43.9
1991	82.3	4.4	0.0	0.0	2,990.1	382.9	9.6	7.6

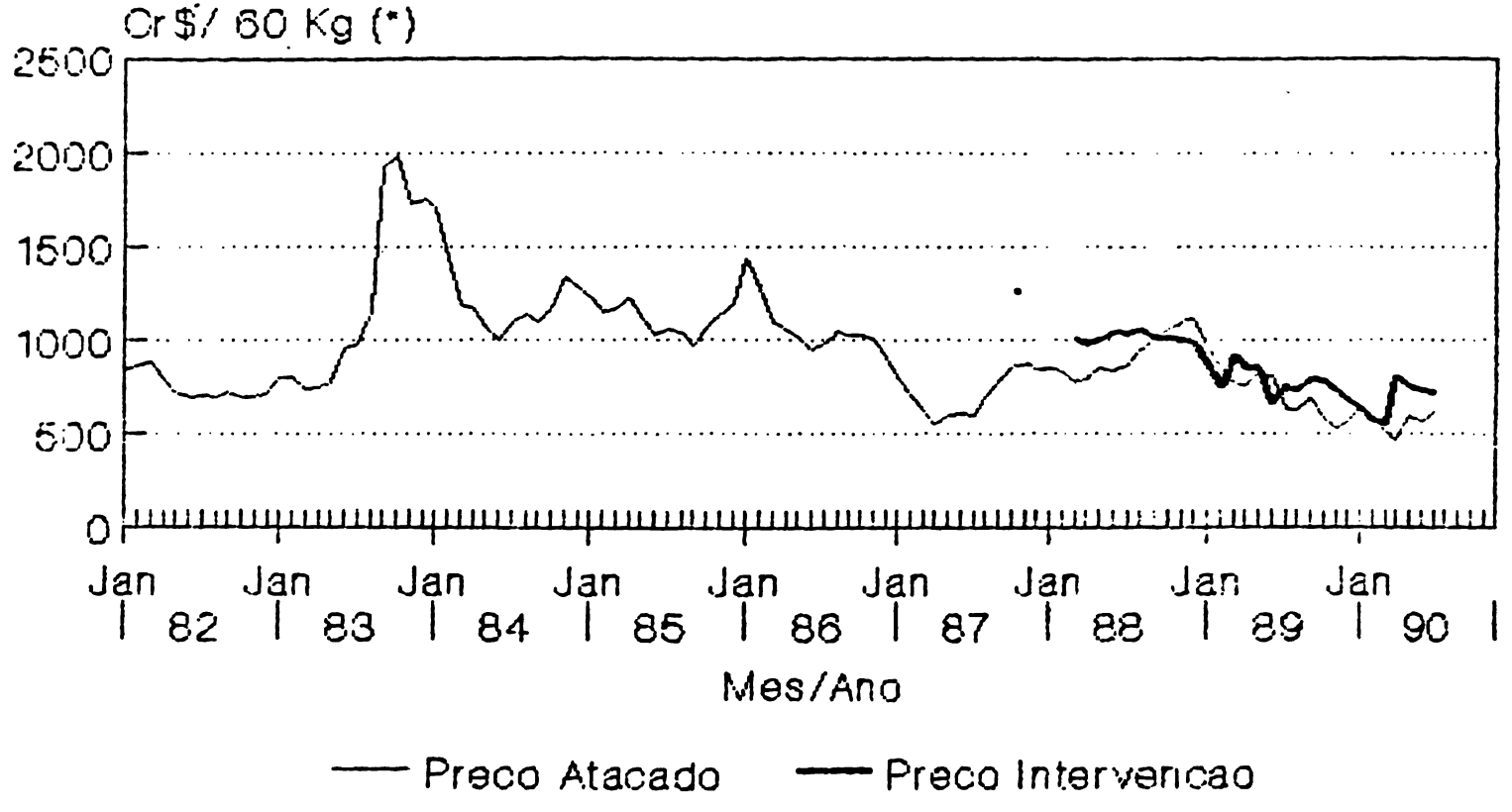
Arq:Egfagf.wk1

ARROZ SEQUEIRO
Precos no Atacado e de Intervencao
Sao Paulo



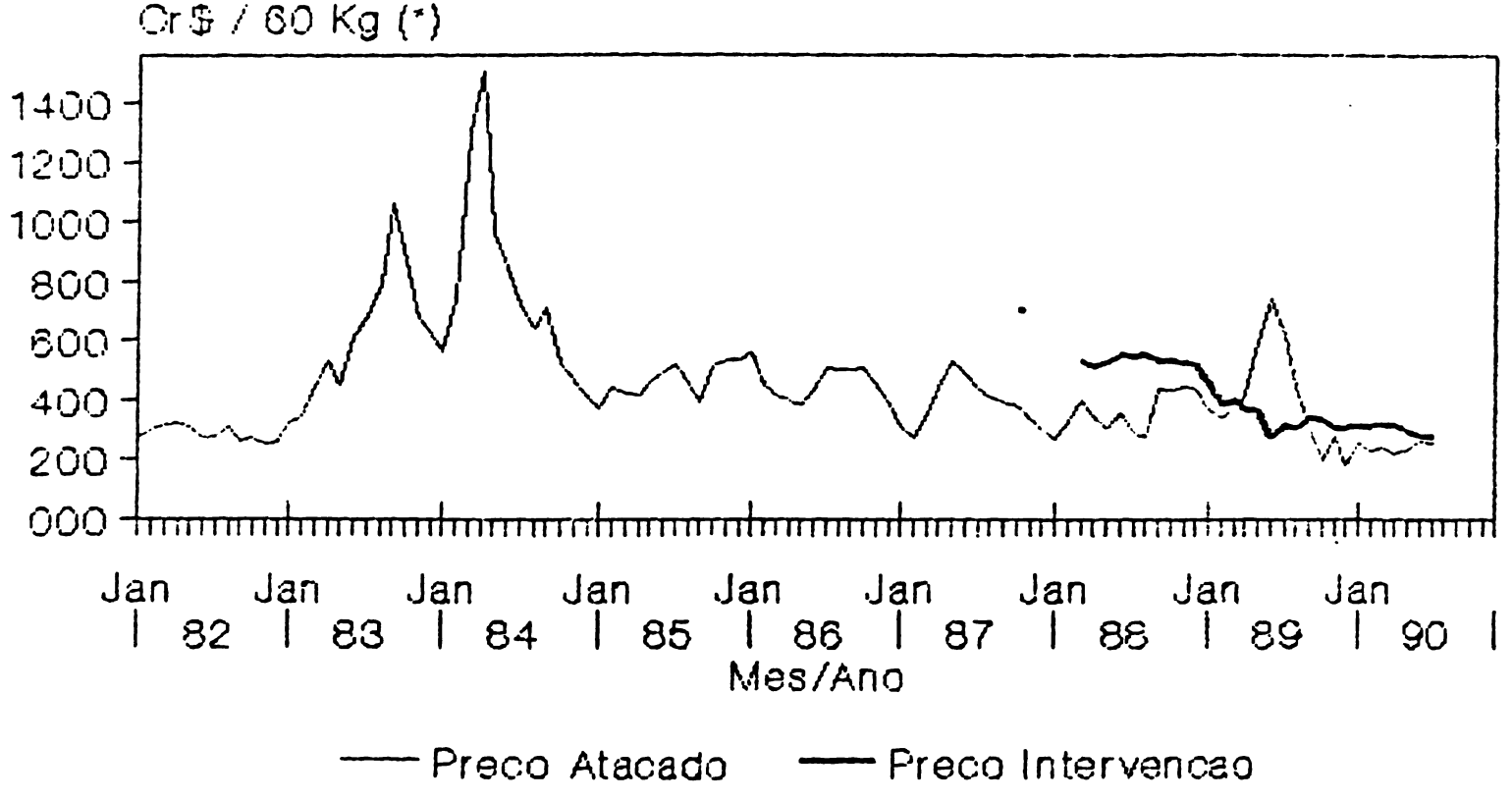
Fonte: CFP
Elaboracao: OCB/DETEC
* precos a julho de 1990 - IPCA

MILHO
Precos no Atacado e de Intervencao
Sao Paulo



Fonte: CFP
Elaboracao: OCB/DETEC
* precos a julho de 1990 - IPCA

FEIJAO
Precos no Atacado e de Intervencao
Sao Paulo



Fonte: CFP
Elaboracao: OCB/DETEC
* precos a julho de 1990 - IPCA

QUADRO A.6.2.1

VALOR DAS EXPORTAÇÕES AGROINDUSTRIAIS BRASILEIRAS
(US$ 1000 FOB)

COMPLEXO	PORDUTOS	1987	1988	1989	1990
01. SOJA	Farelo	1449966	2022917	2136528	1610492
	Graos	570277	726358	1153709	909753
	Oleo Bruto	172341	45149	302206	321368
	Oleo Refinado	131951	249085	55148	12546
02. LARANJA	Suco concentrado	830502	1144332	1018954	1468494
	Farelo de polpa	75235	82389	87810	102251
	Frescas e secas	17198	16708	17807	18251
03. CAFE	Graos	1959196	2008945	1560391	1105779
	Industrializado	226074	212924	220984	147916
04. MADEIRA	Serrada	117130	129368	98628	115771
	Pasta quimica	393510	618181	676672	592038
	Laminada,Entalhad	103749	113418	77531	52368
	Compesanda	70601	138651	101034	100010
05. FUMO	Em folhas	405497	611173	512549	551277
06. PECUARIA DE	Fresca e congelada	207665	374313	137716	100268
CORTE	Industralizada	223111	259346	186328	133413
	Equina	3885	4794	5667	4898
	Peles e couro	183397	382038	244015	290696
07. AÇUCAR	Demerara	134399	166508	113548	288674
	Cristal	30583	18237	33434	36702
	Refinado	159630	162339	158525	186497
	Alcool Etilico	8398	28044	9188	7407
	melaco de cana	26514	22218	3506	0
08. ALGODÃO	Bruto	160179	31297	157741	127937
	Fios	213258	188989	137876	137872
	Oleo Refinado	29266	44209	32605	38247
	Tecidos	150739	149171	143926	124358
09.FRANGO		215909	235028	261674	323961
010. CACAU	Cru	265587	215495	134324	127765
	Manteiga	184082	171190	100454	136013
	Liquor epasta	98960	95278	79169	50131
11. CASTANHA	Brasil	29134	25943	21745	32454
	Caju	87791	111419	107306	101237
12. PESCA	Camarao	83771	91783	55217	49151
	Lagosta	58904	54802	39463	61064
	Peixe congelado	28488	27507	24718	20989
13. SEDA	Fios	27290	43345	65741	68324
14. PIMENTA	Graos	123508	60120	49140	41781
15. MAMONA	Refinado	56090	54003	54679	35183
16. PALMITO	Conserva	35539	30080	24244	28394
17. CHA	Erva-mate	19562	34595	22298	28344
18. CARNAUDA	Cera	19451	23868	21961	21629
19. SUCOS (FURTAS)		34538	29886	20132	9042
20. BANANA		12003	11764	12394	8896
21. AMENDOIM	Oleo Bruto	9699	37721	1269	7091
22.	Bruto	21157	28589	31915	6941
TOTAL das exportações do CAI		9465594	11175513	10504859	9741033
TOTAL das exportações brasileiras		26223925	33789365	34382262	31391426
Participação CAI/TOTAL (%)		36.1	33.1	30.6	31.0

QUADRO A.6.3.1

BRASIL, CREDITO RURAL POR REGIAO (*)
(Milhoes Cr$)

REGIAO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
NORTE	0.7	3.4	7.7	26.8	1,599	7,565	26,471
NORDESTE	7.6	26.5	65.5	249.6	2,300	50,705	172,062
SUDESTE	13.6	52.7	129.6	647.8	7,314	175,132	593,708
SUL	21.5	70.3	186.9	1,128.5	11,843	229,052	777,114
CENTRO-OESTE	8.4	33.8	88.5	595.4	11,279	94,635	321,434
TOTAL PAIS	51.7	186.8	478.3	2,648.1	34,335	557,089	1,890,789

(*) De 1985 até 1990: recursos contratados.
Em 1991 (Jan-Set): recursos liberados.
FONTE: Elaboraçao propria em base ao dados do Banco Central do Brasil.

Arq:Credreg.wk1

QUADRO A.6.3.2

BRASIL, CREDITO RURAL POR REGIAO
(Milhoes Cr$ a precos de 1990)

REGIAO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991 (*)
NORTE	19,977	60,836	27,856	8,868	26,946	7,565	8,751
NORDESTE	216,888	474,160	236,955	82,591	38,759	50,705	56,882
SUDESTE	388,116	942,952	468,844	214,354	123,254	175,132	196,274
SUL	613,565	1,257,866	676,134	373,415	199,576	229,052	256,906
CENTRO-OESTE	239,718	604,778	320,160	197,015	190,072	94,635	106,263
TOTAL PAIS	1,478,264	3,340,591	1,729,949	876,243	578,607	557,089	625,075

(*) Preliminar Janeiro até Setembro.

Arq:Credreg.wk1

QUADRO A.6.3.3

BRASIL, CREDITO RURAL POR REGIAO
(Milhoes US$)

REGIAO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991 (*)
NORTE	120.7	233.2	114.1	40.2	172.7	49.9	60.9
NORDESTE	1,310.3	1,817.6	970.7	374.4	248.4	334.7	395.5
SUDESTE	2,344.8	3,614.5	1,920.6	971.7	789.8	1,155.9	1,364.8
SUL	3,706.9	4,821.7	2,769.7	1,692.8	1,278.9	1,511.8	1,786.5
CENTRO-OESTE	1,448.3	2,318.2	1,311.5	893.1	1,218.0	624.6	738.9
TOTAL PAIS	8,931.0	12,805.2	7,086.5	3,972.2	3,707.9	3,676.9	4,346.6
T.DE CAMBIO(**)	0.0058	0.01458	0.06748	0.66666	9.26	151.51	435

(*) Preliminar Janeiro até Setembro.
(**) Cr$ x 1 US$. Taxa oficial promedio anual do periodo.

Arq:Credreg.wk1

Tabela A. VII. 1

QUADRO A.6.3.4

BRASIL. CREDITO RURAL DE CUSTEIO POR PRINCIPAIS CULTURAS, 1985-1991
(PERCENTAGEM)

PRODUTOS	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
ALGODAO	6.7	6.4	7.8	5.7	6.1	9.2	1.7
ARROZ	18.7	15.9	15.6	14.5	19.0	13.2	7.4
CAFE	6.8	6.3	9.7	5.0	4.7	7.2	13.8
CANA DE ACUCAR	10.1	9.1	8.3	9.3	5.3	15.0	20.6
FEIJAO	3.6	5.5	4.3	2.3	1.7	3.9	15.6
MANDIOCA	1.8	1.3	0.6	0.5	0.6	0.4	0.6
MILHO	15.6	20.4	15.1	15.9	14.5	17.7	8.5
SOJA	27.8	21.4	26.4	44.5	45.6	24.6	9.7
TRIGO	6.9	11.0	9.4	0.9	1.9	6.9	19.0
PECUARIA DE CORTE	2.0	2.7	3.0	1.4	0.6	1.9	
PECUARIA LEITERA	0.4	1.2	1.0	0.3	0.1	0.5	
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Arq:Credcult.wk1

11.2 66,8 65,4 84,2 84,4 10,5 46,2

QUADRO A.6.3.5

BRASIL. CREDITO RURAL DE CUSTEIO POR PRINCIPAIS PRODUTOS, 1985-1991
(CR$ MILHOES)

PRODUTOS	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
ALGODAO	2.0	5.0	19.0	80.4	1,441.8	29,915.7	3,122.9
ARROZ	5.7	12.4	38.1	203.4	4,452.3	42,911.6	13,672.9
CAFE	2.1	4.9	23.7	69.4	1,097.6	23,529.7	25,442.8
CANA DE ACUCAR	3.1	7.1	20.2	130.5	1,248.7	49,018.8	38,039.1
FEIJAO	1.1	4.3	10.4	32.5	394.6	12,610.2	28,836.2
MANDIOCA	0.5411	0.9854	1.6	6.3	139.7	1,283.7	1,056.8
MILHO	4.8	15.9	37.1	221.7	3,406.0	57,756.5	15,681.2
SOJA	8.5	16.7	64.6	622.2	10,704.5	80,253.0	17,900.0
TRIGO	2.1	8.6	23.1	12.8	437.4	22,422.3	35,095.4
PECUARIA DE CORTE	0.6	2.1	7.2	19.5	129.7	6,286.0	5,644.0
PECUARIA LEITERA	0.1263	0.9453	2.6	3.6	28.9	1,618.8	2,384.5
TOTAL	30.6	78.0	245.0	1,398.7	23,452.3	325,987.5	184,491.3

Arq:Credcult.wk1

QUADRO A.6.3.6

BRASIL. CREDITO RURAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO
1986

Recursos	BANCO DO BRASIL Milhoes Cr$	%	OUTROS BANCOS Milhoes Cr$	%	TOTAL Milhoes Cr$	%
OFICIAIS (1)						
1. OBRIGATORIOS	19.2	10.3	41.3	22.1	60.5	32.4
2. TESOURO	86.0	46.0	7.1	3.8	93.1	49.8
SUBTOTAL	105.2	56.3	48.4	25.9	153.6	82.2
OUTROS (3)					33.2	17.8
TOTAL					186.8	100.0

1987 A.6.3.

Recursos	BANCO DO BRASIL Milhoes Cr$	%	OUTROS BANCOS Milhoes Cr$	%	TOTAL Milhoes Cr$	%
OFICIAIS (1)						
1. OBRIGATORIOS	69.5	14.5	69.5	14.5	139.0	29.1
2. TESOURO	224.7	47.0	14.4	3.0	239.1	50.0
3. POUPANÇA RURAL (2	42.4	8.9	0.0	0.0	42.4	8.9
SUBTOTAL	294.2	61.5	83.9	17.5	420.5	87.9
OUTROS (3)	45.8	9.6	12.0	2.5	57.8	12.1
TOTAL	340.0	71.1	95.9	20.1	478.3	100.0

(1) Credito a taxas de juros controladas
(2) Em 1987, Banco do Brasil foi autorizado a aceptar caderneta de poupança rural para ampliar o finaciamento rural. Esta medida foi extendida ao Banco Nordeste do Brasil e Banco de Amazoni.
(3) Credito a taxas de juros de mercado. Inclui credito comercial de depositos bancarios a vista e depositos de poupança rural.

FONTE. The World Bank, Report No. 7798-BR, 1990.

Arq:Credfont.wk1

QUADRO A.6.3.7

BRASIL. CREDITO RURAL POR FONTE DE FINANCIAMENTO

1988

Recursos	BANCO DO BRASIL Milhoes Cr$	%	OUTROS BANCOS Milhoes Cr$	%	TOTAL Milhoes Cr$	%
OFICIAIS (1):						
1. OBRIGATORIO	550.8	20.8	307.2	11.6	858.0	32.4
2. TESOURO	791.8	29.9	37.0	1.4	828.8	31.3
3. POUPANÇA RURAL (2	365.4	13.8	5.3	0.2	370.7	14.0
SUBTOTAL	1708.0	64.5	349.5	13.2	2057.5	77.7
OUTROS (3)	537.5	20.3	53.0	2.0	590.5	22.3
TOTAL	2245.5	84.8	402.5	15.2	2648.0	100.0

1989

Recursos	BANCO DO BRASIL Milhoes Cr$	%	OUTROS BANCOS Milhoes Cr$	%	TOTAL Milhoes Cr$	%
OFICIAIS (1):						
1. OBRIGATORIO	2437.8	7.1	2952.8	8.6	5390.6	15.7
2. TESOURO	17991.5	52.4	892.7	2.6	12017.3	35.0
3. POUPANÇA RURAL (2	686.7	2.0	171.7	0.5	858.4	2.5
SUBTOTAL	21116.0	61.5	4017.2	11.7	25133.2	73.2
OUTROS (3)	8000.1	23.3	1201.7	3.5	9201.8	26.8
TOTAL	29116.1	84.8	5218.9	15.2	34335.0	100.0

(1) Credito a taxas de juros controladas

(2) Em 1987, Banco do Brasil foi autorizado a aceptar caderneta de poupança rural para ampliar o finaciamento rural. Esta medida foi extendida ao Banco Nordeste do Brasil e Banco de Amazoni.

(3) Credito a taxas de juros de mercado. Inclui credito comercial de depositos bancarios a vista e depositos de poupança rural.

FONTE. The World Bank, Report No. 7798-BR, 1990.

Arq:Credfont.wk1

QUADRO A.6.3.9

BRASIL: ESTIMATIVA DO SUBSIDIO IMPLICITO NOS FINANCIAMENTOS RURAIS, SEGUNDO A FINALIDADE E TOTAL
(Cz$ Milhões de 1985)

ANO	Tx. Anual de Inflaçao IGP-DI	CUSTEIO Tx. Real de Juros	CUSTEIO Cz$ Milhões de 1985	INVESTIMENTO Tx. Real de Juros	INVESTIMENTO Cz$ Milhões de 1985	COMERCIALIZAÇÃO Tx. Real de Juros	COMERCIALIZAÇÃO Cz$ Milhões de 1985	TOTAL Cz$ Milhões de 1985	Subsidios PIB da Agro-pecuaria %	Taxa de Juros P/ Operaçõees Nominais
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(3)+(5)+(7)	(9)	(10)
1970	19.3	-5.6	336.5	-5.6	348.3	-5.6	90.8	775.6	1.5	
1971	19.5	-5.8	393.0	-5.8	454.3	-5.8	104.3	951.6	1.6	
1972	15.7	-2.7	216.7	-2.7	294.9	-2.7	56.3	567.9	0.8	
1973	15.6	-2.6	302.8	-2.6	401.8	-2.6	73.5	778.1	0.9	
1974	34.6	-16.4	2495.8	-16.4	2876.6	-16.4	586.9	5959.3	6.2	
1975	29.4	-13.0	2807.7	-13.0	3431.9	-13.0	684.2	6923.8	6.7	
1976	46.2	-23.0	4900.0	-23.0	6453.0	-23.0	1263.0	12616.0	9.5	
1977	38.8	-17.8	3793.6	-17.8	3336.6	-17.8	978.3	8108.5	5.0	65.7
1978	40.8	-19.0	4019.7	-19.0	3608.8	-19.0	987.5	8616.0	5.4	69.6
1979	77.2	-35.6	10226.6	-35.6	8708.5	-35.6	2154.3	21089.4	12.3	95.4
1980	110.3	-38.8	11990.3	-36.5	6410.8	-38.8	2239.5	20640.6	11.4	124.5
1981	95.1	-25.6	7111.6	-25.6	3213.2	-25.6	1345.9	11670.7	7.0	136.6
1982	99.7	-27.3	8055.3	-20.2	2083.3	-27.3	1210.8	11349.4	7.8	228.6
1983	211.0	-36.6	7815.3	-26.0	2576.8	-36.3	1138.0	11530.1	7.5	256.4
1984	223.8	-1.6	238.5	-1.6	71.4	-1.6	24.9	334.8	0.2	317.0
1985	235.1	-3.8	814.9	-3.8	254.6	-3.8	78.2	1147.7	0.6	368.7

FONTE: COL. 1- SUMA ECONOMICA, variaçao de IGP-DI de Dezembro a Dezembro.

COLS. 1,4 E 6 - Taxa Real de Juros = 1+i - 1, onde é a taxa anualnominalde juros por finalidade do credito para o Centro sul e p a taxa anual de inflaçao.

COLS. 3,5 E 7 - Valor estimado dos subsidio = Tx. real de juros mulpiplicado pelo valor dos emprestimos na finalidade (ponderado pela duraçao do emprestimo). Considerou-se os prazos medios de 7 meses para o custeio, 12 meses para investimento e 3 meses para comercializaçao.

COL. 10 - SUMA ECONOMICA, Quadro Renumeraçao de Custo do Capital, colunas 5. Trata-se da taxa cobrada pelos Bancos Comerciais para operações normais. E uma taxa onderada entre instituiçõees diferentes e negocios distintos. Para os anos 1977-80, anualizou-se a taxa vigente em Dezembro do ano. Para os demais anos trata-se das diferentes taxas mensais vigentes, na forma anualizada.

Elaboraçao: CFP/DAEP/SUPEC.

Arq:Estimat.wk1

QUADRO A.6.4.1

TRIBUTAÇÃO NA AGRICULTURA IINCIDENCIA DE ICMS SOBRE OS CUSTO DE PRODUÇÃO (CIF FAZENDA)

ITENS	SOJA US$/ha	ARROZ SEQUEIRO US$/ha	MILHO US$/ha	ALGODÃO US$/ha	TRIGO US$/ha	CAFE US$/ha
1.Custo de Produçao descontado ICMS embutido em insumos e maquinas	533.74	557.29	610.88	1,008.58	416.77	1,298.28
2.ICMS embutido–maqs.	13.49	14.36	14.66	13.12	8.07	72.67
3.ICMS embutido–insumos	35.77	32.26	36.25	54.17	45.08	77.36
4.ICMS embutido–(2+3)	49.26	46.62	50.91	67.29	53.15	150.03
5.Custo de Produçao com ICMS embutido em insumos e maquinas	583.00	603.91	661.78	1,075.87	469.91	1,448.21
6.ICMS embutido–comercializaçao	127.98	132.66	145.27	236.17	103.15	317.90
7.Custo de Produçao com ICMS embutido em insumos, maqs e comercializaçao	710.98	736.47	807.04	1,312.03	573.06	1,766.11
8.ICMS embutido–(2+3+6)	177.24	179.28	196.18	303.46	156.30	467.93

OBS: (1) Nao foi considerado utilizaçao de credito fiscal nos insumos.
(2) Soja, Arroz, Milho, Algodao – custos avaliados a preços de junho de 1990, extraidos da Serie Cadernos Economicos nº 60, Custo de Produçao, Safra 90/91, Sul/Sudeste, elaborado pela OCB.
(3) Trigo – Custo avalidados a preços de dezembro de 1990, extraidos da Serie Cadernos Economicos nº 68, Custo de Produçao, Safra 90/91, elaborado OCB.
(4) Café – Custos avaliados a preços de agosto de 1990, extraidos da Serie Cadernos Economicos nº61, Custo de Produçao, Sarfra 90/91, elaborado OCB.
(5) aliquota ICMS = 18%

Elaboraçao: OCB/DETEC

Arq:Tributo.wk1

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
Caixa Postal 09-1070, Brasília DF - Brasil - Tel. (061) 248-5477
SHIS QI 5, Conj. 9, Bl. "D" Comercial, CEP 71.600 - Telex 611959 INAG-BR
Correio Eletrônico 1536 - Fac-símile (061) 248-5807